BRACARA AUGUSTA

SUMÁRIO

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos, Dr. Sérgio da Silva Pinto. — *S. Martinho de Dume como Teólogo*, P. Dr. David de Azevedo. — *Subsídios e achegos para o Estudo Filológico de dois Vocábulos da Toponímia portuguesa — Dume e Panoias*, Manuel de Boaventura. — *L'organisation ecclésiastique du Royaume suève au temps de Saint Martin*, Cónego Doutor Pierre David. — *S. Martinho na formação do Sentimento Nacional*, Dr. Alberto Feio. — *El Testamento de San Martin de Dumio*, Prof. Dr. Alfonso Garcia Gallo. — *Um problema da Linguista Portuguesa*, Dr. José Pedro Machado. — *San Martin y el monaquismo*, P. Doutor Justo Pérez de Urbel. — *Arrianismo y Priscilianismo en Galicia*, P. Dr. José Madoz. — *Preparando la edición critica de Baquiario*, Anscari Mundó. — *San Martin Dumiense como pensador politico*, Prof. Doutor Francisco Elias de Tejada. — *A Necrópole de S. Victor — Braga (Séc. IX-X)*, Dr. Sérgio da Silva Pinto e Dr. Alfredo de Ataíde. — *Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1956*, Joaquim Monteiro (Jorge) — *Efemérides Municipais*, Redacção.

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. VIII JANEIRO-JUNHO, 1957 N.º 1-2 (35-36)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME VIII — FASCÍCULOS 1-2 (35-36)

JANEIRO-JUNHO, 1957

Directores { DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo

Redactor principal: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de:
Francisco Pereira de Bacelar Ferreira, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de: José Henrique Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos.	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO	5
Lista dos trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos .	REDACÇÃO	8
S Martinho de Dume como Teólogo . .	P. DR. DAVID DE AZEVEDO	9
Subsídios e achegas para o estudo filológico de dois vocábulos da toponímia portuguesa — Dume e Panoias . .	MANUEL DE BOAVENTURA	29
L'organisation ecclésiastique du Royaume suève au temps de Saint Martin . .	CÓNEGO DOUTOR PIERRE DAVID . . .	31
S. Martinho na formação do sentimento nacional	DR. ALBERTO FEIO	34
El Testamento de San Martín de Dumio .	PROF. DR. ALFONSO GARCIA GALLO . .	36
Um problema da Linguística Portuguesa .	DR. JOSÉ PEDRO MACHADO	45
San Martín y el monaquismo. . . .	DOUTOR JUSTO PÉREZ DE URBEL . . .	50
Arrianismo y Priscilianismo en Galicia .	P. DR. JOSÉ MADOZ	68
Preparando la edición crítica de Baquiário	ANSCARI MUNDÓ	88
San Martín Dumiense como pensador político	PROF. DR. FRANCISCO ELIAS DE TEJADA .	98
Nota explicativa sobre o presente tomo .	REDACÇÃO	105
A Necrópole de S. Victor — Braga (Séc. IX-X)	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO E DR. ALFREDO DE ATAÍDE	106
Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1956	JOAQUIM MONTEIRO (JORGE)	112
Efemérides Municipais	Redacção	163

BRACARA AUGUSTA

VIII

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES
DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Antigo Conservador do Arquivo

VOLUME VIII

BRAGA — 1957

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos

Como tão cedo não esquecerá, no ano de 1950, por iniciativa da Câmara e sob a égide da Mitra primacial, Braga celebrou com esplendor o XIV centenário da chegada à sua Província eclesiástica de S. Martinho de Dume, o glorioso Apóstolo do Ocidente galaico-português,—então constituído em Reino dos Suevos,—refulgente figura de Bispo e Metropolita, que aureolou a Igreja Bracarense com a primazia incontestável na catolicização definitiva da Hispânia, nesse tempo, dominada pelo Arianismo. Braga, com ele, de facto se tornou a Roma das Espanhas.

As festas realizadas, de carácter religioso e histórico, e as comemorações culturais, formando estas o I Congresso Internacional de Estudos Martinianos, a que o próprio Sumo Pontífice Pio XII enviou Carta autógrafa, tiveram vasta projecção no país e no estrangeiro, sobretudo na vizinha Galiza que, com Portugal, foi assento dos Suevos e palco da evangelização de Martinho Dumiense e da primeira Renascença humanista por ele traçada na história da cultura europeia. Terminaram, por isso, as celebrações, após o encerramento oficial do Congresso, por um Itinerário Martiniano percorrido pelos congressistas em terras galaicas de além Minho.

Foi dado ao Congresso a alta distinção da presidência honorífica de Sua Excelência o Presidente da República e da presença de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, de quase todo o Episcopado lusitano e galego (tendo este, à frente, o Arcebispo de

Compostela) e de Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, como representante do Governo. Compunham a Comissão de Honra Nacional figuras eminentes de todo o País — Ministros, Prelados, Presidente da Junta Nacional de Educação, Reitores das Universidades, Presidentes do Instituto de Alta Cultura e de Academias, etc. Como membros efectivos, compareceram representantes de todas as Universidades portuguesas e de algumas estrangeiras e os mais destacados especialistas do temário em causa.

Dos actos do Congresso, que reuniu numerosos estudiosos, fez a revista *Bracara Augusta* relato circunstanciado na devida altura. Ocupou-se das Comemorações Martinianas nos fascículos 3 (16) de 1950 e 4 (17) de 1951. A notícia ou Crónica dada neste último fascículo representa a própria *Acta* do Congresso e dos acontecimentos que de perto o acompanharam.

Infelizmente não foi possível ao Pelouro da Cultura do Município de Braga juntar os elementos e as condições indispensáveis para, em volume, serem publicados os trabalhos apresentados ao dito Congresso, falta que evidentemente tem cerceado os resultados do mesmo, embora na *Bracara Augusta,* órgão cultural da entidade sua promotora, já se hajam editado alguns e dado sempre nota quando outros aparecem em livros ou revistas.

Ora o presente volume destina-se precisamente a preencher, quanto as circunstâncias o permitem, a falta das Actas do I Congresso de Estudos Martinianos.

Numa relação inicial, lista remissiva que servirá de informação bibliográfica para todos os interessados, dá-se conta actualizada de todos os trabalhos já impressos, quer na *Bracara Augusta,* quer noutros lugares.

Compendiam-se depois os trabalhos inéditos, que conseguimos reunir, lamentando apenas que alguns membros efectivos não tenham enviado as suas produções.

Assim a nossa revista, neste ano de 1957, em que, também por iniciativa do Município de Braga se festejam três importantes multi-

centenários ligados ao Ciclo suévico-bizantino ou à Era martiniana — o XV Centenário da morte de Requiário, o primeiro rei católico da Europa; o XIV da sagração episcopal de S. Martinho de Dume e o XIII da elevação a Metropolita de S. Frutuoso, o renovador da vida monástica na Península —, *Bracara Augusta*, dizíamos, dá, com a presente colectânea, o seu contributo às comemorações destes fastos memoráveis.

Os trabalhos do Congresso Martiniano de 1950 não podiam ser olvidados nesta data áurea em que, uma vez mais, o Santo Dumiense manifesta a sua proeminência.

Sérgio Silva Pinto

Lista dos trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos já publicados com as remissões bibliográficas respectivas

S. S. Pio XII, *Carta Autógrafa*, in «Bracara Augusta», vol. II, 1950-51, p. 420.

Gonçalves Cerejeira, D. Manuel, Cardeal Patriarca de Lisboa, *Discurso*, in «Correio do Minho», de 22-10-1950.

Veiga de Macedo, Henrique, Subsecretário de Estado da Educação Nacional, *Discurso*, in «Bracara Augusta», vol. II, 1950-51, p. 431.

Aguiar, Fernando de, Advogado, *Influência de S. Martinho de Dume na política e instituições suévicas na Península, in* «Gil Vicente», Guimarães, 1952.

Braga da Cruz, Guilherme, Professor da Universidade de Coimbra, *A obra de S. Martinho de Dume e a legislação visigótica*, in «Scientia Iuridica», Braga, 1952.

Cabral Moncada, Luís, Professor da Universidade de Coimbra e Vice-Presidente do Instituto de Alta Cultura, *Discurso*, in «Correio do Minho», de 22-X-50.

Gaillard, George, Professor da Universidade de Lille, *Deux Sculptures Funéraires provenant de Saint-Martin de Dume*, in «Bracara Augusta», vol. VI, 1955-56.

Miranda Barbosa, Arnaldo, Professor da Universidade de Coimbra, *O senequismo dos opúsculos morais de S. Martinho de Dume*, in «Bracara Augusta», vol. V, 1954.

Nery Teixeira, Armando, Governador Civil do Distrito de Braga, *Discurso*, in «Correio do Minho» de 19-10-1950.

Oliveira, Mons. Miguel, Historiador, *Panorama espiritual do Ocidente da Peninsula do século de S. Martinho*, in «As Paróquias Rurais Portuguesas», Lisboa, União Gráfica, 1950 (Comunicação que não chegou a ser apresentada, mas que o autor intercalou no capítulo «As Paróquias no domínio Suevo», do citado livro).

Otero Pedrayo, Ramon, Professor da Universidade de Santiago de Compostela, *Discurso*, in «Bracara Augusta», vol. V, 1956.

Santos da Cunha, António, Presidente da Câmara Municipal de Braga, *Saudação*, in «Bracara Augusta», vol. II, 1950-51, p 417.

S. Martinho de Dume como Teólogo

pelo P. Dr. DAVID DE AZEVEDO
(Professor do Seminário de Teologia, da Luz, Lisboa)

Nada de estranhar que entre o valor intelectual dum escritor e o valor da obra por ele deixada haja um desiquilíbrio mais ou menos acentuado. São múltiplas e variadas as contingências a impedir que um escritor deixe impresso no papel aquilo que em sua mente se criou e desenvolveu!...

Desiquilíbrio este tanto mais compreensível quanto os autores a que se refere se acham de nós afastados por longos e agitados séculos, que sobre sua obra caíram como nefasta erosão da qual a personalidade do escritor ficou imune.

Pensamos ser este o caso de S. Martinho de Dume ao analisarmos a sua obra teológica.

Qual a personalidade de S. Martinho como teólogo e qual a teologia que em suas obras se contém, eis duas questões que, por isso, convém desde já distinguir. Delas faremos tema das duas partes em que vai dividido o nosso estudo.

★

O que mais ambiciona quem se propõe estudar uma personagem histórica ou até um seu contemporâneo, é, não tanto constatar os episódios de sua vida e apreciar as manifestações do seu pensamento, mas sim, através desses episódios e dessas manifestações, apreender a sua feição espiritual característica. Tratando-se dum homem como S. Martinho de Dume, cuja produção científica, pelo menos a que nos resta, é relativamente pequena, tal caracterização psicológica seria ainda de grande utilidade, porquanto permitir-nos-ia julgar duma actividade intelectual possìvelmente existente, embora històricamente de difícil verificação. Terá sido S. Martinho apenas homem de acção e erudito legislador, ou antes um pensador de intensa vida intelectual, de afinada sensibilidade — alma vibrátil que vive e sente a necessidade de manifestar a sua vida? O desejo de perfeição, e talvez de aventura, que o atraiu aos mosteiros do Oriente, o espírito de apostolado que o levou dali para a Galiza, a sua santidade, e até

um certo pendor natural para a poesia, apresentam-nos S. Martinho como homem de intensa vida interior. Assim o terão visto, certamente as almas que o procuraram como director espiritual (1). Deste modo fazemos de S. Martinho a ideia de um monge de vasta erudição e profundo saber nas ciências do espírito. A orientação, porém, das obras que nos restam mostra-nos que a sua actividade se exerceu mais no campo da moral e da ascética que na especulação das questões dogmáticas. E isto está em perfeito acordo com o testemunho do seu amigo Venâncio Fortunato: «Non oblectamini tam pompa dogmatum quam norma virtutum» (2) — juízo que julgamos ser dos mais verdadeiros que se proferiram acerca de S. Martinho.

No entanto, a cultura teológica do Santo Arcebispo de Braga deve avaliar-se mais pela formação que, certamente, recebeu. O primeiro dado biográfico que conhecemos de S. Martinho, depois daquele que nos revela a sua pátria, mostra-no-lo em peregrinação ao Oriente — mais determinadamente à Palestina — onde adquire grande caudal de ciência (3). O tempo em que S. Martinho por ali se demorou corresponde ao reinado de Justiniano, época fortemente agitada por constantes lutas religiosas, originadas nas questões cristológicas que os concílios de Éfeso e Calcedónia não conseguiram cercear. Se bem que grande parte dos motivos destas lutas fossem de ordem política, a questão pròpriamente doutrinal não era vivida menos febrilmente. Entre os principais focos de combate destacam-se os mosteiros, designadamente os da Palestina (4).

A cultura destes mosteiros era tal que dos meados do século V em diante a influência teológica e social passou dos bispos para os abades (5). E a época a que nos estamos referindo corresponde a um período de esplendor em que brilham as figuras de S. Sabas e S. Teodósio (6). Outro sintoma da vida intensa do monaquismo palestinense está, sob um certo aspecto, no renascimento vigoroso de doutrinas origenistas entre os monges do princípio do século VI e intensificado, sobretudo, a partir da morte de S. Sabas em 532 (7).

Pronunciadas neste ambiente denso de santidade e ciência e ventilado por tantas lutas doutrinais, as palavras de Gregório de Tours «in tantum se litteris

---

(1) Cf. VENANTIUS FORTUNATUS, *Epistola ad D. Martinum bracarensem episcopum* (PL 88, 180); e *Carmen ad Martinum Galliciensem* (PL 88, 184).

(2) VENANTIUS FORTUNATUS, *Epistola ad D. Martinum* (PL 88, 180).

(3) Cf. GREGÓRIO TURONENSE, *História Francorum* V 38 (PL 71, 352).

(4) Cf. COURET A., *La Palestine sous les empereurs grecs* (Paris 1869, 160-168, 195-202).

(5) LECLERCQ H., *Cénobitisme* in DACL II, 3162.

(6) Cf. LECLERCQ, *ibid.*, 3163s.

(7) BRÉHIER L., *La Politique religieuse de Justinien* in FLICHE A.-MARTIN V., *Histoire de l'Église* (IV, Paris 1937, 458).



São Martinho de Braga a oferecer a sua *Formula Vitae Honestae* ao Rei suevo Miro

(Miniatura do século XII. Viena de Austria, Biblioteca Nacional, Códice 791)

imbuit ut nulli secundus suis temporibus haberetur» ([8]), à primeira vista tão enfáticas, tornam-se bem mais verosímeis. Com efeito, não é lá muito crível que um homem da envergadura, que S. Martinho mais tarde revelou, ficasse alheio à teologia que então se disputava.

Na sua viagem para o Ocidente, o futuro apóstolo da Galiza parece ter-se demorado ainda nas Gálias ([9]), onde, havia pouco, tinha falecido S. Cesário d'Arles, último representante desse grande centro de cultura que foi o mosteiro de Lérins.

Não faltaram, portanto, a S. Martinho ocasiões propícias à aquisição de sólida e profunda formação teológica e científica.

Terá sido realmente assim?

Razões que nos inclinam a responder afirmativamente a esta pergunta dão-no-las as obras do santo, a sua acção apostolizadora na Galiza e o testemunho dos seus contemporâneos.

A obra de S. Martinho de maior elevação teológica parece-nos ser uma pequena carta intitulada «*De trina mersione*» ([10]).

Por si este pequenino tratado não bastaria para fazer a glória do seu autor; é, todavia, confirmação da cultura que a formação de S. Martinho, como vimos, nos deixou prever. Além da visão rápida e precisa das repercussões que a liturgia baptismal pode ter sobre o dogma trinitário, revela uma erudição bastante minuciosa, se tivermos em vista o carácter mais ou menos secundário da questão agitada. Com efeito, S. Martinho conhece, para aduzir em abono da sua opinião, a autoridade de Roma e das cristandades do Oriente, as exposições dos Padres e os livros sacramentais. Conhece bem assim, além da carta do seu predecessor Profuturo, o comentário de S. Jerónimo às epístolas de S. Paulo e as actas de S. Silvestre ([11]).

Outro opúsculo de carácter quase totalmente dogmático é o sermão inti-

---

([8]) GREGORIUS TURONENSIS, *Historia Francorum* (PL 71, 352).

([9]) Assim o faz supor a correspondência epistolar que mais tarde manteve com Venâncio Fortunato e a boa estima em que era tido pela rainha Santa Radegundes e outras religiosas de Arles. A opinião daqueles que vêem em S. Martinho não só um enviado de Deus mas também um emissário dos reis francos supõe ainda uma permanência junto desses reis suficiente para os convencer do valor do emissário. Cf. DAVID P., *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ au XII^e^ siècle* (Lisboa — Paris 1947, 118, 56); e PEREZ DE URBEL, *Los monjes españoles en la Edad Média* (1 184).

([10]) A autenticidade desta obra parece-nos indiscutível.

([11]) Cf. MARTINUS DUMIENSIS, *De Trina mersione* (ed. AMARAL C. do, *Vida e opúsculos de S. Martinho Bracarense*, Lisboa 1803, 232s.).

tulado «*De correctione rusticorum*» (12). Nele não afirma o autor tão manifesta como no primeiro a sua cultura, contudo ela é bem patente, embora dum modo negativo, pela exclusão de erro (13). A própria simplicidade e clareza de exposição são títulos em seu favor, nada desprezíveis.

A carta intitulada «*De Pascha*», sobre o tempo em que a Páscoa deve ser celebrada, apresenta também aqui e ali afirmações de carácter dogmático, mas a sua autenticidade é ainda bastante incerta (14).

Existem ainda nos cânones coligidos por S. Martinho e conhecidos sob o nome de «*Capitula Martini*», bem como nos do segundo concílio de Braga, dados de grande importância para a história da doutrina sacramentária, mas são mais documentos da doutrina e praxe litúrgica duma província eclesiástica que originalidades reveladoras do pensamento dum autor.

Há, porém, uma pequena obra que alguns julgam poder atribuir a S. Martinho, a qual só por si bastaria para tornar o seu nome para sempre glorioso. É o símbolo «*Quicumque*». Constituem um ponto do tema, que aceitámos para desenvolver neste congresso, as relações que S. Martinho possa ter com a origem deste símbolo. Poderemos ordená-las nas três questões seguintes: Terá sido S. Martinho o autor de todo o símbolo? Terá sido autor ao menos de uma de suas partes? Terá sido o seu compilador?

A resposta a estas perguntas obrigar-nos-ia a entrar nas questões da unidade e da origem do «*Quicumque*», mas os resultados dos estudos feitos até

---

(12) Obra, cuja autenticidade é também universalmente aceite. Dela existe uma edição bastante cuidada, feita por CASPARI C. P., *Martin von Bracara's Schrift «De Correctione Rusticorum»* (Cristiania 1883, 1-44). Desta edição nos serviremos no presente trabalho.

(13) Adiante, ao analisarmos a doutrina teológica de S. Martinho, procuraremos explicar algumas imperfeições de terminologia que nesta obra encontramos.

(14) Da nossa parte encontramos um argumento de ordem doutrinal contrário à autenticidade martiniana desta carta nas palavras seguintes:

«Passio Christi redemptio est creaturae, de qua Apostolus ait quod subjecta fuerit servituti, non sua sponte, sed propter eum qui eam subjecit in spe: quia ipsa liberabitur a servitute interitus cum libertate filiorum Dei. Haec creatura est spiritus vitae, qui creavit omnia terrenae corporaturae, subjectus in eam spem, ut de corruptelae interitu cum libertate filiorum gloriae liberetur: quae utique in hodie subiecta est servituti, in qua mundus effectus est, quam Christus per Passionem suam liberare venisset, et servavit, ut in eo tempore pateretur, quo creatura subiecta erat servituti; ut qui dies illi tristae fuerat, idem laetitiae redderetur». MARTINUS BRACARENSIS, *De Pacha* (PL 72, 49). Estas palavras de sabor gnóstico e maniqueu parece-nos que não poderiam ter sido pronunciadas por S. Martinho, adversário do priscilianismo que sabemos herdeiro das sobreditas heresias. Seria pelo menos imprudente falar daquele modo num meio ainda em convalescença de reminiscências priscilianistas.

hoje neste sentido talvez nos dispensem desse trabalho que tornaria esta dissertação demasiado longa.

Quanto ao lugar de origem, há três regiões que retêm maioria de votos da parte dos estudiosos: a Espanha, o norte da Itália e a Gália meridional (15). Todos três, mas principalmente as duas primeiras, têm ainda hoje partidários de valor.

A questão do lugar não exclui, portanto, possibilidade de se revindicar para S. Martinho esta honra, mas a questão do tempo, segundo o nosso modo de ver, tira-nos todo o direito de o fazermos. Com efeito, o «*Quicumque*» é conhecido de vários autores anteriores a S. Martinho, como S. Agostinho, S. Vicente de Lérins, Fausto de Riez e Cesário d'Arles. E se é certo que as citações da parte trinitária são mais frequentes, as da parte cristológica também não são raras (16).

A mesma possibilidade de S. Martinho ser o compilador ou unificador destas duas partes nos parece dever ser rejeitada, pois o símbolo aparece já completo numa colecção de homilias composta nos «*ateliers*» de pregação popular que S. Cesário d'Ales dirigia (17).

---

(15) O principal fautor da primeira opinião é KUNSTLE K., *Antipriscilliana* (Freiburg, in B. 1905, 204s.). MICHEL A., *Symboles*, in DTC XIV 2931, diz ter ainda esta opinião sérias probabilidades. O P. BREWER H., *Das sog. Athanasianische Glaubensbekenntnis ein Werk des hl. Ambrosius* (Paderborn 1909) criou em 1909 a segunda corrente, atribuindo o «*Quicumque*» a S. Ambrósio. A sua tese conquistou o parecer de muitos críticos de valor e encontrou um novo defensor no P. SHEEPENS, *Pour l'Histoire du Symbole Quicumque* in *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 32 (1936) 548-569, que indica no seu artigo as principais adesões que a tese do P. Brewer tinha já recolhido. Houve também quem contra ele se pronunciasse, e talvez com razão. Cf. PALANQUE J.-R. in *Revue d'Histoire Ecclésiastique* 32 (1936) 941 nota 2.

TIXERONT G., *Athanase (Symbole de saint)* in DTC I 2178-2187, propos em 1923 a terceira opinião, atribuindo, o «*Quicumque*» a algum dos escritores que floresceram no século V-VI em torno do mosteiro de Lérins.

— O nome de S. Martinho de Dume aparece em alguns manuais de patrologia conexo com o símbolo «*Quicumque*» mas não pudemos determinar qual o autor que primeiro fez essa conexão.

(16) Seja-nos lícito aduzir aqui apenas uma, pertencente a uma homilia da célebre colecção pseudo-eusebiana que provàvelmente, segundo as conclusões da tese que defendemos em Roma, pertence a Fausto de Riez: «... venit in mundum non deposita sed seposita maiestate: perfectus et verus homo, unus Christus: non alter ex patre, alter ex virgine, sed aliter ex patre aliter ex virgine: inde divina, hinc humana substantia: duplex natura, sed tamen Dei et hominis una persona: ita coniunctus Deus homini sicut anima corpori». *Maxima Bibliotheca Patrum* (VI, Lugduni 1677 621 B).

(17) Cf. MORIN D. G., *L'origine du symbole d'Athanase; témoignage inédit de S. Césaire d'Arles* in *Revue Bénédictine* 44 (1932) 207s.

Outras obras de carácter dogmático que seguramente se possam atribuir a S. Martinho não conhecemos.

Não se sentindo forçado a trabalhos teológicos por adversários que do campo da heresia lhe saíssem ao encontro, o santo Arcebispo dirigiu as energias do seu espírito para problemas de vida moral e ascética e da disciplina eclesiástica da sua província. O seu povo não precisava que o constrangessem a crer rectamente, mas sim a viver a fé e a progredir no amor; e doutra parte parece também ser mais conforme ao feitio do bispo monge a vida espiritual e perfeita.

Entre as obras de S. Martinho, temos, pois, a pequena carta «*De Trina Mersione*» como índice da sua erudição teológica. Encontraremos outras confirmações nas obras de estranhos.

Posto que não possamos determinar com precisão o papel desempenhado por S. Martinho na conversão dos suevos, a aceitação que teve na corte, a criação da diocese de Dume para ele e a sua ascenção rápida à sé metropolitana de Braga, mostram-no-lo superior aos bispos seus contemporâneos. Esta preferência torna-se ainda mais notória, se considerarmos que S. Martinho era um estranho.

Os testemunhos daqueles que o conheceram ou que ouviram de perto a sua fama não são menos eloquentes. Venâncio Fortunato, embora reconheça nele mais forte tendência para o cultivo das virtudes, afirma que a filosofia e a teologia lhe eram conhecidas e familiares (18); e num cântico que lhe dedica diz que ele foi para a Galiza Pedro na virtude e Paulo na doutrina e no dogma (19). Descontando mesmo o que há de ênfase nesta aproximação, fica-nos sempre que S. Martinho foi o mestre e o doutor da cristandade da Galiza, numa fase de purificação e entusiasmo, como é a da conversão.

Vem a propósito notar aqui o título de doutor com que S. Martinho é honrado no missal bracarense de 1558.

S. Gregório de Tours, S. Isidoro de Sevilha e o décimo Concílio de Toledo, todos eles falam também com singular admiração e grande encómio do santo arcebispo de Braga (20).

---

(18) Cf. VENATIUS FORTUNATUS, *Epistola ad D. Martinum* (PL 88, 180). Venâncio nomeia mesmo expressamente Hilário, Gregório, Ambrósio e Agostinho, mas parece que não quer com isso atribuir a S. Martinho o conhecimento daqueles autores, mas sim designar a teologia sob o nome de quatro dos seus maiores expoentes.

(19) Cf. VENATIUS FORTUNATUS, *Carmen ad Martinum Galliciensem* (PL 88, 183).

(20) Já citámos acima o elogio de S. Gregório de Tours, cf. *supra*, p. 3. Os elogios do X concílio de Toledo referem-se mais à santidade de S. Martinho. S. Isidoro de Sevilha di-lo «fide et scientia clarus», *Chronica Suevorum* (PL 83, 1082). A palavra «fide» não significa nesta passagem a ciência do dogma, em oposição à moral

Chegados a este ponto poderemos afirmar que os argumentos estudados: o ambiente em que S. Martinho se formou, o nível teológico revelado em suas obras, a influência que exerceu na Galiza e o testemunho que dele deram os seus contemporâneos, provam apodìticamente ter ele sido teólogo de grande valor?

— Certamente que não. Parece-nos, porém, absolutamente exacto dizer que esses mesmos argumentos tornam legítima, e até muito provável, a opinião de que S. Martinho foi não só bom jurista, moralista experiente e humanista culto, mas também teólogo erudito, não possuidor talvez de personalidade e ideologia própria, mas senhor da teologia do seu tempo.

★

A análise da doutrina teológica das obras de S. Martinho, que constitui a segunda parte do nosso trabalho, virá comprovar esta afirmação. Procuraremos examinar esses documentos, colocando-os no ambiente doutrinal em que apareceram.

Primeiro que tudo ser-nos-á grato, porque une a frescura duma recordação infantil à admiração reverente duma história muito antiga, estudar um pouco o «*Creio em Deus Pai*» que S. Martinho ensinava aos nossos avós de há mil e quatrocentos anos.

Para nos ficarem mais patentes as particularidades do «*Credo*» de S. Martinho, dá-lo-emos na sua edição crítica ([21]), entre duas formas ocidentais características do símbolo dos apóstolos, mais antiga uma, mais moderna a outra, a «forma romana antiquior» ([22]) e a «forma romana recentior» ([23]). Depois procuraremos estudar a génese dessas variantes.

---

ou aos conhecimentos profanos expressos na palavra «scientia», mas sim virtude ou santidade, em oposição à ciência ou cultura.

([21]) MB, *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI 26-28). Daqui em diante passaremos a designar S. Martinho pela sigla MB.

([22]) Esta «forma», está na origem das várias «formas» ocidentais do símbolo dos apóstolos. Tomamo-la de DENZINGER-BANNWART, *Enchiridion Symbolorum* 24 (Barcelona 1946, n. 2). A sua fonte, porém, é RUFINUS, *Commentarius in symbolum Apostolorum* (PL 21, 335B).

([23]) Representa o primeiro estádio, digamos, da «forma» actual. É-nos dada pelo primeiro sermão do «Missale Gallicanum vetus», o qual sermão MORIN G., *Le symbole de S. Césaire d'Arles* in *Revue Bénédictine* 46 (1934) 178-189, atribui a S. Cesário d'Arles.

	«*F. r. antiquior*»	*S. Martinho*	«*F. r. recentior*»
1.	Credo in Deo Patre omnipotente (*al.*: Deum Patrem omnipotentem *etc.*)	Credo in Deum Patrem omnipotentem	Credo in Deum patrem omnipotentem
2.	et in Christo Iesu, unico Filio eius, Domino nostr.	Et in Iesu Christo Filio eius unico, Deo et Domino nostro	Credo et in Iesum Christum Filium eius Unigenitum sempiternum
3.	qui natus est de Spiritu Sancto ex Maria Virgine	qui natus est de Spiritu Sancto a Maria Virgine	qui conceptus est de Spiritu Sancto, natus de Maria Virgine
4a.	crucifixus sub Pontio Pilato et sepultus	Passus sub Pontio Pilato, crucifixus et sepultus	passus est sub Pontio Pilato, crucifixus mortuus et sepultus
b.		descendit ad inferna	descendit ad inferna
5.	tertia die resurrexit a mortuis	tertia die resurrexit vivus a mortuis	tertia die resurrexit a mortuis
6a.	ascendit ad coelos	ascendit in coelos	ascendit ad coelos
b.	sedet ad dexteram Patris	Sedet ad dexteram Patris,	Sedet ad dexteram Dei Patris omnipotentis:
7.	inde venturus est iudicare vivos et mortuos	Inde venturus judicare vivos et mortuos	inde venturus iudicare vivos et mortuos
8.	et in Spiritu Sancto	Credis in Sanctum Spiritum	Credo in Spiritum Sanctum
9a.	sanctam Ecclesiam	Sanctam ecclesiam	Sanctam Ecclesiam
b.		catholicam	catholicam
10a.			sanctorum communionem
b.	remissionem peccatorum	remissionem omnium peccatorum	remissionem peccatorum
11.	carnis resurrectionem	carnis resurrectionem	carnis resurrectionem
12		et vitam aeternam	vitam aeternam. Amen.

No artigo 2.º, S. Martinho conserva, com a «forma antiquior», o verbo «credere in» com ablativo, enquanto que na «forma recentior» aparece «credere in» com acusativo. S. Agostinho, no *Comentário ao Evangelho de S. João*, distingue três graus de fé baseados em três construções latinas do verbo «credere». Delas, a mais perfeita é a expressa pelo verbo «credere» com «in» e acusativo, porque, além da adesão intelectual à veracidade divina, além da certeza que exprime da existência do ser em quem crê, designa também o movimento amo-

roso da alma, um caminhar, uma doação total do homem ao ser em quem acredita ([24]).

Fausto de Riez reserva este terceiro grau de fé ùnicamente para Deus; e porque no seu símbolo se empregava a forma «credere in» para as três pessoas divinas, funda precisamente nela um argumento para provar a igualdade do Espírito Santo ao Pai e ao Filho ([25]). No caso de S. Martinho, que no primeiro artigo emprega o acusativo e no segundo o ablativo, pensamos que não esteja latente tal diferença de atitude de alma, mas que se deu ùnicamente a persistência duma fórmula antiga ([26]).

Aliás o perigo de se considerar o Filho inferior ao Pai é imediatamente corrigido por outra particularidade, que pensamos tenha sido introduzida nos símbolos espanhóis pelo próprio S. Martinho ou pelos bispos que trabalharam na conversão dos suevos. É a palavra «Deo» antes de «Domino nostro» que afirma explìcitamente contra o arianismo a divindade de Jesus.

No artigo seguinte o nosso símbolo conserva-se ainda conforme à «forma antiquior», não obstante a «forma recentior» «qui conceptus est de Spiritu Sancto, natus ex Maria Virgine» ser conhecida, desde o princípio do século V, na liturgia mediolanense, e na segunda metade do mesmo século, testificada no sul da Gália ([27]).

Vem a seguir uma série de variantes que têm grande interesse no estudo da origem e influência do símbolo bracarense. A ordem cronológica e geográfica dos testemunhos dessas variantes geram em nós a persuasão de que elas caminharam do Oriente para o Ocidente, trazidas talvez pelo próprio S. Martinho.

([24]) «Quid est ergo credere in Eum? — Credendo amare, credendo diligere, credendo in Eum ire et Eius membris incorporari». AUGUSTINUS, *In Joannis Evangelium* tract. 29 n. 6 (PL 35, 1631).

([25]) Cf. FAUSTUS REIENSIS, *De Spiritu Sancto* I c. 1 (CSRL XXI 103, 10-21.)

([26]) No artigo oitavo aparece de novo o acusativo. Isto revela que não havia uma imperfeição doutrinal consciente no artigo segundo. Se assim fosse, teria sido certamente corrigido esse artigo.

([27]) Aparece no *Sermão 213* de SANTO AGOSTINHO (PL 38, 1061) que, segundo a opinião comum dos autores, reproduz o símbolo da igreja mediolanense. Cf. BATTIFOL P, *Apôtres (Symbole des)* in DTC I 1665. No sul da Gália é atestada por FAUSTO DE RIEZ em *Homiliae de Symbolo* (ed. CASPARI C. P. *Die beiden Faustus von Reii angehoerigen Homilien über das Symbol in der den Namen des Eusebius von Emesa tragenden Homiliensammlung* in *Kirchenhistorisch Anecdota* I Christiania 1883, 316-341). S. Martinho no texto deste sermão emprega já a expressão «carnem humanam ex utero Maria Virginis... ex Spiritu Sancto conceptam». MB, *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI, p. 19).

Temos, em primeiro lugar, o particípio «passus» do artigo IV. O primeiro documento desta variante é o *De fide ortodoxa* de Gregório d'Elvira, na Espanha ([28]), mas o segundo, Nicetas de Ramesiana ([29]), compatriota de S. Martinho, faz supor uma origem oriental. Aparece, depois, em S. Martinho e em Etério, bispo de Osmo ([30]).

A segunda cláusula do mesmo artigo IV «descendit ad inferna» é documentada por Rufino, aí pelo ano de 400, como particular da igrepa de Aquileia ([31]). Depois vemo-la aparecer na «forma recentior», em S. Martinho, em S. Ildefonso ([32]), Etério e na liturgia mosárabe ([33]).

A palavra «vivus», que é quase um pleonasmo na frase «resurrexit a mortuis», tendo aparecido pela primeira vez na *Paradosis* de S. Hipólito, passa em seguida de Nicetas para S. Martinho e deste aos outros símbolos espanhóis.

Daqui até ao artigo 9.º não há nenhuma variante de maior importância. Neste, porém, encontramos o importante atributo «catholicam». Eusébio de Verseil emprega a locução «Ecclesia catholica» num texto muito provàvelmente dependente do símbolo ([34]), todavia é Nicetas de Ramesiana que costuma ser apresentado como primeira testemunha ocidental da existência daquela palavra no «credo». Depois aparece em Fausto de Riez ([35]), em S. Martinho e em vários pontos da Espanha.

É de notar, em seguida, a ausência da cláusula, «sanctorum communionem», que todavia aparece já em autores anteriores, por exemplo em Fausto de Riez ([36]).

O último artigo «vitam aeternam» parece ter aparecido também pela pri-

---

([28]) Cf. ALTANER B. *Patrologia vers. ital* de FERRUA A. (Torino 1944, 254).

([29]) NICETAS RAMATIANENSIS, *Explanatio symboli* (PL 52, 871 A).

([30]) ETHERIUS ET BEATUS, *Etherii episcopi Uxamensis et Beati presbyteri adv. Elipandum archiepiscopum Toletanum libri duo* (PL 96, 906 D).

([31]) Cf. RUFINUS, *Commentarius in symb. ap.* (PL 21, 356 A).

([32]) ILDEFONSUS, *Liber de cognitione batismi* (PL 96, 127 B).

([33]) Cf. *Liber Ordinum* (ed. FEROTIN 185).

([34]) Eis o texto: «Novit hoc omnipotens Deus et Eius Unigenitus... Filius qui... tertio die resurrexit, ad dexteram, Patris sedet, venturus iudicare vivos et mortuos, novit et Spiritus Sanctus, testis est *Ecclesia catholica*». EUSEBIUS VERCELENSIS, *Epistola 2 ad presbyteros et plebem Italiae* (PL 12, 950 D-951 A).

([35]) Cf. FAUSTUS REINSIS, *Homiliae de Symbolo* (ed. CASPARI, *Ungedruckte, umbeachtez und wenig beachtete Quellen zur Gesehichte das Tanfsymbols und der Glaubensregel* (II Christiania 1866, 204).

([36]) Aparece bem assim em Nicetas de Ramesiana, mas não é certo se constitui, neste autor, pròpriamente um novo artigo do «credo», ou se é só uma explicação da catolicidade da Igreja. A ausência dela em S. Martinho favorece esta segunda hipótese.

meira vez em Nicetas, depois é atestado por muitos escritores, entre os quais S. Martinho como primeiro da península.

Depois destes rápidos confrontos é fácil de ver o interesse que o «*De Correctione Rusticorum*» tem para a história peninsular desse breve juramento de fé, no qual estamos acostumados a ouvir o timbre metálico das nossas vozes infantis, esquecidos talvez do tom venerando duma espécie de eternidade que centenas de gerações lhe têm dado.

Ouvida esta breve profissão dos principais dogmas da fé cristã, vamos examinar alguns pontos doutrinais em particular. Demorar-nos-emos um pouco mais sobre a cristologia e sobre alguns dados que oferece para doutrina sacramentária, mas, para procedermos sistemàticamente, importa apontar também outros pontos da sua doutrina teológica.

Nos preliminares da teologia, a par da veneração que S. Martinho nutre para com a Sagrada Escritura (37), é justo salientar o valor que dá ao argumento tradicional, principalmente às decisões de Roma que considera de «certissimae auctoritatis» (38) e aos livros litúrgicos (39).

O termo tradição, que por aqueles tempos estava mudando de significado (40), quer dizer em S. Martinho uma praxe ou doutrina conservada através dos tempos. O costume de baptizar com tríplice imersão é «antiqua et apostolica traditio» (41). O seu pensamento está portanto mais conforme ao primitivo significado desta palavra «doutrina oral de origem apostólica».

★

De Deus, S. Martinho defende enèrgicamente, contra a idolatria, a sua unidade e glória de Criador e reserva para Ele a omnisciência (42).

A sua doutrina trinitária, que ocupa grande parte da carta «*De Trina Mersione*» resume-se também ao enunciado do mistério. S. Martinho não pretende penetrar na Trindade para observar a Sua vida íntima, feita pelas processões divinas, nem considera cada pessoa divina em particular. Enuncia com precisão o dogma e defende-o contra os perigos que a mudança da liturgia baptis-

---

(37) Nos *Capitula*, c. 67 (PL 130, 583) proibe que nas igrejas se leiam outros livros além dos canónicos.

(38) MB, *De Trina Mersione* (ed. AMARAL, 233).

(39) Cf. MB, *ibid.*, 234.

(40) Cf. TIXERONT G., *Histoire des dogmes* 6 (III, Paris 1922, 326s.).

(41) Cf. MB, *De Trina Mersione* (ed. AMARAL, 233).

(42) «Solius Dei est, antequam aliquid fiat, scire». MB, *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI, 18).

mal — três imersões e uma só invocação da Trindade — poderia trazer. Baptizar com três imersões e três invocações seria favorecer o arianismo; baptizar com uma só imersão e uma só invocação seria abrir a porta ao sabelianismo. Este confronto entre o subordinacionismo ariano e o modalismo sabeliano dá ainda maior nitidez à doutrina católica defendida por S. Martinho. Aliás a sua terminologia latina tradicional: «substantia-persona», «unitas-distinctio» é de si precisa. Uma só vez aparece, menos rectamente, «differentia», em vez de «distinctio» (43). Parece também distinguir entre «substantia» e «divindade» quando diz «unam demonstremus Deitatis substantiam» (44), mas não passa duma simples dificuldade de expressão.

★

Sobre a criação, glória que, como dissemos, é tenazmente reivindicada para Deus (45), a narrativa de S. Martinho é um resumo da narração bíblica do mesmo facto. Só acerca dos anjos há motivo de observação.

À parte a existência, a provação, a queda duma parte deles, e a intervenção benfazeja dos anjos bons e maléfica dos demónios na vida dos homens, o período áureo da literatura patrística no Ocidente deixou por determinar várias questões da angelogia, vg. a do momento em que foram criados, da sua natureza, etc..

Quanto à primeira, é certo que S. Martinho coloca a criação dos anjos antes da dos homens, criados precisamente para substituir os anjos que pecaram (46). Provàvelmente essa criação ter-se-á dado logo depois da dos dois elementos gerais. céu e terra: «Cum fecisset, diz, Deus in principio coelum et terram; in illa coelesti habitatione fecit spiritales creaturas, id est angelos» (47).

Quanto à segunda, vários Padres e escritores eclesiásticos, durante o século V, vacilaram sobre a pura espiritualidade dos anjos. S. Martinho chama-lhes «spiritales creaturas» (48), mas estas palavras não bastam para definir o seu pensamento, pois muitos que admitiram uma certa corporeidade nos anjos empregaram a mesma terminologia.

---

(43) Cf. MB, *De Trina Mersione* (ed. AMARAL, 234).

(44) MB, *ibid.*

(45) S. Martinho critica o costume de dar aos dias da semana o nome dos deusses pagãos «qui nullum diem fecerunt». *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI, 11. Cf. 42).

(46) Cf. MB, *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI, 4).

(47) MB, *ibid.*, 2.

(48) MB, *ibid.*

Decaídos da glória primitiva, os demónios começaram a infestar o ar atmosférico e a perseguir os homens, afastando-os do culto do verdadeiro Deus. A sua incorporação nos elementos da natureza foi origem da idolatria ([49]). Todavia, o seu poder é limitado sempre pela vontade divina ([50]).

★

Tal como a dos anjos, a criação do homem é contada com a singeleza das narrativas bíblicas. Nela impõe-se-nos destacar a doutrina sobre o pecado original, porquanto é como que o preâmbulo da doutrina cristológica. S. Martinho fala ainda aqui dum modo popular.

O pecado de Adão foi, sem dúvida, uma desobediência, mas as consequências que teve sobre o resto da humanidade, em que estado ficou esta perante Deus, de que modo e até que ponto foi atingida a sua natureza, estas questões que tinham agitado o pensamento cristão no Ocidente, desde os fins do século IV até princípios do VI, não caberiam na simplicidade do «*De Correctione Rusticorum*».

Não obstante, porém, o carácter popular desta obra, não nos é impossível depreender quais os efeitos do pecado em que S. Martinho mais insiste. Dentre todos eles — expulsão do paraíso, morte, e trabalhos — a ignorância que levou os homens a abandonar o culto de Deus Verdadeiro, é aquele que predomina por todo o sermão. Pode ser, porém, que esta insistência não seja provocada pròpriamente pelo modo de pensar do autor, mas exigida pela finalidade da obra; e é o mais provável ([51]).

★

Em harmonia com esta doutrina do pecado original, a finalidade primeira da incarnação de Cristo foi reeducar o homem, libertá-lo dos erros idolátricos em que tinha caído. A razão mesma de assumir a natureza humana, que segundo muitos Padres chefiados por S. Leão, teria sido a necessidade que dela tinha o Verbo para poder padecer e para que os méritos da Paixão se comunicassem

([49]) Cf. MB, *ibid.*, 7. 10.

([50]) «Non tamen sine permissione Dei nocent». MB, *ibid.*, 11.

([51]) As relaõçes entre a graça e o livre arbítrio também têm eco nas páginas de S. Martinho. Exortando os seus ouvintes, o santo arcebispo de Braga, como bom pregador, diz: «...et vita aeterna et mors aeterna in arbitrio hominis posita est. Quod sibi elegerit unusquisque, hoc habebit». *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI, 24); mas noutra passagem o seu modo de falar é mais cauteloso: «Non iussit Deus hominem futura cognoscere, sed ut semper in timore illius vivens, ab ipso gubernationem et auxilium vitae suae speret». *Ibid.*, 18.

à mesma natureza, para S. Martinho está na necessidade que o mesmo Verbo dela tinha para poder ser visto ([52]).

A morte de Cristo aparece na economia redemptiva de S. Martinho como um facto secundário: «Postquam docuit, voluit pro humano genere mori» ([53]). Foi sofrida, sim, em favor do género humano, mas de que modo lhe aproveitou, não o diz S. Martinho.

Poderemos concluir daqui que o santo arcebispo foi um partidário da teoria mística da redenção? — Seria precipitação fazê-lo.

Poderemos ainda dizer que a sua doutrina soteriológica seja antes teológica que antropológica, que seja mais nítido na sua mente o zelo da glória de Deus que a caridade para com os homens a salvar? — Não. Todo o sermão está feito de modo a fazer ressaltar a utilidade da incarnação para o homem. A sua própria reeducação é um meio de o libertar do inferno e de lhe permitir a entrada no céu. Estes dois destinos do homem menciona-os o autor imediatamente antes de falar da incarnação. Simplesmente: S. Martinho conhece dois meios de redenção — que, é claro, não se excluem — o ensino de Cristo a Sua Paixão, e faz mais insistência sobre o primeiro. Lembramos de novo que o andamento do discurso impunha esta direcção.

As razões da incarnação levaram-nos a falar da missão soteriológica de Cristo, antes de termos considerado a sua própria natureza. Sobre este ponto somos obrigados a reconhecer uma certa imperfeição de terminologia em S. Martinho. Ao referir-se à natureza humana de Cristo usa sempre o termo «carne»: «et quia non poterat Filius Dei ab hominibus videri, accepit *carnem humanam* ex utero Mariae Virginis... Natus ergo in *humana carne*... et ut verum *carnem suam* ressurrexisse monstraret... et inde in fine istius mundi venturus est cum *ipsa carne*, quam secum levavit in coelis» ([54]). Depois das heresias apolinarista e monofisita era de esperar uma terminologia mais cautelosa. Mas não haverá aqui uma intenção oculta de reivindicar a dignidade da carne contra laivos maniqueístas do priscilianismo, porventura ainda existentes?...

Este pensamento leva-nos a antecipar a escatologia de S. Martinho.

★

Uma das verdades que o primeiro cânone do segundo concílio de Braga manda se inculque na pregação, é precisamente a ressurreição da carne; e o sermão «*De Correctione Rusticorum*» obedece com fidelidade a essa prescrição.

([52]) Cf. MB, *ibid.*, 19.
([53]) MB, *ibid.*.
([54]) MB, *ibid.*, 19, 21.

Nos textos acima citados, referentes à ressurreição de Cristo, a preocupação de dignificar a carne humana é tangível. Relativamente à ressurreição dos homens há textos semelhantes. Depois de afirmar a ressurreição de todos, diz: «et erunt animae illorum cum *carne sua* in requie aeterna» (55). E referindo-se aos condenados: «...et in aeternum ignem cum *carne sua* in inferno mittentur... et *caro illa* iam de resurrectione recepta...» (56).

A razão da nossa ressurreição é a ressurreição de Cristo, que é nossa cabeça, sendo nós seus membros: «Nam sicut ipse Dominus Noster Jesus Christus Filius Dei, qui est caput nostrum in carne sua resurrexit a mortuis; ita et nos, cúi sumus membra ipsius ressurrecturos nos in carne nostra in fine saeculi speramus» (57).

Conhecendo nós o meio em que S. Martinho foi educado, não estranharíamos se nele encontrássemos qualquer ideia de sabor mais ou menos origenista. Não sucede, porém, assim. A eternidade do dúplice destino humano é claramente afirmada (58), e a identidade do corpo ressuscitado é bem patente nos textos que temos transcrito. Do mesmo modo, a universalidade do juízo final que alguns escritores restrigiam aos pecadores, excluíndo dele os justos e os infiéis ou apóstatas (59), é para S. Martinho uma verdade que não sofre dúvidas (60).

A natureza da felicidade dos justos consiste na isenção da morte e de todo o sofrimento, acompanhada do gozo duma glória que torna os justos semelhantes aos anjos (61). Pelo contrário, o castigo dos condenados consiste também numa eternidade de tormentos, entre os quais é expressamente designado o fogo (62).

Há dois pontos da escatologia católica que S. Martinho não toca: o juízo particular e o purgatório. É sabido, porém, que estas verdades da fé cristã só durante o século V e VI adquiriram nitidez e é S. Cesário d'Arles o primeiro a falar delas explìcitamente (63).

---

(55) MB, *ibid.*, 22.
(56) MB, *ibid.*, 23.
(57) MB, *ibid.*, 42.
(58) Cf. MB, *ibid.*, 22-24.
(59) Cf. RIVIÈRE, *Jugement* in DTC VIII 1794.
(60) Cf. MB, *ibid.*, 22.
(61) Cf. MB, *ibid.*, 22.
(62) Cf. MB, *ibid.*, 23.
(63) Cf. TIXERONT, *Hist. des Dogmes* III 426s; e RIVIÈRE, *Jugement* in DTC VIII 1794-1797.

★

Onde os textos de S. Martinho têm mais valor é certamente na sacramentologia. Não porque ofereçam doutrina original, mas porque são documentos da praxe litúrgica com a qual os sacramentos têm particular conexão.

Notámos já as relações que ele descobria entre a liturgia baptismal e a fé na SS.ma Trindade; e sabemos que os seus receios de sabelianismo não foram mais tarde respeitados por S. Gregório Magno, que permitiu a S. Leandro baptizar com uma só imersão. Não nos demoraremos a completar esta liturgia com os dados que o *De Correctione Rusticorum* nos forneceria. Procuraremos sòmente apreender o pensamento de S. Martinho acerca dum «sinal» que ele diz recebe o cristão no seu baptismo.

Repreende o santo arcebispo aqueles que, esquecendo-se do sinal da cruz, prestam fé a sinais supersticiosos, e que em vez de recitar o «Credo» e o «Pater» em determinadas circunstâncias da vida ou sobre diversos objectos, usam fórmulas de encantamento. Esses tais, diz, perdem o «sinal» que no baptismo receberam: «Quicumque ergo, contempto *signo crucis Christi*, alia signa aspicit, *signum quod in baptismo accepit*, perdidit (64).

No primeiro caso refere-se ao sinal da cruz real, ao costume de se benzer em dadas circunstâncias; no segundo, ao sinal da cruz recebido no baptismo e que permanece mìsticamente no cristão como distintivo. Não é o carácter porque se pode perder, mas um primeiro esboço ideológico desse elemento da doutrina sacramental, que séculos mais tarde se devia tornar verdade definitiva.

O sacramento da confirmação é talvez aquele sobre cujo rito tem havido mais incertezas e que mais profundas e frequentes variantes tem sofrido através dos séculos. Para determinar a sua verdadeira matéria, os estudiosos deram-se ao estudo do modo como ele era administrado nos primeiros séculos da Igreja, mas não chegaram ainda a acordo. O Padre Galtier pensa que na Igreja latina, antes de Carlos Magno, o elemento essencial da conformação era a imposição das mãos, como rito perfeitamente distinto da consignação ou crisma (65). D. de Puniet, ao contrário, tem que, fora da igreja africana, nas igrejas ocidentais, antes de Carlos Magno, o elemento essencial deste sacramento era a consignação ou crisma, pelo menos juntamente com a imposição das mãos que se lhe seguia (66).

---

(64) Cf MB, *ibid.*, 35s.

(65) Cf. GALTIER P., *Imposition des mains* in DTC VIII 1319-1394; e *La consignation dans les Églises d'Occident in Revue d'Hist. Ecclés.*, 13 (1912) 257-301.

(66) Cf. DE PUNIET P., *Confirmation* in DACL III 2531-2534.

Para esta disputa S. Martinho contribui com os três textos seguintes cuja interpretação depende do modo de ver de cada um dos autores:

Capitula, 23: «Poenitens tantum si necessitas aut usus exegerit inter ostiarios prius deputetur vel inter lectores, ita ut Evangelia vel Apostolum non legat. Si qui autem ante ordinati sunt, inter subdiaconos habeantur, ita ut *manum non imponant* aut sacra non contingant» PL 130, 578.

51: «Omni tempore episcopis liceat chrisma conficere et per suas dioeceses destinare; ita ut ad dirigendum chrisma diaconus aut subdiaconus ante diem paschae de singulis ecclesiis ad episcopum destinentur PL 130, 581.

52: »Presbyter, praesente episcopo, non signet infantes, nisi forte ab episcopo fuerit illi praeceptum» PL 130, 581.

Além da confecção do crisma que no capítulo 51 é claramente reservado ao bispo, temos indicados nestes textos dois ritos: a *imposição da mão* e a *consignação*.

Quanto ao primeiro, imposição da mão, parece-nos certo não se referir à confirmação, primeiro porque a imposição das mãos, colativa do dom do Espírito Santo, era reservada exclusivamente ao bispo (67); e segundo porque os escritores latinos do século IV-VI evitam designar a confirmação com aquele nome (68).

Além disso, a redução ao subdiaconado parece dar a entender que esta «imposição da mão», proibida aqui ao presbítero penitente, era permitida ainda ao grau de diácono.

Quanto ao segundo, a consignação, será simplesmente um rito complementar do baptismo ou será realmente a confirmação? — Parece ser efectivamente a confirmação. O concílio de Barcelona de 599, num cânone dependente do cânone IV do segundo concílio de Braga, diz que o crisma enviado aos presbíteros é «proneophytis confirmandis» (69).

A importância da imposição das mãos como rito de iniciação nota-se sobretudo na África e é devida à questão dos rebaptizantes e dos donatistas. Além disso, os escritos que a põem em conexão com a colação do Espírito Santo dependem quase sempre dos Actos dos Apóstolos.

---

(67) Cf. GALTIER, *Imposition des mains* in DTC VII 1363.

(68) Cf. DE PUNIET, *Confirmation* in DACL III 2531.

(69) MANSI, *Conciliorum amplissima collectio*, X 482. Cf. também DE PUNIET, *Confirmation* in DACL III 2531s.

Outro sacramento de tradições obscuras e confusas é o da penitência. S. Martinho tem sobre ele algumas passagens de difícil interpretação, precisamente porque, dada a evolução da disciplina penitencial na sua época, não sabemos que praxes eram seguidas então na Galiza.

É certo que existia a penitência canónica, composta de três partes: confissão, expiação pública e reconciliação. O 23.º dos seus *Capitula* é sobre este ponto decisivo: «ex poenitente enim dicimus de eo qui post baptismum pro homicidio aut pro diversis criminibus aut gravissimis peccatis *publicam poenitentiam sub cilicio gerens* divino fuerit reconciliatus altario» ([70]). A determinação dos anos de penitência, feita em alguns dos *Capitula* de S. Martinho, é também um eco da mesma disciplina litúrgica ([71]).

Todavia, o simples facto de julgar necessário precisar o significado de penitente, como faz no sobredito cap. 23.º, dá a entender que havia outra espécie de penitência. No «*De Correctione Rusticorum*» há um texto que é agora oportuno transcrever: «Noli dubitare de misericordia Dei. Tantum fac in corde tuo pactum cum Deo ut iam non amplius culturas doemonum non colas, nec praeter Deum coeli alium adores, neque homicidium facias, neque adulterium aut fornicationem, non furtum facias, non periures. Et cum hoc Deo ex toto corde tuo promiseris, et ulterius peccata ista non feceris, fiducialiter veniam a Deo spera. Quia sic dicit Deus per propheticam Scripturam: in quacumque die injustus oblitus fuerit iniquitates suas et fecerit iustitias, et ego obliviscar omnes iniquitates eius. Poenitentiam ergo peccatoris Deus exspectat. Poenitentia autem ista vera est, ut iam amplius homo non faciat mala quae fecit, sed de praeteritis peccatis indulgentiam petat, et de futura caveat, ne ad ipsa iterum revolvatur, sed magis e contrario opera bona exerceat ut esurienti elemosynam porrigat, hospitem lassum revigeat et quod vobis vultis fieri hoc aliis facite» ([72]).

Os pecados mencionados neste texto constituem o elenco de crimes gravíssimos que S. Martinho enumera noutras passagens da mesma obra. Não obstante, o seu modo de falar aqui é cheio de benignidade e não menciona explìcitamente qualquer penitência. Limita-se a exigir uma sincera reforma de vida e a aconselhar obras de misericórdia. Terá, no entanto, intenção de impor aos seus ouvintes os rigores da penitência pública, ou conhecerá S. Martinho alguma das mitigações que a disciplina penitencial tinha já então sofrido ([73]), por exemplo, a de cumprir secretamente a expiação?

([70]) MB, *Capitula* (PL 130, 578).
([71]) Cf. MB, *Capitula*, 31. 71. etc. (PL 130, 579. 584).
([72]) MB, *De Correctione Rusticorum* (ed. CASPARI 37s.).
([73]) Cf. TIXERONT, *Hist. des Dogmes* III 6 396.

Parece mais prudente temperar a benignidade do texto presente com o rigor da lei dos *Capitula*. S. Martinho, que tinha feito a lei, determinando períodos de penitência, até para pecados mencionados no texto citado (74), não iria dar o exemplo de relaxação da mesma. Exortar à contrição interior não quer dizer dispensar da praxe litúrgica.

★

São estes os pontos doutrinais que se nos afiguraram mais dignos de atenção; e é tempo de concluir.

Na primeira parte do nosso estudo não ousámos afirmar S. Martinho um génio em teologia, mas a opinião que formámos e procurámos justificar da sua não pequena cultura teológica parece-nos absolutamente legítima e não exagerada. A análise da doutrina, feita na segunda parte, não a veio modificar. Pelo contrário, criou-nos a persuasão de que sob a simplicidade e clareza duma exposição isenta de erro como a do *De Correctione Rusticorum* está latente um domínio seguro e esclarecido dos problemas da Fé. A clareza da exposição importa segurança e clareza de pensamento.

Tivemos a preocupação de fixar tudo aquilo que pudesse desfazer o conceito formado. Notámos, sim, algumas imperfeições, erros pròpriamente ditos não.

A inexactidão da terminologia cristológica é justificável pela intenção anti-prisciliana, ou pelo menos desculpável pelo carácter despreocupado da obra.

O relevo dado à ignorância entre os efeitos do pecado original era pedido como explicação dos erros supersticiosos e idolátricos que Martinho se propôs combater.

O silêncio sobre o juízo particular e o purgatório não significa negação ou sequer ignorância. Se S. Martinho não fala destas verdades, não fala também das crenças opostas, como era a da dilação do prémio ou castigo para o dia do juízo final.

Doutra parte as suas obras, como a análise doutrinal delas revelou, não são desprovidas de interesse para o teólogo. O texto do símbolo apostólico é

(74) MB, *Capitula*, 71 (PL 130, 584): «Si quis paganorum consuetudinem sequens, divinos et sortilegos in domo sua introduxerit... quinque annis poenitentiam agat»; *Cap.* (PL 130, 586); «Si quis de corpore exiens, novissimum necessarium communionis viaticum expetit, non ei denegetur. Quod si in desperatione positus, post perceptam communionem interum sanus fuerit factus, tantum orationis particeps sit, nam non accipiet sacramentum donec constitutum poenitentiae impleat tempus».

importante para a história dessa regra de fé na Península, e até para a da formação da sua forma actual.

Os documentos sobre a confirmação e a penitência não devem ser esquecidos pelos investigadores dessas praxes litúrgicas, tão cheias de significado teológico.

Embora, pois, não possamos afirmar que seja a teologia a razão principal da glória de S. Martinho, é-nos grato reconhecer que também sob este aspecto a sua obra tem interesse e se impõe à consideração dos estudiosos.

Seminário da Luz, 10-X-1950.



SUA SANTIDADE O PAPA PIO XII

que ao Congresso enviou a Sua paternal
Bênção Apostólica e auspiciosos votos

(Reprod. do baixo-relevo da autoria
do Prof. Dr. Luis de Pina)

Subsídios e achegas para o Estudo Filológico de dois Vocábulos da Toponímia portuguesa — Dume e Panoias —

por MANUEL DE BOAVENTURA

Não me foi possível descortinar da importância que poderia ter a vila luso-romana DUMIO, nos subúrbios da capital sueva, quando S. Martinho aportou a esta parte da Península e aqui ergueu o mosteiro, que dedicou ao seu conterrâneo e homónimo, S. Martinho, bispo de Tours.

Possìvelmente: simples granja, casa de campo, ou quinta de utilidade agrícola, postada à orla da floresta — a «dumo» — que circundava a urbe.

Da hipotética raiz celta — dum' — que designa plaino, terra baixa, ao contrário de outra raiz céltica — dunn' — que significa elevação, altura, (duna, medão de areia), saiu, por certo, o vocábulo latino — dumus-i, (sarça, espinheiro, mata de espinho), que se documenta com este verso de Virgílio:

«Sylva fuit late dumis, atque ilice nigra» (Eneiada 1-9).

A Dumio luso-romana, seria, pois, o pequeno agregado urbano, ou propriedade rústica, junto da floresta, ou dentro dela.

Na «Prosódia» de Bento Pereira, relacionado e aparentado com «dumus», encontramos mais:

«Dumerum» — bosque áspero; «dumosus» — coisa de brenha; «dumeo» e «dumesco» — fazer-se brenha ou espinhal; e o verbo «dumo-as-avi-atum» — plantar, encher de mato.

No «Elucidário», de Viterbo, há referências a Dume, sob os voc.[os] Abade-bispo, Bispo-palatino, Concilio, Columelo, Familia (servorum), Monge, Prestamo etc. mas nada elucida acerca da origem etimológica. Nos dicionários contemporâneos, aparentado morfològicamente, aparece: «duma», assembleia, parlamento; e palmeira do Egito; «dumo», árvore

de S. Tomé. E um adjectivo — «dumicolo» — que vive nas matas, sarças, ou bosquedos e deriva do latim — «dumus», brenha; e «colere», habitar.

Muito respeitável esta opinião do escritor e arqueólogo, doutor Manuel Monteiro: — «A vila luso-romana ficava no sopé do Castrum Maximus, hoje Monte de Castro. Ora o castro era «-dum-» e só com este apelativo devia ser conhecido pelos suevos: daí «Vila-Dum e consequentemente — Dume».

PANOIAS — Há várias localidades, no país, com esta designação, além da freguesia das cercanias de Braga, limítrofe de Dume: Uma é na Beira, a 6 quilómetros da Guarda; outra no Alentejo, concelho de Ourique.

Tanto Viterbo, como Pinho Leal, falam da Terra de Panoias, na província de Entre-Douro-e-Minho; e numa cidade antiquíssima da Lusitânia, nas proximidades de Vila-real e fundada pelos celtas.

Nos fragmentos (sic) do concílio lucense, fala-se duma povoação, denominada — PANÓNIAS — pertencente à Sé de Braga.

É Pinho Leal que dá a informação e acrescenta: «Ignora-se que nome teve esta povoação, antes da invasão romana; o de Panónias (que o povo corrompeu em Panoias), é latino».

Panoia, ou panaia, é o nome de uma gramínea, semelhante à aveia susceptível de ser farinada: dá pão!

A Panónia danuviana é terra fértil, como férteis são todas as Panoias lusas, inscritas e descritas no «Portugal Antigo e Moderno».

É certo que da freguesia de Panoias não se fala, ainda, a quando da demarcação dos territórios do bispado de Dume, em 911; nem tão pouco nas «Inquirições de 1258, ordenadas por Afonso terceiro. Quer dizer: o aglomerado humano não existia por aqueles tempos.

Mas isso não invalida que determinada clareira, no coração da brenha, a curta distância do mosteiro, fosse aproveitada para sementeiras de pão e horta; ou, ainda, para pastio de gados.

Afigura-se-me aceitável que S. Martinho (ou algum dos Abades, seus sucessores), ao verificar a fertilidade do terreno e em homenagem à sua província natal, chamasse à tomadia agricultada, — a agra, ou campo de Panónias. Mais tarde o povo, pela lei do menor esforço, viria a chamar Panoias, à aldeia ali fundada.

É uma hipótese: os Mestres se pronunciarão!

L'organisation ecclésiastique du Royaume suève au temps de Saint Martin [1]

pelo CÓNEGO DOUTOR PIERRE DAVID
Professor da Universidade de Coimbra

L'absence de documents sur l'organisation politique du royaume suève ne permet pas de savoir si plusieurs rois ont régné en même temps dans différentes villes comme il arrivait par exemple dans la France mérovingienne: mais l'unité du royaume n'en subsistait pas moins. C'est l'organisation ecclésiastique qui est la preuve et le cadre de cette unité.

Nous ignorons aussi à quelle date le royaume suève s'étendit sur une partie importante de la province de Lusitanie, au sud du Douro, comprenant alors les évêchés de Coimbra, Lamego, Viseu et Idanha. En tout cas il est certain que la division politique rompit le cadre traditionnel des anciennes provinces hispano-romaines; c'est seulement vers le milieu du VII[e] siècle, plus d'un demi-siècle après la destruction du royaume suève, que le métropolitain de Lusitanie ramena sous son autorité les évêchés situés entre Douro et Tage: on peut se demander si ce ne fut pas seulemente au VII[e] siècle que le cadre des anciennes provinces civiles fut définitivement adopté comme cadre des divisions ecclésiastiques.

I. *Nombre des évêchés.*

Au premier concile de Braga (561) nous trouvons, autour du métropolitain Lucretius de Braga, six évêques des diocèses ordinaires, et un septième qui est l'évêque de la colonie bretonne, encore organisée selon les formes popres à l'Eglise celtique. Si l'on se rappelle que l'évêché-monastère de Dume présente lui aussi un caractère très particulier et n'est pas installé dans une des anciennes

---

(1) Publica-se o resumo e não a comunicação, dado que o ilustre Autor faleceu sem no-la ter enviado.

cités hispano-romaines, on pourra croire que cinqué vêchés seulement, six avec la métropole, correspondaient aux anciennes cités; mais nous ne sommes pas sûrs que tous les évêques du royaume suève aient assiste à ce premier concile.

On doit pourtant tenir, pour certain que de nouveaux évêchés furent créés dans l'intervalle de temps qui sépare le premier concile du second (572). Cette augmentation du nombre des sièges épiscopaux est certainement due à l'initiative de Martin lui-même, après son élevation à la dignité metropolitaine, sans exclure naturellemente une entente avec le roi. A titre d'hypothèse on a le droit de supposer que cinq nouveaux diocèses purent être créés alors. Nous pensons qu'Idanha fut alors detaché de Coimbra et Lamego de Viseu; l'ancien diocèse métropolitain de Braga parait avoir été divisé en trois: un siège épiscopal fut créé a Magnetum (Meinedo) et peu après transféré au Porto; l'autre siège épiscopal détaché de Braga est probablement Tuy; cette hipothèse est fondée sur l'identité d'organisation entre ces trois diocèses, nettement plus développés que les autres. Il est probable que le siège d'Orense a été au même moment détaché de celui d'Astorga, dont l'antiquité est bien établie.

II. Formation du *concilium* ou *synode* de Lugo.

La reorganisation de l'episcopat dans le royaume suève n'a pas entrainé la formation d'une nouvelle métropole; seul l'evêque de Braga possède les prérogatives du métropolitain; jamais le titre de métropole n'est donné à Lugo, ni celui de métropolitain, à son évêque. Mais les évêchés sont répartis en deux groupes: Coimbra, Idanha, Viseu, Lamego, Porto et Dume restent sous l'autorité immediate de Braga; l'évêque de Lugo est le chef d'un second groupe, appelé *concilium ou synodus* qui comprend Tuy, Orense, Astorga, Iria, Lugo et l'Eglise des Bretons. Lugo n'a jamais été une métropole au sens canonique du mot; la notice qui se lit en tête du pretendu concile de Lugo, dans lequel nous avons reconnu la liste des paroisses du royaume suève (Parochiale), n'est pas authentique.

III. Organisation paroissiale.

On sait qu'il y a lieu de distinguer, parmi les églises diocésaines, celles qui sont de véritables paroisses, et celle beaucoup plus nombreuses qui sont des églises de domaines ou des basiliques dédiées aux martyrs. Les églises proprement paroissiales forment le véritable cadre de l'administration diocésaine et sont une expansion du siège cathédral.

Le *Parochial*, transmis sous le nom erroné de concile de Lugo, nous donne la liste des paroisses de chacun des diocèses relevant de la méttropole de Braga. Nous y constatons une différence considérable selon les diocèses. Idanha a seulement trois centres paroissiaux et Coimbre seulement six; Lamego en a six et Viseu neuf.

Mais quand nous arrivons au groupe Braga — Porto — Tuy, nous trouvons une, organisation paroissiale beaucoup plus développée, comparable à la situation des évêchés francs les mieux organisés comme Tours et Reims: trente paroisses pour Braga, vingt-cinq pour Porto, dix-sept pour Tuy. Il paraît évident que ces trois diocèses sont ceux qui ont bénéficié le plus directement de l'activité de Saint Martin.

Astorga a dix paroisses parmi lesquelles on trouve le nom de Léon; Orense a le même nombre; il faut signaler que plusieurs de ces paroisses sont désignés, non par un toponyme désignant une localité, mais par un nom qui est celui de groupes ethniques; ce qui permet de croire que l'organisation sociale, au nord du Minho, est restée beaucoup plus archaïque. Iria compte huit paroisses, dont six portent des noms de groupes ethniques; pour Lugo la liste originale ne comprend que quatre noms, dont deux sont ceux de groupes ethniques.

Ce ne sont pas seulement les concile de Braga, les collections canoniques et monastiques dues à Saint Martin, son traité des *De correctione rusticorum* qui permet d'apprécier l'activité du grand métropolite de Braga: la liste même des paroisses nous donne une idée précise du zèle organisateur qu'il déploya dans sa province, et principalement dans les territoires de Braga, de Porto et de Tuy, dans lesquels ce zèle put se développer plus efficacement.

S. Martinho na formação do Sentimento Nacional (1)

Pelo Dr. ALBERTO FEIO
(Director da Biblioteca e Arquivo de Braga)

O Entre Douro e Minho constituiu, sob o domínio romano, uma certa unidade social. Os *populi Bracari* compreendiam agrupamentos étnicos menores, as *civitates*, e com estas se organizou o Conventus Bracaraugustanus. Alargado na sua influência, veio à formar na circunscrição administrativa de Caracala a Província da *Gallaecia*, com a capital em Braga. Natural é ver, neste agrupamento de certa autonomia, um indício da geração duma individualidade própria.

Prègado o cristianismo na Península, já no IV século está organizada a *Ecclesia* bracarense. Por este tempo, a Igreja católica tinha como regra estabelecer na metrópole civil a metrópole eclesiástica. Paterno, primeiro Bispo que a história regista em Braga, deveria ser também um metropolita, porque assim o dispunha o cânon IX do Concílio de Antioquia de 341. Seus sucessores o eram de certeza. O ideal evangélico, servido por um quadro espiscopal de escol, era propagado intensamente, criando assim um particularismo espiritual que mantinha a individualidade interamnense, cimentando-a em laços de fraternidade, que não foram destruídos na dissolução do mundo antigo.

No meio do barbarismo a Igreja continuou a unir o sentimento dos homens.

A primeira conversão dos suevos e o seu regresso à Igreja Católica são obra dos Bispos de Braga. Nesta obra se destaca o grande S. Martinho Dumiense.

Por sua prègação e apostolado, a região de Entre Douro e Minho atinge a mais desenvolvida religiosidade de todo o noroeste peninsular, como mostra o Paroquial Suevo, restituído ao seu valor histórico pela esclarecida e notável crítica do Senhor Prof. Pierre David.

---

(1) Publica-se o resumo porque o ilustre Autor faleceu sem haver entregue a comunicação *in extenso*.



MARECHAL ANTÓNIO ÓSCAR FRAGOSO CARMONA
então Presidente da República Portuguesa
e Presidente da Comissão de Honra Nacional do Congresso

Ao lado das paróquias deviam ser também numerosos outros centros de culto — as Igrejas Privadas — partícipes da fraternidade cristã.

Os usos políticos germânicos, contrários ao unitarismo, por um lado, e por outro o zelo apostólico de S. Martinho levaram à divisão da Província em dois sínodos, ficando o de Braga com as dioceses da futura terra portuguesa. Esta descentralização eclesiástica, obedecendo talvez a uma tendência política, deu lugar a que S. Martinho, como metropolita, pudesse ser um centro mais activo da união dos sufragâneos *in unitatem fidei*.

O homem da idade-média foi chamado o *homem sentimental*. Pelo sentimento se formam as nacionalidades. Nasceu pela comunhão de ideias, de interesses e de aspirações, como disse Fustel de Coulanges. São realidades de feição psicológica, como traduziu o Prof. Damião Peres.

O homem de Entre Douro e Minho, criador de Portugal, foi dominado pelo sentimento religioso e com a unidade da Fé criou a unidade psicológica, que o havia de levar a constituir a nacionalidade.

S. Martinho de Dume, pela sua extraordinária acção pastoral, contribuiu largamente para a formação da unidade espiritual do povo portucalense.

El Testamento de San Martin de Dumio

pelo Prof. Doutor ALFONSO GARCIA GALLO
Catedrático de la Universidad de Madrid

El estudio del testamento en España en los tiempos que corren desde el establecimiento de los pueblos germánicos en ella hasta la invasión de los árabes, se ha reducido casi siempre al análisis de los textos legales referentes a esta institución (1). Recientemente, el Profesor Merêa, con su habitual agudeza y crítica, ha extendido su examen a las Fórmulas o modelos que para la redacción de los testamentos fueron tenidas en cuenta en aquella época y al testamento del obispo Vicente de Huesca, del año 576, que excepcionalmente ha llegado a nosotros (2). La escasez de fuentes para el conocimiento de la época visigoda, sin embargo, hace imposible en la mayoría de los casos llegar a conclusiones seguras.

---

(1) Sobre el testamento romano-visigodo, vid.: M. CONTRAT: *Breviarium Alaricianum. Römisches Recht im fränkischen Reich in systematischer Darstellung.* Leipzig, 1903, 360-422; *Die Entstehung des westgotischen Gaius.* Amsterdam, 1905, 42-43; *Der westgothische Paulus.* Amsterdam, 1907, 191-97, 200-202. — G. G. ARCHI: *L'Epitome Gai, Studio sul tardo Diritto romano in Occidenti.* Milan, 1937, 253-315.

El testamento tal como aparece regulado por las leyes visigodas, ha sido estudiado por F. DAHN: *Westgothische Studien. Entstehungsgeschichte, Privatrecht, Strafrecht, Civil-und Straf-Process und Gesammkritik der Lex Visigothorum.* Würzburg, 1875, 137-39. — K. ZEUMER: *Historia de la legislación visigoda.* Trad. del alemán por C. CLAVERÍA. Barcelona, 1944, passim. — F. SCHUPFER: *Il Diritto privato dei popoli germanici con speciale riguardo all' Italia,* IV, Roma, 1909, 186 y sigts. — S. MINGUIJÓN: *Historia del Derecho español,* Cuaderno VII°, Zaragoza, 1924, 111-20. — M. TORRES LÓPEZ: *El Derecho privado, penal y procesal,* en *Historia de España* dirigida por R. MENÉNDEZ PIDAL. III, *España visigoda (414-711 de J. C.),* Madrid, 1940, 243. — G. VISMARA: *La successione volontaria nelle leggi barbariche,* en *Studi in onore di Arrigo Solmi* II, Milán, 1941.

(2) M. P. MERÊA: *Sobre o testamento hispânico no século VI,* en *Anuario de Historia del Derecho español* XVI, 1945, 86-99 ó en sus *Estudos de Direito visigótico.* Coimbra, 1948, 105-19.

Inexplicablemente, los investigadores no han tenido en cuenta en sus trabajos ciertas referencias al testamento de San Martín de Dumio, que aparecen en un decreto promulgado por el Concilio X de Toledo, que aportan datos de gran valor para el estudio de la institución. Creo, por ello, de interés el estudio de este texto y su contraste con lo que sabemos por otras fuentes.

El Concilio X de Toledo, celebrado en el año 656, además de promulgar varios cánones de carácter disciplinario, tuvo ocasión, como es sabido, de intervenir por vía judicial en dos casos, referentes ambos a la metrópoli de Braga. El decreto dictado por el Concilio sobre el segundo de ellos, único que aquí interesa ([3]), fechado el día 1 de diciembre del año citado, nos informa de que el *vir inluster* Wamba, en nombre del rey Recesvinto, presentó al Concilio los testamentos de San Martín y de Recemiro o Riciniro, que habían sido obispos de la sede de Dumio. Del testamento de San Martín solo nos dice el decreto mencionado, que en él el testador encomendó al rey y sus sucesores que cuidasen de su cumplimiento. Del testamento de Recemiro, por el contrario, se indica con cierto detalle su contenido: el importe íntegro de los tributos y de la venta de los frutos debería entregarse anualmente a los pobres; igualmente, se daban a éstos todas las cosas que poseía la iglesia de Dumio en el tiempo en que el testador fué ordenado y las que se adquirieron durante su vida mediante su propia industria o el trabajo de los siervos de aquella, vendiendo algunas para repartir su precio; y finalmente, concedía la libertad a gran número de siervos de la iglesia (cincuenta o quinientos, según los códices). Ante la queja de la Iglesia de Dumio el Concilio declaró irrito el testamento y nulo en cuanto perjudicase a aquella.

El texto de uno y otro testamento, por desgracia, no ha llegado a nosotros. Las referencias del decreto del Concilio, como se ha visto, si permiten conocer en sus líneas generales la última voluntad del obispo Recemiro, apenas nos dicen nada sobre la de San Martín. Y sin embargo, parece que el testamento de este último jugó un papel de cierta importancia en la resolución del caso planteado por el del primero. Esto se desprende del hecho de su presentación ante el Concilio, en 656, al cabo de tres cuartos de siglo de la muerte del testador; pues no cabe pensar que en este momento pudiese tratarse de su ejecución

([3]) El decreto del Concilio falta en algunos códices. Se encuentra en las ediciones de la *Hispana* al final de las actas del Concilio X de Toledo. Vid. la edición de F. A. GONZALEZ: *Collectio canonum Ecclesiae Hispanae*, I, Madrid, 1808; reproducida en MIGNE: *Patrología latina* LXXXIV, 91-848, y por T. TEJADA Y RAMIRO: *Colección de cánones de la Iglesia española y de América*, publicada en latín y traducida al castellano con notas e ilustraciones. II, Madrid, 1850, 420-21). Lo reproduce también el P. E. FLÓREZ: *España Sagrada* XVIII, Madrid, 1764, 304-6.

o de discutir su validez. El testamento de San Martín hubo de presentarse ante el Concilio, sin duda alguna, porque en él se establecía una situación de hecho o derecho, que condicionaba las disposiciones del testamento de Recemiro. En el decreto del Concilio, sin embargo, no aparece cual pudiese ser la relación entre ambos documentos.

Ocupémonos, en primer lugar, del testamento de San Martín. El decreto del Concilio destaca sólo dos hechos: la construcción del monasterio de Dumio por San Martín, y que el testamento se presentó al Concilio por el rey porque el Santo había dispuesto que el citado testamento fuese cumplido por los monarcas sucesores. Los redactores del decreto no creyeron oportuno destacar ninguna otra circunstancia. No parece que atribuyesen al hecho de la fundación del monasterio por San Martín un valor especial, porque lo mencionam simplemente de pasada *(qui et Dumiense monasterium visus est construxisse)*. En cambio, lo que subrayan los Padres del Concilio es que el testamento les fué enviado por el rey porque a éste había encargado el Santo su cumplimiento.

Esto nos plantea un problema difícil de resolver. El de determinar el carácter de la intervención real en este caso. Es evidente que el príncipe tenía el testamento en su poder, porque había de cuidar de su ejecución; ésto lo dice el decreto, sin dejar lugar a dudas. Tal circunstancia era contraria a la legislación visigoda, que expresamente disponía que el testamento debía guardarlo el heredero más favorecido (4), pues aparte de que no parece presumible que San Martín transmitiese la mayor parte de sus bienes al rey, a éste se le considera como mero encargado del cumplimiento. Igualmente, era contraria al Derecho romano, que ordenaba se guardasen los testamentos y demás escrituras publicadas ante la curia o asamblea local en esta misma, bajo pena de nulidad (5). Nos encontramos aqui, pues, ante una especialidad, no sabemos si más o menos general, de la costumbre jurídica en territorio suevo, cuando menos.

---

(4) *L. iud.* V, 5, 10 *ant.:* «Cui debeant testamenta vel scripture conmendate restitui. Testamentum ab eo, cui fuerit commendatum, posteaquam hoc ante testes publicaverit, sicut est in legibus constitutum, illi, qui maiorem partem de eodem testamento est consecuturus, reddatur heredi».

(5) *C. Th.* IV, 4, 4. = *Br. Th.* IV, 4, 4 e *interpr:* «Testamenta omnium ceteraque, quae apud officium censuale publicari solent, in eodem reserentur nec usquam permittatur fieri ulla translatio. Mos namque retinendus est fidelissime vetustatis, quem si quis in hac urbe voluerit inmutare, irritam mortuorum videri faciet voluntatem. — Interpretatio: Testamenta omnia vel reliquas scripturas apud censales in urbem Romam voluit publicari, hoc est ut in reliquis regionibus apud curiae viros testamenta vel quaecumque scripturae actis firmari solent, gestorum allegatione muniantur. Si vero mortuorum voluntates actis reseratae non fuerint, nihil valebunt».

Y nos hallamos, también, en presencia de una especie de ejecutor testamentario, nombrado por el testador (6).

Este presunto ejecutor — caso de serlo, el más antiguo conocido en España (7) — aparece con un carácter diferente del que suele presentar en tiempos posteriores. No es un «intermediario de la transmisión» de los bienes hereditarios; es decir, uma persona que recibe éstos y como titular de los mismos cumple en su propio nombre los deseos del difunto (8). La función del ejecutor, en este caso, se agota al llevar a cabo la transmisión de los bienes; lo que no ocurre en el caso comentado, donde todavía a los setenta y seis años de la muerte de San Martín, el rey sigue actuando para cumplir el testamento.

El príncipe no posee los bienes hereditarios, ni en el decreto del Concilio se alude a un derecho real sobre ellos. Habla el decreto, en cambio, de haber recibido aquel del Santo una *commendatio* para el pleno cumplimiento de lo dispuesto en el testamento *(ad complementum ejus ipsius testamenti constitutio)*. Si acaso el verbo *commendare* referido a las cosas encomendadas, supone en documentos de época mas tardía «la existencia de un derecho real del ejecutor» (9), — lo que tampoco está claro —, en el testamento de San Martín tal derecho no aparece; lo que se encomienda no son los bienes de la herencia, ni siquiera el documento mismo, sino el cumplimiento de las disposiciones testamentarias. La *commendatio* del testamento no supone, en este caso, su mera custodia (10); sino un derecho y una obligación por parte del *commendatarius* de perfeccionarlo *(ad complementum)*.

Commendare, fué usado en la época clásica en la acepción de encomendar u ordenar la realización de un acto, con un sentido imperativo; de tal manera, que el empleo de la forma *commendo* en una disposición de última voluntad hacia nulo el estabelecimiento de un fideicomiso, por carecer tal palabra del sentido de ruego consubstancial de este (11). Pero también se usó *commendare,*

(6) *Concilio X de Toledo,* decreto último: «decreverat [San Martin], ut succedentibus per ordinem regibus *ad complementum* ejus ipsius testamenti constitutio *commendata* maneret».

(7) M. P. MERÊA: *Sobre as origens do executor testamentario,* en *Anais da Academia Portuguesa da História* II, Lisboa, 1940, 13-32. En sus *Estudos* 117 observa que el ejecutor solo aparece claramente en el siglo VII y aun entonces en las donaciones.

(8) Cf. en este sentido, MERÊA: *Sobre as origens do executor testamentario* 17.

(9) Asi, lo afirma MERÊA: *Sôbre as origens do executor testamentario* 17, con referencia a los documentos citados en la nota 14. — No veo en estos ningún derecho real atribuible al comendatario.

(10) Como ocurre en *L. iud.* V, 5, 10 *ant:* (Vid. el texto en la nota 4).

(11) *Dig.* XXXII, 11 § 2 Ulpiano: «Si ita quis scripserit: «illum tibi commendo», Divus Pius rescripsit, fideicommissum non deberi; aliud est enim personam commen-

en la época postclásica y a raiz de las invasiones, cuando menos en España, para designar el acto de colocar una cosa en depósito o bajo la custodia de una persona. *Commendatio* podía ser tanto la situación en que se encontraba la cosa puesta en depósito ([12]), como la relación existente entre dos personas una de las cuales se hallaba bajo la protección de la otra ([13]). La primitiva acepción de *commendare* como encargo de realizar un acto, no se perdió en el transcurso del tiempo y todavía en los siglos X y XI personas que no habían dispuesto por escrito de sus bienes, *commendabant* a otras que los transmitiesen a quienes aquellas decidían ([14]).

---

dare, aliud voluntatem suam fideicommittentis heredibus insinuare». — En *Dig.* XXXIV, 1, 5 Modestino, la palabra *commendo* se emplea en un testamento en sentido imperativo, como *iussio*. — *Breviario, Paulo* IV, 1, 6: «Fideicommitere his verbis possumus: rogo, peto, volo, mando, deprecor, cupio, iniungo. Desidero quoque et impero verba utile faciunt fideicommissum. Relinquo vero et commendo nullam fideicommisi pariunt actionem. — Interpretatio: Si quando fideicommissum relinquitur, precativis verbis relinqui potest, ut roget quis, iniungat, petat, speret, ut id quod fidei suae commissum est, ad eum, quem testador voluit, sicut iniunxit, ita faciat pervenire. Nam si dicat quis: dimitto hoc illi, vel commendo, quia verba directa sunt, fideicommissi locum habere non possunt». — MERÊA: *Novos estudos* 111 n. 8 supone que el texto de Paulo, que sufrió interpolaciones, se refería originariamente a la frase «illum tibi commendo» (Vid. antes el texto de Ulpiano), pero no a la sola palabra *commendo*, que considera sinónima de *mandare*, cuyo sentido originario es «confiar». Observese, sin embargo, que en la *interpretatio* de Paulo ha desaparecido la palabra *mando*, que se encontraba en el texto, y que se insiste en la ineficacia de *commendo* a efectos de establecer un fideicomiso.

([12]) C. von SCHWERIN: *Notas sobre la historia del Derecho español mas antiguo*, en *Anuario de Historia del Derecho español* I, 1924, 37-38. — Vid. las referencias de C. ZEUMER: *Leges Visigothorum*, Hannover-Leipzig, 1902, 504 s. v. *conmendare* (en *Monumenta Germaniae Historica, Legum*, I). — Vid. tambien el texto reproducido en la nota 20.

([13]) La idea de protección que encierra *commendare aparece* manifiesta cuando se refiere a las personas. Así, en *C. Eurico* 310 y *L. iud.* V, 3, 1 *ant.:* [Buccellarius] si vero alium patronum elegerit, habeat licentiam cui se voluerit commendare»; *L. iud.* V, 3, 4 *ant.:* «quicumque patronum suum reliquerit et ad alium se forte contulerit, ille, cui se conmendaverit det ei terram» — *L. iud.* V, 1, 4 *ant.:* «Heredes episcopi seu aliorum clericorum, qui filios suos in obsequium ecclesie conmendaverit, et terras vel aliquid ex munificentia ecclesie possederint...»

([14]) 982, Lorvão (*Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867, núm. 136, pág. 83): «Non est enim dubium set multis manet notum, eo quod fuit Suario Sandiniz absque filiis legitimis et dum venit ad ora exitus sui adcomendavit sua causa et suas hereditates ad suo iermano Fredenando Sandiniz que misisset sua causa pro sua anima in monasteriis, in ecclesiis, in pauperibus, vel in captivis ut cuncta sua causa per sua manus fuisset distributa... Ideo ego Fredenando ad vicem persone iermani mei Suarii adimplendo illius volumptatem vel peti-

No es éste, sin duda, el sentido que *commendare* tiene en el decreto del Concilio toledano que hace referencia al testamento de San Martín. Había en este caso un testamento con un contenido, pues se habla de la *testamenti constitutio*. Hemos visto la improbabilidad de que la misión del rey fuese tan solo la de distribuir y transmitir los bienes de la herencia, pues aparte de no ser precisa la intervención de un mediador en el Derecho romano ni en la legislación visigoda, al cabo de setenta y seis años de muerto el testador semejante tarea debía estar plenamente cumplida. El encomendar a los distintos reyes que sucediesen en el trono el cumplimiento del testamento, supone atribuirles una misión permanente; que excede del simple reparto o entrega de unos bienes. Esta misión debió ser, sin duda, la de velar para que no se alterase la situación creada por el testamento. De esta forma se lograba la perfección o *complementum* de las disposiciones testamentarias.

Los reyes visigodos fueron, por tanto, no solo ejecutores de la última voluntad de San Martín — ellos, a no duarlo, cuidaron de que se cumpliese a su muerte —, sino guardadores de la misma en tiempos posteriores. Lo que no nos dice el decreto del Concilio, ni podemos averiguar por otro conducto, es cual pudo ser la figura jurídica a que se adaptó esta situación. El P. Flórez supuso que el príncipe tenía los derechos inherentes al patronato regio sobre el monasterio y de ello indujo que el monarca suevo tomó por su cuenta o tuvo cierta intervención en la edificación del mismo ([15]). Pero tal hipotesis carece de fundamento. Ningún dato existe acerca de una supuesta intervención real en la erección del cenobio de Dumio y el propio decreto del Concilio atribuye la construcción de éste solo a San Martín. La intervención del rey, y esto es lo que destaca el decreto citado, nació del testamento del Santo. No conociendo el contenido de éste es inútil esforzarse por determinar la naturaleza de tal intervención. Los Concilios de la época enumeran los derechos que sobre las iglesias tienen sus fundadores y los herederos de éstos ([16]); pero su fundamento, como acabamos de ver, es distinto que el de los reyes visigodos sobre la

---

tionem hanc scriptura facere elegi ut ipsas villas iamdictas... post parte monasterii iamdicti...» — 1018, Coimbra (*PMH, DCH* núm. 234, pág. 145): «Dedit Froila Gundesalviz villas et hereditates ad monasterium Vaccarize... comendabit ea ad cometissam Tuta domna ut per manum iussionis sue affirmasset ipsas villas ad ipsum locum. Ita factum est. Obinde ego Tuta domna et devote offero et concedo ad ipsum locum vel abbati... ipsas villas que fuerunt de ipso congermano nostro domni Frolani propter remedium anime mee sicut comendabat und mercedem copiosam ante Dominum accipiat...» — Ambos documentos son citados por MERÊA: *Sôbre as origens do executor testamentario* 17 n. 4.

([15]) FLÓREZ: *España Sagrada* XVIII, 28.

([16]) Vid., p. ej., Concilio IX de Toledo cc. 1 y 2 (*PL* LXXXIV, 433-35).

Iglesia de Dumio. Posiblemente, existía entre ésta y aquellos una relación de *commendatio* o patrocinio, que suponía para los reyes la *defensio* y *tuitio* de la mencionada Iglesia.

Pero no olvidemos que esta situación de tutela en que la iglesia de Dumio se encuentra bajo los reyes, que siglos más adelante veremos reproducida bajo la figura jurídica de encomienda de iglesias y monasterios, nace de la voluntad de un testador que quiere aseguar en el transcurso del tiempo el cumplimiento de sus disposiciones. Ejecución testamentaria y encomienda aparecen indisolublemente unidas en el testamento de San Martín. Y las facultades atribuídas al ejecutor y encomendero no se basan en un derecho real sobre los bienes de la herencia, sino en la atribución de una gestión personal por el propio testador. Gestión que recuerda, aunque en esta caso sea por imperativo de la ley canónica, la que en determinadas ocasiones un obispo ha de realizar para administrar los bienes de una diécesis vecina vacante ([17]). Así también, en siglos posteriores, cuando una persona en el momento de su muerte *encomiende* a otra la distribuición de sus bienes, ésta no actuará en nombre propio, sino como representante (*in vice*) de aquélla ([18]). La ejecución testamentaria, puede concluirse, no aparece en la Península bajo la misma forma que en los países donde domina el Derecho germánico, ni enlaza tampoco, con el fideicomiso romano. Supone, por el contrario ,la fusión de los elementos jurídicos diferentes: una representación *post mortem* y una curatela *hereditatis*. A este resultado se habría llegado sobre una base institucional romana, por el influjo canónico al tratar de asegurar el cumplimiento perpetuo de los testamentos otorgados en beneficio de la Iglesia.

La defensa de los intereses de la Iglesia de Dumio la llevó a cabo, en efecto, el rey Recesvinto ante el décimo Concilio de Toledo, en el año 656, al presentar ante él, junto con el testamento de San Martín, el del obispo Recemiro. Si este último fué impugnado en primer lugar por la propia Iglesia Dumiense o por el rey — lo que no aparece claro en el decreto del Concilio —, no hace al caso, pues fué el monarca quien sometió ambos a la consideración de los Padres. El testamento de Recemiro — dice el decreto — estabelecía condiciones distintas

---

([17]) Como *commendatio* se califica el cuidado que ha de tener de una iglesia y de sus bienes el obispo de una diécesis vecina, cuando muere el titular de aquella. *Concilio de Valencia* c. 2: «secundum Regiensis Sinodi [c. 5] constituta, episcopo a corpore recedente, vicinior illi accedat episcopus, qui ex more exequiis celebratis statim ecclesiae ipsius curam districtissime gerat...»; c. 4: «Illud etiam provido consilio decernentes, ut quia saepe sanctorum antistitum per absentiam *commendatoris* episcopi exequiae differantur, ita ut veneranda pontificis membra, dum tardius funerantur, injuriae omnino subjaceant...»

([18]) Vid. los documentos reproducidos en la nota 14.

de las del de San Martín ([19]). Concretamente, que sin dejar nada para el sostenimiento de la Iglesia, había dispuesto que se diesen a los pobres, la totalidad de los tributos y el importe de los frutos de cada año, y todas las cosas destinadas al uso de la Iglesia y que pertenecían a ésta cuando se ordenó, así como lo que él adquirió con el trabajo de los siervos y siervas de la Iglesia; que se vendiesen otras cosas por un precio ínfimo; concedió la libertad a mas de cincuenta siervos de la Iglesia (la cifra de quinientos que dan otros códices, parece excesiva), y dió otros siervos a estos libertos, sin compensar a la Iglesia su importe. Todo ello, sin que hubiese una necesidad apremiante de socorrer a los pobres.

Evidentemente, las cláusulas del testamento de Recemiro violaban las prescripciones del Derecho canónico recibidas en España, y, sin duda alguna, también lo establecido por San Martín en su testamento, que como es de suponer se ajustaría a los cánones recogidos por él en su colección. Al obispo se reconocía el poder de distribuir las cosas eclesiásticas a los necesitados, pero haciendolo con toda reverencia y temor de Dios ([20]); pues el obispo debe servirse de las cosas de la Iglesia como su administrador y no como propietario ([21]). De las cosas eclesiasticas debían hacerse tres partes iguales, con destino al obispo, a los clérigos y a la fábrica de la Iglesia ([22]). Expresamente estaba dispuesto que el obispo no podría aplicar las cosas eclesiásticas a su capricho, ni distribuir en su totalidad los réditos de la Iglesia o los frutos de sus campos, de manera que sufriesen detrimento los bienes de la Iglesia ([23]); aunque sí podría

([19]) *Concilio X de Toledo*, decr. último: «relato [testamento] cognovimus eumdem auctorem suum [Richimirum] illic diversae constitutionis edidisse conditiones».

([20]) *Conc. de Antioquía* c. 25 y *Capitula Martini* c. 16: «Episcopus habeat potestatem in rebus ecclesiae ut dispenset necessitatem habentibus. Cum omni reverentia et timore Dei participare eum oportet quae necessaria sunt».

([21]) *Conc. IV de Cartago* c. 31: «Ut episcopus rebus ecclesiae tanquam commendatis non tanquam propriis utatur».

([22]) *Conc. I de Braga* c. 7: «Item placuit, ut ex rebus ecclesiasticis tres aequae fiant portiones, id est una episcopi, alia clericorum, tertia in recuperationem vel in luminaria ecclesiae». El Papa Gelasio (492-496), en su *Epístola a los obispos de Sicilia* c. 29, había dispuesto que la división se hiciese en cuatro partes, con destino al obispo, a los clérigos, a los pobres y a la fábrica de la iglesia. Pero ésto no se siguió en España, de tal forma que en el año 633, el *Concilio IV de Toledo* c. 33 sigue hablando de la *tertia* del obispo.

([23]) *Conc. de Antioquía* c. 25 y *Capit. Martini* c. 16: «Si autem res ecclesiasticas episcopus in suas voluntates usurpare voluerit et lucra ecclesiae vel fructus agrorum non cum presbyterorum vel diaconorum consilio intaminaverit, ... ut per eos latenter res laedantur ecclesiae, hunc oportet obnoxium esse Concilio» — *Concilio de Agde* c. 48: «Quidquid episcopus de suo proprio habet, ad haeredes suos si volue-

disponer de sus bienes propios ([24]). Podía el obispo manumitir a algún siervo benemérito — no a gran número de ellos — y darle de los bienes de la Iglesia una pequeña casa, tierra o viña, que no valiese más de veinte sueldos ([25]); pero no tenía facultades para dar siervos a estos libertos. En todo caso, el obispo que en su testamento dispusiese de bienes de la Iglesia, solo podía hacerlo si los compensaba con otros suyos de igual valor ([26]). El obispo que en contra de todo esto dispusiese de las cosas de su Iglesia, disponía el Concilio de Antioquía y repetían los *Capitula* redactados por San Martín de Dumio, debía ser juzgado ante un Concilio ([27]).

Conforme a ésto, Recesvinto, como *commendatarius* de la Iglesia de Dumio en virtud del testamento de San Martín, defendiendo los intereses de ésta que le habían sido confiados por el Santo, denunció al Concilio X de Toledo el testamento que Recemiro, inspirado por un indiscreto celo por los pobres, había dictado en perjuicio de aquella. El Concilio no tuvo dificultad en declarar *irritum* un testamento, que de manera tan flagrante contravenía los cánones. Y de acuerdo con éstos, decretó que los bienes propios de Recemiro, que éste había dado también a los pobres, pasasen a la Iglesia de Dumio hasta que ésta se resarciese de los daños sufridos, cumpliéndose luego el testamento. Finalmente, se encargó al obispo de Dumio, San Fructuoso, elevado a la sede de Braga en este mismo Concilio, que, con facultades discrecionales, revisase las manumisiones efectuadas y según los méritos de los favorecidos con ellas, las anulase o confirmase.

La sede de Dumio pudo de esta forma recobrar la primitiva constitución que le diera San Martín. Y el testamento de éste sirvió, setenta y seis años después de su muerte, para facilitar la restauración de la Iglesia, de la que él había sido primer titular.

---

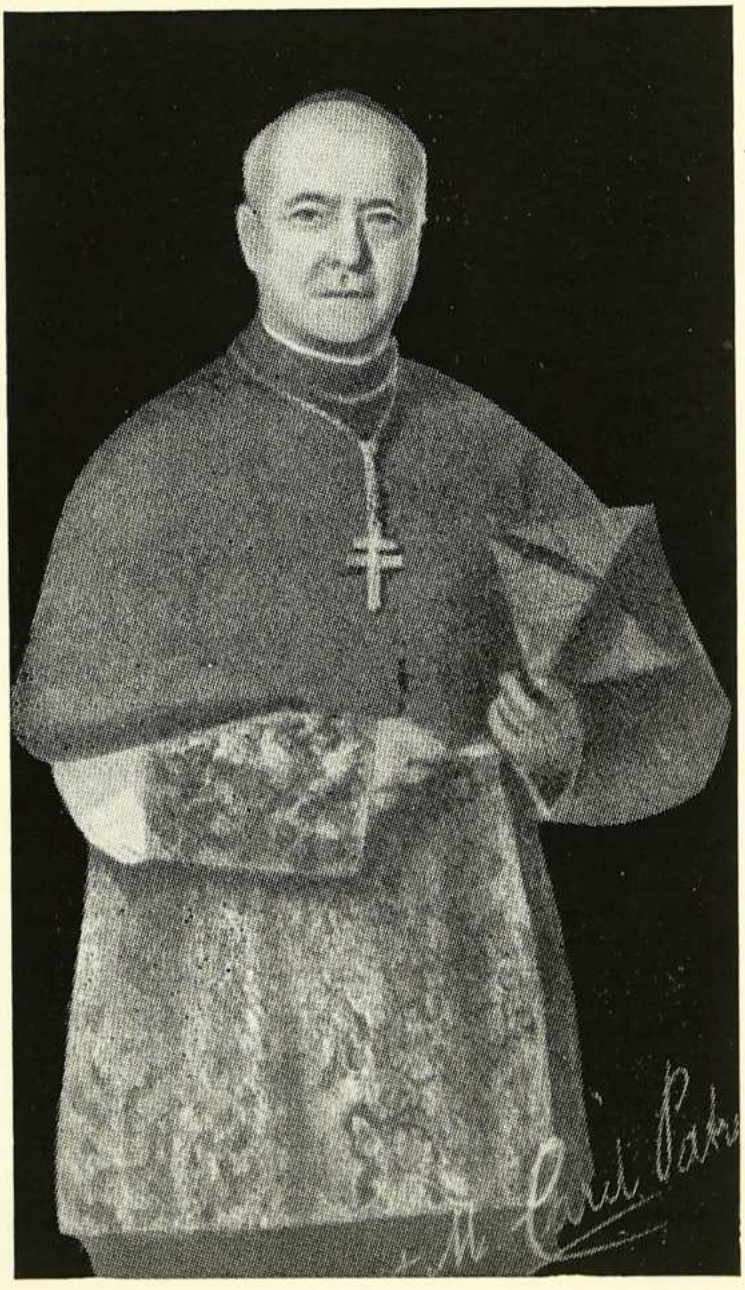
rit derelinquat; quidquid vero de provisione ecclesiae sive de agris sive de frugibus sive de oblationibus, omnia in jure ecclesiae reservare censuimus».

([24]) *Conc. de Agde* c. 48 (Vid. el texto en la nota 23).

([25]) *Conc. de Agde* c. 7: «Sane si quos de servis ecclesiae benemeritos sibi episcopus libertati donaverit, collatam libertatem a successoribus placuit custodiri cum eo quod eis manumissor in libertatem contulerit, quod tamen jubemus viginti solidorum numerum, modum in terrula, vineola vel hospitiolo tenere; quod amplius datum fuerit post manumissoris mortem ecclesia revocabit».

([26]) *Conc. de Agde* c. 51: «Si episcopus condito testamento aliquid de ecclesiastici juris proprietate legaverit, aliter non valebit nisi tantum de juris proprii facultate suppleverit». — El *Conc. de Epaona* c. 13 repite el texto literalmente.

([27]) Vid. el texto en la nota 23.



SUA EMINÊNCIA O CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA

D. Manuel Gonçalves Cerejeira, a mais alta figura
do Episcopado Português, presente ao Congresso

Um problema de Linguísta Portuguesa

pelo Dr. JOSÉ PEDRO MACHADO

A extensão do domínio céltico na Península Hispânica, quando da época da conquista romana, permanece ainda obscura, pois as informações dos autores antigos não se apresentam claras nem concordes; chegava-se mesmo a designar a massa montanhosa da Península pelo nome genérico de *Celtica* (no Pseudo-Aristóteles, *De Mirabilibus*, 85 e 87).

Tal mistério estende-se ao domínio idiomático. Sabemos, no entanto, que os dialectos se empregavam neste Ocidente, incluída a própria Lusitânia naturalmente (Plínio, *Naturalis Historia*, III, 13). Não sabemos se todos eles pertenciam à mesma camada, à mesma invasão, pois nem sequer, segundo penso, se pode determinar com precisão, quais deles remontariam aqui a época próxima de 900 a. C., data provável, embora aproximada, da chegada dos primeiros povos célticos à Península; para P. Bosch Gimpera (*Two Celtic Waves in Spain*, p. 8), porém, «from 900 a. C. to the Roman occupation of north-western Spain, Celts were a most active element of Spanish evolution and, even later, they continued to influence Roman provincial culture».

O reconhecimento e a criação de uma Galécia pelos conquistadores do mundo, revelam a existência então, nos seus habitantes, de características suficientemente próprias para não os juntar aos da zona que se denominaria Lusitânia.

Daí uma Galécia e uma Lusitânia, correndo entre elas o Douro (Plínio, *ob. cit.*, IV, 112), embora a primeira só nos apareça autónoma nos tempos de Diocleciano (284-305), quando a Tarraconense se dividiu em três (Tarraconense, Cartaginense e Galecia).

Frise-se que, em qualquer das duas divisões, Galécia e Lusitânia andaram separadas, embora pareça fora de dúvida o fundo céltico de ambas.

Porque as separaram ?

Porque a Lusitânia seria a região dos Celtiberos, ao passo que a outra estaria povoada de Celtas ?

É de crer que assim fosse, tal como é de crer que existissem entre as duas zonas diferenças linguísticas, hoje apenas presumíveis.

Com a conquista romana esses matizes idiomáticos perderam a existência, mas passaram a agir como substratos, impondo ao Latim Vulgar hispânico vários caminhos e, estes, diversos aspectos, devidos: às diferentes épocas da romanização nas diferentes regiões de aquém-Pirinéus; aos tipos dos idiomas conquistados; à quantidade de latinófonos que tomaram contacto com os vencidos; à classe social desses mesmos latinófonos; ao maior ou menor contacto com grandes centros; à renovação da colonização.

E assim se aplaude mais uma vez a tese de Menéndez Pidal (*Orígenes del Español*, p. 485), segundo a qual já se verificava, em época romana, diferenciações no hispano-românico, em prejuízo da de Wartburg (*Les Origines des Peuples Romans*, p. 193) que admite um romanço hispânico ainda relativamante uno à roda do ano 1000.

Do Latim Vulgar da Galécia provieram Português e Galego e nestas palavras revela-se a descrença *num* dialecto galego-português vulgar, oral, falado, como noutra ocasião se há-de procurar provar mais largamente.

Essa diversificação linguística verificar-se-ia já em tempos remotos e seria reflexo do que os conquistadores romanos observaram quando dividiram a Galécia em dois *conventos*: o de Lugo e o de Braga, separados precisamente pelo rio Minho.

O dialecto de Entre Douro e Minho, com a expansão das armas portuguesas para o Sul, funcionou mais tarde como sobrestrato sobre os moçarábicos, com prejuízo para estes e benefício para a relativa unidade linguística da nossa Terra.

Se, como reconheceu Wechssler, «es wäre vielleicht möglich, die grosse Verschiedenheit des Portugiesischen vom Spanischen einer starken Keltischen Besiedelung zuzuschreiben» (*Gibt es Lautgesetze ?*, em *Festgabe Hermann Suchier*, Halle, 1900, p. 458), não é menos verdade que, tal como a Venus da Epopeia, quando alguém olha para as coisas portuguesas e se volta para a língua, «com pouca corrupção crê que é a Latina» (Camões, *Lusíadas*, I, 33). Dizia-se isto no século XVI, como hoje se pode repetir com a mesma propriedade; mas todos sabemos como, mesmo já nas suas fases mais recuadas, o Português mar-

cava posição especial no quadro dos idiomas românicos pela mesma aproximação do Latim, pelo seu notável arcaísmo.

Que tal acontecesse em relação ao Francês, por exemplo, a comprensão seria fácil; mas tal facto observa-se mesmo em relação a romances peninsulares, todos oriundos de um Latim Vulgar mais culto que o difundido noutras regiões do Império, até por ser tomado, não da boca da soldadesca, mas ouvido a funcionários superiores do exército e da administração imperiais, não falando já nos colonos de classe social elevada, bastante numerosos nesta região (1); não esquecer ainda que «as inovações latinas na Ibéria, são muito menos numerosas que em cada uma das outras três grandes regiões românicas da Europa — Itália, Gália transalpina e Dácia», segundo Matteo Bartoli (*Factos característicos da Romanidade da Península Ibérica*, na *Revista de Filologia e História*, I, p. 40).

Houve, portanto, e segundo creio, na região de Entre Douro e Minho, ou, mais precisamente, no território do antigo convento bracarense, qualquer facto que bastante contribuiu para que o respectivo dialecto conservasse um tipo arcaizante, alatinado; tal facto teria lugar depois de as colónias hispânicas aceitarem definitiva e geralmente o *sermo vulgaris* pouco progressivo para aqui trazido no século II a. C. (Chapot, *Le Monde Romain*, 193), isto é, à volta do século IV d. C., (2) e a entrada dos Muçulmanos na Península hispânica (711).

* * *

Quando, em 550, o panónio Martinho chegou ao norceste da Hispânia veio encontrar aí «dois povos entre os quais existiam ainda vários motivos de incompatibilidade» P. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, p. 41, 2.ª ed.). ameaçados ambos pelo imperialismo visigótico: um, o hispânico, submetido ao outro, o suévico. Procurou

---

(1) A aceitar conclusões que se admitem no meu livro *Origens do Português*, onde se encontram alguns dos elementos e pontos de vista citados e expostos neste trabalho.

(2) «De un modo general, puede afirmar-se que el territorio romano, exceptuando a Grecia y el Oriente, estaba complectamente latinizado hacia el siglo IV de nuestra era», Grandgent, *Latín Vulgar*, trad. esp., p. 19 (Madrid, 1928).

fundi-los o Santo metropolita numa só nação, que perderia a sua independência em 585, seis anos depois da sua morte (20-III-579).

Estava o reino dos Suevos dividido eclesiàsticamente em dois sínodos, o de Braga e o de Lugo, correspondentes, portanto, aos conventos da Galécia; no primeiro encontrava-se Dume de que S. Martinho foi bispo, desde 556, para depois também o ser de Braga (569).

Nestes cargos empreendeu notabilíssima acção cultural e com razão escreveu há pouco Mário Martins que ele foi «certamente o maior humanista da nossa primitiva Idade-Média» (*Pascásio Dumiense tradutor*, em *Brotéria*, LI, fasc. 4, p. 303, de Outubro de 1950), até porque nele se revela também o que a obra de um humanista tem de educativa, construtora e ilustradora de espíritos.

O mesmo autor declara a seguir: «Quase nos atreveríamos a falar numa escola bracarense de tradutores, se algumas vezes a distância que os separa, no tempo e no espaço, não tornasse imprópria tal expressão. Existiu, pelo menos, uma incipiente escola de tradutores dumienses...»

Nós não possuimos ainda, e infelizmente, estudos sobre a influência cultural exercida pelos antigos mosteiros do nosso território nas populações suas vizinhas, e menos ainda sobre o reflexo linguístico dessa mesma influência; as comunidades de Dume e de Braga não constituem excepções neste ponto.

Parece natural que aquele escola bracarense de tradutores, ao serviço de tão notável obra de evangelização, exercesse sobre as populações efeitos espiritual e cultural e, com estes, também o linguístico. Os sacerdotes e os leigos (nacionaia ou estrangeiros) que coadjuvavam S. Martinho na sua obra, ao tomarem contacto com as populações do sínodo bracarense a quem instruíam com toda a devoção o caminho melhor (1), modificavam-lhes, talvez involuntàriamente, as maneiras de dizer, o vacabulário e um ou outro pormenor de estrutura morfológica, pois essa acção tinha base literária (2); todos sabemos como uma influência deste tipo é sempre bem recebida nas classes menos cultas e como oferece sempre carácter conservador e depurador.

---

(1) Como se sabe, o zelo ortodoxo de Toríbio de Astorga e de S. Martinho de Braga levou-os à destruição da literatura prisciliana, abundante nestas terras desde o século V.

(2) A propósito. seria útil o estudo das influências clássicas verificáveis nas obras de S. Martinho, como, por exemplo, do *De Ira* de Séneca na descrição das explosões, violentas e desordenadas, de cólera dos Bárbaros. Cf. Manuel Torres e Ramón Prieto Bances, na *História de España*, dirigida por Menéndez Pidal, III, p. 332.

Tal actividade verificou-se precisamente no século VI, quando, em quase toda a Românía, expirava o Latim Vulgar e começavam os romances (1).

E assim teríamos o Português a desenvolver-se do Latim Vulgar sob forte influência culta que lhe daria o carácter que ainda hoje mantém na Românía, e tudo devido ùnicamente ao Apostolado de S. Martinho de Dume nas terras do Noroeste desta Península.

Lisboa, Outubro de 1950.

(8) «Aunque una fecha bien definida no pueda menos de ser arbitraria, podemos fijarla aproximadamente hacia el siglo VI o VII de nuestra era. El período del latín vulgar dura, pues, desde el año 200 a. de J. C hasta el 600 d. de J. C., poco más o menos...», Grandgent, *ob. cit*, p. 21. Convém frisar que H. F. Muller, em *Romanic Review*, XII, p. 318; XV, p. 68, admite a continuação do Latim Vulgar até ao século VIII.

San Martin y el monaquismo

pelo Doutor JUSTO PÉREZ DE URBEL
(Professor da Universidade de Madrid)

El monaquismo y la Iglesia, según San Martiin

San Martin fué ante todo, el apostol del reino suevo, el metropolitano de Braga, el reorganizador de la Iglesia galaicolusitana, de la misma manera que San Isidoro fué unos lustros más tarde el metropolitano de la Bética, el reorganizador de las Iglesias hispánicas, el animador de la cultura en el reino visigodo de Toledo. Los dos dictaron cánones, los dos presidieron concilios, los dos encontraron en las asambleas eclesiásticas un instrumento para realizar su ideal de renovación y de reforma, los dos finalmente fueron fundadores de monasterios, padres de monjes y estimuladores de la perfección monástica. No obstante, cuando examinamos la literatura canónica y legislativa de ambos, nos sorprende en ella una diferencia extraña: Isidoro considera la organización de la vida monacal como una parte del orden general que quiere estabellecer en la Iglesia, y asi vemos que en sus concilios, en sus cánones, en sus libros destinados a la formación del pueblo cristiano, concede siempre un puesto importante al estado religioso; San Martin, en cambio, nos deja la impresión de olvidar el orden de los monjes, y casi de desconocerle. Ni en el concilio I de Braga, al cual assistió como uno de sus principales inspiradores, ni en el II, que presidió, ni en la serie de los 84 cánones o capitulos que llevan su nombre, hay una sola prescripción que se refiera al instituto monacal.

Se alude a los devotos y *feminas religiosas,* con las cuales se prohibe a los clérigos toda familiaridad (Canon XXXI: De devota peccanti et quae se maritaverit; Gonzalez, *Concilios Españoles,* 1850. t. I, 641); Canon XXXII: De subintroductis adoptivis mulieribus; *ibidem,* 640); se recuerda una vez que ni los clérigos ni los monjes pueden vivir en compañia de mujeres adoptivas, como hacian los priscilianistas, sino solamente con su madre, con su hermana, con su tia, o con alguna mujer unida con ellos por lazos de parentesco cer-



S. EX.A O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Dr. Henrique Veiga de Macedo, actual Ministro das Corporações,

que no Congresso representou o Governo da Nação

cano; (Concilio I de Braga, Anatema XV: «Si quis clericorum vel monachorum, alias aliquas quasi adoptivas feminas secum retinent et cum ipsis cohabitant, sicut Priscilliani secta docuit, anathema sit»; *ibidem*, pag. 610), y finalmente se recomienda con un accento casi despectivo, al fijar una ley común en el rezo de los laudes y las vísperas, que no se confundan las normas de los monasterios con la regla eclesiástica (Concilio I de Braga, Canon I: Neque monasteriorum consuetudines cum ecclesiastica regula sint permixtae (*Ibidem*, pag. 612).

Esta abstención podria atribuirse acaso al escaso desarrollo del orden monástico en Galicia durante la segunda mitad del siglo VI, o bien a la gravedad de los problemas que suscitaba el choque de las varias corrientes ascéticas, complicado con las corruptelas del ascetismo priscilianista, a las cuales aluden varios cánones del primer concilio de Braga. Es posible tambien que para San Martin no tuviese el instituto monacal dentro de la vida social u jerárquica de la Iglesia la significación que le concedia San Isidoro. Lo que no es posible dudar es que cuando llegó a Galicia, encontró ya organizado el instituto monástico, que se interesó por el y que trabajó por su propagacion y perfeccionamiento.

Abad, fundador y legislador

San Martin problablemente fué monge, antes de llegar a su nueva patria, aunque ningún texto nos lo dice, y podemos suponer, que durante su estancia en Oriente, de la qual nos habla Gregorio de Tours, visitó las celdas de los más ilustres anacoretas. Venancio Fortunato nos lo pinta entregado al estudio de la teologia y al ejercicio de la contemplación: «Acertais efectivamente, le escribe, cuando decis que despues de las enseñanzas estóicas y peripatéticas, me he puesto al servicio de la teologia y de la teoria, pero ¿porqué, oh buen padre, pones en mí lo que es propriedad tuya, ya que la primera no tiene secretos para ti y la segunda te es especialmente familiar?» Lo que es indudable es que, una vez en Galicia, Martin entró en el estado monástico antes de subir a las altas dignidades de la Iglesia. Tal vez a esto aludia él mismo cuando decia en su epitafio, recordando a su patrono San Martin de Tours, en cuya iglesia queria dormir el último sueño: «Engendrado en Panonia, después de haver atravesado los anchos mares, vine a consagrarme (a Dios), oh Confessor Martin, en este templo tuyo».

Pannoniis genitus, transcedens aequora vasta
Confessor Martine, tua hac dicatur in aula.

Alli fué monje y alli fué tambien abad, antes de que el monasterio, por una singular excepción de las normas de la Iglesia de España, debida sin duda al prestigio excepcional de quien le regia, fuese elevado a la dignidad episcopal. «Presbitero y Abad», le llamaba el diácono Pascasio al dirigirle su traducción de las Vidas de los Padres Griegos, hecha según esto en los primeros años de la estancia de San Martin en Galicia: «Domino venerabili Patri Martino presbytero et abbati Paschasius» (P. L., t. XXII, col. 1025), y todavia a mediados del siglo VII recordaban los Obispos reunidos en el décimo concilio toledano que fué «San Martin de gloriosa memória», esta es su expresión, el fundador del Monasterio de Dumio: «Delatum est ad nos, in conventu sancti Concilii... testamentum gloriosae memoriae sancti Martini, ecclesiae Dumiensis episcopi, qui et Dumiense monasterium visus est construxisse». (Concilio X Tol., I, 420). Fundó el Monasterio Dumiense y fundó otros varios, según afirma San Isidoro en el cálido elogio que hizo del misionero danubiano en su libro de los escritores eclesiásticos: «Monasteria condidit, copiosaque precepta piae institutionis constituit» (S. Isid. de Scripto. Eccles., cap. XXXV).

Las palabras del Obispo de Sevilla suscitan otra cuestión que debemos estudiar aqui: «Fundó monasterios, dice, y estableció copiosos preceptos de esta institución piadosa». Esto parece querer decir que al mismo tiempo que propagador de la vida monástica, San Martin fue legislador de monjes. La palabra *institutionis* podria significar estatutos, enseñanza, formación, pero de cualquier manera que lo interpretemos, habremos de admitir que San Martin legisló, y legisló abundantemente para asegurar la vida religiosa en los monasterios por él fundados. ¿Podemos conocer alguno de aquellos *preceptos copiosos*, a que alude el Hispalense?

San Martin y el Oriente monástico

Algo podemos rostrear a través de la literatura ascética y monástica de la España visigoda. Tenemos en primer lugar dos opúsculos, que, si no son en realidad una regla, ni tienen propiamente el menor carácter de constitución monasterial, nos reflejan el espiritu de los monasterios de San Martin, tanto como las preferencias del fundador. Estas preferencias le llevaban hacia el Oriente, hacia aquellos grandes abades, de cuyos hechos portentosos le habian hablado en sus correrias juveniles por las provincias del imperio bizantino. Ellos son en sentir de San Martin el ideal del monje, las reglas vivas de la perfección para los cenobitas de la cristiandad oriental y occidental. Desde los primeros años de su presencia en Galicia quiere proponerselos

como modelo a sus discipulos, y con ese fin encarga a uno de ellos, el diacono Pascasio (Diacono le llama Segeberto de Gembloux en el cap. 117 de Scriptoribus ecclesiasticis, añadiendo que el autor realizó sua tarea en el monasterio Dumiense: «Martinus episcopus transtulit per manus Paschasii diaconi interrogationes et responsiones plurimas Sanctorum Egyptiorum Patrum in Dumiensi coenobio» (E. S., t. XV, pag. 129), que traduzca al latin una colección de sentencias y anécdotas de los más famosos anacoretas orientales.

Ya por entonces se conocian en Occidente otros libros de esta clase, uno que habia escrito Rufino en el siglo IV, otro que habia sido traducido del griego en Roma a principios del siglo VI por el diácono Pelagio, y otro, cuya tradución se debia a un subdiácono romano llamado Juan. Pueden verse todos en ellos en las *Vitae Patrum*, P. L., t. LXXXIII. Al volver de las tierras clásicas del monacato, donde habia estado, no en simple visita a los Santos Lugares, como parece indicar Gregorio de Tours, sino el tiempo suficiente para aprender la lengua griega, Martin traía en su maleta una colección más, desconocida aún en Occidente, y esta fué la que puso en manos de su diácono. Pascasio nos dice que ha hecho su versión siguiendo dócilmente las lecturas del códice, que le habia entregado sin duda su maestro: «Sicut in dato mihi codice reperi ea scripta, sic transtuli» (P. L., t LXXIII, col 1025), y asi se excusa de las incorrecciones que pudieran encontrarse en su obra; aunque no duda que Martin ha de encontrar mucho que limar en aquellas páginas, que él nunca se hubiera atrevido a escribir. Lo ha hecho obligado por la fidelidad que debe a su abad. No dice obediencia, sino fidelidad, y esta palabra nos introduce ya en el ambiente de aquellos monasterios españoles, los monasterios del pacto entre el abad y el monje, aquel pacto que hace del monje un *fidelis* de Dios y de su representante en la tierra, algo asi como el vasallo se convertia tambien por el pacto en un *fidelis* del rey.

Doctrina vivida

Pascasio llama a su libro: «Vitas patrum graecorum», cometiendo un pequeño error, que procede seguramente de su falta de conocimientos geograficos. A su entender todo el que hablaba griego era griego. Con más propiedad Sigeberto Gemblacense, aludiendo a esta obra la llama: «Interrogationes y responsiones» de los Padres egipcios. Son anécdotas, sucesos brevemente esbozados, sentencias y definiciones sobre las virtudes monásticas debidas todas ellas a los anacoretas y ancianos más ilustres de los yermos de Egipto. Los héroes se llamam Antonio, Macario, Sisoes, Pablo el Simple, Pimenio, Agatón, Pafnucio, Juan Tebeo, Apolo, Teodoro, Eulogio, Alejandrino,

etc. Problamente la colección original, hoy perdida, se hizo en Alejandria, y asi nos explicariamos algun rasgo irónico acerca de la ascesis que se praticaba lejos de las regiones del Nilo, como este que leemos en el capitulo XII: «Un monje egipcio se presentó al abad Zenón, de Siria, y empezó a acusarse con gemidos. El Abad le interrumpió diciendo: ¡Ay de nosotros! Estos egipcios ocultan las virtudes que tienen, y declaran los pecados que no tienen. Los sirios y los griegos publican las virtudes que no tienen, y ocultan los vicios que tienen». (*De Vitis Patrum*, Cap. XII, n.º 8).

La obra traducida por Pascasio recopila una serie de oráculos de la sabiduria egipcia y de hechos de los grandes abades, agrupados por materias en otros tantos capítulos, presentando asi una doctrina completa movida y vivida de los puntos esenciales de la vida monástica. Empieza hablando de la gula, de la «gastrimargia», traduce Pascasio, y de la «filarguiria» o avaricia. Dedica luego varios capitulos a tratar de la ira y de la paciencia. El VIII por ejemplo, cuenta como San Antonio le dijo al abad Amón: «Ve llena de injurias a esa piedra; golpeala con toda tu fuerza». Y como el abad dijese al santo que estaba cumplido su mandato, le preguntó San Antonio: «Y que te ha dicho ella? Nada, padre mio, contestó el abad. Pues bien, dijo el padre de los anacoretas, cuando tú hagas otro tanto, habrás entrado en el camino de la perfección». (*Ibidem*, cap. X).

En esta forma, y con sucedidos como este, va exponiendo el libro la doctrina tradicional sobre la soberbia y la humildad, sobre la caridad y la murmuración, sobre la enfermedad y la pobreza, sobre la mortificación y el silencio, sobre el trabajo y la perseverancia, sobre la menera de vencer los malos pensamientos y las impugnaciones del demonio, sobre la disciplina espiritual, y las virtudes esenciales del monje, sobre el arte de evitar las discusiones, y la manera de vivir pacificamente en comunidad. «Si habitas con el prójimo has de ser como una columna de mármol». Esta máxima viene confirmada con la conducta del abad Anub, en el templo de Terenuti, que muy de mañana empezaba diariamente a insultar a apedrear a la estatua, que antaño se veneraba en aquel lugarsagrado del paganismo, acaso el Anubis de cabeza de perro, cuyo nombre llevaba; y por la tarde, al ponerse el sol, se presentaba compungido a pedirle perdón de los insultos y malos tratamientos de la mañana. Asi durante ocho dias, hasta que el abad Macario le preguntó la causa de aquel proceder: «Es que quiero llegar a ser como esa estatua: la misma cara me pone cuando la acaricio que cuando la maltrato». (*Ibidem*, cap. XLII).

El fin del opúsculo es acaso una exhortución del diácono Pascasio a sus hermanos de Dumio o más probablemente una addición del mismo San Martin:

«Tales son las réspuestas de los sabios y padres espirituales. Que viva en nosotros el recuerdo continuo de ellos para que podamos traducir estos relatos en nuestras obras, y hechos asi irreprensibles perfectos y sin tacha, agrademos a nuestro Salvador, para el cual el honor y la gloria por los siglos de los siglos. Amen».

Cuando Pascasio terminó su obra, Martin no tenia otro titulos que el de Abad del monasterio Dumiense, y asi podemos colocar su composición entre el año 550 y el 555 pues vemos que en el primer concilio de Braga, que lleva la fecha de 561, Martin suscribió las actas en tercer lugar, entre siete obispos, y esto supone que hacía por lo menos un lustro que el monasterio Dumiense habia sido elevado al honor episcopal en consideración a los méritos del fundador.

Las sentencias de los Padres

Mas tarde se dió cuenta acaso de que sus 44 capítulos ofrecian para sus monjes un cuerpo demasiado extenso y complicado; y esto fué tal vez lo que le movió a realizar en favor de los monasterios una labor semejante a la que realizó para las iglesias al componer la selección de canones de los concilios, que llevan el nombre de *Capitula Martini*. Con más propiedad que Pascasio dió a su recopilación el titulo de *Sentencias de los Padres egipcios*. Rosweid al publicarlas las consideró también como una versión de un autor griego desconocido; (Rosweide publica este opúsculo de San Martin en sus Apéndices a las *Vitae Patrum*; Cf. P. L., t. LXXIV, y Florez lo reproduce en E. S., t. XV, pag. 433); pero todo parece indicar que se trata de una selección, en la cual dejó el Obispo de Dumio la huella de su criterio personal. De Pascasio sabemos que tuvo a su disposición un manuscrito griego que no hizo más que verter en latin con toda fidelidade. Muchas de las cosas en él relatadas aparecen tambien en otras obras similares, sobre todo en las historias de Rufino y en la colección traducida en Roma por Pelagio, sin que esto nos permita sacar otra consecuencia que la procedencia de una fuente común. Martin, en cambio, parece que traduce espigando en campos diversos y seleccionando aquellas máximas y consejos que juzga más provechosos para mantener el clima espiritual que quiere dar a sus comunidades. La misma coleccion de Pascasio le da mas de una veintena de los 110 articulos que compone su colección. Encuentro en el opusculo de Pascasio los números 58, 22, 59, 102, 73, 72, 4, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 2, 23, 39, 42, 46, 106, 108, etc., del opusculo de San Martin, aunque la versión del maestro difiere con frecuencia ligeramente de la del discipulo. Otros se encuentran tambien en Rufino, en

Pelagio, y en Juan el Subdiácono, aunque las variantes en la redacción indican claramente que el Obispo de Dumio traducia por su cuenta, sirviendose del texto original.

Concepto acerca del monje

Estos dos opúsculos fúeron destinados, sin duda, por San Martin para la formación de sus comunidades gallegas. Son un curioso espécimen, sino de la legislación monástica, por lo menos de las lecturas que debian mantener el espiritu en los monasterios. Ese espiritu debia ser el mismo que habia animado a los adalides del monacato oriental. Para San Martin las normas que debian dirigir la vida monasterial eran las grandes figuras de los anacoretas y cenobitas egipcios, cuyas palabras e cuyos hechos habia recogido él con avidez, y presentaba ahora a sus discipulos, como la mejor manera de ilustrar los puntos fundamentales de la vida religiosa. Es en ellos donde podemos rastrear el concepto que tenia el gran apóstol acerca del estado monacal. El monje para él es un hombre consagrado a la penitencia. Debe acordar se constantemente de sus pecados y llorar. «El que desea borrar sus culpas, bórrelas con el llanto; el que desea edificar las virtudes, edifique con el llanto. La misma Escritura llanto es y nuestros Padres no deron a sus discipulos mas que este consejo: llorad. No hay otro camino para la vida», —Un novicio fue a su maestroy le preguntó: «Padre, ¿qué es lo que tengo que hacer?» Dijo el anciano: «Cuando Abraham entró en la tierra de promisión, lo primero que hizo fué comprar un sepulcro, y por un sepulcro tuvo la tierra en herencia». «¿Y qué es un sepulcro?», replicó el jóven. —«Un lugar de llanto y de duelo». —A esta disposición austera del alma debia llegarse por el temor de Dios, que, a su vez se conseguia por el examen continuo de la conciencia. «Mi corazón es duro, dijo un monje a su abad, y no llega a temer a Dios, ¿qué haré?». «Yo creo que el temor le consigue el hombre, si se arguye sin cesar a si mismo. Dura es la piedra, pero el agua con ser ligera, llega a taladrarla.»

No deja de extrañar esta insistencia en un punto que nos revela el carácter duro y un tanto lugubre de la ascética de aquellos hombres. Para arraigar más profundamente estas miras en el alma de sus monjes, recoje San Martin una piadosa leyenda, que se contaba en los monasterios de Oriente. «Fue una vez el abad Silvano arrebatado en éxtasis, y después de muchas horas, volvió en si y no cesaba de llorar. ¿Qué te pasa, padre?», le preguntó un discipulo suyo, pero él callaba y seguia llorando. Al fin, a fuerza de importunaciones, dijo: «¡Ay de mí! Que he sido arrebatado al Tribunal divino,

y he visto muchos con hábito de monjes, que iban a los suplicios y muchos legos, que entraban en los cielos». Estas tremendas historias debian inspirar los más austeros principios. El ideal del monje estaba en conseguir la indiferencia absoluta con respecto a las cosas de este mundo, en ser como una piedra, como una estatua, como um cadáver, consiguiendo la *apatheia* absoluta, mirando el desprecio lo mismo que la alabanza, las riquezas lo mismo que la pobreza, el hambre lo mismo que los banquetes. Lo primero que se le exigia al monje era el desprendimiento de todos los bienes de la tierra. Llégo en cierta ocasión un monje a su abad, diciéndole: «Acabo de recibir la herencia de mis padres, ¿qué haré de ella?. — «Qué quieres que te diga, hermano? respondió el abad. Si la das a los clérigos de la iglesia, la derrocharán en comilonas; si se la dejas a tus parientes, no tendrias recompensa alguna; mejor es que se la des a los pobres, y asi no estarás inquieto».

Estudio y trabajo

Es extraño que San Martin incorporase a su colección una máxima como esta en que se refleja esta tiranted de relaciones que hubo durante algún tiempo entre el clero y la institución monástica. En cambio no quiso recojer ciertas palabras desdeñosas que corrian entre los solitarios con respecto a las letras. El mismo Pascasio habia traducido en su libro esta anécdota: «Fue un monje a un anciano y le dijo: «Me he aprendido de memoria el Antiguo y el Nuevo Testamento». — «Has llenado el aire de sonidos». — Otro llegó alegre con esta noticia: «He trascrito toda la Biblia». — «Bah, contestó el anciano, has llenado de pergaminos las ventanas. El reino de Dios no está en las palabras sino en el esfuerzo». Martin dejó correr esta sentencia en el libro de su discipulo, pero no la incluyó en el suyo. El que estimulaba a sus monjes a aprender el griego, no podia mirar los libros con desdén. De él podia decir Venancio Fortunato que era la mansión de todas las disciplinas. Una curiosidad insaciable le habia impulsado a emprender todos sus viajes, y nunca creyó que pudiera estar reñido con la santidad el meditar a Séneca ni el imitar a Virgilio, que parecen haber sido sus autores predilectos entre los latinos. Quiere encontrar entre sus monjes compañeros de apostolado, y por eso insiste una y otra vez que deben unir la penitencia com el trabajo, o mejor aun, hacer del trabajo una de las formas preferidas de la penitencia. «El monje debe vivir tranquilo en su celda, haciendo algun trabajo y meditando la palabra de Dios», decia con un antiguo solitario, y recordaba esta historia, que venia a poner un acento de vida en la forma rigida de la enseñanza: «En cierta ocasión vinieron algunos hermanos al monje Juan en el

desierto de Scethe, y le encontraron sentado trabajando en silencio. Saludáronle, pero él, sin responder palabra, volvió la cara a la pared y siguió trabajando. Dijéronle los visitantes: «Quién es el que te dió el hábito de monje sin haberte enseñado a recibir a los hermanos?» Y Juan respondió: «Hermanos, el hombre pecador no tiene tiempo para estar ocioso». Es decir, que el amor al trabajo excusaba hasta la groseria. No obstante habia un requisito sin el cual el trabajo dejaba de ser meritorio; debia hacerse con obediencia. Un anciano habia dicho: «Dos cosas son las que hacen caer al hombre; el ocio y la propia voluntad». Otro resumia la vida espiritual en estas palabras: «Entre Dios y el hombre se interpone un muro de bronce que es la propia voluntad. El que domare su voluntad, podrá decir con el salmista: En mi Dios atravesaré el muro». —

Silencio y mortificacion

La vida del monje debia tener por objeto la purificación de su alma, y eso se conseguia por el silencio y la meditación. El silencio es tan necessario al alma como la respiración al cuerpo. El hombre debia llegar a decir en su corazón: «En el mundo no estamos mas que Dios y yo. Entonces hallaré el descanso». Recordaba San Martin esta anécdota del abad Pimenio. Llego un hermano a hacerle una consulta en tiempo de cuaresma y le dijo: «He dudado en venir, porque como estamos en este santo tiempo, pensé que te habias cerrado». «No he aprendido a cerrar la puerta de la celda, dijo el abad, sino la puerta de la lengua». Este silencio debia ir junto con la oración y con el rezo de las horas canónicas, según la expresión de San Martin. Esto es lo que da al monje la fuerza para resistir a los demonios, «porque asi como las moscas huyen de una holla que hierve y se acercan a la que está tibia, del mismo modo el enemigo huye del monje que arde en el fuego del espiritu». Por lo demás a un monje asaltado por la tentación, lo primero que le aconseja San Martin es huir, lo segundo huir, y lo tercero ser coma una espada aguda e irresistible. Y a todo esto debia unirse una abstinencia rigurosa. Existia este principio: —«El verdadero reposo está en sujetar el vientre, y la humildad del alma se consigue con los ayunos y las mortificaciones. «Nuestros padres, decia un anacoreta, se hicieron fuertes en la obra de Dios comiendo solo pan y sal. El camino de la vida es estrecho y dificil». Pero el alma de todo habia de ser la caridad, según aquella sentencia: «El que ha aprendido a ayunar durante seis dias seguidos, y no sabe dominar la ira, no ha empezado a caminar». El monje debe ser amable y cortés con los hermanos, imitando a aquel anacoreta, que en una visita, como le pidiesen perdón por haber

trastornado sus ejercicios de costumbre, contestò: «Mi costumbre es recibir con la paz a los que vienen y despedirles con la caridad». Los mismos herejes estaban comprendidos en esta ley. En caso de persecución habia que buscar un refugio entre los ortodoxos; pero si los herejes llegaban a la puerta del monasterio, habia que hacer lo del abad Pimenio, que mandó a su discipulo preparar la mesa y servirles los mejores manjares que tenia.

Las peregrinaciones de San Martin

Tal es la doctrina espiritual que el abad de Dumio presentaba a la consideración de sus discipulos con el encanto especial de las cosas vividas, experimentadas y animadas con los ejemplos de los más ilustres solitarios que eran el ideal de los monjes fervorosos. El dechado de la perfección estaba para él sin duda en el Oriente, en aquel Oriente que él habia recorrido, y cuyo espiritu se esforzaba por trasplantar a las playas atlánticas. Pero estas dos colecciones de dichos y hechos no pueden considerarse en realidad como una Regla. No es posible ver en ellos aquellos *preceptos* de la institución piedosa a que alude San Isidoro. En Dumio y en los demas monasterios de su observancia hubo indudablemente un régimen legislativo, que hoy no es facil reconstruir. Yo renuncio por hora a emprender este camino peligroso.

No quiero, sin embargo, terminar sin presentar algunas sugestiones o por lo menos sin hacerme unas cuantas preguntas. Podriamos imaginar que esa legislación, sino es perdida, por lo menos ignorada, estaria intimamente relacionada con las reglas monásticas orientales, y en primer lugar con las de San Basilio y San Pacomio. Este último como legislador del cenobitismo egipcio debió ser particularmente preferido por el fundador del monasterio Dumiense. No olvidemos, sin embargo, que San Martin era un gran viajero. Llega al extremo de la tierra despues de haber recorrido todas las naciones, que antaño habian formado el imperio romano. Sale de las orillas del Danubio, pasa sin duda por Constantinopla, permanece largo tiempo en Asia, penetró, sin duda, en Egipto, escuela de toda perfección, y llega a las playas gallegas, no sin haber dado largos rodeos por los paises de la cristiandad occidental. La historia de Gregorio de Tours parece querer indicar que llegó a Galicia viniendo directamente de una región lejana, impulsado por la voz divina! «Tunc commonitus a Deo quidam, nomine Martinus, de regione longinqua, qui ibidem nunc sacerdos habetur, advenit. Sed nec hoc credo sine divina fuisse providentia, quod eo die se commoveret de patria, quo beatae reliquiae de loco levatae sunt, et sic simul cum ipsis pignoribus Galletiae portum ingressus sit». (*De miraculis sancti Martini Turonensis*, L. I, cap. 11).

En este texto nos dice el Turonense que San Martin fue a Galicia directamente desde su patria, es decir, desde Panonia. En cambio en el libro V. cap. 38 de la *Historia francorum*, despues de haber contado que se dirigió a Oriente para visitar los Santos Lugares, añade: «Exinde Galliciam venit ubi, cum beati Martini reliquiae portarentur, episcopus ordinatur. «Pero este relato tiene ya en la pluma de san Gregorio matices legendarios. Es claro que para ir a Galicia, sea desde Panonia, como se dice en el libro de los milagros de San Martin de Tours, sea desde un lugar cualquiera del Oriente, como insinua la Historia de los francos, se necesitaba más tiempo que para llegar desde Aquitania, sobre todo, si esta última travesia se hacia «navigio prospero velociter». Por otra parte, el texto del historiador galo parece dar a entender que Martin fué consagrado Obispo en el momento mismo de su llegada, lo cual no es facil de creer y esta en contra de lo que sabemos de su gobierno abacial.

San Martin en Francia

Lo más problable es que el peregrino danubiano estaba en Francia, cuando los embajadores del rey suevo llegaron a Tours. La embajada novelesca debió impresionar su espiritu y animarle a correr una nueva aventura. Entonces sería cuando se anudó aquel lazo de amistad entre él y Fortunato. Las expresiones de este último en el poema que dedicó al misionero, y la carta que le escribio suponen un conocimiento y una intimidad, que no pueden explicarse por las noticias llevadas en alas de la fama. Fortunato sabe de la piedad de su amigo, de su sabiduria, de su palabra insigne; ha podido experimentar que su inteligencia es el palacio donde se han dado cita todas las artes liberales. Le considera como su padre piadoso y él se llama su hijo y llega a decirle que no se olvide de su Fortunato:

Sed Fortunati sis memor ipse tui.

Su mayor ambición es que Martin «le guie como doctor, le ame como padre, le estimule como capitán, le defienda como protector». Estos lazos de afecto se extendian a las monjas de Santa Cruz de Poitiers, y especialmente, a la fundadora, la reina santa Radegundis y a Inés la abadesa, cuyo consejero era el poeta. Fortunato las llama hijas y alumnas del apóstol gallego, y las encomienda a su solicitud» para que agraden al Señor bajo tan dulce dirección». Estas expresiones no podian ser la expresión de un afecto nacido unicamente a través de las relaciones epistolares, que por lo demás eran entonces muy dificiles». Solo una carta habia recibido Fortunato de Martin,

cuando hablaba de esta manera: «A través de las espumas del ponto, decia en su respuesta, me ha llegado una bebida deleitosa... Es el primer fruto que me han dado las olas». (Véanse todos estos textos en E. S. t. Xv pags. 375 a 380). En vista de todo esto, llegamos a pensar que el peregrino de Italia y el de Panonia y acaso tambien la princesa germana Radegundis se habian encontrado en Tours, a los pies del primer San Martin, adonde al rededor de 550 o poco después habian llegado Fortunato y Radegundis para dar gracias el uno por la vista conservada, y la otra por la terminación suspirada de un odioso matrimonio; y adonde debió coincidir por el mismo tiempo el monje danubiano para venerar las reliquias del gran taumaturgo, compatriota suyo. Y a Francia llegó, al parecer, atravesando las provincias italianas, donde no dejaria de postrarse ante el sepulcro. Tal vez es esto lo que nos quiso decir Venancio Fortunato en un verso oscuro del poema que dedicó a su amigo:

Pannoniae, ut perhibent, veniens e parte Quirinis.

Y el mismo Martin nos sugeriria este itinerario cuando al hablar en su opúsculo «De trina mersione» acerca del rito del bautismo, se expresa de esta manera: «A los que defienden una sola infusión del agua, yo les invito a que me digan en qué textos o por qué Padres está autorizada esta costumbre. Y si no pueden aducir ninguna prueba, que reciban de nosotros confiadamente lo que nos dice la autoridad de la sede romana, y demuestra la antigua institución de las provincias orientales». (*Epistola ad Bonifatium episcopum de trina mersione.* — E. S, XV, pag. 423)

Y posiblemente podemos considerar como un fruto de sus observaciones personales en la Galia aquellas palabras del opúsculo sobre la Pascua: «Sé que muchos se preguntan acuciosamente porqué, computando la luna a la manera de los judios, celebramos la Pascua en forma diversa, diciendo que pareceria mas razonable celebrar la conmemoración la de Pasión del Señor en un solo dia todos los años, de la misma manera que se celebra el aniversario de su Nacimiento, como acostumbraban a hacer hasta hace poco varios obispos galicanos, que celebraban siempre la Pascua el VIII de las Kalendas de Abril, en el cual, segun la tradición, fue la resurrección de Cristo». (*De Pascha.* ibidem, pag. 413) Todo esto queda confirmado por la noticia que nos da Gregorio Turonense al decirnos que en la basílica de San Martin sin duda, en Tours, sobre la puerta del mediodia, se leian unos versos compuestos por el Dumiense. Estos versos a que alude el historiador merovingio, como colocados en la basílica de Tours, son distintos de otros que aún se conservan, y

que se leian en la basílica que el suevo le construyó en Galicia, probablemente la basílica de Dumio. El texto de San Gregorio dice así: «Versiculos qui super ostium sunt a parte meridiana in bassilica sancti Martini, ipse compossuit (E. S. pag. 382).

San Martin e San Cesáreo

En su avidez por conocer los movimientos literarios tanto como las corrientes ascéticas de su tiempo, el viajero de Panonia, que hablando de una costumbre litúrgica afirmaba no existir en favor de ella ningún sínodo local o general. («Nam neque generalis neque localis ulla Synodus de una tinctione aliquando legitur tulisse sententiam»: E. S., t. XV, pag. 424), debia estar tan bien informado de los esfuerzos que se hacian entonces en Occidente para renovar el espiritu religioso, después del caos introducido por la invasión de los bárbaros y la caida del imperio, como de los heróicos comienzos del monacato oriental. Erudito como pocos en la ciencia de los cánones, conocia seguramente la obra conciliar de San Cesáreo, y podemos sospechar que antes de venir a España habian llegado a él noticias de la regla, que el obispo arelatense habia escrito para las monjas de su diócesis. Mas tarde Venancio Fortunato le hablará de ella como de una cosa grata para él. «Padre santisimo, le decia en su carta poetica, la piadosa Inés y la humilde Radegundis te ruegan que te acuerdes de ella a fin de que, aumentándose el coro de las hermanas, agraden a su Señor con los cánticos sagrados bajo tu dirección bondadosa, y puedan asi observar la Regla, que la Ciudad de San Ginés, consiguió de su piadoso Obispo Cesáreo, que, saliendo de la observancia de Lerins, siguió siendo un monje ejemplar después de ser la gloria del episcopado». El poeta recuerda aqui al apostol de Galicia una página de oro del monaquismo occidental, y al mismo tiempo le anuncia un suceso, que habia llenado de alegria a Santa Radegundis y a sus hermanas. El derecho común sometia los monasterios y en particular los de mujeres a la jurisdicción del Obispo; pero la regla de San Cesáreo concedia la exención a los monasterios arelatenses, y este privilegio es el que quiso dar Santa Radegundis a su Monasterio de Poitiers, para librarle de las molestias del obispo Meroveo. El 570 hizo la fundadora un viaje a Arlés, e poco despues Fortunato cantaba la introduccion en Santa Cruz de aquella Regla «dulce como un vestido de lino» (Venantii Fortunati carmina, VIII, 1, 60).

San Martin y San Benito

Despues de lo dicho, no es tampoco temerario afirmar que San Martin conociese la Regla de San Benito, y la introdujese en la península ibérica. El Patriarca de Casino, creada ya su obra, arribaba al final de su carrera cuando el monje ilírico volvia de su peregrinación oriental, y echando a volar la imaginación, podiamos figurarnos a Martin siempre insaciable en su laudable curiosidad, subiendo la pendiente que llevaba a la gran abadia, cuya disciplina iluminaba ya toda la Campania, y cuyo renombre resonaba en los palacios y en las basilicas de la Ciudad Eterna. En los escritos de San Martin se han podido encontrar huellas de la Regla benedictina, y de una manera especial en el pequeño opúsculo intitulado «*Exhortatio humilitatis*». El espiritu es el mismo, y a veces las coincidências llegan hasta la expresión misma. Cuando San Martin hablando con el lector, le recuerda que en su oración dice cada dia *Te decet laus,* no podemos menos de pensar en la prescripción de San Benito, que manda decir este himno en Maitines, despues del Evangelio: «Quod canticum tunc in veritat oferre poteris Deo cum te humiliando illum solum laudas, cui veraciter cum omnibus fidelibus, et tu quo tidie dicis: Te decet laus»: *Exhortatio humilitatis* (E. S. XV, pag. 405). Pero más impresionantes son todavia ciertas semejanzas verbales, que no son faciles de explicar, sino se admite alguna dependencia directa. Daré aqui algunos ejemplos entre otros varios que pudiera aducir. En el capitulo IV de su Regla, hablando de los instrumentos de las buenas obras, dice San Benito: «Bonum aliquod in se cum viderit Deo applicet non sibi». El mismo pensamiento lo repite San Martin con palabras casi idénticas: «Deo hoc quod videris Deo tribuendo non tibi... Deo hoc semper applicando non sibi». Y más abajo: «Quidquid tibi bonum successerit, Deo, non tibi, conscribas». Todavia es más estraña esta otra coincidencia entre una frase del prólogo de la Regla de San Benito, y otra que leemos al fin de esta exhortación a la práctica de la humildad. Dice San Benito: «In primis ut quidquid agendum inchoas bonum...». Y San Martin se expresa asi: «In primis, si quid volueris boni operis inchoare...». Podria pensarse que tanto San Benito como San Martin podriam haberse inspirado en una fuente común; pero los que han estudiado las fuentes de la Regla Benedictina, no han podido encontrar ningun texto paralelo, del cual pudieran proceder estos dos. No debemos ocultar que algunos manuscritos medievales atribuyen este opúsculo *De exhortationis humilitatis* a San Isidoro (G. P. L.-LXXXIII, col. 1203). Son sin embargo los menos, y el moderno historiador de la literatura latina medieval no duda en atribuir

esta obrita a San Martin Dumiense (G. Manitius, *Geschichte der Latinischen Literatur des Mittelaters,* T. I, pags. 109-113).

Relaciones con los monjes celtas

Sin duda en sus peregrinaciones se encontró tambien San Martin con otra forma extraña del monaquismo occidental, la que por aquellos dias paseaban por todo el continente con su espiritu andariego, con su aire violento y exagerado, con un poder vigoroso de expresión, los monjes celtas salidos de Irlanda y de Bretaña. Es un hecho que al llegar a España se los encontró alli, pues tambien las tierras gallegas fueron campo propicio a sus predicaciones y colonizaciones. Lo mismo que en la Armórica de la Galia, hallaron tambien gentes hermanas en las costas septentrionales de la peninsula. Sabemos, por lo menos, de una colonia establecida poco tiempo antes cerca de la desembocadura del Eo, creando alli un monasterio de Máximo, y un obispado, que debia ejercer la jurisdicción sobre los inmigrados, y que del origen de estos llevó el nombre de Britoniense, perpetuado en el pueblo actual de Bretoña, cerca de Rivadeo, provincia de Lugo. Ya en el primer Concilio de Braga (561), se sentó al lado del Obispo Dumiense el obispo Britoniense, que latinizando su nombre, se llamó Mailosus al confirmar las actas; pero hego, en 572, cuando asistió al segundo concilio bracarense, estampó sin vacilar la forma indudablemente celta: Mailoc.

Mailoc se llamaba por este tiempo el hijo de un régulo de Ailtcluith, en el norte de la Bretaña insular. De él se cuenta que renunció a la herencia paterna, salió de su patria hacia un pais desconocido y fundó un monasterio sirviendo a Dios en él con fervor y perseverancia en los ayunos y las vigilias, en el canto de los salmos y en la meditación de las verdades celestes hasta el dia en que Dios quiso premiar su destierro, poniendole en posesión de la verdadera patria». No creo que sea un despropósito ver en este magnate bretón al abad-obispo que se sentó a deliberar con los Padres de Braga.

San Martin de Dumio debió admirar la generosidad y el desprendimiento de estos hombres, que consideraban la peregrinación y el destierro como el gran medio para conseguir la patria celeste; aunque es posible que tuviese con ellos algún conflicto semejante a los que por estas épocas enturbiaron sus relaciones con la jerarquia de la Galia. Entre sus Sentencias hay algunas que parecen escritas para ellos precisamente. Estas por ejemplo: «Dijo un anciano: Peregrinar es callar. Y outro nos dijo esta regla: Todo lo desmesurado es cosa del demonio». Hay que decir que por lo menos la primera de estas máximas no fue inventada por Martin. La leemos tambien en las sentencias

de su discipulo Pascasio y en las traducidas por Pelagio, que se la atribuye al abad Sisoes. Y no hay que olvidar que Martin era tambien un peregrino; y tal vez por eso en el libro de Pascasio encontramos otros dos pensamientos que son como la justificación de su maestro: «La peregrinación que se emprende por Dios es buena, sino se pierde el silencio, y como decia el Abad Ampo, el verdadero monje es como la abeja, que adonde quiera que vaya, producirá la miel».

Influencia monástica de San Martin

Todo nos permite sospechar que una porción importante de la literatura monástica, tanto oriental como occidental, penetró en España por medio del fundador de Dumio. Decia San Ildefonso de Toledo, tal vez con escasa información, que el primero que trajo a la peninsula una Regla monástica fué un abad de Africa que apareció en nuestra tierra a mediados del siglo VI; pero no olvidemos que al mismo tiempo que Donato desembarcaba en las costas mediterráneas llegaba San Martin a las del Atlántico. Hasta podemos sospechar que el pronunciado acento de orientalismo que nos sorprende en el monacato español de la época visigoda se debe al apóstol de los suevos El verdadeiro guia de San Isidoro, como legislador de monjes es el padre del cenobitismo oriental San Pacomio. Gran parte de los preceptos, leyes, institutos y juicios del legislador egipcio se encuentran literalmente reproducidos en la Regla Isidoriana. Isidoro copia a Pacomio, cuando habla de los huéspedes, del lecho de los monjes, de los que llegan tarde a la comida, de los códices, del vestido y cuidado del cuerpo, de la clausura y de otros muchos puntos que seria largo enumerar. (Véase: J. Pérez de Urbel *Los monjes Españoles en la Edad Media*, t. I, pag. 246).

Otro tanto hay que decir de San Fructuoso. Él lo mismo que Martin, cuya vida va a seguir un curso semejante, tiene fijas sus miradas en Oriente, donde descubre las fuentes primeras del monaquismo. Su mismo biógrafo se da cuenta de ello al afirmar «que todo su empeño lo puso en emular a los antiguos Padres de la Tebaida» (P. L. LXXXVII, 1090). En esto San Fructuoso se nos presenta animado del mismo espiritu de su antecesor el primer abad de Dumio; el espiritu de Pacomio, de Macario, de los solitarios egipcios, Varios capitulos de su *Regula Monachorum*, proceden al pie de la letra de la legislación pacomiana como si San Fructuoso hubiera querido conservar intacto el ambiente en que se desarrollaba la vida de los primeros monjes egipcios, sin arredrar-se por la diferencia de los tiempos y los lugares. Recoge su Regla los prescripciones de los cenobitas egipcios más famosos y echa también mano

de sus sentencias, cuyo eco se adivina, una y otra vez en el texto de la Regla de Compluto y en el de la *Regula Communis*. Es verdad que no sabemos hasta qué punto son las colecciones traducidas por Pascasio y por Martin las que influyen en él, pero no podemos dudar de que se conocian y leian en sus monasterios. Los monjes visigodos se apoderaron de ellos y las incorporaron en sus librerias con otros textos semejantes, què corrian ya entre ellos, sobre todo con los de Rufino y Pelagio, observándose pronto su presencia más allá de los Pirineos. En los escritorios se las copió, se las extractó, y se las mezcló, seleccionando los párrafos que a cada uno le parecian más interesantes. La traducción de Pascasio inspiró otra serie de anécdotas monásticas, compuesta algún tiempo después, acaso también en España con centones de Pascasio, de Rufino y de San Jerónimo. Es lo que se llama el libro III de las *Vidas de los Padres* en la edición de Rosweid (P. L. LXXIII).

San Martin en la tradición monástica

A fines del siglo VII hizo san Valerio su propia colección en los lugares mismos donde habia empezado su vida religiosa San Fructuoso. Si hemos de verla reproducida en el mss. 10.007, en ella hay algo de todas, especialmente de Rufino, aunque no deja de extrañarnos que los textos dumienses aparezcan alli en menor proporción de la que podriamos esperar. (Cf. Ramon Fernandez Pousa, *San Valerio* (1942) págs. 1 al 25). La mayor parte de los textos procedentes de las «Vitae Patrum», que Valerio introdujo en su gran copilación hagiográfica, fueron sacados de Rufino, y algunos de la traducción del diácono romano Pelagio, es decir del libro V de la edición de Rosweide. Se trata de historias y relatos, y esto es lo que explicaria la ausencia de los textos de San Martin y de Pascasio, que nos ofrecen breves anécdotas y sentencias.

Más tarde, por los monasterios de la Reconquista, se leyó mucho un libro que llevaba el nombre de *Gerónticon*, con que se le designa en los documentos medievales. Quedan todavia de él varios ejemplares que no concuerdan en su contenido, pero que tienen de común el reproducir algunas de las colecciones de vidas e sentencias de los Padres, a las cuales hemos hecho alusión en las páginas anteriores. He podido examinar despacio el códice 312 de Alcobaça, que se conserva actualmente en la Biblioteca Nacional de Lisboa, copia del siglo XIII sobre un manuscrito más antiguo, y el que lleva en El Escorial la signatura I. III. 13, que fue escrito en un monasterio castellano a mediados del siglo X. El primero se nos presenta como una selección de textos sacados de diversas colecciones,

incluso de la de Pascasio, enriquecida luego con relatos hagiográficos de época posterior. El segundo, en cambio, nos ofrece casi completo el libro que San Martin mandó traducir a su discípulo en Dumio, aunque con titulos distintos al frente de cada capitúlo, y todo mezclado con fragmentos y biografias sacados de las Vidas de los Padres, de Paladio, y con numerosos relatos procedentes de la traduccion de Pelagio, es decir, del libro V de Rosweide; y que se le buscaba y leia en los monasterios medievales nos lo dice además un códice del siglo XIII que vió Morales (*Viaje*, pag. 155) en San Salvador de Lorenzana, y otro que figuraba en el indice de Santo Domingo de Silos con este Titulo: « Pascasio » (Beer, *Hans chriftechatse Spaniens*, 455, 18). De las «Sentencias de los Padres Egipcios», traducidas por el propio San Martin no conozco actualmente en España ningún manuscrito antiguo. Es un hecho, sin embargo, que se leyeron en los primeros tiempos de la Reconquista. Alguna vez se cita ese libro en nuestra documentación medieval; y por otra parte Rosweide nos dice que hizo su edición sirviéndose de la copia de un manuscrito que le enviaron de Toledo (*Vitae Patrum* prolegómeno XXV en P. L. t. LXXIII), sin decirnos el tiempo en que fué escrito.

Bivar cita otro que se conservaba en su monasterio de Nogales (*Cronicón de Máximo*). No es mucho ciertamente, pero no debemos olvidar que setenta años después de la muerte de San Martin, apareció en los mismos lugares donde él habia actuado, el gran legislador de los monjes de la Reconquista, el que renovó el espiritu del monacato español y le dejó penetrado del suyo para varios siglos. La corriente ascética, inaugurada por San Martin, quedó incorporada a la de San Fructuoso, e como absorvida por ella. La gran figura del reformador del siglo VII eclipsó o por lo menos disminuyó en el ámbito de los claustros la influencia de su antecesor, de la misma manera que la actividad de San Isidoro le anuló en el orden canónica, pero es mucho indudablemente lo que Fructuoso debe al gran organizador, renovador de la sociedad gallega en el siglo VI — *gallisueva salus* — como dice Venancio Fortunato — hacia cuyo sepulcro le llevó seguramente la más devota y rendida admiración.

Arrianismo y Priscilianismo en Galicia

pelo P. DR. JOSÉ MADOZ
(Decano da Faculdade de Teología de Oña, Burgos)

A la devastación bélica de las invasiones bárbaras, en los comienzos del siglo V, seguía, *saevior armis*, diremos con Juvenal en caso análogo, la perturbación religiosa e ideológica en España. Apoderados del territorio peninsular, cundió entre los invasores, inoculado ya en su raza por Ulfilas, el arrianismo, el cual chocó en persecución fanática y sangrienta contra el catolicismo del pueblo hispanorromano, para continuar después en la Mauritania. Y esta fué la mayor preocupación que embargel animo de la Iglesia española. A poco, la evangelización tendia sus redes por los pueblos nuevos, y, con el evangelio, despertaba también la actividad literaria.

Gracias a la intromisión de Valente y otros emperadores, los bárbaros se hallaron en el arrianismo sin saberlo. Abundaban los misioneros arrianos; la nueva doctrina rabajaba el nivel del dogma al alcance de una inteligencia común: el Verbo ya no era Dios, contrariando a la razòn con el misterio trinitario, sino un demiurgo necesario para la creación del mundo, según el bajo entender del primitivismo de aquellas razas. Finalmente, una serie de emperadores teólogos, puestos del lado del arrianismo, vino a recomendar y consagrar ante aquellas ingenuas mentes el nuevo credo. El arrianismo tomaba posesión del pueblo, y el orbe español gimió sintiéndose arriano. El signo nefasto de la secta había de prolongarse por dos siglos, dominando la fé, la legislación, las costumbres.

En la Galicia del siglo V el arrianismo se asentó sobre la idolatría de los suevos, y vino a fundirse con el priscilianismo que lo empapaba todo. Fusión característica española la de estas dos grandes herejías, que marcó la vida y fijó por reacción el perfil del pensamiento español por dilatados siglos. Es la veta religiosa que serpea indeficiente por los estratos del credo de nuestros antepasados. Cuanto en España



S. E. O CARDEAL ARCEBISPO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

D. Fernando Quiroga Palacios, Chefe do
Episcopado galego, presente ao Congresso

se escribió, se dijo o se pensó con sello religioso, lleva su impronta definitiva: con Prisciliano o contra Prisciliano. Dilema torturador, cuyos brazos atenazaron la naciente iglesia galaica; y es ponderación de Orosio: «Dilacerati gravius a doctoribus pravis (sc. Priscillianistis) quam a cruentissimis hostibus sumus» (1).

A nadie se hará extraño el que para valorar la acción evangelizadora de la Iglesia en la Galicia de Martín de Braga, sea menester una previa descripción de las herejías reinantes. El Priscilianismo galaico, insertado en el arrianismo circundante, será el sombrío fondo del cuadro del apostolado de los suevos; y la trágica figura prócer de Prisciliano nos dará la medida de Martín de Braga: que también las montañas se miden por la dilatada sombra que proyectan.

Ocultos y misteriosos sus orígenes, como los del Nilo, una agitación de orden ascético-doctrinal sacude, a fines del siglo IV, los límites de la Bética, la Lusitania, la Galicia. El priscilianismo es el episodio perturbador de más amplias dimensiones, en difusión y persistencia secular, de nuestra primitiva historia eclesiástica.

Prisciliano (hacia el 345-385) pone una nota de estridencia en nuestra antigua literatura cristiana. Es el heresiarca español, cuya ensangrentada figura destaca sobre el fondo turbio de intrigas que la historia va esclareciendo progresivamente. Su tacha de hereje se basa en los testimonios acusadores de sus contemporáneos y en la heterodoxia cierta de sus discípulos, más que en el contenido doctrinal de sus escritos hasta ahora descubiertos. Su triste gloria estriba principalmente en haber sido considerado, infundadamente, como la primera víctima del brazo secular al servicio de la Iglesia: el primer caso inquisitorial antes de la letra.

La descripción que de él nos trazó Sulpicio Severo, contemporáneo de los acontecimientos, sería un retrato acabado si no abundaran en ella lugares comunes calcados sobre la clásica etopeya de Catilina, inmortalizada por Salustio. Hay en ella rasgos que tanto pueden ser ínfulas del intruso obispo de Avila, como arreos de la clámide del conspirador romano. Con todo es forzoso reconocer la realidad de un substractum histórico en la efigie agigantada del heresiarca, de encanto y seducción avassalladora:

De noble alcurnia, opulento, audaz e inquieto, de elocuencia nutrida

---

(1) *Common.*, 1.

con vasta erudición, fácil de palabra y arrojado a la disputa, ingenio afortunado, si no se viera perversamente corrompido. Sufridor hasta el extremo del hambre y de la sed, dormía poco; nada avariento, parco en sus exigencias, aunque vanísimo y sobre manera hinchado de su dominio de las ciencias. Llegó hasta practicar, según se decía, las artes mágicas, desde su juventud (2).

Hacia el 370 aparece en la vida española, propagando, todavía laico, por las regiones de Mérida y de Córdoba, principalmente, una doctrina esotérica, de origen gnóstico-maniqueo, que en conventículos secretos, prometía, con ciertas prácticas ascéticas, una prefección gradual a los iniciados. Su facundia y dotes de persuasión sedujeron a muchos, nobles y plebeyos, y aun a obispos, como Instancio y Salviano, los cuales, al conferir el presbiterado y aun la consagración episcopal para la sede de Avila al jefe, acrecentaron nuevo prestigio a la secta. Muy pronto la invasión se dilató por la Lusitania, la Betica, la Galicia y el sur de las Galias.

No tardó en despertarse la reacción católica, desgraciadamente extremada hasta el fanatismo, en los obispos Hidacio de Merida e Itacio de Ossonoba (hoy, Faro). Las redes de la controversia envolvieron luego a las autoridades ecclesiásticas y civiles, y concilios españoles, como el de Zaragoza, de 380 y el de Toledo, del 400; lo mismo que San Dámaso, papa, y San Ambrosio de Milán, San Martín de Tours y el emperador Máximo, tienen su puesto en esta historia.

Imposible reseñar en los angostos límites de esta lección los mil diversos incidentes, de varia fortuna, por que pasó el nombre de Prisciliano durante estos quince años, los únicos de su trayectoria histórica. Baste decir que, convicto de maleficio e inmoralidad, fué sentenciado con las gravísimas sanciones que la legislación romana del siglo IV infligía a los culpables de magia y maleficio, y ejecutado en Tréveris el año 385: *convictumque maleficii* — dice Sulpicio Severo — *nec diffitentem obscenis se studuisse doctrinis, nocturnos etiam turpium feminarum egisse conventus, nudumque orare solitum* (3).

La ejecución, que se llevó a cabo contra el parecer de San Martín de Tours, fué también desaprobada por el papa Siricio y por San Ambrosio. La tragedia nimbó al hereje entre los suyos con aureola de

---

(2) *Chron.*, 2, 46.
(3) *Chron.*, 2, 50.

mártir; y la secta entró, principalmente en España, en un apogeo de esplendor, que duró hasta la segunda mitad del siglo VI. Aniquilada fundamentalmente con los anatemas del concilio de Braga, de 561, extinguiéronse al fin sus ecos, perdidos entre los adopcionistas y albigenses.

Fuera del azaroso apostolado de Prisciliano, hasta fines del siglo pasado no quedaban vestigios escritos de su doctrina personal, a excepción de un fragmento epistolar, conservado por Orosio, y de sus *Canones in epistolas S. Pauli*, breve teología paulina, en 90 sentencias, refundidas por un obispo español, Peregrino, personaje por otra parte desconocido. Grande fué, por lo mismo, la curiosidad del mundo sabio cuando en 1889 se publicaron 11 *Tratados* del heresiarca español, hallados en Würzburg (4). Mayor fué la sorpresa al no descubrirse en ellos ni las dotes de ingenio que Sulpicio Severo reconocía a Prisciliano, ni el cúmulo chocante de errores que le imputaba la tradición.

Ante este resultado, no faltó quien despojara al heresiarca español de estos tratados, atribuyéndoselos a Instancio, uno de sus discípulos. Otros, como Scheps, Paret, Babut, se esforzaron por rehabilitar la persona del hereje: su condenación habria sido injusta e infundada. Hoy la crítica se atiene a la tradición, apoyada en los gravísimos testimonios de San Ambrosio, San Jerónimo, Filastrio, Sulpicio Severo, Itacio, San León M., San Isidoro de Sevilla y los concilios de Zaragoza, Toledo y Braga y en la culpabilidad de la herejía priscilianista, que llena la historia de España por más de un siglo. Tampoco hay razones decisivas para negar la autenticidad de los tratados, de tendencia apologética, y no exentos, por otra parte, de huellas priscilianistas.

En cuanto a los capítulos de la herejía, reducidos a esquema, son los siguientes: explicación modalista, que niega la Trinidad; Cristo, los ángeles, el alma humana son emanaciones gnósticas; en un dualismo de principios, el demonio, principio del mal, es la causa del cuerpo y tambien de las tempestades y sequías; condénase el matrimonio, y se establece, en cambio, la unión extramatrimonial; niegase la resurrección de la carne, etc.

Otros cargos, no menos graves, en puntos de doctrina y de moral, pudieran todavía recogerse de las acusaciones que se hallan en San Jerónimo, Sulpicio Severo, San Ambrosio, San Agustín, Orosio, Santo Toribio de Astorga, San León Magno, y en los anatematismos concilia-

(4) Fueron editados por G. Scheps, em el CSEL de Viena, t. 18, 1889.

res de Toledo y de Braga. Pero en este momento conviene salir al paso de una objeción que está en la mente de todos.

Aun después de la fulminante sentencia de 561, en Braga, con sus múltiples anatemas, Prisciliano ha dejado en pos de sí una herencia de discusión acerca de su ortodoxia personal — discusión ya iniciada en sus días, como atestigua San Jerónimo: «Hic usque hodie a nonnullis, Gnosticae... haereseos accusatur, defendentibus aliis non ita eum sensisse ut arguitur» — y todavía vibra sin solución definitiva ante la crítica. ¿Fué Prisciliano priscilianista?

El hallazgo de los opúsculos de Würzburg, como ya se ha insinuado, no hizo sino agudizar la contienda: ¿qué queda en estos escritos del gnosticismo, maniqueísmo, sabelianismo e inmoralidad que sobre la cabeza del intruso obispo de Avila amontonó la tradición? Y he aquí la tesis de Scheps, Paret y Babut, para quienes Prisciliano fué un apóstol de la libertad ante el formalismo de la jerarquía, un asceta fecundo contra la esterilidad de la letra. Los sombríos trazos con que Sulpicio Severo ha fijado su efigie ante la posteridad, y que han copiado los restantes testimonios, se deben a la paleta de Itacio en su *Apología*, obra hoy desaparecida.

Tesis cuya estridencia paradoxal no halla apoyo alguno en la objetividad de los documentos. Nadie que pondere el juicio que a Sulpicio Severo merecía la precipitación, el celo fanático e intempestivo y aun la inmoralidad de Itacio, podrá afirmar que el historiador de Aquitania iba a jurar en las palabras del obispo de Faro, admitiendo sin discreción su testimonio:

> Secuti etiam accusatores — es Sulpicio quien habla — Ydacius et Ithacius episcopi, quorum studium super expugnandis haereticis non reprehenderem, si non studio vincendi plus quam oportuit certassent. Ac mea quidem sententia est, mihi tam reos quam accusatores displicere, certe Ithacium nihil pensi, nihil sancti habuisse definio: fuit enim audax, loquax, impudens, sumptuosus, ventri et gulae plurimum impertiens. Hic stultitiae eo usque processerat, ut omnes etiam sanctos viros, quibus aut studium inerat lectionis aut propositum erat certare ieiuniis, tamquam Priscilliani socios aut discipulos in crimen arcesseret. Ausus etiam miser est ea tempestate Martino episcopo, viro plane apostolis conferendo, palam obiectare haeresis infamiam. Namque tum Martinus apud Treveros constitutus,

non desinebat increpare Ithacium ut ab acusatione desisteret, Maximum orare ut sanguine infelicium abstineret... (5).

No; la dureza de este juicio hace ver que Sulpicio Severo no ajusta su testimonio ciegamente al sentir de Itacio. No fué ciertamente la *Apología* poco recomendable de Itacio, la que formó la opinión de San Jerónimo sobre la herejía de Prisciliano, cada día más severa y definitiva; ni la que impuso la actitud a San Dámaso y San Ambrosio, al no querer admitir en su presencia a los peregrinantes a Roma, después del concilio de Zaragoza; ni la que afianzó cada vez más y más, la tradición, en un coro imponente por su número y gravedad, de Orosio, San Agustín, Santo Toribio de Astorga y San León Magno; ni la que hizo resonar la solemnidad del magisterio ecclesiástico en los concilios de Zaragoza, Toledo y Braga.

Aun los mismos opúsculos wirceburgenses, mínimo vestigio de la literatura de la secta, que ha llegado a nosotros, confirman, en capítulos no leves los datos de la tradición.

Así, la veneración abusiva de los libros apócrifos era acusación típica de los acusadores de Prisciliano; y he aquí uno de los Tratados, el *Liber de fide et apocryphis*, que pondera los buenos elementos existentes en los libros apócrifos de que no conviene prescindir; y que el canon de las Escrituras no contiene todo el depósito de la inspiración.

El dogma sabeliano de refundir en una las tres divinas personas en la Trinidad, que San León Magno censuraba en el primer capítulo de su Carta a Santo Toribio de Astorga, parece animar varias fórmulas de estos Tratados:

Tu enim es Deus qui... unus Deus crederis, invisibilis in Patre, visibilis in Filio, et unitus in opus duorum Sanctus Spiritus inveniris (6).

Invisibilis cernitur, innascibilis nascitur, incomprehensibilis adtinetur (7).

Unus Deus trina potestate venerabilis, omnia et in omnibus Christus est, sicut scribtum est... (8).

---

(5) *Chron.*, 2, 50.
(6) *Tract.* XI, pág. 103.
(7) *Tract.* VI, pág. 74.
(8) *Tract.* II, pág. 37.

El pancristismo característico de las doctrinas priscilianistas quedaría apuntado en esta última sentencia.

Otras veces no ve sino matices de denominación entre los sujetos *Deus, Christus, Iesus, Filium, Pater, Sapientis:*

> Sic se pro hominibus patientem intellegi Deum voluit in carne, ut, si sensus quaeratur in nobis, unus Deus est; si sermo, unus est Christus; si opus, unus Iesus; si natura quaeritur, Filius est; si principium quaeritur, Pater dicitur; si creatura, Sapientia est; si ministerium, angelus; si potestas, homo; si dignatio, Filius hominis... (9)

Del mismo modo, un eco de aquel error anatematizado por el Concilio de Braga (n. 5) sobre que los ángeles y las almas sean una emanación de la sustancia divina, parece resonar en estas palabras del Tratado VI:

> Denique Deus noster, adsumens carnem, formam in se Dei et hominis, id est divinae et terrenae carnis adsignans... (10)

El Verbo se designa aquí como «divina anima».

La voz de la tradición, por otra parte, es demasiado grave y múltiple en sus acusaciones para no verla fundada en la verdad. La nota de hereje está grabada a fuego sobre el nombre de Prisciliano, por más que todavía sigan enhiestos varios interrogantes en torno a ciertos pormenores. ¿Cómo explicar ciertas protestas en sus escritos, cabalmente contra algunos de los cargos que se le hacen? Si son en efecto de Prisciliano los Tratados wirceburgenses, ¿cómo salvar el contraste entre su mediocridad e isignificancia y las dotes de excepción de su autor, según el retrato trazado por Sulpicio Severo? ¿Y dónde está la herejía estigmatizada por los contemporáneos como la sentina de todas las aberraciones?

Fuerza es confesar que, mientras algún feliz hallazgo no nos depare nuevas soluciones, la inscripción de Prisciliano en el Catálogo de los herejes, estriba, como antes decíamos, más que en sus propios escritos, en la firmeza gravísima y unánime de una atestación contemporánea y en la heterodoxia cierta de su escuela.

---

(9) *Tract.* I, pág. 5

(10) *Tract* VI, pág. 74.

Córdoba en la Bética, Mérida y, más tarde, Avila, en la Lusitania, Astorga en la Galicia, son los puntos que delinéan el mapa orográfico de priscilianismo en la Península. Pero la región propia del Priscilianismo que ha perpetuado la Historia, es la Galicia, la Galicia de aquella geografía, con sus límites que se dilatan por Cauca, Segovia, Avila, Palencia: es decir, hasta una gran parte de Castilla la Vieja.

Próspero de Aquitania califica a Prisciliano como «episcopus de Gallaecia» (11). «Después de la muerte de Prisciliano — dice Idacio en su *Crónica* — la herejía inundó a la Galicia» (12). La tacha de la patria seguía a Baquiario, oriundo de estas tierras, en sus peregrinaciones, como una sombra acusadora de priscilianismo:

«Suspectos nos, quantum video, facit non sermo sed regio; et qui de fide non erubescimus, de provincia confutamur» (13).

Los que creyeron con la muerte de Prisciliano matar en su cuna la herejía, se engañaron en gran manera. La reacción en Galicia fué fulminante; la indignación contra sus verdugos, sin límites. Con el resplandor rojizo de Tréveris, la memoria del heresiarca quedó circundada ante sus partidarios de un nimbo martirial; y si antes la talla de Prisciliano descollaba desde los hombros sobre sus secuaces, como de Saúl dice la Escritura, en aquella fecha su figura se agigantó hasta penetrar en los límites de lo sobrehumano. Del noroeste de la Península se reclamaron sus restos; la pompa de unos funerales insólitos exteriorizó el entusiasmo nacional; hay una mención suya catalogada en los martirologios, juntamente con la de alguno de sus discípulos, y jurar en el nombre de Prisciliano llegó a ser el más sagrado de los juramentos: «Quin et iurare per Priscillianum — dice Sulpicio Severo — summa religio putabatur» (14).

Y es que el arraigo de sus dogmas y ritos en un sabelianismo gnóstico maniqueo, cuyo misterio hechizaba, a la ingenua y supersticiosa psicología de ciertas poblaciones indígenas; el prestigio seductor de no pocos de sus más salientes adeptos; las mismas dotes de excepción que enriquecieron al jefe de la secta; la aureola de martirio que envolvió a sus principales corifeos; un conjunto feliz de circunstancias

(11) *Chron.*, 1171.

(12) *Chron*, 9.

(13) *De Fide*, 2, edic. de J. Madoz, *Una nueva recensión del De fide de Baquiario*, en la *Revista Española de Teología*, 1, 1940-1941, pág. 464

(14) *Chron*, 2, 51.

políticas de varia índole, dieron por resultado la penetración de la herejía en vastos sectores de la población ya desde el siglo IV, y su connaturalización, por decirlo así, en el genio y manera de ser de nuestros mayores con manifestaciones duraderas en sus creencias, culto y costumbres populares.

La pluma de Sulpicio Severo se encarece al registrar la intensidad de su difusión: «multos nobilium pluresque populares... mulieres novarum rerum cupidae... catervatim ad eum confluebant». La misma jerarquía episcopal se vió invadida desde los primeros días, ensanchándose la mancha de aceite a casi toda la Península: «iamque paulatim perfidiae istius tabes pleraque Hispaniae pervaserat» (15).

Instancio y Salviano, cerca de Córdoba, sostienen y acreditan ante el pueblo la nueva secta desde su primera hora; y, en reacción contra los cánones condenatorios de Zaragoza, consagran subrepticiamente a su jefe obispo de Avila. En el concilio de Toledo del 400 abjuraron sus errores los obispos gallegos: Sinfosio, de Astorga, la metropolitana entonces de Galicia, el cual sostenía la sentencia de que el Hijo no pudo nacer; Dictinio, su sucesor, que identificaba la naturaleza de Dios y la del hombre; así mismo el presbítero Comasio. Paterno, obispo bracarense, había hecho su retractación años atrás, gracias a la lectura de las obras de San Ambrosio. Isonio y Vegetino suscribieron también la adjuración de Sinfosio.

Persistieron, en cambio, pertinazmente en la herejía Herenas, Donato, Acurio, Emilio, juntamente con varios presbíteros.

Ideal de los afiliados a la secta era, por otra parte, el sacerdocio y el episcopado. Y, en su afán de conservar compacto el cuerpo de los *Elegidos*, todo su empeño fué consagrar nuevos obispos entre sus adeptos, aun para pueblos insignificantes.

Que el episcopado casi en pleno de una gran provincia eclesiástica se viera en poco tiempo arrastrado por la ola de herejía e inmoralidad que representaba el priscilianismo, es un acontecimiento nada frecuente, en cuya explicación han trabajado los historiadores. No basta alegar como razón el paisanage de Prisciliano, o que Sinfosio de Astorga ya desde el 380 solamente consagraba obispos priscilianistas: esto únicamente puede ser eficaz cuando el pueblo y el clero comulgaban en aquella misma fe. Las dotes personales del heresiarca pudieron ejercer

(15) *Chron.*, 2, 46.

su seducción en los primeros días y en los vaivenes de la persecución que le ocosaba.

Tal vez para una solución satisfactoria, haya que añadir a todos estos otro factor, de orden patriótico y político, que subraya el historiador Gams. Es el siguiente. El autor de la sentencia de Tréveris fué el emperador Máximo, el tirano usurpador, que destronaba al español Teodosio. De linaje desconocido, y acaso de otra provincia, un envidioso de la gloria del emperador se levantaba para derrocar al que era gloria de Cauca, de Castilla la Vieja y de Galicia. Y, sobre esto, a este usurpador acudían los Itacianos, y en él se hacían fuertes para su persecución fanática, hasta llevar a cabo el sangriento desenlace. Máximo perseguía a los compatriotas y partidarios de Teodosio; a Máximo recurrían los Itacianos y con Máximo perseguían a muerto a los teodosianos. El resultado fué que en la persona de Máximo se vió al usurpador de las glorias nacionales y, juntamente al verdugo que, no por celo de la fe sino por partidismo ambicioso, martirizaba a Prisciliano y a sus discípulos. La Crónica de Idacio lo estigmatiza así al referir su muerte: «Occiditur hostis publicus, Maximus tyrannus» ([16]). En la efervescencia de las circunstancias se asoció la ejecución de Prisciliano con el destronamiento de Teodosio, para descargar toda su odiosidad sobre la misma persona, el tirano Máximo. Y el fervor patriótico por Teodosio, se sumó, con todo el ardor del patriotismo herido, a la devoción y reconocimiento de Prisciliano, el mártir de Tréveris ([17]).

Desde el punto de vista literario, la conmoción introducida por el priscilianismo en la Iglesia de España provocó un ciclo doctrinal de escritores encontrados. Mencionemos los más significativos. Después de Tiberiano Bético y sus compañeros, autores da una *Profesión de fe*, a que alude Prisciliano ([18]), y de Latroniano, poeta «comparable con los antiguos», según San Jerónimo ([19]), cuyas obras han desaparecido, la figura más saliente es la de Dictinio, obispo de Astorga, que abjuró sus errores en el concilio I de Toledo. Sus trabajos heréticos se leían «con veneración» todavía en los días de San León Magno; y aun el concilio de Braga de 561, hubo de condenarlos de nuevo. Uno de ellos,

---

([16]) *Chron.*, 10.
([17]) P. B. Gams, *Die Kirchengeschichte von Spanien*, 2, Ratisbona, 1864, pág. 384 s.
([18]) *Liber Apologeticus*, 3.
([19]) *De viris inlustribus*, 122.

titulado *Libra* ([20]), denunciado a San Agustín hacia el 420 desde las Baleares por Consencio ([21]), justificaba la mentira, recurso típico de los priscilianistas — *iura, periura, secretum prodere noli* — y motivó la refutación *Contra mendacium*, de parte del Doctor de Hipona.

Singular y un tanto misteriosa es la personalidad de Baquiario, monje gallego, teólogo de exposición precisa y vigorosa, que arguye un entendimiento robusto y disciplinado, muy dueño de la materia y acertado en su discposición y desarrollo, excesivamente dado a un alegorismo fantástico y forzado de la Escritura, y que no ha logrado borrar acá y allá un ligero tinte priscilianista en sus escritos. En su *Libellus de fide*, inspirado en Rufino y otros Padres, se defendió de la tacha de priscilianismo, que, según ya antes indicaba, le seguía como sombra en sus peregrinaciones. Suyo es también el *De reparatione lapsi*, en el cual aboga por que se use de clemencia con un diácono pecador ([22]).

Entre los defensores de la ortodoxia los hay de muy variadas psicologías. Nada queda de las acusaciones mordaces de Hidacio e Itacio. *El símbolo de la fe* y los anatematismos del concilio I de Toledo fueron refundidos por el obispo gallego Pastor, *Libellus in modum symboli* ([23]); Siagrio también, obispo de la misma región, se señaló en la contienda con unas *Regulae definitionum contra haereticos* ([24]). De la viva polémica suscitada por Toribio de Astorga (440) nos quedan dos Cartas; un *Commonitorium* y un *Libellus* del mismo, hoy perdidos, se reflejan en la respuesta del papa San León Magno, del 447. Con su *Commonitorium de errore priscillianistarum et origenistarum* ([25]) Orosio interesó a San Agustín en la contienda, el cual contestó con su obra *Contra priscillianistas et origenistas* ([26]). Gran parte, finalmente, de la producción simbólica, abundante en España hasta el final de la época visi-

---

([20]) Véase F. Lezius, *Die «Libra» des Priscillianisten Diktinius von Astorga*, Munich, 1898

([21]) *Epístola* 119 entre las de San Agustín.

([22]) Dom Morin le atribuye dos Cartas ascéticas; *Pages inédites de deux pseudo-Jérômes des environs de l'an 400*, en la *Revue Bénédictine*, 1928, págs. 289 310.

([23]) Véase J. A. de Aldama, *El Símbolo Toledano I*, Roma, 1934.

([24]) Véase Dom G. Morin, *Pastor et Syagrius deux écrivains perdus du V.e siècle*, en la *Revue Bénédictine*, 10, 1893, pág. 385-394.

([25]) En Migne, PL, 31, 1211-1216.

([26]) Documentada exposición en J. A. Davids, *De Orosio et sancto Augustino Priscillianistarum adversariis commentatio historica et philologica*, La Haya, 1930.

goda, tiene, como vamos a ver enseguida, esta tendencia antipriscilianista, interferida así mismo por las preocupaciones antiarrianas ([27]).

El perfil heterodoxo de la herejía y su fisonomía netamente prisciliana fueron precisándose progresivamente a través de los documentos del magisterio eclesiástico durante dos siglos.

No consta con certeza si los cánones del concilio de Zaragoza en 380, que condenaban las prácticas priscilianistas, nombraron detenidamente a sus autores. Los anatematismos del obispo Pastor nombran una vez al heresiarca, en 447. El concilio de Braga, de 561, le nombra expresamente en cada uno de sus 17 cánones, ya solo ya asociado a sus fuentes, Sabelio, Pablo de Samosata, Fotino, a los gnósticos, sobre todo a Manes.

Evidentemente el nombre de Prisciliano condensa la herejía en la mente de la Iglesia española.

El concilio de Braga fué oficialmente el golpe de gracia contra el priscilianismo. Sin embargo, un siglo más tarde se recuerda todavía el paso de su estela nefasta por nuestra historia.

Y en primer lugar, en una de las *Homilías a los Evangelios*, de San Gregorio Magno, unos 30 años después de este concilio (590-591), se recuerda todavía como viviente la astrología priscilianista. La aparición de la estrella a los Magos se aducía como argumento para probar el nacimiento de cada uno de los hombres bajo el signo predeterminante de las estrellas:

> Inter haec sciendum quod Priscillianistae haeretici nasci unumquenque hominum sub constitutionibus stellarum putant: et hoc in adiutorium sui erroris assumunt, quod nova stella exit cum dominus in carne apparuit, cuius fuisse fatum eandem quae apparuit stellam putant ([28]).

Más claro y significativo es otro testimonio, y éste de mediados del siglo VII.

En una bellísima Carta de San Braulio de Zaragoza, la más valiosa de su Epistolario, desde muchos puntos de vista, dirigida a San Fructuoso de Braga, se contiene un preciso capítulo, que es un tejido de laudes galáicas y que pudiera calificarse como el registro *De viris inlustribus* de Galicia. Al hacerle una consulta doctrinal, el

([27]) Cf. J. Madoz, *Le symbole du XI.e concile de Tolède*, Lovaina, 1938.

([28]) *Hom. in Evang.* 10, 4.

metropolitano de Braga emplea humildemente la denominación que a esta provincia tributaba el lenguaje antiguo de los clásicos, debido a su situación geográfica, y ruega al obispo de Zaragoza: «... nos longe positos et occidenti tenebrosa plaga depressos non despiciatis» (49) La región que ha perpetuado la designación de *Finis terrae*, se señalaba como *la última, la más remota*, etc. en la antigüedad: «In ipsa extremitate mundi», decía el mismo concilio de Braga (50).

Braulio en su respuesta recoge la alusión para devolvérsela envuelta en un fervoroso panegírico para Galicia:

> Ne, quaeso, vos ex eo contemptibiles velle extimari. quod occidentali tenebrosa plaga queritis vos esse depressos; quoniam eo clariores estis, quo vos in caligine esse videtis... Et cuncti, procul dubio, novimus quia ex eo etiam maculas corporeas liquidius videmus, quo lumini propinquamus; et lumen verum quod inluminat omnem hominem venientem in hunc mundum, ex occasu suo et non continuo nativitate resplenduit mundo...
>
> Provincia namque quam incolitis et graecam sibi originem defendit, quae magistra es litterarum et ingenii; et ex ea ortos esse recordamini elegantissimos et doctissimos viros, ut aliquos dicam, Orosium presbyterum, Turibium episcopum, Idatium et Carterium laudatae senectutis et sanctae eruditionis pontificem. Ac per hoc, Christi gratia superabundans praedicanda quam regio segnitie est culpanda (51).

La propincuidad hacia el ocaso favorece a Galicia, por acercarla más al esplendor del verdadero sol, que resplandeció más vivamente en su ocaso.

Y el celo y solicitud del pastor zaragozano le inspira la siguiente advertencia caritativa:

> Cavete autem dudum illius patriae venenatum Priscilliani dogma quo et Dictinium et multos alios, ipsum quoque sanctum Orosium invenimus fuisse infectum, quamvis postea a sancto Augustino correctum. Nam ita etiam perversitatis suae

(49) San Braulio, Carta 43, edic. J. Madoz, *Epistolario de San Braulio de Zaragoza* (*Estudios Onienses*, ser I, vol. I), Madrid, 1941, pág. 189.

(50) Concilio I de Braga, a. 561.

(51) San Braulio, Carta 44, edic. cit. pág. 204-206.

> studio sacras depravavit scipturas, ut adhuc ex ipsius corruptoris naevo depravatas invenimus multas ([32]).

El hecho de que a mediados del siglo VII — la Carta es del 651 — todavía se hallaran en Zaragoza muchos ejemplares de las Escrituras corrompidas por aquella herejía, es buen indicio de sus dimensiones en el tiempo y en la distancia.

En esta misma Carta de San Braulio — ya se habrá notado — se contiene una noticia de sumo interés sobre la egregia figura de Orosio. Y, como se trata de un caso muy saliente de priscilianismo galaico, este es lugar de prestarle unos momentos de atención.

Es un texto enigmático de San Braulio de Zaragoza, muy olvidado por los historiadores, y que proyecta luz siniestra sobre el amigo de San Agustín. En ese contexto en que el veterano obispo de Zaragoza instruye y aconseja paternalmente al metropolitano de Braga San Fructuoso, subraya, con sentenciosa ponderación:

> Ipsum quoque sanctum Orosium invenimus fuisse infectum (priscillianismo), quamvis postea a santo Augustino correctum.

La frase, como se ve, está recalcada, como quien pondera um extremo. Y, con razón. Orosio, por testimonio de San Braulio de Zaragoza, queda envuelto, con Dictinio y otros muchos, en la infección de priscilianismo, si bien su caso fué pasajero y súbitamente corregido por San Agustín.

Esta acusación de Braulio sobre el priscilianismo pasajero de Orosio, parece ser el único testimonio que existe sobre esta tacha del presbítero galaico, más tarde gran debelador del priscilianismo, juntamente con San Agustín ([33]). Tan singular e inesperada pareció al historiador Gams, que el benemérito benedictino no dudó en calificar de errónea la afirmación de Braulio ([34]). Sin embargo, no es facil acusar de ligereza a Braulio en una aseveración tan grave y categórica.

Existe un texto de San Agustín, que no se había tenido en cuenta por la crítica, y que puede esclarecer, a mi juicio, la solución de este enigma. Escribiendo a Evodio, en su Carta 169, hace mención del

([32]) Ibidem, pág. 193-194.
([33]) Cf. Davids, op. cit.
([34]) *Die Kirchengeschichte von Spanien*, 2, 2, pág. 156, nota 4.

viaje del presbítero español; y señalando el diálogo con el habido acerca de la doctrina priscilianista, dice el Doctor de Hipona:

> Occasionem quippe cuiusdam sanctissimi et studiosissimi iuvenis, presbyteri Orosii, qui ad nos ab ultima Hispania, id est ab Oceani litore, solo sanctarum Scripturarum ardore flammatus advenit, amittere nolui. Cui, ut ad illum quoque pergeret, persuasi. Huic etiam ipsi Orosio ad quaedam interrogata, quae illum de priscillianistarum haeresi et de Origenis quibusdam opinionibus, quas non recipit Ecclesia, permovebant, uno libro non grandi quanta potui brevitate et perspicuitate respondi (35).

No es tan clara como desearíamos la descripción de Orosio respecto del priscilianismo en este texto: pero sí se deduce indudablemente de estas palabras que el presbítero español se sentia impresionado o conmovido por ciertas cuestiones relativas a la herejía priscilianista y a ciertas opiniones heterodoxas de Orígenes: *ad quaedam interrogata quae illum permovebant.* ¿Aludiría a este pasaje de San Agustín el recuerdo de San Braulio? ¿o reflejaría otra fuente tradicional que no conocemos? (36).

Afortunadamente, no todo fué de signo negativo en el episodio priscilianista: el movimiento teológico provocado con ocasión de sus doctrinas, reporta un saldo positivo y remunerador.

Si algún provecho importan las herejías, aunque muy a su pesar, es éste de promover el progreso dogmático y desarrollo de la teología de la verdad:

> Hoc, inquam, semper, neque quicquam praeterea, haereticorum novitatibus excitata, conciliorum suorum decretis catholica perfecit ecclesia (37),

atestigua San Vicente de Lerins. Provocado por las novedades del error, se desenvuelve el conocimiento y precisión del caudal revelado, como ante las necesidades de la enfermedad promovida por una epidemia se desarrolla triunfante el progreso de la medicina.

El priscilianismo, puede decirse, dió el pie forzado a toda nuestra

---

(35) *Epist.* 169, 4, 13.
(36) Cf. *Epistolario de San Braulio de Zaragoza*, pág. 194.
(37) Vicente de Lerins, *Common.*, 23.

teología visigoda, la cual, aunque hundía sus raíces en la reacción indígena antiarriana, hubo de plegarse a enderezar las nuevas aberraciones del obispo heterodoxo de Avila y de sus secuaces. Los Símbolos y profesiones de fé española, saturados de doctrina antiarriana, llevan un sello inconfundible antipriscilianо.

Basta observar ciertas afirmaciones, más categóricamente subrayadas en el magisterio eclesiástico de España, e se reconocerà este su matiz antipriscilianista.

En materias trinitarias el priscilianismo era un sabelianismo agudizado; y los Símbolos toledanos le salían al paso situando en el centro de la tradición que cristaliza definitivamente en el primer anatematismo del concilio de Braga de 561:

> Si quis Patrem et Filium et Spiritum sanctum non confitetur tres personas unius substantiae et virtutis ac potestatis, sicut catholica et apostolica ecclesia docet; sed unam tantum ac solitariam dicit esse personam, ita ut ipse sit Pater qui Filius, ipse etiam sit Paraclitus Spiritus, sicut Sabellius et Priscillianus dixerunt, anathema sit.

La «innascibilidad» de Cristo, *Christus innascibilis*, era uno de los puntos céntricos del Credo priscilianista. Por él venían a sostener, según la autorizada interpretación de San León Magno, que Jesucristo antes de su generación humana de la Virgen María, no había tenido otra generación eterna del Padre ([38]). La teología española repetirá periodicamente su profesión de fe en las dos generaciones de Cristo; y, después del obispo Pastor, lanzará su anatema del 447 contra este extravío priscilianista.

Estableciase un dualismo gnóstico maniqueo de principios. Para explicar el origen del mal en el mundo se introducía un principio malo increado, autor también del mundo corpóreo. A este dualismo oponen los Símbolos españoles le dogma de la consubstancialidad de las personas divinas ([39]).

El priscilianismo español, finalmente, dió ocasión, por medio de la correspondencia epistolar entre Santo Toribio de Astorga y San León Magno, a la inserción en el Símbolo de la partícula «Filioque», de resonancia secular en la historia de las controversias teológicas. Fué,

([38]) Sab León I, *Epist. 15, ad Turibium*, 3 y 17.

([39]) Véase la cuestión expuesta en J. A. de Aldama, op. cit., pág. 132-145.

en efecto, el obispo Pastor quien, al adaptar en 447 el Símbolo toledano del 400 a las nuevas exigencias antipriscilianistas, cinceló en término lapidario la profesión de fe en que el Espíritu Santo procede del Padre y del Hijo, comun ya en la creencia de la época; y bajo el influjo directo e inmediato de la Carta de San León Magno, que contiene ya una redacción preparatoria — «alius qui de utroque processit» — insertó en el Símbolo toledano del 400 la partícula definitiva: «A Patre Filioque procedens» (40).

Más todavia, si es lícito en ocasiones cantar el «Oh felix culpa» me atrevería a señalar en la presente al priscilianismo español como uno de los factores históricos que de rechazo contribuyeron a formar lo que pudiéramos llamar el siglo de oro de la patrística española en el ciclo isidoriano.

Es la época de la Iglesia visigoda que encuadra una floración de teólogos, catalogados unos en la história de la literatura eclesiástica, anónimos otros, que se ocultan entre las filas de los Padres conciliares de Toledo, diseminados a lo largo de los siglos VI y VII: desde la conversión de Recaredo hasta la batalla del Guadalete. Los Símbolos o profesiones de fé de los concilios toledanos abrían como un pórtico de gloria las célebres asambleas, que jalonan aquel siglo, regulando la vida de la Iglesia.

La actual investigación ha reservado un apartado especial de sus pesquisas a estas formulaciones dogmáticas: aquilata la precisión y nitidez de sus enunciados; pondera la inmensa erudición patrística y rara seguridad teológica de sus autores anónimos, que les sirven de base; admira la habilidad y dominio del pensamiento, que, aun sin salirse de los límites de una compilación tradicional, funde en armoniosa homogeneidad sintética la herencia depurada del pasado; analiza y registra con cariño escrupuloso las menores aportaciones de Padres y monumentos antiguos, como el geógrafo explorador persigue y describe hasta los menores afluentes que vienen a engrosar el caudal aurífero del Tajo, gloria de la imperial Toledo (41).

---

(40) Ibidem, pág. 124-131.

(41) K. Künstle, *Eine Bibliothek der Symbole und theologischer Traktate zur Bekämpfung des Priscillianismus und westgothischen Arianismus aus dem VI Jahrhundert*, en *Forschungen zur christlichen Literatur und Dogmengeschichte*, de A. Ehrhard y J. P. Kirsch, t. I, 4, Moguncia, 1900; Idem, *Antipriscilliana*, Friburgo, 1905. J. A. de Aldama, op. cit.; F. Cavallera, *Le «De Fide» de Bachiarius, Egeria, le Symbole du To-*

Había pasado ya el choque fragoroso de las herejías nacientes. Era simplemente la devoción singular de la Iglesia española a la fe tradicional, aunque siempre orientada a la oposición al arrianismo y priscialinismo, la que en aquel siglo inmediato a la conversión del pueblo visigodo, inauguraba sus actos más solemnes con la profesión de fé como arco triunfal de sus decisiones disciplinares. El Símbolo de la fé, escrito en el corazón de los fieles animaba la vida toda de aquella Iglesia. Su recitación estaba prescrita en los principales actos de la vida cotidiana : al acostarse, al salir de casa, en el decurso de las relaciones socilales. Las recomendaciones litúrgicas que en todas partes acompañan a la ceremonia de la entrega del Símbolo, la «Traditio symboli», se hacen más íntimas y apremiantes en la liturgia española. Los Padres de la Iglesia visigoda inculcan esta devoción, exhortando a conservar el Símbolo «non membranis sed... tenacitate memoriae», como decía San Ildefonso (42).

Su recitación, sea en alguna de las fórmulas oficiales de la Iglesia universal, como la de Constantinopla, sea en fórmulas especiales elaboradas para el caso, era el eje en torno al cual giraban todas las prescripciones dogmáticas y disciplinares. A veces era la fórmula concreta del dogma que se trataba de promulgar especialmente en el concilio : como en el concilio I de Toledo contra los arrianos y priscilianistas, en el II concilio de Sevilla (a. 619), en el debate antiacefalo de su canon 13 (43); en el concilio XIV do Toledo (a. 684) al aceptar la condenación del monotelismo. Pero de ordinario, sin error alguno previo que combatir, ni dogma especial que proclamar, el concilio iniciaba sus sesiones con un Símbolo de fé, tradicional o particular, y hacía de él la base de su legislación disciplinar.

La redacción de los Símbolos toledanos está trazada según un es-

---

letanum I, en el *Bull. de Litt. ecclés,* 39, 1938, pág. 88-97; G. Lachello, *L'Eucarestia nei primi tre concilii di Toledo,* Roma, 1938; J. Madoz, *Le symbole du IV^e concile de Tolède,* en la *Rev. d'Hist. ecclés.,* 39, 1938, pág. 5-20; Idem, *El símbolo del VI concilio de Toledo,* en *Gregorianum,* 19, 1938, pág. 161-193; Idem, *Le symbole du XI.^e concile de Tolède,* Lovaina, 1938; J de J. Perez, *La cristología de los símbolos toledanos IV, VI XI,* Roma, 1939; J. Madoz, *La teología de la Trinidad en los símbolos toledanos,* en la *Rev. Esp. de Teol.,* 4, 1944, pág. 457-477. Idem, *El símbolo del concilio XVI de Toledo (estudios Onienses,* ser. I, vol. III) Madrid, 1946.

(42) *De cognitione baptismi,* cap. 33.

(43) Cf. J. Madoz, *El florilegio patrístico en el II concilio de Sevilla (a. 619),* en *Miscellanea Isidoriana,* Roma, 1936, pág. 177-220.

quema típico común a todos ellos en sus grandes líneas: enunciado trinitario de la unicidda de Dios en la pluralidad de personas; cristología, orientada hacia la consubstancialidad del Verbo; escatología, finalmente, como fruto de la redención. Para su concepción, habíase tomado como tipo el *Libellus fidei* de Gregorio de Elvira, más remotamente, el *De fide*, del mismo autor, de carácter antiarriano en su origen, de aplicación antipriscilíana en el Símbolo del 400, y que ha dejado estampada su huella en otras fórmulas de fé que han recibido su influjo a través de la *Hispana*.

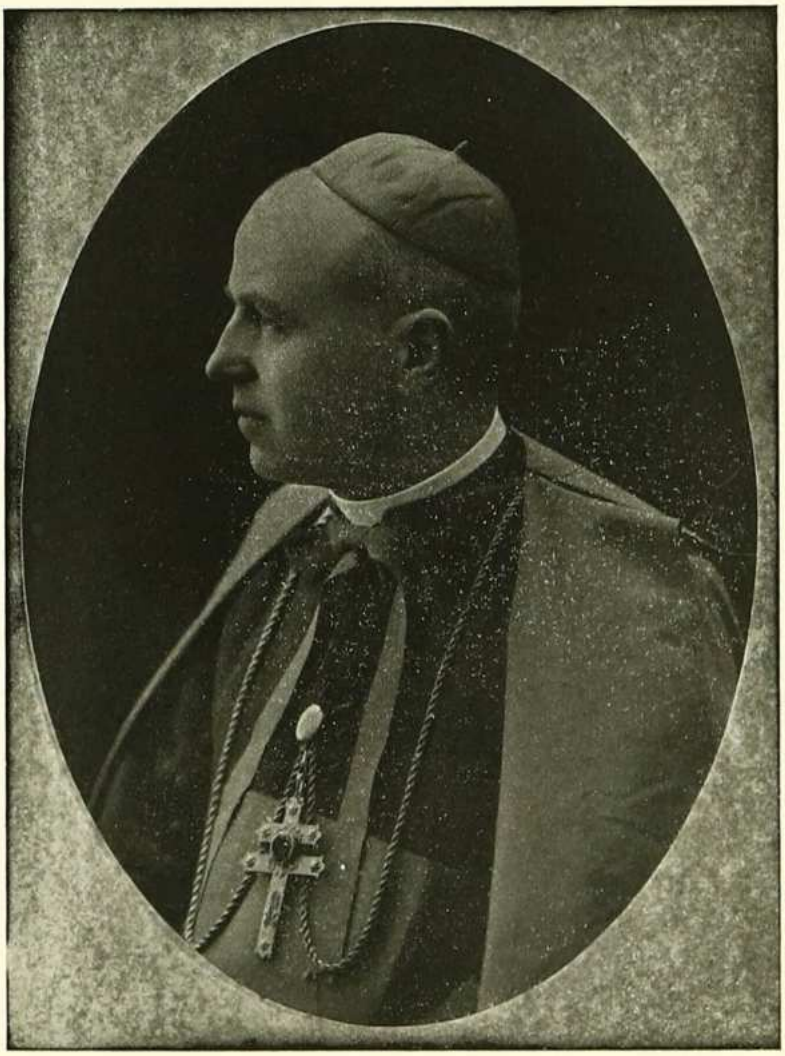
Aun dentro de los contornos de este esquema hay especialmente cuatro Símbolos, entre los toledanos, estrechamente ligados entre sí por un parentesco íntimo y singular. Los Símbolos IV, VI, XI y XVI se suceden según una cadena orgánica de sello común inconfundible y guardan entre sí el mismo aire de familia en la tradición simbólica española. El IV (a. 633) aureolado con el glorioso recuerdo de San Isidoro de Sevilla, presidente de aquel concilio (44) fija en trazos definitivos el sedimento teológico español sobre la Trinidad y la Cristología. El VI (a. 638) sigue la misma línea, añadiendo la profesión de fé en la Iglesia Católica, Cuerpo de Cristo, que con su cabeza ha de reinar perpetuamente en el reino venidero. El XI (a. 675) recoge las corrientes del IV y del VI y aumenta su contenido con múltiples aportaciones patrísticas, para redactar una fórmula de fé, breve tratado teológico, sobre aquellos misterios, de acabada precisión de conceptos y formulación simbólica (45) El XVI (a. 693), finalmente, amplía el contenido del XI con nuevas precisiones acerca de la explicación psicológica de la Trinidad, de las dos voluntades en Cristo, de la perpetua virginidad de María, etc., siempre dentro del gran estilo de Símbolo-tratado, inaugurado por el Símbolo del concilio XI, cuyas fórmulas en gran parte repite, y a cuya precisión de fórmula no llega sin embargo.

Este trabajo de taracea, ordinario en la literatura simbólica, es por su naturaleza más católico y más representativo del saber universal: la *Fides Damasi Quicunque*, San Agustín, San Fulgencio de Ruspe, San Gregorio M., San Isidoro de Sevilla, etc., constelación armoniosa de las voces más autorizadas de la Iglesia latina, cada una de las cuales canoniza uno de los artículos del Símbolo de los Apóstolos, núcleo de la fe y de la teología universal.

---

(44) Cf. J. Madoz, *Le symbole du IV concile de Tolède*..

(45) Cf. J. Madoz, *El símbolo del concilio XVI de Toledo*, pág. 12.



SUA EX. REV. O SENHOR ARCEBISPO PRIMAZ

D. António Bento Martins Júnior

Presidente da Comissão de Honra Provincial

En sus formulas es fácil distinguir el cincel agustiniano, de fino y segurísimo trazado: la repugnancia ante el término «triplex» aplicado a la Trinidad: «non triplex, sed Trinitas et dici et credi debet» (46); la teoría psicológica de las procesiones trinitarias, el numero en la trinidad: «Ita Deus nec recedit a numero nec capitur número... Hoc solo numerum insinuant quod ad invicem sunt, non quod ad se sunt» (47); la inseparabilidad y comunidad de acción a las tres divinas personas, en toda acción fuera de la Trinidad; estos y otros puntos doctrinales, básicos en teología, llevan en los Símbolos toledanos el sello de San Agustín.

Otro tanto cabría decir de San Fulgencio de Ruspe, de San León M., de San Fulgencio, de San Isidoro.

El resultado fué este género literario de la patrística española, que en reacción contra el arrianismo y el priscilianismo, llegó a perfilar los más finos detalles de la especulación teológica: la «flor de la literatura simbólica universal», como se ha dicho de alguno de sus ejemplares.

En los umbrales de su magno tratado sobre la Trinidad, el gran ingenio de San Augustín, cual otro Moisés ante el misterio de la zarza de Horeb, abate su frente, y, sin osar alzar su mirada exclama temblo-roso: «Nec periculosius alicubi erratur, nec laboriosius aliquid quaeritur, nec fructuosius aliquid invenitur» (48). Con inmenso agradecimiento a nuestra antigua Iglesia, y con legítimo orgullo por sus glorias, podemos proclamar que en las fórmulas de fe trinitarias de los concilios de Toledo se contiene la expresión más precisa y depurada de nuestra fe, herencia sagrada de la tradición patrística y norte orientador para la teología de los tiempos venideros.

---

(46) Símbolo del concilio XI, art. 14 (Madoz, op. cit., pág. 465).
(47) Ibidem, art. 22.
(48) *De Trinitate*, 1, 3, 5.

Preparando la edición crítica de Baquiario

por ANSCARI MUNDÓ
Monge de Montserrat.

Es para mí una verdadera satisfacción presentar, ante las distinguidas personalidades asistentes a este Congreso conmemorativo de la figura más gloriosa de la historia de Braga, algunas conclusiones a que he llegado estudiando otro personaje de la *Provincia Gallaeciae*, el monje Baquiario. Hace 8 años empecé a investigar sobre sus obras, ocupándome especialmente en la preparación de su edición crítica.

Ocurre con frecuencia al estudiar a fondo un autor antiguo, por modesto que sea su bagaje literario — recuérdese que las obras conocidas de Baquiario cubrirían apenas 50 columnas de la Patrología de Migne — que las cuestiones dignas de investigación se multiplican como por encanto.

Acaso pueda interesar (a los aquí presentes) una sucinta relación de los resultados obtenidos hasta el momento.

Baquiario no es un desconocido. Casi llegan al centenar las obras antiguas y sobre todo las modernas que tratan más o menos extensamente de nuestro autor. Los artículos de revistas son numerosos, especialmente en lo que va de siglo; e incluso no falta algún libro dedicado enteramente a Baquiario, como por ejemplo el del P. José Duhr, S. I. (1).

Lo que no tenemos aún es la edición crítica de sus obras. Y eso es lo que me propuse subsanar.

Un primer esfuerzo lo he consagrado a examinar la autenticidad de los escritos atribuídos a nuestro autor, ya sea por los manuscritos mismos, ya también por los autores que han hablado de él, desde Genadio de Marsella en el s. V, hasta los modernos, como Florio, Lapôtre, Morin. De las 14 atribuciones

---

(1) *Aperçus sur l'Espagne chrétienne du IV^e^ siècle, ou le «de lapso» de Baquiarius*, Bibliotèque de la RHE, vol. 15. Lovaina, 1934. — A la comunicación leída en Braga he añadido las notas estrictamente necesarias.

que se le han hecho, sólo 4 pueden considerarse como auténticas, y son: el *De Fide*, la *epistola al Ianuarium*, llamada ordinariamente *de lapso*, y las dos epístolas del manuscrito 190 de Sant-Gall, a él atribuídas con toda probabilidad, por Dom Morin (2).

Si de estas dos últimas se conoce un solo ms., del s. IX, — con 3 ediciones de la primera epístola y una sola de la segunda, con un texto suficientemente depurado e inmune de faltas del copista — de la letra *ad Ianuarium* o *de lapso* (3) se han conservado hasta 30 mss., 15 ediciones nos dan el texto íntegro de esta obra.

El arquetipo de todos los mss. del *le lapso* actualmente conocidos, tenía ya algunos pasajes notablemente defectuosos, razón por la cual, de las dos familias del texto en que se agrupan los manuscritos, con sus respectivos subgrupos, ninguno puede restituírnos el texto puro original, a no ser mediante algunas conjecturas un tanto aventuradas. El mejor y más antiguo ms. actualmente conocido es el Vaticano Lat. 3834, del s. IX, pese a varias mutilaciones, aplografías y correcciones erróneas procedentes de otra familia del texto. Por el pronto tengo ya fotografiados 28 de los 30 mss. que conozco, faltando sólo las fotografías de los dos que se encuentran en zona rusa de Alemania y Austria respectivamente.

Aunque los autores modernos de catálogos de mss. crean generalmente que el tratado es rarísimo, desplegando su erudición con esbozos biográficos de su autor, por lo común capaces de engañar al lector poco avisado, hay por lo menos noticia de otros 13 mss. perdidos, conocidos sólo por los catálogos de bibliotecas medievales. De los conservados el contingente más elevado pertence al s. XII, con 17 mss. Se explica perfectamente que con esta tradición manuscrita relativamente rica, el *de lapso* de Baquiario fuese conocido por bastantes escritores antiguos. He recogido citas en Gildas Sapien (s. VI), Beato de Liébana (s. VIII), — curiosa por desconocerse hasta el presente — Rábano Mauro (s. IX), Burcardo de Worms (s. XI) e Ivo de Chartres (s. XI) que copia del anterior.

Un fragmento de Baquiario sobre la penitencia final de Solomón, pasó a formar parte de casi todos los florilegios *de fine Salomonis*. Lo citan, por ejemplo, Fulberto de Chartres (s. XI), San Pedro Damiano (s. XI) (4), copiando a Burcardo de Worms, el curiosísimo y erudito abad Felipe de Harveng, premonstratense belga del s. XII, crítico acérrimo y noble adversario de la tesis

(2) Edición completa en *Revue bénédictine*, 40 (1928), p. 293-302.
(3) Edición de Florio y Gallandi en PL. 20, 1037-1062.
(4) Epístola «Petitis a me» que aparecerá en *Benedictina*, 1951.

baquiariana sobre Salomón, sin contar un sin fin de florilegios anónimos, clasificables en 7 grupos.

Baquiario es para todos ellos un escritor poco conocido. Por lo mismo, rindiendo tributo a un reprobable concepto de la exactitud histórica que hoy creeríamos necesaria para fundar cualquier aserto en la tradición de los antiguos Padres, en la mayoría de los casos estas citas de Baquiario pasan como de Agustín, Ambrosio, Jerónimo, Juan Crisóstomo, cuando no anónimas. De ahí también la dificultad que ofrece su reconocimiento.

Pero el mayor fraude cometido contra el *de lapso* de Baquiario fué el de un humanista italiano desconocido, que en el s. XV hizo pasar los cinco primeros capítulos de la obra, como una *epístola beati Hieronymi ad Evangelum*, de la *que existen varios manuscritos*.

Algunas de las citas antiguas tienen valor positivo para la reconstrucción del texto crítico; así, por ejemplo, las de Rábano Mauro, Burchado de Worms, la de los primeros anónimos *de fine Salomonis* y sobretodo el seudo-Jerónimo.

El otro escrito importante de Baquiario, el *de Fide*, tiene una traducción que a través de Galland, dió la Patrología de Migne.

En cuanto a las 15 adiciones conocidas, sólo dos de ellas tienen interés. La edición *princeps* de Grynaeus, aparecida en Basilea en 1569, que usó un buen manuscrito, hoy desconocido; y la del Canónigo de Aquilea, Francisco Florido de Roma 1748, que toma como base la de Grynaeus, pero admite las variantes defectuosas de un ms. de la Ambrosiana de Milán, uno de los peores sin duda, además de conjeturas propias, no siempre acertadas. Esta es la edición manuscrita completamente aparte de la del tratadito *ad Ianuarium* que acabamos de mencionar. A pesar de la superioridad doctrinal del opúsculo *de Fide*, que aventaja sin duda en importancia al *de lapso*, esa tradición es mezquina: sólo conocemos dos mss. enteros, uno milanés, del s. VII y otro de Barcelona, del s. XI, a los que sirven de apoyo un fragmento con casi la mitad del texto, incluído en una miscelánea antipelagiana probablemente de Floro de Lyon, una cita en un florilegio del mismo autor contra Amalario, y otra en un florilegio inédito de Munich. Tan preciosa como los fragmentos subsidiarios que acabo de citar, es la obra del gran místico benedictino del s. XI, Juan de Fécamp, que en su *Confessio Fidei* nos restituye más de la mitad del *de Fide*. Otras reminiscencias probables se encuentran en S. Isidoro y quizás en Félix de Urgell, Claudio de Turin y Juan de Sevilla; sin embargo estos últimos aportan ninguna ayuda al editor.

El problema más embrollado que presenta la restitución crítica del texto, del *de Fide* lo constituye la existencia, probada por el P. Madoz, de dos recen-

siones antiguas (5). La primera, que podemos llamar confiadamente original de Baquiario, está representada exclusivamente por el códice de Milán. Este va escrito en letra insular de Bobbio, con muchos errores, de lo que suelen adolecer los mss. de aquel estilo, pero con interesantes correcciones de la misma mano primitiva, que lo acercan a la segunda recensión. Esta lleva tras le sí a todos los demás testimonios citados, y se caracteriza de un modo especial por la añadidura del «Filioque» en la procesión del Espíritu Santo, además de otras variantes que reflejan una mentalidad algo posterior a la de la época de Baquiario. Claro está que con el solo ms. de Milán para la primera recensión resulta muy difícil el control del texto original, cuando hay divergencia con los testimonios de la recensión posterior, porque podría muy bien atribuirse a errores del copista en este caso. No hay más remedio que aplicar criterios histórico-telógicos y filológicos con las debidas cautelas, para restituir el texto probable salido de las manos de Baquiario.

Creo haber resuelto satisfactoriamente, el problema del autor de la segunda recensión. A mi juicio, éste fué Genadio de Marsella. El célebre presbítero de las Galias es autor indiscutible de una obra muy extendida durante todo el medio evo: la *Definitio ecclesiasticorum dogmatum*, que se halla en varias recensiones acomodadas a los gustos e ideas de los tiempos sucesivos. Por lo menos, parece que las dos primeras recensiones son obra del mismo Genadio. Ahora bien, el único ms. de la recensión primitiva de la *Deffinitio* es precisamente el mismo ms. Ambrosiano que contiene el *de fide* de Baquiario. Además, casi todos los testimonios antes citados del *de fide* suponen la unión con la *Deffinitio* de Genadio; y como ya he dicho antes, siempre en las respectivas recensiones posteriores de ambas obras. Luego, si antes y después de la corrección Genadiana de la *deffinitio*, hallamos ésta unida al *de fide*, hemos de suponer con todo fundamento que Genadio fué quien las unió y corrigió simultáneamente. Corroboran esta hipótesis algunos hechos innegables.

Genadio nos dice expresamente en su *de viris inlustribus*, que leyó el *de Fide* de Baquiario; su *deffinitio* en la redacción original contiene algunas frases sobre la Trinidad que no se hallan en otro símbolo más que en el de Baquiario; también la corrección en ambas obras está presidida por los mismos criterios de modernización de la terminología teológica; finalmente, existe una carta de Genadio dirigida al Papa Gelasio por los años 492-496, en la que se usan indistintamente expresiones sacadas de la *deffinitio* y del *de fide* ya corregidos. Luego, Genadio tenía en sus manos el ejemplar con las dos obras corregidas.

(5) La primera, aunque imperfectamente, en PL. 20, 1019-1036. La segunda en Madoz, *Una nueva redacción del «Libellus de fide» de Baquiario*, en Revista española de Teología, 1 (1951), p. 463-474.

Para no entretenernos demasiado, voy a reconstruir los hechos tal como parecen haber sucedido.

Antes del 469 Genadio encontraría una copia del *de fide* de Baquiario, obrita que le gustó, puesto que nos habla de ella con encomio en su *de viris inlustribus*. Entre 469-470 compuso su *deffinitio dogmatum*, que además de servirse del *de Fide* en su composición, quedó unida con ella en un solo volumen. Por esos años Genadio oiría críticas de su tratado, y con la lectura de las obras que cita en el *de viris inlustribus*, a partir del 470, evolucionó su pensamiento teológico. Por esta razón se viría obligado a corregir su obra, haciendo lo propio con el *de fide* de Baquiario que poseía unido en un solo volumen; finalmente, como he dicho, se serviría de su ejemplar ya corregido como de cantera de materiales para su *epistola de fide mea ad Gelasium*, después de 492.

El *de fide*, descubierto por Muratori en 1698, tuvo tantas ediciones como el de *Lapso*, y en su mayoría por separado de éste. Muratori usó el ms. milanés, único conocido hasta que Rudolfo Beer descubrió el de Barcelona, procedente de Ripoll, que a su vez fué editado en 1941 por el P. Madoz. Para la nueva edición dispongo de todos los mss. y fragmentos conocidos, cosa que no fué posible a los editores precedentes.

No sería completa la visión sobre los escritos de Baquiario si no fijáramos un momento la atención sobre las cuestiones de lugar y tiempo suscitadas en torno a los mismos. Claro está que su solución no debe preceder necesariamente la edición crítica de las obras, por cuanto el mismo texto crítico debería servir

Una falsa lectura del primer editor del *de lapso* hizo creer que en cierta pasaje Baquiario citaba por su letra inicial el nombre del obispo de Braga, Balconio, por lo que se tenía un punto de apoyo para la deducción. No hay nada de eso. El cotejo de los mss. da con perfecta unanimidad la lectura «beato piscopo» sin abreviar, siendo el adjetivo *beatus, beatissimus*, muy frecuente en su plumo. Hay que buscar otros puntos de apoyo.

Sabido es que la única referencia antigua sobre Baquiario nos la da Genadio de Marsella, sin ninguna indicación cronológica. Pero esa mención nos sirve para asegurar un primer «terminus ante quem», o sea, antes del 469/70, fecha de composición del *de viris inlustribus* de Genadio. Las demás precisiones debemos extraerlas de los mismos escritos de Baquiario y de su doctrina.

Éste cita de intento en su *de fide* a Elvidio; por lo tanto es posterior al 383, en que lo combatiera S. Jerónimo. Me parece fuera de duda que también ataca a Joviniano en una frase mariológica, lo que nos lo colocaría después del 393, con ocasión de la polémica del mismo solitario de Belén. Aun podrían verse en el *de fide* dependencias literales del *Indiculus de haeresibus* seudo-jeronimiano, del año 400 aproximadamente. De este mismo año es el *Apologeticum*

ad Anastasium Papam de Rufino de Aquilea, que fué literalmente aprovechado por Baquiario pese a lo que se haya escrito recientemente en contra (6). Nos hallamos hasta aquí en los comienzos del s. V. Veremos en seguida que es posible precisar aún un poco más.

Baquiario hace una profesión de fe evidentemente antipriscilianа. Es un hecho comprobado por todos los investigadores que lo han estudiado desde el s. XVIII. Por consiguiente debe ser un autor hispano. Es más: en su *de fide* nos dice que le acusan «eo quod cuiusdam haeresis macula solum nostrum originale perstrinxerit». «Suspectos nos ... facit non sermo sed regio»; «de provincia confutamur»; «et nobis iam in Christo renatis terrenae provinciae error adscribitur» (cap. 1). Y haciendo un paralelo mordaz, dice también: «Si pro culpa unius totius provinciae anathemanda generatio est» que se condene al Oriente, de donde procede Manes, que se condene también a la bienaventurada discípula de Pedro, o sea, Roma, en la que actualmente, no sólo una, sino dos o tres y aún más herejías han aparecido (c. 2). E insiste: «Ne quaeso... male aliquis de provincia sentiatur»; «ut quid rogo, quaeritur provincia mea?» (id.). Se le dirigía, pues, una acusación «a priori» por sospecharse que tratándose de um clérigo influyente de una provincia romano-hispana, infestada especialmente del error priscilianista, tendría que ver con dicha herejía. Dada la supuesta cronología, sólo es posible pensar en la «provincia Gallaecia», por aquel entonces pertinaz en su error. En aquel momento, Roma tenía en su seno más de dos o tres herejías que la dilaceraban; supongamos con fundamento que se trataba de las de Elvidio y Joviniano, y quizás ya también de la de los Montenses o Donatistas romanos, y la de Pelagio, lo que nos llevaría por lo menos al 415 para el *de fide*.

A pesar de las afirmaciones de Baquiario sobre el motivo de la acusación, creo sin embargo que había algún fundamento para tales suspicacias por parte de los jueces eclesiásticos. Cierto que su profesión de fe es claramente católica y netamente antipriscilianа. Pero el contacto prolongado con el ambiente saturado de error le familiarizó con expresiones propias y distintivas de la secta. He aquí algunas: el empleo de la forma neutra para expresar conjuntamente las tres personas divinas subsistentes: «et *tria ista* unam *habentia* voluntatem»; la supresión de la partícula «et» conjuntiva entre los nombres de las tres Divinas Personas; la mención de la «libra» o balanza romana, alusión quizás inconsciente al título de una obra priscilianista del obispo Dictinio de Astorga. Eso

(6) El canónigo Florio lo estableció ya en el s. XVIII. Duhr invirtió los términos suponiendo que Rufino copiava a Baquiario, lo que le permitía poner la redacción del *de fide* hacia el 383. *Lo «de fide» de Bachiarius*, RHE, 24 (1928), p. 14-23.

para el *de fide*. En las dos epístolas ascéticas y en el *de lapso* aparece mayor el influjo priscilianista, por ejemplo en la mención de los 12 patriarcas de Israel con relación a las potencias del alma; los dioses Marte, Venus y Mercurio como tipo de las pasiones malas; el rigorismo ascético inmoderado que caracterizaba los secuaces de la secta priscilianista, con menosprecio de las decisiones conciliares de Zaragoza de hasta el 380, que prohibían el alejamiento de la iglesia durante los días entre Navidad y Epifanía, so pretexto de mayor recogimiento y ayuno intensivo; cierta facilidad para recojer tradiciones apócrifas o extrabíblicas. Pero de ello a considerar verdadero priscilianista a nuestro hombre hay un abismo, ya que sus ataques contra los puntos fundamentales de la secta son de lo más vigoroso que le asestara escritor alguno contemporáneo. Por otra parte el rigorismo ascético cuadra plenamente en un monje hispano de aquellos tismpos, y no hay que atribuirlo a ideas priscilianistas.

En el *de lapso* se hacen varias alusiones a la posibilidad del martirio, contingencia nada extraña según Baquiario, que para él indicaba el fin del mundo: «Ecce in fine saeculi consistimus; instant pro Christi nomine proelia passionum... Quid si victor fuerit in martyrio quem vicerat concupiscentia et libido?» (c. 6). El «in fina saeculi consistimus» no puede interpretarse del fin del siglo IV, como lo hizo el P. Duhr, con evidente anacronismo histórico, ya que nuestro cómputo actual como sabe todo el mundo deriva del de Dionisio el Exiguo que escribió en la primera mitad del s. VI. La única interpretación congruente es la escatológica, relacionada por San Agustín, Orosio y tantos otros contemporáneos, con la invasión sangrienta de los vándalos, alanos y suevos, que hacia el 409/410 se establecieron ensañándose en la *provincia Gallaeciae*. Luego el *de lapso* debe ser precisamente de estos mismos años.

Hasta aquí estas conclusiones tienen poco o casi nada de nuevo, excepto el meter otra vez las cosas a puesto después de las confusiones introducidas por el P. Duhr en la cronología baquiariana. Otro influjo doctrinal se descubre en Baquiario que no ha sido considerado lo bastante. Me refiero al Origenismo.

Vários son los argumentos para probar que Baquiario leyó asiduamente las versiones de los libros de Orígenes hechas por Rufino y quizás también alguna de las debidas a san Jerónimo. En primer lugar, la coincidencia exacta de algunas citas escriturísticas únicamente entre Baquiario y Rufino-Orígenes no tienen otra explicación que la dependencia del primero, ya que Rufino traducía directamente del griego sin acomodarse generalmente al texto latino prevulgata. Asimismo puede citarse alguna interpretación de nombres hebraicos, como la de Hebron al parecer solo usada por Orígenes y propagada en latín por la versión de Rufino. Ya el canónigo Florido quería derivar del περὶ ἀρχῶν traducido por bablemente por el presbítero de Aquilea, ciertas doctrinas que Baquiario sobre

el libre albedrío, el orígen de las almas, la naturaleza de los ángeles caídos y el sentido espiritual de la Sagrada Escritura. Lo que se puede afirmar con certeza es el alegorismo origenista de la exégesis baquiariana. No solo en varios pasajes sigue las interpretaciones tropológicas del alejandrino, sino que alguna vez le sigue casi literalmente. Baquiario todavía sobrepuja al maestro y a otros exaltados alegoristas en su afán de encontrar figuras bíblicas para todas y cada una de las personas y acciones del Nuevo Testamento, y aun del momento presente, escudado en aquello que san Pablo: «omnia in figuram nostri contigerunt» (I Cor. 10, 6; de fide c. 6).

Pablo Orosio, el joven presbítero bracarense que se refugió en Africa a los pies de san Agustín, nos va a descorrer el velo de esos intrigantes contagios origenistas.

En el 414, Orosio escribía su *Commonitorium de errore Priscillianistarum et Origenistarum* dirigido a san Agustín. Conocemos bien las circunstancias que provocaron ese escrito, por las mismas palabras de Orosio así como por la respuesta doctrinal que dió a ellas el obispo de Hipona en su obra *Contra Priscillianistas et Origenistas* dirigida a su devoto discípulo. Si nos fijamos en lo arriba dicho sobre las posiciones doctrinales de Baquiario veremos en seguida que no son más que un reflejo de lo que por aquel entonces acaecía en Braga, la metrópolis de la *Gallaecia*.

Según Orosio, el clero y fieles de su tierra natal conservaban tenazmente las ideas impías de Prisciliano. A primeros de siglo, dos clérigos de Braga, los dos llamados Avito, dirijéronse el primero a Jerusalém y el otro a Roma. Al volver traían respectivamente obras de Orígenes y de Victorino. Hay que interpretar en estos dos nombres, por una parte las traducciones latinas del Alejandrino hechas por Jerónimo y sobre todo por Rufino, y por otra parte las versiones de los escritos neoplatónicos hechas en Roma por el filósofo convertido al cristianismo Caio Mario Victorino, muy venerado por san Agustín, a quién se dirigía Orosio en su relación de los hechos. Ya los dos de vuelta a Braga, el Avito que trajo a Orígenes hizo edición de sus obras propagándose rápidamente entre el clero y fieles de la ciudad. Hasta tal punto llegó el interés que tomaron en las nuevas ideas de Orígenes, que según Orosio, el alto clero más erudito olvidó pronto los errores de Prisciliano. También el Avito que trajera de Roma a Mario Victorino, antes de editar las obras de este, se pasó a la joven escuela origenista. Reconoce Orosio a pesar de los errores que denuncia, que con ello se sacaron buenos frutos para la teología: por Orígenes, dice, «didicimus de Trinitate doctrinam satis sanam; omnia quae facta essent a Deo facta esse, et omnia bona valde, et facta de nihilo»; «tunc deinde scripturarum solutiones satis sobrias». Todo lo cual fué acojido enseguida por los intelectuales del país, olvi-

dando como hemos visto los errores pasados. «*Remansit sola offensa de nihilo*», porque estaban persuadidos de que el alma humana no podía ser hecha de la nada, «de nihilo», argumentando que la voluntad de Dios de la cual era sacada no podia ser sencillamente *nada:* «quia voluntas Dei *nihil* esse non potest». Y añade: «Hoc paene usque nunc manet» (7). Curiosísima teoría la de estos miembros de la escuela origenista bracarense, que debido a un concepto grosero, — quizás restos panteísticos neoplatónicos o bien priscilianistas — creían que la voluntad de Dios, causa de todas las cosas, era al mismo tiempo el substrato, la materia de la cual Dios sacaba los seres y en especial el alma humana. De esta teoría tan peregrina se hace eco también san Agustín en la respuesta dirigida a Orosio, para rechazarla, aunque como es sabido, no la substituyó por ninguna otra, quedando siempre en dudas sobre el orígen del alma.

Que yo sepa, tal teoría no ha dejado huella alguna en los escritos de los Padres, con una sola excepción, para nosotros muy importante, puesto que se trata de Baquiario. Establezcamos un paralelo con lo que nos ha dicho Orosio. Ya hemos visto las expressiones superficialmente priscilianistas de Baquiario; hemos visto también que conoció y aprovechó las versiones latinas de Orígenes; el «didicimus de Trinitate doctrinam satis sanam» cuadra perfectamente con la profesión de fe de Baquiario; las «scripturarum solutiones satis sobrias», es decir las agudas y acertadas alegorías del sistema forman a su modo la base de la exégesis de nuestro autor; «omnia quae facta essent a Deo facta esse» es creído a pie juntillas por Baquiario: especialmente el alma es para él criatura de Dios, y no procede en nada de otra criatura ni material ni espiritual. Pero aquí viene también en Baquiario lo que Orosio llamaba «offensa de nihilo», no admitida por los origenistas Bracarenses: prosigue Baquiario: «Sed (anima) ex Dei tantum voluntate formari; cuius potentiae non necessaria est materia ex qua quod voluerit operetur; sed *ipsa voluntas eius materia est eorum quae fieri aut esse mandaverit*» (*de fide*, c. 4). Baquiario pues, evita el uso de la expresión «de nihilo» porque no le gustaba; para él, el substrato o materia del alma es la voluntad de Dios. Creo, pues, que no cabe duda que Baquiario perteneció a la escuela origenista de Braga, contra la cual se quejaba Orosio cerca de san Agustín, hacia el 414. Con lo que parece también claro que Baquiario estudió, residió y ejerció su ministerio almenos por varios años en esta ciudad.

Deducimos del *de lapso*, que además de monje fué diácono, y por cierto de mucho influjo, hasta el extremo de atreverse a reconvenir al arcediano por su conducta un tanto rigorista, lo que prueba el ascendiente que sin duda tendría

---

(7) CSEL. XVIII, en apéndice a *Priscilliani quae supersunt* de Schepss.

dentro del clero. Es posible pues, que el hecho de pertenecer al clero bracarense fuese consecuencia de haber nacido en esta ciudad. No quisiera afirmarlo porque como hemos visto, toda la deducción se funda en la hipótesis muy probable a mi parecer de haber pertenecido Baquiario al clero y a la escuela origenista de Braga en los comienzos del siglo V.

Montserrat, 8-X-1950.

San Martín Dumiense como pensador político

Pelo Prof. Doutor FRANCISCO ELIAS DE TEJADA
(Catedrático da Universidade de Salamanca)

Sumário:

1. — *Si San Martín Dumiense fué pensador político.*
2. — *Las doctrinas políticas de San Martín.*
3. — *Su puesto entre los escritores políticos de la Patrística hispanogermana.*

1. — Puesto que especialistas insignes han venido a delinear en este congreso la significación relevante que San Martín de Braga merece en las diversas ramas del saber y del quehacer históricos, sea permititido unir mi modesto nombre al de tantas señeras plumas con intentos de perfilar la valía de nuestro santo en la historia del pensamiento político. Su actuación en la historia de las compilaciones canónicas, la importancia de su pensamiento filosófico, las raices de sus doctrinas, el alcance de su labor en la sociedad sueva, las circunstancias que le encuadran, todos los rasgos posibles de su personalidad y de su obra han sido averiguados en este congreso con una concienzuda seriedad y con una maestría que apenas si parece queda lugar para aquilatar nuevas facetas del grande apóstol del siglo VI; consentidme, sin embargo, leves consideraciones en las que fije la importancia que tiene en la historia del pensamiento político.



Comendador António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga e Presidente da Comissão Executiva das Comemorações Martinianas

A primera vista, antójase baladí mi pretensión, ya que su tarea fué evangelizadora y más de moralizador que de reformador político. Pero es que, señores, la introducción de las doctrinas del cristianismo, ¿no constituye la mayor revolución que la historia nunca vió? ¡No fué el Crucificado Divino quien enseñó a los hombres a romper las cadenas de las religiones familiares y la estrechez de los vínculos racistas, proclamando la auténtica libertad en la forzada conquista del personal destino eterno, la verdadera igualdad al instituirlos hijos del mismo Padre celestial, y la sola fraternidad posible al definir a la caridad por la máxima entre las virtudes? ¿Cabe mayor mudanza social ni mayor alteración política que ésta que desata las cadenas de los esclavos, hermana a los reyes con los súbditos en las aguas del bautismo y ciñe la condición guerrera de unos hombres bárbaros a las reglas de la piedad y del amor en Cristo?

Pues si San Martín de Braga obró toda esa ingente mudanza en el reino de los suevos, si bautizó a sus reyes y a sus esclavos en la hermandad de las aguas purificadoras, si adoctrinó a sus monarcas en la piedad al gobernar y a todos en las supersticiones a desterrar, si trastocó de arriba abajo la íntegra máquina de la sociedad del noroeste, ¿no fué grande reformador político?

Pero es que, además, no ya sólo edificó una nueva manera social y construyó una vida nueva, sino que, no contento con la labor práctica, reductó los preceptos de su doctrina para que quedase constancia de las directrices en que se inspiró. Y a este respecto tanto dan las fuentes adonde acude a beber ideas o el ritmo más o menos original con que piense; lo esencial es que a su obra práctica agregó la aportación de su doctrina escrita. Varón de estirpe emparejada a las estampas de los héroes bíblicos, supo luchar y rezar, evangelizar y escribir, al mismo tiempo.

Y por si fuera poco, por si no bastasen las consideraciones que acabo de explanar en apoyo de mi pretensión de estimar a San Martín de Braga como pensador político, añádase el argumento de autoridad que suponen las palabras de San Isidoro de Sevilla en el capítulo XXII de su *De viris illustribus*, donde explica como después de «conversis ab Ariana impietate ad fidem catholicam Suevorum populis regulam fidei et sanctae religionis constituit». «Suevorum populis constituit»; parécenme palabras terminantes, a las que cabría agregar las del poco sospechoso C. P. Caspari, poco sospechoso por protestante y por noruego, cuando dice trátase «eines der bedeutendsten, einflussreichs-

ten und merkwürdigsten Männer der abendländischen Kirche aus der zweiten Hälfte der sechsten Jahrhunderts» (1).

2. — De otra parte, su vida es muestra clara del universalismo cultural de imprenta misionera que legó al espiritualismo cristiano aquella ansia cosmopolita de los emperadores de Roma. Depués de la conquista por las armas aparecía la edad de las conquistas por el verbo; y San Martín, hijo de la lejana Panonia que al giro de muchas aventuras y viajes viene a cristianizar en azares de milagre al pueblo suevo, monje y adoctrinador, aventurero y apóstol, oportunista y santo, auna en su persona un poco misteriosa los símbolos de aquellos días de muerte y de resurrección, en el ámbito de unas gentes destinadas a desaparecer algunos años más tarde y de las cuales constituye el único florón con pujos literarios, hasta el punto de integrarse en el acervo espiritual hispano, ya que, al decir del Padre Flórez, si «no fué español en nacimiento, nació para la gloria de España» (2).

Desde su peregrinación al ministerio episcopal, la vida de San Martín ofrécese llena de hondo sentido misionero y voz cristiana. Lo mismo cuando desvela la ceguera de las supersticiones populares en su *De correctione rusticorum* (3), luchando a brazo partido com el misticismo naturalista de los celtas gallegos; que cuando repite con insistencia machacona normas de conducta de eco estoico (4) y solera cris-

---

(1) C. P. Caspari: *Martin von Bracara's Schrift De correctione rusticorum zum ersten Male vollstandig und in verbesserter Text herausgegeben mit Anmerkungen begleitet und mit einer Abhandlung über dieselbe sowie über Martins Leben und übrige Schriften eingeleitet.* Cristiania, gedruckt in der Mallingschen Buchdruckerei, 1883. — Página 1.

(2) *España Sagrada.* Segunda edición. XV (1787), 115.

(3) Publicado por el P. Flórez en la *España Sagrada* XV, 426-434. Vide asimismo la edición citada en la nota 1.

(4) Siendo muy grande la influencia estoica sobre San Martín Dumiense y aun admitiendo con los padres agustinos EUSEBIO CUEVAS y URSINO DOMINGUEZ (*Patrología Española,* como apéndice a la *Patrología* de BERTHOLD ALTANER· Madrid, Espasa Calpe, 1945, página 16) que algunos de sus escritos no pasen de extractos del filósofo cordobés, paréceme con todo algo exagerado reducirle a simple «senequista distinguido», como hace el P. Fr. JUSTO PEREZ DE URBEL a la página 189 del tomo I de *Los monjes españoles en la edad media.* Madrid, Instituto de Valencia de Don Juan, 1933. Porque lo que haya en él de senequismo viénele transido de eticismo cristiano, de tal manera que San Martín constituye uno de tantos ejemplos, en manera alguna excepcional, de la recepción de filosofías estoicas depuradas en el crisol del dogma cristiano.

tiana. En todas partes va poniendo un tono de armónica moderación, adecuado a frenar los impulsos de unas gentes bárbaras sobre cuyas cervices rubias todavía no se había secado el agua del bautismo.

No hay propiamente ningún otro contemporáneo en quien, bajo la capa de moralización, broten directrices de vida social tan manifiestamente. Aunque la meta ideal de sus elucubraciones sea la del evangelizador, es traer armónico conviver aquela tendencia en pro de la vida perfecta, que en sus labios sabe a «vita christiana» y virtuosa. Hay mucho de opinar político en su recomendación de las cuatro virtudes cardinales, a cuyo análisis consagra una de sus obras ([5]): prudencia; fortaleza, que denomina magnanimidad; templanza, que llama continencia; y justicia ([6]).

Porque lo que da matices especiales a esta ética evangélica de San Martín de Braga es que, aunque no lo declare expresamente, trátase de una ética compuesta con fines políticos, moral específica para uso de reyes y cortesanos. Dedicada al rey suevo Mirón, que reinara entre los años 569 y 583, o sea redactada en las postrimerías de la vida del santo, ya que viene a fallecer hacia el año 580, está tan intencionadamente proclamada útil para los del palacio ([7]), que a mi entender no puede ser estudiada según lo hace Bonilla como si se tratara de una obra enderezada al gran público; antes al contrario, todas las consideraciones resultan empapadas de un sentido político primordial y sus consejos van dirigidos directamente a los reyes.

Así, en la virtud de la prudencia, aporta el consejo de que Mirón debe escuchar los consejeros sanos antes de decidir ([8]); así llama «magnanimitas» a la virtud de la fortaleza, porque sin duda la magnanimidad es en los monarcas lo que la simple fortaleza en el vulgo de los hombres ([9]); así da a la justicia un sentido activo, no de hacer

---

([5]) Cuyo manuscrito conocido más antiguo es el Monacensis 144 (A), del Siglo IX. Sobre el estado actual de los códices de esta obra *Formula vitae honestae* vide L. R. LIND and ALBERT RAPP: *A manuscript of the Tractatus de quatuor virtutibus*. En *Speculum* VIII (1933), 225 227.

([6]) «Quatuor virtutibus species multorum sapientium setentiis definitae sunt, quibus animus humanus comptus ad honestatem vitae possit accedere. Harum prima, est prudentia; secunda, magnanimitas; tertia continentia; quarta, justitia». — *Formula vitae honestae*, en *La España Sagrada*, XV, 384.

([7]) *Formula vitae honestae*, 383-384.

([8]) «Consilia tibi salutifera advoca» (página 386).

([9]) «Magnanimitas vero, quae a fortitudo dicitur» (página 387).

daño, sino de evitarlo, que es cabalmente el papel de los reyes y señores justicieros en administrarla. Cuando San Martín escribe dirigiéndose al rey Mirón que «justus enim ut sic, non solum non nocebis, sed etiam nocentis prohibebis: nam nil nocere, non est justitia, sed abstinentia alieni est» ([10]), no es, cual opina Bonilla, que San Martín se sienta insatisfecho con el aspecto negativo e individualista de la justicia, por lo que quiere también una realización positiva del principio ([11]); pero que las tesis que postula no son las propias de una teoría de la virtud justicia en general, sino de la virtud justicia que compete a los gobernantes.

Bien lo corrobora que a continuación cree parte de la justicia así entendida el castigo de los ladrones ([12]), que la dipute vínculo que anuda a los hombres en comunidad de convivencia ([13]) establecido por Dios y por el consentimiento de los humanos para hacer posible la vida comunal; por eso busca su corrección salvándola de los extremos de la negligencia y de la severidad, únicos en que pueden caer los reyes, mas en los que nunca caerán los particulares ([14]); por eso opina que de una justicia en tal manera entendida, o sea rectamente administrada por el gobernante, mana la paz y la «secura tranquillitas» de la república ([15]). La justicia que pinta san Martín Dumiense es la peculiar a los monarcas, una justicia especial de cortesanos.

Su meollo es la noción cristiana de la ecuanimidad y del equilibrio, la idea evangélica del hombre, de la cual el monarca virtuoso es mera consecuencia. El rey que falta a ella se transforma en tirano, según la antigua idea helénica, al cual San Martín equipara el «fur» o ladrón ([16]), estimando que los señores caen en tal estado cuando pierden la ecuanimidad evangélica y se dejan arrastrar por el pecado anti-

---

([10]) *Formula vitae honestae*, 390.

([11]) ADOLFO BONILLA Y SAN MARTIN: *Historia de la filosofía española*. Madrid, Suárez. I (1908), 218.

([12]) «Raptores quoque ipsos ne aliis timendi sunt, castiga, & cohibe» (página 390).

Ciertamente castigar a los ladrones no es función a realizar por un justo qualquiera, sino por el justo coronado.

([13]) «Quid est autem justitia, nisi naturae tacita conventio, in adjutorium multorum inventa? Justitia est nostra constitutio, sed divina lex est, a vinculum societatis humanae» (página 391)

([14]) *Formula vitae honestae*, 393.

([15]) *Formula vitae honestae*, 391.

([16]) *Liber de moribus*. En la *España Sagrada* XV, 423.

cristiano de la ira ([17]). Tal como la magnanimidad es la subclase de la fortaleza propia de los reyes y la justicia que él explana constituye la subespecie principesca de la justicia en general, la ira que trueca a los señores en tiranos es subclase del pecado de ira. Y es que, para San Martín Dumiense, lo esencial es el equilibrio y la moderación; quien la pierde no es cristiano, sino demonio ([18]). ¡Donoso artificio para domar las empedernidas almas de aquellos germanos invasores!

Por eso hay que estimar un tesoro de ideas políticas en el evangelizador de los suevos, siquier resulten como apéndice a una concepción moralista, mejor dicho, casi moralizadora. Aparte la originalidad que supone abordar las cuestiones éticas desde un plano político estricto, es mérito formal haber compuesto en la *Formula vitae honestae* uno de los más antiguos «Espejos de príncipes» de que hay memoria.

3. — Para definir el puesto de San Martín de Braga entre los padres de la patrística hispanogermana precísase clasificar a éstos y señalar las características que a todos sean comunes.

A lo primero, los escritores hispanogermanos pueden clasificarse en tres grupos culturales: *a*) el suevo, que abarca a Orosio y a San Martín Dumiense; *b*) el vándalo, con Draconcio; y *c*) el visigodo, que comprende a San Isidoro, a los cesaraugustanos Tajón y San Braulio, al valenciano Eutropio, y a los toledanos San Eugenio y San Julián. Si tenemos en cuenta que Orosio se desarraiga de su patria para andar exclusivos carriles agustinianos, queda nuestro san Martín por escritor de ideas políticas único a considerar en el círculo de la monarquía sueva.

A todos les animan cuatro notas comunes: concebir al cosmos como un ordenamiento pendiente de la omnipotencia de Dios; explicar el caos siguiente a la caida del Imperio Romano como algo determinado por el Altísimo según una filosofía de la historia de molde agustiniano henchida de sentido apologético y al cabo moralista; diputar a la tierra por tránsito hacia un destino ultraterreno, con la secuela de

([17]) «Ira omnia ex optimo, & justissimo in contrarium mutat... Da eam Patri, inimicus est. Da filio, parricida est. Da matri, noverca est. Da Regi, Tyrannus est...». — *De ira.* En la *España Sagrada* XV, 408.

([18]) Entre las sentencias que traslada del griego, se lee en la que hace el número 79: «Dicit senex: Quaecumque super mensuram sunt, daemonum sunt». — *Aegyptiorum Patrum Sententiae Auctore Graeco Incerto. Martino Dumiensi Episcopo interprete.* En *la España Sagrada* XV, 445.

otorgar la primacía a las instituciones religiosas sobre las propiamente políticas y exclusivamente apegadas al acá; y considerar sus siglos como época de transición entre un mundo clásico cuya cultura había de depurarse y resumirse, cual hiciera San Isidoro en sus *Etimologías*, a fin de procurar a las generaciones posteriores un pan espiritual cuya digestión fuese hacedera para sus estómagos intelectuales aún habituados a la ruda alimentación de las tradiciones de las selvas nórdicas de Europa.

No hay excepción en cuanto a la convicción que anima y a los criterios que desenvuelven los hombres magnos de la patrística hispana y san Martín Dumiense significa esa postura en el mundo del noroeste peninsular, tan especificado entonces desde el Duero al Ortegal por el transfondo de la cultura castreja, por la frontera administrativa de la provincia de la «Gallaetia» romana y por la zona de ocupación sueva. Y así su obra, reformadora y cristianizante, supone la transmisión de viejas y depuradas ideas senequistas, proyectadas por él sobre el haz humano del pueblo que evangeliza con afanes de misionero y técnicas de teórico político. San Martín Dumiense es por consecuencia el gran teórico de la monarquía sueva, habiendo desempeñado con tanta maestría su tarea que hasta el siglo XV y a lo largo de todo el medievo, en Islandia ([19]) como en Suecia ([20]), siguió adoctrinando con su estoicismo cristianizado a los hijos de las brumas hiperbóreas, según mostró Caspari y según hice yo ver en otro estudio mío. Que, aun después de muerto, fué su destino un destino activo, de acción social y misionera, según él fué, por decirlo con palabras de un historiador alemán moderno, «vir vere apostolicus, zelo resaurandae religionis et disciplinae inflamatus» ([21]).

([19]) C. P. CASPARI: op. cit., CXIV-CXXI y CXXXII, reseñando como el monje anglosajón ALFRIC (ca. 1000), aprovecha mucho el *De correctione rusticorum* en su homilia *De falsis diis*, traducida al viejo noruego y publicada en Reykjavik en 1865.

([20]) FRANCISCO ELIAS DE TEJADA: *Algunos textos hispanos en la Suecia del siglo XV*. En *Doce nudos culturales hispanosuecos*. Salamanca, 1950. — Páginas 39-44.

([21]) BASILIO STEIDLE O. S. B.: *Patrologia seu historia antiquae litteraturae ecclesiasticae*. Friburgi Brisgoviae, Herder, 1937. — Página 246.

Nota explicativa sobre o presente tomo da «Bracara Augusta»

No presente tomo não puderam incluir-se todos os trabalhos do Congresso Martiniano ainda inéditos e em nosso poder. É nosso propósito porém concluir a colectânea dos mesmos no II tomo deste volume.

Reserva-se a última parte deste tomo à Crónica anual dos acontecimentos citadinos *referente a 1956 e ainda às* Efemérides Municipais *de 1956 e 1957 (1.º Semestre). Publica-se também um artigo referente às actividades da Câmara no plano de investigações arqueológicas, relativo ao achado da Necrópole de São Vítor (séc. IX-X), assinado pelo nosso Director Dr. Sérgio da Silva Pinto e pelo ilustre antropologista Dr. Alfredo Athayde.*

No próximo tomo deste volume reaparecerá a secção Arquivo Municipal, *a cargo do Conservador de Arquivo, e dar-se-á continuação ao* Vocabulário Minhoto *(subsídio para o léxico português), da autoria de Manuel Boaventura.*

A Necrópole de S. Vítor — Braga (Séc. IX-X)

I — Estudo arqueológico

Por SÉRGIO DA SILVA PINTO
(Bolseiro do Instituto de Alta Cultura)

II — Nota antropológica

Por ALFREDO DE ATHAIDE
(Do Instituto de Antropologia
da Universidade do Porto)

I — ESTUDO ARQUEOLÓGICO

Com a modéstia de um aprendiz de nada, no domínio da Arqueologia, ou quase a ele estranho, apresentamos aos especialistas a Necrópole de S. Victor, série de sepulturas descobertas e escavadas na freguesia do mesmo nome, da cidade de Braga, túmulos feitos de tejolos ou pedras e cobertos de lajes, que, pela sua forma, ou planta trapezoidal, unida à técnica construtiva e por outras razões, em nossa ignorância, distanciamos do Baixo Império e datamos de época bastante posterior.

A Necrópole em apreço, que julgamos da Alta Idade Média, surgiu à luz do dia em princípios do ano corrente, no decurso de trabalhos de terraplanagem que a Câmara Municipal de Braga, através da sua Repartição Técnica, procedia na Rua de Martins Sarmento, na freguesia urbana de S. Victor. O Engenheiro Chefe da mesma Repartição, Senhor Álvaro dos Santos Ferreira, em 10 de Janeiro, pelo ofício 11/57, logo comunicou o facto ao Chefe da Secretaria do Município. Veio ao nosso «parecer» o dito ofício, por nos revestir a qualidade de Vereador da Cultura. Nessa ocasião já tínhamos examinado as sepulturas denunciadas, na companhia do referido Engenheiro Chefe e do Engenheiro dos mesmos Serviços Senhor Alberto Vale Rego Amorim. O «parecer» que emitimos, a 11 do mesmo mês, foi do teor seguinte: «O espólio encontrado — bases de colunas, tejolos,

tégulas, uma pedra gravada, lajes de sepulturas, etc. — deve recolher ao depósito arqueológico da Câmara, na Ponte, e ali ser cautelosamente guardado; mas prèviamente fotografado: fotografias destinadas ao Arquivo, com a respectiva legenda elucidativa. As sepulturas, em si, também devem ser fotografadas (depois de alargado o âmbito descoberto, mediante uma pequena escavação) tendo as fotografias respectivas o destino das anteriores. Por fim as sepulturas serão recobertas, com cuidado, pois, futuramente, poderão ser objecto de exploração autenticamente arqueológica».

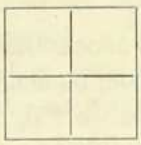
Foi devido a este «parecer» que se fizeram novas escavações, agora intencionais, zelosamente chefiadas pelo Senhor Engenheiro Alberto Vale Rego Amorim, que revelou verdadeira vocação de arqueólogo, que se não deve perder, mormente numa Cidade romana e sueva como é Braga.

Desta deliberada exploração arqueológica, em complemento do que por acaso aparecera, pudemos inventariar o que segue:

A) — Várias sepulturas com as medidas de 1,93x0,50x0,50m.; 1,60x x0,50x0,43m.; 1,40x0,47x0,36m.; 2,00x0,50x0,60m..

As paredes laterais feitas de tejolos (ladrilhos), de 0,44x0,30x x0,05m., ou de pedras. As coberturas, de lajes, capeados mal cuidados. Os fundos, forrados de ladrilhos ou tégula.

B) — Uma laje de cobertura, com um gravado em forma de



C) — Três bases de colunas com amplo derrame do «toro» que se enquadra no perfil ático degenerado, frequente na Galécia, do período baixo-romano.

D) — Tégulas.

E) — Três moedas, sendo uma romana e duas do séc. XIX.

F) — Restos osteológicos.

A Rua Martins Sarmento, na área da qual se achou a Necrópole assinalada na planta anexa a este estudo, pode considerar-se um alargamento dum limitado trecho da antiga Congosta dos Torneiros, que sobejou da abertura da Rua Bernardo Sequeira, rasgada em 1886. «Essa extinta Consgosta, — anota o Engenheiro Vale Rego Amorim, em lúcido Relatório que nos dirigiu, — fazia lembrar uma importante via de comunicação de outros tempos, visto que no seu extremo Sul existe uma ponte sobre o

Rio Este e no seu pavimento encontrava-se ainda grande quantidade de lagedo de aspecto semelhante ao que se vê nas estradas romanas».

Ora ao longo desta via, precisamente como era uso em épocas romanas, aparece a Necrópole de S. Vítor. O seguimento da Congosta orienta-se no sentido Norte Sul; e as sepulturas, no sentido Nascente Poente. O eixo maior destas fica perpendicular à Congosta.

Os vestígios do Baixo Império — bases de colunas, tégulas, etc. — elementos utilizados ou não aproveitados, significam que no espaço da Necrópole de S. Vítor, lugar tão ligado a tradições paleo-cristãs, devem existir construções de epocas anteriores, baixo-romanas, que novas escavações sem dúvida mostrarão.

Sobre os restos osteológicos, surgidos numa das sepulturas, daremos a palavra ao ilustre antropologista Dr. Alfredo de Ataíde, do Instituto de Antropologia do Porto, que a nosso pedido veio a Braga dirigir pessoalmente a recolha dos referidos elementos. Apenas queremos informar que numa outra sepultura, em que apareceu uma caveira, imediatamente pulverizada ao tocarem-lhe, esta se encontrava voltada a Poente.

A cronologia que alvitramos — posterior à época baixo romana, e ao século VI, — justifica-se pelo confronto entre os dados desta Necrópole de S. Vítor e os dos Cemitérios escavados ou estudados na Galiza de além Minho por eminentes arqueólogos, nomeadamente Manuel Chamoso Lamas e Filgueira Valverde.

Todas as necrópoles da época baixo-romana, na Galiza, segundo nos esclarece Chamoso Lamas, com os seus trabalhos em Tines (Corunha) e na Catedral de Santiago, e os de Filgueira Valverde em La Lanzada (Pontevedra), compõem-se de sepulturas totalmente diversas das do tipo de S. Vítor, construídas estas com pequenos muros de ladrilhos ou de pedra. Aquelas «são sempre ou de tégulas, como em Santiago e Tines ou de lajes de pedra, piçarra, ou quartzito, fincadas verticalmente (Santiago, Tines, La Lanzada). Sua forma alongada e muito estreita é quase sempre curvada em cabeça, salvo as de tégulas e em uma destas em Tines curvava ainda a colocação das tégulas de cabeceira».

Em contrapartida, — é ainda Chamoso Lamas quem nos elucida, — na necrópole correspondente ao nível da Igreja de Afonso III na Catedral de Santiago já se encontram tumbas feitas com pequenos muros de ladrilhos ou de ladrilhos fincados verticalmente, sendo estes de 0,20x0,40x0,05m., variando em alguns estas medidas. Em uma das sepulturas de ladrilhos, a cabeceira está formada por um bloco de ladrilhos justapostos horizontalmente e recortada em círculo para dar a forma antropoide

O grande mestre contemporâneo da arqueologia galega, que tem o seu nome ligado a tantas descobertas arqueológicas e transcendentes revelações, sobretudo no solo em que assenta a Catedral de Santiago, quanto à famosa Capelinha moçárabe de S. Miguel de Celanova, no horto do Mosteiro deste nome (monumento precioso que tivemos a dita de visitar não há muito, ciceronado por Joaquim Lorenzo e Jesus Ferro, outras duas sumidades no campo arqueológico da Galiza), sempre a havia considerado cemiterial que centraria, no século X, o cemitério do mosteiro. As suas explorações de há três anos, à volta da Capelinha moçárabe, patentearam a justeza dos seus juízos. Apareceram tumbas de ladrilhos, muito semelhantes às da Necrópole de S. Vítor (Braga). Chamoso Lamas enviou-nos fotografia duma delas, que o leitor verificará, nas ilustrações deste trabalho. Correspondem ao século IX-X.

Pelo que se expõe parece não restar dúvida que a Necrópole de S. Victor se deve cronològicamente localizar nos primeiros séculos da Reconquista.

Com as correrias agarenas a população de Braga e da sua região dispersava-se, refugiava-se nos montes e nos matagais; mas voltava aos lares nos intervalos da tormenta. Segundo rezam as antigas Crónicas, D. Afonso I o Católico, 3.º monarca galaico-asturiano (genro de Pelaio e sucessor do filho deste, Favila), vindo com seus exércitos até ao Douro, não tendo possibilidade de ocupar as cidades, destruiu-as, passou a fio de espada os Mouros e levou consigo os Cristãos. E todavia, é hoje ponto asente que nem as gazivas árabes, nem a migração dos Cristãos para o norte, despovoaram em absoluto as terras minhotas. Subsistiu a organização eclesiástica.

Braga, com as muralhas desmanteladas, indefesa, teria sido pràticamente abandonada. Os seus bispos titulares passaram a residir em Lugo como Metropolitas bracarenses (lição de Pierre David in *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle,* Lisboa, 1947). A Metrópole eclesiástica de Braga, não fora, portanto, suprimida, nem transferida. Acontecia só que os Bispos de Lugo eram-no simultâneamente de Braga.

A primeira presúria ou ocupação de Braga deve-se ao seu Bispo Odoário, vindo de Lugo (depois de 760). Mas novas incursões dos Árabes arrazaram a cidade. Não permitiram a sua restauração.

Um século decorre sem notícias de Braga. Entretanto, a cidade edificada em volta do Túmulo do Apóstolo Santigo converte-se em fulcro religioso. Tomando a vez de Iria-Flavia, Compostela será uma diocese isenta da obediência a Braga e sua rival no Ocidente peninsular.

Com Afonso III, o Grande (866-910), inicia-se o repovoamento das terras a sul do Minho. Por seu mandado, Vimara Peres, em 868, ocupa e restaura a cidade de Portugale, que se torna centro irradiativo de presúrias (lição de Torquato de Sousa Soares in *Vimara Peres restaurador da cidade de Portugale (Porto) e fundador da Terra portugalense,* «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XV, Porto, 1935). Ora este Vimara Peres — que, segundo parece, fundara uma Vila no lugar de Vama, perto de Braga, que depois se chamará Guimarães (topónimo derivado do seu nome: *Vimaranis),* — é quem, ainda por ordem de Afonso III, cerca de 870, procede, de colaboração com o bispo Fredozindo e outros, à delimitação do termo ou distrito de Braga, com o fim de o restaurar, segundo informa o diploma n.º 16 do *Liber fidei.*

Pouco depois (antes de 877), o Bispo Rudezindo de Mondonhedo e Dume leva a cabo a restauração da cidade. Este Rudezindo será, porventura, o nome autêntico do Bispo que ajudou Vimara Peres na inquirição do termo de Braga e que no *Liber fidei* aparece sob a designação de Fredozindo (hipótese de Pierre David in *loc. cit.).*

Antes do fim do século, as tropas muçulmanas, capitaneadas pelo terrível Almançor, primeiro ministro de Híxame II, Califa de Córdova, atravessam o Douro, a caminho de Compostela, cujos muros, castelo e igreja — *a Kaaba dos Nazarenos* — destroem. Suas desvastações a norte do Douro foram imensas. Os Normandos, por sua vez, fazem incursões. Chegam aos subúrbios de Guimarães. Com tudo isto, Braga não foi poupada. Vegeta em ruínas, quase despovoada.

Só no século XI, a antiga capital da Galiza entrará na posse constante dos Cristãos e será restaurada pelo primeiro Bispo restituído a Braga, D. Pedro, homem de rara energia e envergadura (lição de Avelino de Jesus Costa, in *A Restauração da Diocese de Braga em 1070).*

Com este rápido escorço histórico, mostra-se que desde Odoário (segunda metade do século VIII) até Fernando Magno, que estende os seus domínios, a Ocidente, até à linha do Mondego (meados do século XI), Braga teve vida atribulada. E, no entanto, a Necrópole de S. Victor, do século IX-X, vem demonstrar que mesmo às portas da cidade os Cristãos enterravam os seus mortos e consequentemente a habitavam.

II — NOTA ANTROPOLÓGICA

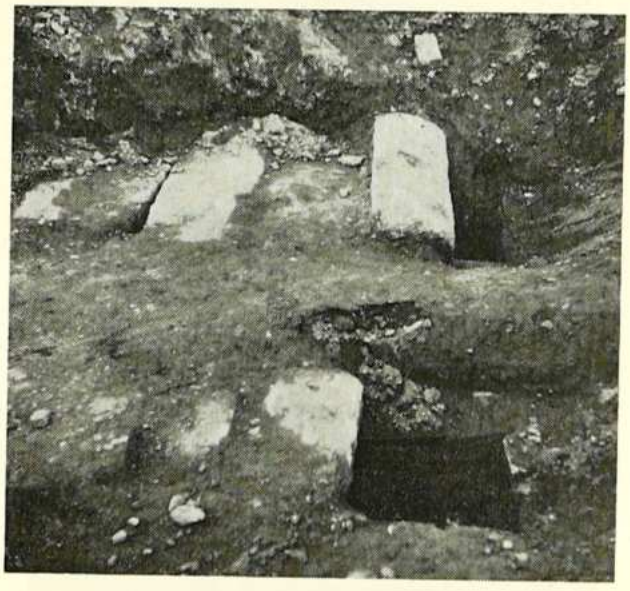
A amabilidade do meu Ex.mo Amigo Dr. Sérgio da Silva Pinto levou-me a Braga para recolher uns restos ósseos que se encontraram numa sepultura de época posterior à romana tardia, na sua opinião.



Necrópole que contorna a Capela moçarabe cemiterial de S. Miguel de Celanova (Orense) — Sepultura de ladrilhos.



Necrópole de S. Victor — Braga.
Sepultura de ladrilhos





Necrópole de S. Victor — Braga.
Sepulturas cobertas com lages.



Necrópole de S. Victor — Braga. Sepultura feita de pedras



Necrópole de S. Victor — Braga.
Vestígios de época baixo-romana.



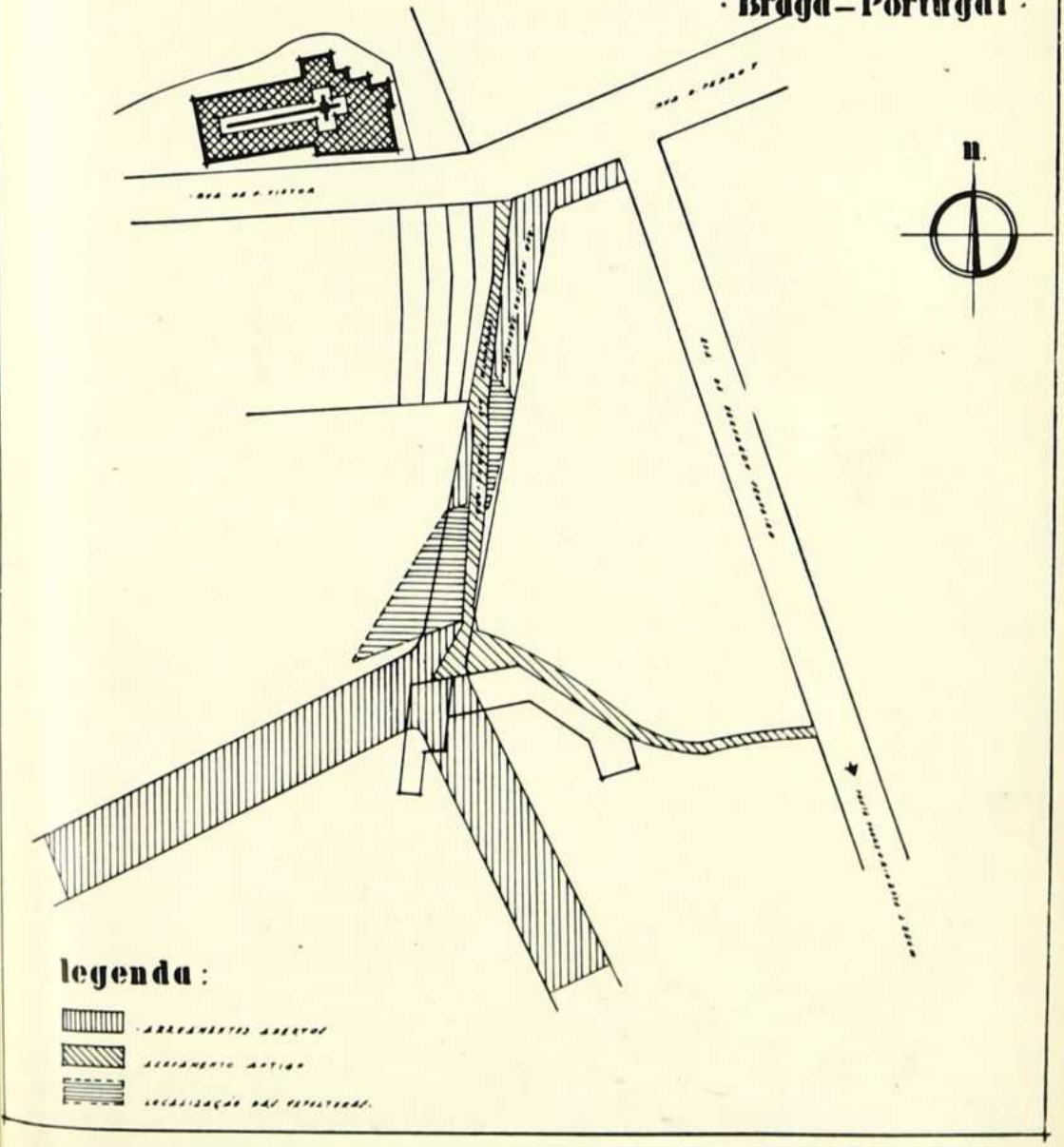
Necrópole de S. Victor — Braga. No decurso das escavações — Recolha do espólio ósseo.





Necrópole de S. Victor — Braga.
Restos osteológicos.

planta de localização da necrópole de s. victor (séc. IX-X)
· Braga – Portugal ·



Esses restos ósseos muito friáveis, de difícil levantamento, conservação e transporte são:

3 pequenos fragmentos duma calote craniana;
1 resto duma mandíbula, conservando apenas parte do corpo e do ramo do lado direito, com dois dentes molares;
1 falange;
2 partes de ossos coxais com as cavidades cotiloides;
2 epífises superiores de fémures deterioradas;
3 fragmentos de diáfises de fémures;
1 parte duma diáfise de tíbia;
1 diáfise de peróneo, incompleta.

O estado destes restos ósseos não permite que se tirem medidas, mesmo aproximadas.

Estas peças ósseas podem agrupar-se, permitindo presumir que representam restos de 3 esqueletos.

O primeiro grupo constituído pela falange, restos dos ossos coxais, por uma epífese superior e restos de diáfises de femur, da tíbia e do peroneo.

Com os fragmentos da calote craniana e restos da mandíbula conservando os dois dentes molares, multicúspidos e de duas raízes, constitui-se o segundo grupo.

No terceiro juntam-se os restos do segundo fémur constituídos por uma epífise superior e dois fragmentos de diáfise.

O primeiro conjunto deve ter pertencido a um indivíduo adulto, extraordinàriamente robusto, de certeza do sexo masculino; talvez um esforçado guerreiro da Reconquista, possìvelmente nórdico.

No segundo vê-se nìtidamente o espólio osteológico duma criança de cerca de 6 anos.

O terceiro apresenta restos que não se podem juntar ao primeiro, por serem muito mais franzinos, nem ao segundo, por o seu desenvolvimento não corresponder à idade indicada pela mandíbula e dentes.

Não julgo ser possível ir mais longe do que concluir que, provàvelmente, se encontraram na mesma sepultura, restos de 3 indivíduos de idades diferentes desde cerca de 6 anos até à idade adulta, ficando em dúvida a idade do indivíduo a que pertenceu o espólio osteológico do terceiro grupo, mas que deve estar compreendida entre a dos outros dois.

Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1956

Notas e Organização de JOAQUIM MONTEIRO (Jorge)

Já o deixámos percebido nas linhas que escrevemos, à laia de intróito, no último volume desta Revista saído a público, quando nos referimos aos Acontecimentos Memoráveis que tiveram lugar no ano de 1955: Braga é presentemente um dos mais activos núcleos de acção e expansão cultural.

Ilustres e distintas individualidades do Pensamento europeu continuam a visitar e a conviver com os intelectuais bracarenses, congregando-se uns e outros na defesa e no amor da cultura ocidental.

Essa obra, pujante e bela, em prol da cultura na capital do Minho, também já o escrevemos, deve-se a um punhado de intelectuais que têm encontrado no senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município bracarense, um entusiasta de clara inteligência e espírito empreendedor.

Câmara Municipal de Braga, Faculdade Pontifícia de Filosofia, Associação Jurídica, Associação da Aliança Francesa, Convivium, resumem todo um plano de actividades culturais que se realizaram no ano de 1956, cuja lista de acontecimentos apresentaremos ao leitor.

Encerramento do 6.º ciclo de conferências culturais do Município Bracarense

A sessão efectuou-se no salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 4 de Fevereiro, e rodeou-se de enorme expectativa e interesse cultural. Quis a Câmara Municipal de Braga encerrar o seu 6.º ciclo de conferências, não só da maneira mais brilhante, mas também da maneira mais conforme e digna ao alto espírito que as orienta. Uma tarefa de tal valor tinha, forçosamente, ser encerrada com a presença e a voz duma personalidade a todos os títulos laureada. E, assim, o escritor e romancista Francisco Costa, que tão proficientemente apresentou o seu trabalho intitulado *Valor poético do romance,* fechou com verdadeira «chave de ouro» um período de magníficas conferências.

Os intelectuais, professores, sacerdotes, artistas, escutaram e aplaudiram Francisco Costa, que a Câmara Municipal, em tão boa hora, trouxe a Braga. Foi uma conferência interessante, porque manteve o auditório sempre atento aos conceitos que o célebre autor d'*A Garça e a Serpente* expressiva e inteligentemente desenvolveu. Francisco Costa ocupa na nossa literatura lugar de manifesto relevo. Em toda a sua obra, iniciada em 1920 com o livro de versos *Pó,* mas mais essencialmente nos

seus romances, encontramos «os seus dotes de poeta, a experiência de uma vida, a angústia de uma doença e os reflexos de uma crise religiosa» já ultrapassada pela grande riqueza do seu húmus espiritual. É um escritor de garra, um romancista de primeira plana no que o romance-poesia-humanidade tem de beleza.

De 1920 a 1933, Francisco Costa publicou os seguintes livros de versos: *Pó*, já citado; *Verbo Austero* e *Algemas de Ouro*. Entre aquele e este deu-nos a maravilhosa tradução de *A história de Cristo* de Giovanni Papini, de quem se havia de ocupar mais tarde na colecção «Cem Páginas» dedicadas ao «Leão de Florença». A *Garça e a Serpente*, com que iniciou as suas criações em prosa, (que obteve em 1944 o Prémio Eça de Queirós), seguiram-se *Primavera Cinzenta*, *Revolta do Sangue*, *Cárcere Invisível* e *Acorde Imperfeito*, que se compõe de *Nocturno Agitado* e *Cântico em tom Maior*. Em 1949, com *Cárcere Invisível*, obteve o Prémio Ricardo Malheiros, e a sua *A Garça e a Serpente*, «livro forte e puro, mas forte sem crueza e puro sem falso pudor», foi cinematografado com vivo realismo e sentido estético.

Foi este o conferencista que escutamos por ocasião do encerramento do 6.º ciclo de conferências culturais levadas a efeito pela Câmara Municipal de Braga. A sessão foi presidida pelo Sr. Governador Civil, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, e o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, ocupando-se da apresentação do orador, pronunciou as seguintes palavras, que passamos a relatar:

A conferência é de quem a faz e também de quem a ouve.

O talento do orador o ilumina e preclara. A graduada assembleia avalia-lhe os méritos e o admira com justiça e justeza.

Para que há-de outrem, escusadamente, antemeter-se ou intrometer-se no encontro mental, no diálogo secreto, que significa uma conferência? Convívio entre o discursante que desenvolve o tema e os ouvintes que intimamente conferem e confrontam as doutrinas e os factos expostos. Etimològicamente, conferência, *sabido é, vem de* conferir. *Constitui uma «forma de sociabilidade», já o disse aqui Marcelo Caetano.*

Assim, a velha usança prologal, o rito de apresentação, é praxe supérflua em relação aos que têm ocupado e nobilitado aquela tribuna. Mas a prefação transmuda-se em manifesto de alegria e de saudações cordiais.

Foi-me determinado o honroso encargo de saudar o conferencista da noite, o emérito romancista Francisco Costa, e ser núncio do grande júbilo com que o recebemos nesta Casa.

Está diante de nós uma alta figura do patriciado das letras. No capítulo da novelística portuguesa, o seu nome vem inscrito com a lauréola de insigne.

Cabe-me, por incumbência do ilustre Presidente da Câmara e dos meus colegas da Edilidade, render-lhe efusivas homenagens; vitoriar, embora com a penúria dos meus recursos, o autor dos romances mais bem escritos que ùltimamente se publicaram em Portugal. Mais perfeitos de técnica. Mais vivos de conteúdo humano.

Francisco Costa é daqueles poucos que marcam época e valem para além da sua época, como por exemplo um Eça, um Camilo. Abriu no nosso País a vida da modernidade do romance ou da novela. Dois ou três em Portugal ou em qualquer outra nação opulentam, sem dúvida, uma literatura.

«Não tem par hoje em dia no romance português», afirma dele Gaspar Simões.

Este censor de forte exigência, a despeito de não habitar na mesma esfera ideológica, diz ainda que «dificilmente lhe encontraremos par no passado».

O autor da GARÇA E A SERPENTE, do CÁRCERE INVISIVEL e do ACORDE IMPERFEITO, peças de trípticos ou dípticos que fulguram no campo do romance moderno é, iniludivelmente, um escritor realista. Não infra ou supra-realista, mas sim, para glória dele e da nossa República das Letras, realista integral.

O verdadeiro amor da verdade — que na arte é a beleza — é o timbre do autêntico escritor realista. Francisco Costa patenteia-nos esse amor da inteligência e da arte que purifica tudo aquilo em que toca. Não é tão sobrehumana a decência como alguns moralistas julgam, se houver talento e verdadeiro amor da verdade.

Na Roma Portuguesa, Cidade Primacial da Catolicidade nesta orla atlântica da Peninsula, larário das essências universais do espírito, é grato louvar um católico grande escritor que, não se rotulando de católico, nem circunscrevendo o seu mundo imaginário aos aspectos da vida católica, é mais católico e cristão do que muitos que se apresentam com essa designação específica, porque é essencialmente humano, voltado para o Céu e para o mundo. Visa o homem integral da natureza e da graça, do corpo e do espírito, do inteligível e do sensível (que é o homem católico, na clara advertência de Leonardo Coimbra). A natureza humana, mesmo decaída, é tão bela que não repugnava a Santo Agostinho se Deus a criasse nesse estado.

Francisco Costa governa as suas imagens com equilíbrio e harmonia, não copia a vida, mas dá às suas criações verosimilhança total. O mal, à maneira de Agostinho de Tagaste, não tem para ele valor positivo, mas existe e é visionado e apontado como tremenda realidade negativa. Sem exageros, mas sem disfarces.

Compartilha do pensamento de Jaques Maritain, quando este filósofo diz que o diabo marca um ponto a seu favor cada vez que entre cristãos houver desprezo pela verdade e pela beleza.

Mentalidade criadora, fértil de imagens e formas inteligíveis, cinzelador de prosa castiça, grande mestre do diálogo, sensibilidade lírica portuguesíssima, romancista hoje de interesse porventura só local, amanhã de interesse universal — pois, segundo escreve André Gide, a literatura pertence tanto mais à humanidade quanto mais nacional, — Francisco Costa é também exímio conferencista.

Vem hoje falar-nos sobre o valor poético do romance. Quem já teorizou a essência e a existência do romance, e versou o realismo integral em romance, e esquadrinhou a vida espiritual de Eça, o grande mestre, como se fosse o próprio a ver-se sub specie aeternitatis, *sobeja-lhe autoridade para nos ensinar em que medida a novela é uma arte e uma filosofia, enquanto idealização poética, no sentido de Aristóteles. Conúbio da imagem singular e da ideia universal. Realismo espiritualizado no noumeno. Idealismo concretizado no real.*

Ao Senhor Governador Civil do Distrito que uma vez mais honra estas sessões com a sua presidência, presto, em nome da Câmara e em meu nome pessoal, o tributo do maior apreço e de alta consideração. Queira V. Ex.ª aceitar os nossos mais calorosos e agradecidos cumprimentos.

Senhoras e Senhores:

Guiados pela argúcia intelectual de Francisco Costa, ser-nos-á dado captar e valorar, em amável convívio dialéctico, a significação poética, metafísica, da mensagem viva do romance. Na figuração dos seres e das coisas que o romance nos oferece, verbi grátia *as obras primas de Francisco Costa refulgem valores universais que ecumènicamente cintilam, que eternamente valem.*

Pròpriamente dita, a conferência de Francisco Costa — intitulada como já frizamos *Valor poético do romance* — foi da seguinte forma sintetizada no Jornal «Correio do Minho», órgão da imprensa bracarense:

«Depois de saudar as entidades oficiais que presidem à sessão, bem como o auditório geral, o conferencista começou por dar uma boa definição do Romance. Chamando ao seu trabalho simples depoimento, Francisco Costa alonga-se depois em considerações sobre o valor poético do romance — epígrafe a que subordinou a sua conferência. «Epopeia verosímil da moralidade comum», assim classifica Francisco Costa o romance num dos seu valiosos trabalhos e nesta acepção desenvolve também, clara e fluentemente, o seu tema.

Prosseguindo, numa agradável dicção em forma de diálogo, a descrição duma autêntica conversa havida com um seu amigo e camarada neo-realista, o orador traça, perante o auditório interessado, as discordâncias surgidas nesse colóquio.

O romance como obra de arte e a emoção criadora do escritor ou poeta, na sua inspiração mais elevada, são igualmente debatidas pelo conferencista nesse autêntico duelo intelectual travado com o seu antagonista e tão claramente reproduzido. Vários escritores e romancistas imortais da nossa literatura, são depois apontados e o estilo das suas obras exaltado à luz do elevado conceito espiritual que as informa dentro dos princípios que Augusto Costa defende como paradigma da sua oração e na sua qualidade de escritor católico. E como tal, descreve algumas atitudes que, por vezes, tem sentido necessidade de assumir perante alguns escritores neo-realistas que o interpelam, e criticam a sua mentalidade e o seu labor intelectual.

Analisa mais adiante, à luz duma lógica claríssima, qual a verdadeira doutrina que informa a essência das suas obras e quais os desígnios emocionais com que cria os personagens e as situações que aos mesmos prepara, para concluir dos intentos com que influencia esses personagens bem como das naturais reacções que advêm de cada atitude.

O valor poético do Romance, é o mais universal dos seus valores — afirma Francisco Costa em dado momento para alicerçar as considerações dos seus temas, quase sempre tendo por fundo assunto profundamente humano e eminentemente social, exemplarmente cristão e nitidamente católico.

A benéfica acção da Igreja, na formação moral e social dos indivíduos serve, depois, para rasgada apologia do conferencista, na sequência do seu diálogo com o camarada neo-realista, discordante e arredio dos ambientes clericais.

Os princípios edificantes do Evangelho são seguidamente apontados como modelos que orientam invariàvelmente as suas obras, revelando, no diálogo que ia descrevendo eloquentemente, os exemplos práticos que vai buscar à vida cotidiana para a criação dos personagens dos seus romances.

As múltiplas camadas dos leitores e as suas preferências ou gostos pelas obras de várias espécies, servem também para o ilustre conferencista apontar qual o melhor caminho de catequese e orientação intelectual que devem trilhar todos os romancistas católicos.

E, depois de terminada a descrição do seu interessante e edificante diálogo com o camarada neo-realista, Francisco Costa termina brilhantemente o seu magistral trabalho lendo ao interessado auditório um poema lindíssimo, duma beleza enternecedora, verdadeira apoteóse do seu trabalho e pelo qual nos leva a concluir que as boas sementes lançadas à terra e abnegadamente trabalhadas, têm, forçosamente, de dar bons frutos».

I Congresso Internacional de Etnografia e Folclore

Como nota preliminar e acentuação tónica sobre o significado do I Congresso Internacional de Etnografia e Folclore, a realizar na cidade de Braga, em Junho, publicou o Jornal «Diário do Norte», do Porto, assinado pelo seu director Dr. António Cruz, no seu número do dia 7 de Fevereiro, um artigo intitulado *Folclore Minhoto*, que vamos transcrever:

Anuncia-se que vão reunir de novo as Cortes Gerais do Entre-Douro-e-Minho. Será em Junho próximo, na Bracara Augusta, por altura dos folguedos sanjoaninos. E tinha de ser ali, naquele derradeiro e invencível reduto do velho espírito minhoto: onde sítio mais propício, terra mais a carácter, — para se falar do folclore da nossa terra, para o estudar nas suas origens, para o apreciar nas suas manifestações actuais?

As Cortes Gerais de Entre-Douro-e-Minho congregam-se, pois, desta vez, à volta das tradições do mesmo Entre-Douro-e-Minho. A gente e a terra minhota dão o tema geral. Para as apreciar no seu carácter inconfundível, libertas da deformação de interpretações tendenciosas, — quando não orientadas com um fim preconcebido — não há como estudá-las no seu meio. A gente e a terra minhota erguem-se então, diante de nós, como realidades que se radicaram na lonjura dos tempos e que resistem, por isso mesmo, a todo o vendaval nivelador, descaracterizador.

Dando-nos a estudá-las, à terra e à gente durimínias, no seu meio, aprendemos a lição fecunda e aliciante da verdadeira portugalidade. Dentro da velha casa de ampla cozinha e varanda coberta, ao sol das eiras de granito, sob a copa ramalhada dos adros das ermidas — e também na meia-encosta das uvas de enforcado, nas insuas dos riachos debruados de amieiros e salgueiros, nos vales aleirados em estiras, ofertando visível sinal duma fraternidade que só carece de marcos enterrados nas extremas para se saber de quem é a terra...

Aí, no meu meio, é que se averigua do carácter da gente, das possibilidades da terra durimínia. Aprende-se, no meio próprio, a lição que a gente minhota nos oferece, em que medida ela própria influiu na evolução da terra em que se enraizou ou foi por esta influenciada. Ali, no velho, no inconfundível Entre-Douro-e-Minho, é que é possível avaliar na sua vivência que desafia séculos, quanto impulsionou e afeiçoou a alma dum povo, dando-lhe uma consciência e gerando, de caminho, uma Nação.

As Cortes Gerais do Entre-Douro-e-Minho que vão reunir, de novo, na cidade de Braga, em Junho próximo, serão consagradas, desta vez, ao estudo do folclore, das

tradições regionais. Muito bem. Louvores — e só por isso, que era muito! — a quem eles são devidos, ao activo, ao incansável presidente do Município Bracarense, que em boa hora empreendeu a luta reivindicadora das tradições culturais da velha e nobre cidade. Louvores, bem merecidos, a António Maria Santos da Cunha, por mais esta bela e louvável iniciativa. Louvores aos seus pares no governo da municipalidade. E louvores, finalmente, a todos nós, a quem, como nós, procura servir a terra que lhe foi berço, a gente de quem descende — e sempre ao serviço do Entre-Douro-e-Minho.

A cidade de Braga na voz do Prof. Ramon Otero Pedrayo

Quando os homens se unem pela inteligência e os povos e as nações se contactam pelo espírito e pela cultura, o efeito sociológico evidente só pode ser o da fraternidade. Neste aspecto revolucionário da cultura, Braga pode ufanar-se da posição que tomou e sustenta.

É uma grinalda literária que, sob o título *Tributo a Braga*, escreveu o académico e intelectual galego Prof. Ramón Otero Pedrayo, a qual enriqueceu notàvelmente a página «Das Artes e das Letras» do Jornal *O Primeiro de Janeiro*, do dia 8 de Fevereiro, artigo esse que foi transcrito, ainda, no «Correio do Minho», de Braga, no seu número de 14.

O artigo de Ramón Otero Pedrayo, que tivemos a honra de conhecer em Braga por ocasião do convívio intelectual com a Real Academia Galega, em 1955, exprime singularmente o verbo lírico do autor, cristalino cinzelador da palavra. Não podíamos, portanto, deixar de esquecer tão importante como belo pedaço de prosa, pelo que o vamos, muito gostosamente, arquivar nas nossas páginas:

O nome da cidade ilustre brilha como o oiro dos colares célticos na poesia decadente e sensitiva de Ausónio. Poderíamos dizer que é como uma cintilação arrancada pelo Sol a Ocidente às ilustres acrópoles e como a última gota do sumo da vida latina no confim do oceano terminal. Braga era já velha — de cultura, de esperança e de recordações — antes da imposição da sua ordem de bronze pela lei pretoriana e a cultura latina. O Romano, como depois o Suevo, pisaram com respeito o solo consagrado. Não era um solo qualquer de rochas heróicas e rios livres de corrente não aquecida pelo amor e o sacrifício. Braga era uma nobre ordenação de citânias. Desde muito longe, uma larga história vigiava e os primeiros desposórios da vide latina e do salgueiro ocidental tiveram mui nobres testemunhas. Eis uma das excelências de Braga. O pré-histórico não é longínquo e vago. É uma presença e concede ao ambiente metropolitano da urbe uma dignidade amável e afectuosa, superior, ao nosso sentir, à dos brasões e das torres.

Todas as manhãs, as colinas inspiradas parecem reintegradas na sua maravilhosa juventude. O altar antigo e a pura chama do sacrifício abraçam-se nelas. Não perderam essa consagração matinal. A corola de som dos bronzes abre-se a cada alvorada e concede à paisagem, às primeiras horas da cidade, uma beleza monástica. É a regra da lei, do direito romano, e a regra religiosa, de S. Frutuoso e de S. Martinho de Dume; nas grandes sínteses da História Universal, uma é condição e prenúncio da outra. O bronze legal do edifício do pretor anuncia o bronze místico e humano dos sinos. O primeiro no seu mudo registo imperativo, proíbe e ameaça; o segundo apenas ao roçar da passageira ave sonora, exalta e consola.

Nós — perdoem-nos a preferência sentimental — preferimos a síntese belíssima e significativa da vide e do salgueiro, da vinha e do pomar. A arte é vária e sempre bela. Pode servir de glosa a mais de uma harmoniosa paisagem das «Geórgicas» virgilianas. Na verdade, poucos fundos de paisagem — de verde tão fino como um florescer das seivas eternas — poderão servir de cenário ao gosto de Virgílio. No sangue do poeta, corriam gotas celtas muito puras e o seu génio não podia esvaziar-se por completo na formosa e circular taça mediterrânica.

Necessitava duma maior amplitude de contornos, para as possíveis ascensões do espírito. Por isso, a vide e a árvore se enlaçam dum modo mais expressivo em Braga do que em Nápoles ou no verso de Gôngora. A bacante rende-se ao herói celta.

Montanhas sagradas e vale geórgico. Entre Braga e Orense — a Aurea Callaicorum, nossa amada pátria de névoas e de rouxinóis do Minho — existe uma profunda e encantadora irmandade religiosa. Liga-as o Verso de Venâncio Fortunato e a prosa de S. Gregório de Tours. Celebram ambos S. Martinho. A musa bracarense nunca deixou de honrar o Santo como o símbolo das transparências do Outono. Para os antigos, era triste o Orion. Anunciava-lhes a estação chuvosa. Para os cristãos é o anúncio de serena esperança. Sobre Braga e sobre Orense, o palpitar das Três Marias e todo o aparelho, como velame de nave antiga, do Orion no céu de Outono, significam o triunfo pleno de espírito sobre a noite, e a esperança posta na Reverência.

As regras de S. Martinho e de S. Frutuoso venceram o terror da noite com o canto coral. Hoje, se não são já os monges, executem-no os pinhais...

Com íntima comoção saudamos, na Sé Primaz de Braga, a relíquia do Dumiense. É nome ligado à consagração da catedral orensana... Eis aqui um triunfo para o espírito, para a graça — poderíamos dizer para a saudade — das terras célticas. O homem da rude planura, o panónio que era ocidental da Europa. Cansado de continentalismo, só encontrou na Hispania Nona Citerior — como os Romanos chamavam à província galaica — afundada em surpresas e terrores, mas de áureo coração, a paz da alma e o porto da imortal navegação.

A horas e níveis determinados, como as marés, a onda camponesa cobre a cidade e renova-a. Braga tem profundas e subtis raízes camponesas. Por isso é tão fidalga. O camponês caminha, com grave ritmo antigo, pelas ruas de velhos comércios, sabe entrar sob os pórticos, saúda as fachadas onde, também como nas vinhas, o ornamento é de pâmpanos.

Amamos e respeitamos o bosque e a montanha do Bom-Jesus. Desde meninos ouvimos a sua história. Depois subimos a escadaria e penetrámos nos vastos motivos decorativos, que são um hino, uma cantata e, sobretudo, um drama. Ascendente e pautada, a escadaria leva-nos ao santuário como a um alto Carmelo. Desejaríamos, porém, encontrar o tema do bosque: é talvez um druida convertido.

Às vezes, parece o bosque de Arminda. Poderia encadear os seus silêncios trementes, as suas melodias lânguidas, com a estrofe de Tarso... Só por um instante. Parou, com a lua, por entre as frondes e dessedentou-se nas fontes a corça branca do milagre. Todo o bosque vence a inicial tentação, executando, no estilo dos bosques e do mar, as horas canónicas, segundo o rito bracarense...

Disfrutámos, em Braga, da incomparável hospitalidade portuguesa. Não queremos encerrar estas memórias sem dizer como em Braga a amizade, dos velhos e

novos amigos portugueses, na fraternidade de recordações e anchos, se reveste duma forma também religiosa. É uma regra sem cânones a da amizade: dita-os, a todos os momentos, o coração.

A Conferência de Mr. David Francis

A convite da Associação Jurídica de Braga, proferiu Mr. David Francis, no dia 18 de Fevereiro, no salão nobre do Grémio do Comércio, uma conferência subordinada ao tema *O Tratado de Methuen*, trabalho de natureza económica e histórica. O conferente, grada personalidade diplomática inglesa, que é Cônsul Geral de Sua Majestade Britânica, no Porto, desenvolveu o seu discurso dentro do âmbito histórico que irmana Portugal e a Inglaterra, e realçou de maneira insofismável o alto espírito que sempre dignificou as relações luso-britânicas.

A sessão foi presidida pelo sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município bracarense. Constituiam a mesa de honra os srs. dr. Luís de Almeida Braga, Vice-presidente da Associação Jurídica; Prof. dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia; dr. Guilherme Branco, Secretário da A. J. de B. e Adolfo Santos da Cunha, Presidente do Grémio do Comércio. Este último, antes de Mr. David Francis usar da palavra, prestou homenagem à Associação Jurídica de Braga, que tanto tem contribuído, com iniciativas dignas de louvor, para a difusão cultural, apadrinhada pelo Município bracarense; saudou, também, o conferencista, que foi escutado por selecta assistência, da qual fazia parte grande número de advogados, médicos, comerciantes e magistrados.

O sr. dr. Luís de Almeida Braga encerrou a sessão.

A Câmara Municipal de Braga homenageou um dos seus mais ilustres funcionários

O homenageado foi o ilustre e erudito jornalista católico, sr. José Constantino Ribeiro Coelho, um dos directores da nossa Revista, que no dia 1 de Março, por ter atingido o limite de idade, deixou o cargo de Conservador do Arquivo Municipal de Braga, cargo que exerceu com notável competência e saber durante largos anos e que o impôs como um dos mais distintos funcionários da Edilidade bracarense. Por tal motivo, nesse dia, o ilustre funcionário recebeu justa e tocante homenagem por parte da Presidência, Vereação e funcionalismo camarário, momento esse que caiu bem no fundo da alma simples e sensível de Ribeiro Coelho.

O seu gabinete encheu-se de amigos e admiradores. O senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município, encontrava-se acompanhado pelos senhores dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente; vereadores dr. Sérgio da Silva Pinto, dr. Olindo Casal Pelayo, António Fernandes de Araújo e José Maria Rodrigues; dr. Eugénio Bacelar Ferreira, chefe da Secretaria; eng.º Santos Ferreira, chefe dos Serviços Técnicos; capitão Monteiro Pinto, director dos Serviços Municipalizados; eng.º Vale Rego Amorim e Alberto Pereira do Lago Cruz, Júlio Acciaioli de Meneses, Manuel Araújo, numerosos funcionários camarários e destacada representação da Imprensa, onde o homenageado goza de lugar de relevo.

O sr. Presidente da Câmara justificou a razão de ser da homenagem e fez

um vibrante elogio do homenageado, oferecendo a Ribeiro Coelho uma valiosa caneta. Falou também o sr. dr. Bacelar Ferreira que sublinhou, sobretudo, as altas qualidades do dedicado e zeloso funcionário. Em nome do funcionalismo da Câmara, o dr. Bacelar Ferreira entregou a Ribeiro Coelho uma linda e artística salva de prata. A figura culta e erudita de José Constantino Ribeiro Coelho foi expressivamente acentuada pelas palavras que lhe dirigiu o dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro da Cultura, pondo em destaque os serviços de investigação e a acção desenvolvida nesta Revista por Ribeiro Coelho, com quem o mesmo divide a direcção. Por último, o homenageado falou do progresso material e cultural de Braga, distinguiu singularmente as altas individualidades a quem tanto se deve na batalha desse progresso, individualidades ali presentes e às quais, sensibilizado, agradeceu a homenagem que lhe prestavam.

José Constantino Ribeiro Coelho, como jornalista e escritor, é uma das figuras mais distintas da nossa cultura, e os seus trabalhos intelectuais e eruditos dispersos por jornais e revistas são sempre belos e sérios. Tem sabido impôr sempre, não só a modéstia do seu carácter puro, como também uma simplicidade humana e viva dum espírito elevado e brilhante que a vaidade do mundo não tocou.

A sua actividade como jornalista especializa-se na crónica histórico-eclesiástica e litúrgica, que firma eloquentemente o brilho do seu espírito culto. Pequeno de estatura, simpático, um tanto ou quanto corcovado pelo peso dos anos e das canseiras duma vida dedicada ao trabalho e cultivo da inteligência, Ribeiro Coelho tem muito do seu esforço impresso nas colunas do «Correio do Minho», do qual foi um dos fundadores, chefe de Redacção e redactor principal, e no «Diário do Minho» impôs a sua pena de jornalista exímio. Por isso, a homenagem que lhe foi prestada pela Câmara Municipal de Braga tem duplo significado: consideração pelo funcionário e respeito pelo homem culto.

Comemoração do 80.º aniversário natalício e 17.º da coroação de Sua Santidade o Papa Pio XII

Foram brilhantes e prenhes de fé e amor as solenidades que se efectuaram na cidade de Braga, de 2 a 11 de Março, para as comemorações do 80.º aniversário natalício e 17.º da coroação de Sua Santidade o Papa Pio XII que, uma vez mais, elevaram bem alto o espírito religioso do povo bracarense.

O mês, em prenúncios de Primavera, coloriu-se nesses seus primeiros dias duma beleza fragrante. E foi assim, com ridências primaveris, que os membros da Igreja de Cristo celebraram e festejaram essas datas de oiro do asceta do Vaticano, — a mais ínclita personalidade do nosso século. O Venerando Pai foi homenageado por seus Filhos, e Braga, do lar mais pobre ao mais rico, das estreitas ruas às largas avenidas, das torres dos templos à telha vã das ermidas, dos círios incandescentes dos santuários às línguas trémulas da lamparina da casita perdida na solidão dos montes, congregou-se para prestar a Pio XII as filiais honras da sua fé e do seu amor, da sua alegria e felicidade.

As comemorações foram promovidas pela Junta Arquidiocesana da Acção Católica com o patrocínio da Câmara Municipal.

Resumo das solenidades:

Dia 2 — *Na Catedral,* Missa, com a presença dos filiados da Acção Católica, autoridades civis, militares e eclesiásticas, alunos de escolas e estabelecimentos religiosos, deputados, etc.,

No Edifício do Turismo, de tarde, acto inaugural de «maquetes» para o Monumento a Pio XII, obra em bronze do escultor Raul Xavier. Este momento foi sublinhado com a presença dos senhores Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil, António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga, autoridades civis, eclesiásticas, militares, etc.. O senhor Presidente da Câmara fez, a propósito, um breve e interessante discurso.

Nos Congregados — Missa vespertina, com a presença de todas as representações dos diversos organismo da A. C..

Dia 3 — *Na Catedral,* Missa e comunhão dos estudantes do liceu, escola técnica e colégios, actos litúrgicos estes presididos pelo Senhor Arcebispo Primaz, com o que se deu início a uma cadeia de orações pelos filiados da Acção Católica.

Dia 4 — *Sessão no Seminário Conciliar,* em que foi conferente o poeta e escritor Miguel Trigueiros, cujo trabalho apresentado se intitulou *Glorificação do Sacerdócio Católico.* O conferente foi apresentado pelo Rev. P. António Luís Vaz, director do Jornal «Diário do Minho».

Dia 5 — *Ciclo de Conferências.* No salão nobre da Biblioteca Pública iniciou-se o ciclo de conferências, tendo sido orador o Rev. Dr. José de Bacelar Oliveira que expôs o tema *Pio XII, a Filosofia e a Teologia.* O distinto conferencista foi apresentado pelo Presidente da Junta Arquidiocesana da Acção Católica, Dr. Eugénio Bacelar Ferreira.

Dia 6 — Prosseguimento da cadeia de Orações pelo Santo Padre.

Dia 7 — Conferência pelo Capitão Celestino Marques Pereira, subordinada ao título *Pio XII e o Desporto.* A sessão teve lugar no salão nobre da Biblioteca Pública. O Dr. Joaquim Loureiro de Amorim, Presidente da Liga Católica, fez o elogio do orador. Prosseguiram, também, as Orações pelo Santo Padre.

Dia 8 — Conferência pelo Dr. Mário José Cerqueira Gomes, Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, que desenvolveu o tema *Pio XII e a Medicina.*

Dia 9 — Conferência pelo Dr. Luís Gonçalves da Silva, ex-Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que tratou o tema *Pio XII e as Ciências Físicas.* O dr. Silvio de Matos fez a apresentação do conferencista. Continuaram, também, as Orações.

Dia 10 — Conferência pelo dr. Vasco da Gama Lobo Xavier que expôs uma magnífica lição intitulada *Pio XII e o Direito,* tendo o Dr. Eugénio Bacelar Ferreira feito a apresentação do orador.

Dia 11 — Na Catedral, às 17 horas, «Te-Deum» em acção de graças pelo 17.º aniversário da Coroação de Sua Santidade o Papa Pio XII presidido pelo Rev. Dr. António José Ribeiro.

Homenagem em Matosinhos ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Braga

Profundamente sensibilizados e gratos pela maneira como foram recebidos em terra braguesa, em Setembro de 1955, quiseram os componentes e direcção do Orfeão de Matosinhos prestar ao sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga, e Vereadores da mesma Edilidade, uma homenagem, a qual se efectivou por ocasião da passagem do 39.º aniversário da fundação daquele corpo coral, no dia 17 de Março.

A homenagem tomou proporções de raro brilho e significado, pois que à mesma associaram-se a Câmara Municipal de Matosinhos e todos os Bracarenses residentes naquela laboriosa vila. A amplitude do acontecimento, podemos dizê-lo, contagiou o próprio povo simples e alegre do centro piscatório matosinhense.

O momento de boas vindas ao Presidente e Vereadores do Município bracarense foi dos mais acolhedores, porque naturalmente espontâneo. Povo e autoridades não quiseram deixar de estar presentes com o seu sorriso amigo. E o sr. António Maria Santos da Cunha e seus colaboradores sentiram, de certo, nesse instante, que o calor daquela terra beijada pelo mar lhes fazia, igualmente, fremir o sangue de gratidão.

Nessa sessão de boas vindas, o sr. Presidente da Câmara de Matosinhos, num feliz improviso, disse, dirigindo-se ao sr. António Maria Santos da Cunha, lembrando-se da recepção que os bracarenses testemunharam ao Orfeão de Matosinhos:

Não pode V. Ex.cia avaliar — afirmou o sr. dr. Fernando Aroso — quanto nos sensibilizou a jornada desse dia a Braga, lídima representante dos valores espirituais da nacionalidade. E por isto mesmo, além da fraternal simpatia que nos une, a nós, dois representantes das suas populações, não podia a Câmara da minha Presidência deixar de oficializar o convite que a Direcção do Orfeão de Matosinhos, em tão feliz hora, se lembrou de endereçar a V. Ex.cias. Benvindos sejam a esta terra — tão rica de sentimentos, embora pobre de grandiosidade monumental da vetusta cidade de Braga.

E o Presidente da Câmara Municipal de Braga, verdadeiramente sensibilizado, articulou, entre outras palavras, as seguintes:

Não há dúvida de que trago uma missão: agradecer o convite que nos proporcionou visitar Matosinhos e fazer juz à personalidade radiante do vosso Orfeão, com 39 anos de existência. Mas a minha aflição, a minha humilhação é bom que se registe, embora perdoável, porque não supunha encontrar, neste familiar ambiente, tão distintas e categorizadas individualidades. Para cúmulo da vossa indesmentível e indesmentida gentileza, surge a presença, sempre desvanecedora, dos rostos femininos e graciosos das ilustres senhoras que nos rodeiam.

Poucas palavras tenho para vos agradecer este convite e esta amável recepção. Apenas posso proferir, concluindo: aos Amigos de Matosinhos — o meu coração.

Depois de um banquete oferecido aos ilustres visitantes pela Câmara Municipal de Matosinhos, seguiu-se uma expressiva e entusiástica sessão solene. A personalidade do Presidente do Município de Braga foi posta em relevo nos discursos que proferiram os snrs. Benigno Cruz, gerente do Banco Nacional Ultramarino em Matosinhos, e Abílio Faria, que ao Orfeão de Matosinhos tem dado o melhor da sua dedicação e da sua vida. Nesse acto foi oferecido ao sr. António Maria Santos da Cunha pelos Braca-

renses residentes naquela vila marítima, e entregue pelo sr. Benigno Cruz, uma miniatura dum barco rabelo executada em ouro, com a seguinte inscrição:

«Os bracarenses residentes em Matosinhos, agradecidos a António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga — 17-3-56».

A magistral oração do Padre Michel Riquet

Apreciado por todos os espíritos cultos, expoente da oratória contemporânea, brilhante conferencista, o P. Michel Riquet, que assombrou nos púlpitos da Catedral de Notre Dame, esteve em Braga onde, no dia 10 de Maio, no salão nobre da Biblioteca Pública, proferiu uma das mais belas e notáveis conferências.

Dominou o auditório, um auditório composto por altas e lúcidas inteligências, e o fogo da sua palavra, rica e expressiva, harmonizou-se com o ardor e a vivência da sua chama de apóstolo — porque o P. Riquet é, sobretudo, um Apóstolo!

Esteve em Braga, e a velha e vetusta cidade dos Arcebispos, exultou sob a pujante palavra de Riquet onde «palpita radiante de facetas prismáticas tanto o orador como o intelectual». Foi ouvido com interesse, e com interesse ele se fez ouvir. O interesse do Apóstolo em tornar menos pesado o fardo das preocupações intelectuais a todos aqueles que pretendem abranger a concepção de vida dos nossos dias.

A presença do jesuíta Riquet em Braga só foi possível mercê dos esforços empenhados pela Junta Arquidiocesana da Acção Católica, e aqui desejamos louvá-la por tal empreendimento.

O salão esteve mais que cheio nessa noite, e a sessão foi presidida por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, que se fazia ladear pelos srs. dr. Rolando Vanzeler, prof. dr. Lúcio Craveiro da Silva, dr. Olindo Casal Pelayo (representando o sr. Presidente da Câmara), dr. Felicíssimo Campos, António Gomes da Rocha Madahil e capitão Américo Lourenço de Oliveira.

O sr. Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, fez a apresentação do ilustre conferente nos seguintes termos:

Não vou começar por afirmar que é difícil fazer uma apresentação porque todos pensamos da mesma maneira. Ou o orador não vale e então a dificuldade consiste em encontrar assunto, ou o orador tem valor e neste caso a dificuldade está em abarcá-lo em breves palavras. Desta vez temos o segundo caso. Além disso se apresentar um orador é dá-lo a conhecer a um auditório que o ignora, renuncio evidentemente a fazer a apresentação. O Padre Riquet é conhecido de todos vós pois ninguém ignora em Braga quem é e o que representa o Orador de Notre Dame de Paris. Por outro lado, se apresentar um orador é tecer-lhe o elogio, renuncio igualmente pois sei que ofendo a modéstia do Padre Riquet.

Conheci pela primeira vez o Padre Riquet em Lovaina, no ano ainda florido de 1948, quando me sentava nas aulas da Universidade. Vi-o então, com emoção, subir o estrado do anfiteatro com a sua figura forte, alta, mais alta pelas linhas ascendentes da batina, com rosto sereno e pálido, levemente distante e frio. Todos os estudantes nos calámos e pairou o silêncio e a espectativa. Afinal este silêncio era exterior; interiormente todos começamos a sentir inconscientemente uma certa desilusão, precisa-

mente provocada por aquele ar, vagamente enigmático. E talvez até algum de nós murmurasse com os seus botões: os grandes homens são grandes quando estão longe e sempre perdem quando se aproximam de nós e caminham pelas ruas onde nos acotovelamos os homens pequenos...

Entretanto o Padre Riquet abriu os lábios e a primeira revelação foi a sua voz serena, clara, persuasiva e penetrante. E desde aquele momento fez-se silêncio não só no exterior mas também no interior das nossas almas. É este um segredo que apenas possuem os homens eloquentes.

Continuou a falar e já não era tanto a voz que nos interessava quanto aquela alma que a batina antes nos escondia e aquele coração que começou a dar emoção e vida ao seu discurso e, quebrando a aparência de frialdade, a espelhar-se nalgumas lágrimas quentes ao evocar, cenas do seu passado ainda recente.

Alguém com mais idade e habituado às frases pomposas, às comparações emocionantes, aos períodos construídos com fôlego para aturar a prótase e apódese, teria tido uma irreparável desilusão. No entanto naquele imenso anfiteatro, transbordante de gente e de juventude, ninguém fez tal consideração, pois todos preferíamos a eloquência simples, frisante, directa e sóbria; a eloquência que não mete retórica entre a alma do orador e a dos ouvintes, a eloquência que se esconde para ser maior eloquência, a eloquência que se esquece de si mesma para possuir as almas.

A eloquência e a figura do Padre Riquet emergia diante de nós cheia de atractivos: profunda para compreender a tragédia do nosso século e enérgica para dominar e vencer essa tragédia, batida pelas ventanias dos campos de concentração de Mauthausen e Dachau e sereno vencedor dessas ventanias e desses horrores; flagelado, torturado e martirizado pelos nossos males e apesar de tudo alentado e vitorioso por uma secreta Esperança.

Padre Riquet: a sua figura, a sua eloquência tem para mim maior grandeza no segredo dessa esperança, do que no pesado martírio «civilizado» daquelas crueldades. Há quem sofra e sucumba; há quem sofra e desapareça, afogado inglòriamente nesses sofrimentos. Vossa Reverência tinha sofrido as maiores crueldades, não aquelas que a selvageria ou a paixão ingénua dos antigos provocou, mas aquela que o progresso da técnica, da ciência e da «civilização» concede, calcula, ordena e executa friamente, sem humanidade, sem fraternidade, sem coração, sem caridade, sem Cristo. E Vossa Reverência não sucumbira. Todos queríamos adivinhar, compreender, penetrar, viver o segredo dessa Esperança triunfadora. Outros falavam-nos de horrores, de inquietação, de angústia, de náusea, mas todos estávamos convencidos de que essa atitude representava uma cobardia e uma derrota. Ora, Vossa Reverência vinha, através das ruínas e dos escombros, comunicar-nos o seu segredo alentador.

Todos nos lembrámos das solenes palavras pronunciadas por Vossa Reverência na 1.ª Conferência de 1946 com o significativo título: «Através dos escombros». Dizia: «Ce qu'un chrétien a vu, entendu, palpé, senti, éprouvé, pendant cette première moitié de notre siècle; dans la paix, dans la guerre, dans la résistence, dans la déportation; coude à coude avec le peuple de France: c'est cela, rien que cela qu'il vient dire ici, comme le témoin qui jure de parler sans haine et sans craint, de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité».

Um testemunho que jura falar, sem ódio, e sem temor, e dizer a verdade! Essa foi a originalidade do Padre Riquet que renovava assim, em pleno século XX, o

segredo da pregação dos Apóstolos. Eles pregavam também o que tinham visto e ouvido, e apresentavam-se ao mundo como testemunhas, pois tal fora a missão que Cristo lhes confiara: «Vós sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, até aos confins da Terra».

Por isso «Interrompant la série grandiose des chefs-oeuvre oratoires, dialéctiques, théologiques, apologétiques, par lesquels mes devanciers démonstraient la vitalité, l'actualité, la vérité du christianisme. Votre Eminence a voulu faire entendre ici la voix d'un témoin, *la parole d'un homme qui dit simplement ce qu'il a vu, ce qu'il a entendu, les expériences qu'il a vécues». Ora, era precisamente este testemunho que nós e toda a Europa esperávamos, seu segredo, a sua mensagem. E esse segredo era este: «Témoin! — J'ai été, je suis, je dois être ici: témoin de la vérité, de la bienfaisance, de la vitalité du Christ, de son Évangile et de son Église; témoin de la joie, de la force et de la liberté que le Christ donne aux âmes qui se confient à Lui. Est cela dans les situations, les milieux, les épreuves les plus divers; a travers les variétés d'une vie changeante et mouvementée, depuis ce foyer chrétien, paisible et bourgeois où nous sommes nés, au temps des fiacres et de las lampe à pétrole, des modes et des styles 1900, jusqu'à ces champs de Mauthasen et de Dachau où nous avons fait l'expérience la plus passionnante de la solidité, de la puissance et de l'éternelle actualité de notre christianisme».*

Este testemunho solene e apaixonante do Cristianismo vivo e redentor de nossos males foi-se desdobrando durante dez anos no púlpito, não só francês mas europeu, de Notre Dame:

1946 — O Cristão perante as Ruínas.
1947 — O Cristão perante o dinheiro.
1948 — O Cristão perante a vida.
1949 — O Cristão perante o poder.
1950 — O Cristão perante os ateísmos.
1951 — A Palavra de Deus, realidade de hoje.
1952 — O Único Salvador, amanhã como ontem.
1953 — A Igreja entre nós.
1954 — A Igreja e a Virgem.
1955 — A Igreja e a liberdade.

E foi como um grito de liberdade e de vitória que o Padre Riquet proferiu as últimas palavras ao despedir-se emocionado daquela «incomparável tribuna»: «O meu último voto, ao termo destes dez anos de pregação no púlpito de Notre Dame, disse, é que cada um dos que me escutaram chegue a compreender por sua própria experiência que a Igreja nos deu, por Jesus Cristo, a radiosa liberdade dos filhos de Deus, que dos nossos corações, passando à nossa vida, tornará o mundo livre ao semear nele o Amor».

Eis o segredo revelado, eis o santuário aberto, eis o orador que convence, eis o público conquistado. Há muito que Notre Dame não conhecia, como reconheceu o Cardeal Suhard, multidão tão numerosa, tão ávida e tão interessada!

Também nós, naquele ano longínquo deixámos o anfiteatro da Universidade de Lovaina, mais animados para a vida, mais confortados no nosso agreste ofício de homens, mais serenos e confiantes através das possíveis ruínas da vida e da civilização.

Caíram milhares de folhas do Calendário! Hoje de novo me encontro com o

Padre Riquet, desta vez batido pelo volver do tempo, com 58 anos, cheios de glória que aquele segredo revelado lhe conquistou.

É natural que aqueles que me escutam estejam ansiosos por ouvirem também a revelação do segredo daquele conforto que dá sentido e alento à vida. No tema que escolheu para esta noite comemorativa das Encíclicas Sociais, «Marxismo à luz de Fátima», de novo veremos perpassar através da sua palavra serena e penetrante, um dos problemas mais torturantes da nossa época e de novo esse problema será agitado dentro das perspectivas da esperança; desta vez a esperança veio-a buscar à terra portuguesa, à branca Senhora de Fátima.

Só tenho a pedir perdão de não ter sido bastante hábil para me libertar deste antipático ofício de me meter entre vós e o Padre Riquet. Confesso que não soube esquivar-me aos pedidos de um amigo, tanto mais que me falava em nome da Acção Católica. Agora já não tem remédio e só nos resta a consolação de que, finalmente, vamos escutar o Orador de Notre Dame.

II Centenário do nascimento de Mozart

Todo o mundo culto celebrou o 200.º aniversário de Wolfgang Amadeus Mozart, o génio musical inultrapassável, e Braga, que possui uma élite de apaixonados pela arte dos sons, élite essa que tem trazido à nossa cidade, por intermédio do seu Círculo de Cultura Musical, notáveis mensagens da Música, não se esqueceu do Grande criador da *Flauta Mágica* e de *Don Giovanni*.

Assim, o *Convivium*, associação organizada em Braga que tem por fim «congregar indivíduos, instituições e sociedades que se dediquem às Letras, às Artes e à difusão da cultura humanística», e que tem como presidente o Poeta António Correia de Oliveira, levou a efeito no dia 11 de Maio, no salão Nobre do Cinema S. Geraldo, uma conferência a cargo do ilustre musicólogo e compositor Rev.º Dr. Manuel Ferreira de Faria. Presidiu a esta sessão o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, Presidente da Assembleia Geral do Convivium; e apresentou o conferente o Sr. Dr. Xavier Monteiro.

No dia 18, no mesmo salão do cinema S. Geraldo, o ilustre conferencista, comentou uma audição de discos totalmente preenchida com criações de Mozart. Esta audição teve a colaboração do Instituto Britânico, do Porto, que forneceu os respectivos discos.

Braga prestou, deste modo, a sua homenagem a Mozart — maravilha que encheu o mundo de melodia e de beleza. Nascido em 1756, Mozart devia deixar-nos como verdadeira mensagem do seu génio, no conjunto laborioso das suas criações, que comporta vocais e cantatas, óperas e árias, canções e cânones, sinfonias e marchas, danças e serenatas, concertos e fantasias, a realidade palpitante de que «a melodia é a essência da música, magnífico corcel a galopar pelos caminhos dos sons». Mozart morreu novo (apenas com trinta e cinco anos) mas jamais apareceu tamanho prodígio no universo da Música. Quando Haendel morreu tinha Mozart três anos, mas o Génio só devia impôr-se ao mundo dois anos depois. Friedrich Haendel não conheceu, por isso, o Prodígio. Mas conheceram-no Haydn e Beethoven, o único que conseguiu agigantar-se ao Mestre, porque o caprichoso e irascível Beethoven recebeu lições de Mozart, que influenciou bastante Haydn, na velhice; Haydn que não podia reter «o pranto à lembrança do meu Mozart»; Haydn que afirmou ao velho pai do Prodígio:

«Juro diante de Deus, juro pela minha honra, que seu filho é o maior compositor que já existiu!»

A duas centenas de anos do nascimento de Mozart, o mundo culto prestou homenagem ao Génio, e Braga esteve presente nessa homenagem.

Celebração do 30.º aniversário da Revolução Nacional

O histórico acontecimento celebrou-se em Braga com a presença do Senhor Presidente da República, General Francisco Higino Craveiro Lopes. O distrito do Minho e grande parte do distrito do Porto juntaram-se, naquele dia, na terra fidalga e hospitaleira de Braga para comemorar o trigésimo aniversário da Revolução Nacional e, ao mesmo tempo, tributar ao venerando Chefe do Estado o preito merecido e justo.

O Senhor General Craveiro Lopes era aguardado, no Arco da Porta Nova, ao Campo das Hortas, pelos srs. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador civil de Braga; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga, que se fazia acompanhado dos Vereadores; D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo Primaz; General Cota de Morais, Comandante da 1.ª Região Militar; dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; deputados drs. Elísio Pimenta, Alberto Cruz, Augusto Cerqueira Gomes, Antão Santos da Cunha, Francisco Eusébio Prieto e Cap. Magalhães Couto; Coroneis Gualter Fontoura, comandante militar da cidade e Graciliano Marques, comandante da Legião Portuguesa; Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia de Braga e dr. Miranda de Andrade, Reitor do Liceu Nacional de Braga. Apresentaram também cumprimentos ao Senhor Presidente da República os srs. dr. Albino dos Reis, Presidente da Assembleia Nacional; prof. Mário de Figueiredo, Membro do Conselho de Estado; eng.º Cancela de Abreu e comandante Henrique Tenreiro, da Comissão Executiva da União Nacional, entidades estas que se deslocaram, propositadamente, a Braga.

A guarda de honra ao sr. Presidente da República era constituída por um batalhão, a cinco companhias, de Infantaria 8, comandada pelo major Carvalho da Silva, pelas fanfarras do Batalhão de Metralhadoras 3, de Infantaria 6 e de Artilharia 5, e ainda por vinte bandas de música, entre as quais se destacavam as da Guarda Nacional Republicana e da Marinha. No campo das Carvalheiras, onde se encontrava uma bataria de Artilharia, foi dada a salva de honra ao ilustre visitante.

A sessão de boas vindas teve lugar no salão nobre dos Paços do Conselho bracarense, com a presença das entidades civis e militares, homens, senhoras e jovens e ainda dos cônsules de Espanha, dos Estados Unidos e do principado de Mónaco.

O Senhor António Maria Santos da Cunha proferiu o seguinte discurso:

Senhor Presidente da República:

Rejubila toda esta boa gente da cidade Augusta — Augusta chamou o Romano a esta velha Braga — ao receber o Venerando Chefe do Estado que, com notável dignidade, se desempenha do mandato que o País lhe confiou, enobrecendo-se e enobrecendo a Nação que a Sua Excelência tributa não só o respeito sempre devido ao seu primeiro Magistrado, mas ainda aquela veneração e carinho a que tem direito quem cada vez mais se enaltece perante todos nós, mostrando-se bem digno dos seus pergaminhos de família, da farda de soldado que enverga e das insígnias de «Valor, Lealdade e

Mérito» que, jovem ainda, por feitos valorosos em terras de Além-Mar, soube galhardamente merecer.

Vem Vossa Excelência, Senhor Presidente, em romagem significativa compartilhar connosco nas homenagens que, a propósito do XXX Aniversário da Revolução Nacional, prestamos aos homens que há 30 anos, nesta Cidade, ergueram as suas espadas num gesto de legítima revolta contra a anarquia política e administrativa então imperante que, anulando as mais firmes vontades e as melhores competências, asfixiava os justos anseios nacionais e as legítimas liberdades e tradições dos portugueses.

Vem ainda Vossa Excelência comungar na alegria que nos enche o peito inaugurando alguns melhoramentos do mais alto interesse para a Cidade. Verá o quanto de trabalho meritório por esse País fora realizam técnicos competentíssimos que são também fruto da escola da Revolução Nacional. E poderá verificar mais uma vez que o Departamento das Obras Públicas em Portugal está entregue a alguém de mãos firmes e resolutas que foi mercê de Deus encontrar.

E ao evocar a data do «28 de Maio», ao fim de três décadas de labor ao serviço da grei, justo era que o Regime distinguisse Braga, pois não foi por acaso que a minha terra foi escolhida para que o velho Marechal aqui bradasse: «Portugal, às armas, pela liberdade e pela honra da Nação».

É que em Braga mergulham as mais fundas raízes da Nacionalidade, é o velho solar da Pátria, — a história dos nossos tempos é feita à luz da leitura atenta dos diplomas de antanho —. Aqui, onde se criou e desenvolveu uma consciência nacional, antes mesmo que o Estado Português juridicamente existisse, havia na verdade o ambiente próprio para que se iniciasse uma revolução que no dizer luminoso, como sempre, do Senhor Presidente do Conselho, foi «triunfante sem luta, gloriosa sem sangue, porque na verdade a voz de comando foi apenas a expressão militar duma ordem irresistível da Nação».

Aqui encontrou essa Revolução o apoio decidido não só das nossas gloriosas Unidades — Braga era sede duma divisão militar e, além dos seus tradicionais regimentos de Infantaria 8 e Cavalaria, possuía ainda outro regimento de infantaria e um batalhão da Guarda Nacional Republicana — mas também de toda a população que, através da vida do Regime, sempre tem afirmado a sua fidelidade aos princípios que o informam e aos seus eminentes chefes, o que fez com que Salazar lhe outorgasse os títulos nobilíssimos de «Cidade Santa da Revolução Nacional» e sua «Amiga e Fidelíssima Cidade», título este que muito a enternece e mais do que qualquer outro estima.

Merece, pois, esta Cidade o carinho e o respeito devidos pela família a uma velha avòzinha de pele enrugada mas cabelos e vestidos asseados. Carinho pelo seu passado, pela sua história. Respeito pelo seu presente, pelos seus direitos e pela apurada sensibilidade dos seus habitantes.

Para honrar Vossa Excelência e quem o acompanha revestiu-se a Cidade das melhores galas. Foram-se buscar os melhores damascos e brocados ao fundo das arcas, despiram-se os campos de flores e as almas jubilosamente alvoraçadas gritaram alto o seu entusiasmo. À boa maneira antiga, Senhor Presidente, não estamos sós para o receber: chamamos à nossa casa parentes e amigos e todos vieram contentes a cantar e a rir, ao geito da nossa gente.

Sem menosprezo para as nobres vilas «desta amorável província» — Salazar

assim lhe chamou — não queremos deixar sem referência os amigos de Viana do Castelo, a linda Viana, senhora cheia de belezas a prender os olhos dos que a enxergam, capital do distrito irmão; Guimarães, colmeia de trabalho, que o moço Infante, ao erguer ali a sua espada e dando assim expressão ao velho espírito de Nacionalidade havia tanto tempo existente e de que os nossos Arcebispos foram os principais artífices, sagrou para sempre, como santuário da Pátria e que desejamos ardentemente cada vez mais nossa amiga; e Barcelos, a igualmente milenária Barcelos, que invejamos porque o Cávado passando-nos de largo a fazer negaças, vai rendido pelos encantos da sua princesa beijar de manso os muros desmantelados do seu Palácio Ducal que a nossa geração — e aqui fica o apelo — deve de novo erguer como testemunho de respeito ao Rei Restaurador.

Senhor Presidente:

Mais uma palavra apenas, bem saída do coração de todos nós, e quando digo de todos nós ponho à frente o coração portuguesíssimo de Vossa Excelência: Julgo impor-se neste momento uma referência ao obreiro número um da hora criadora que atravessamos.

Mandou a ilustre Vereação deste Município colocar o busto de Salazar nas escadas destes Paços do Concelho. Quem por obrigação das funções que exerce — o melhor que pode e sabe — as sobe todas as manhãs, habitou-se a saudar o Mestre, assim como quem dá os bons dias, de uma maneira que aos desprevenidos pode parecer desrespeito: Amigo, Deus te guarde!

Não encontro outras palavras para satisfazer neste momento os imperativos do coração generoso e grande da gente desta terra senão gritando: Amigo, Deus te guarde!

Senhor Presidente: Leve Vossa Excelência lembranças ao nosso amigo. Lembranças, muitas lembranças; saudades, muitas saudades. Saudades nossas, saudades minhas.

O Senhor General Craveiro Lopes, a agradecer, disse:

Depois de assumir a chefia do Estado, não se me tinha ainda oferecido a oportunidade de visitar a velha cidade dos arcebispos, a urbe de tradições centenárias que tão grande influência exerceu na formação do nosso povo. Tenho especial prazer em que este acto se realize precisamente quando se celebra o 30.º aniversário da Revolução Nacional, aqui tão felizmente iniciada, e seja nesta data que possa manifestar o meu afecto por todos e a minha admiração pelas vossas gloriosas tradições.

Consola o espírito verificar que tantos anos volvidos esta boa gente mantém a exaltação patriótica dos primeiros tempos, conserva a mesma ardente fé nos destinos do País, continua a ter a mesma confiança nos seus dirigentes e não esquece entretanto aqueles que, em passo tão incerto, tudo arriscaram para alcançar melhores dias para Portugal. É assim sempre viva aqui a Revolução, ao calor da fé religiosa e da fé patriótica do povo.

Agradeço do coração as provas de carinho que me foram dadas e que um sentimento de gratidão não deixará esquecer.

Que todas as graças caiam sobre este ridente Minho e a sua capital, são os meus votos mais sinceros.

Depois do ilustre Magistrado, que se fazia acompanhar de sua Esposa, ter assistido ao «Te Deum» que se realizou na Sé Catedral em sua honra, o qual foi celebrado por D. António Bento Martins Júnior, ao que se seguiu tocante visita aos túmulos de D. Henrique e D. Teresa, os fundadores da Pátria, teve lugar, no Teatro Circo, uma magnífica sessão solene que primou, sobretudo, pelo alto espírito nacionalista com que se rodeou a evocação das personalidades dos marechais Gomes da Costa e António Fragoso Carmona.

Presidiu à sessão o Chefe do Estado, ladeado, à direita, pelos srs. Ministro da Defesa e António Maria Santos da Cunha; e à esquerda, pelos ministros do Interior e Obras Públicas, e dr. Elísio Pimenta, que abriu a sessão. Usaram da palavra os srs. General Botelho Moniz, Almirante Nuno de Brion e General Craveiro Lopes, que encerrou a sessão.

O Senhor Presidente da República abandonou a cidade de Braga no dia seguinte, deixando atrás de si a saudade perene no seio de um povo que o aclamou sincera e vibrantemente.

Conferência de John L'Estrange sobre Evelyn Waugh, romancista inglês

John L'Estrange proferiu a sua conferência no dia 7 de Junho, no salão nobre do Grémio do Comércio, a convite da associação Convivium, que assim prossegue no plano de trabalhos culturais que a dignifica.

Evelyn Waugh, Romancista católico e os seus problemas, foi o tema que L'Estrange expôs com desenvoltura, procurando recordar, acima de tudo, o perfil espiritual dum escritor que goza, presentemente, na literatura e jornalismo inglês, de grande prestígio.

O orador foi apresentado pelo poeta e jornalista Amândio César, que salientou a personalidade de John L'Estrange como intelectual e fez uma rápida análise sobre a literatura católica inglesa, na qual Waugh é uma das mais poderosas presenças, desde a sua conversão, em 1930.

Evelyn Waugh, que o autor destas notas conhece através da sua novela *The Loved One,* publicada em 1948 e editada em português sob o título *O Ente Querido,* é, possivelmente, um dos escritores actuais que melhor caricatura as contradições do viver moderno, servindo-se, para isso, da sátira, estilo predominante da literatura britânica. Biógrafo, ensaísta e romancista, Waugh mereceu bem o estudo e a análise que sobre a sua personalidade e obra fez John L'Estrange, delegado, em Coimbra, do British Council.

A sessão foi presidida pelo Senhor Governador Civil, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, ladeado pelos srs. Cônsul Geral de S. M. Britânica, no Porto; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, vice-presidente do *Convivium,* e Fernando Cruz, em representação do Grémio do Comércio.

«Conceito do Casamento Católico» foi o tema da conferência do Prof. Joaquim Teixeira Bastos

O Prof. Joaquim Teixeira Bastos, mestre insigne de Medicina e Cirúrgia, é também uma das personalidades mais brilhantes do pensamento católico contemporâneo em Portugal.

A sua sapiente lição teve lugar no dia 10 de Junho, no Salão nobre da Biblioteca Pública, tendo o ilustre conferencista focado brilhantemente o assunto com notável clareza de princípios.

O orador foi apresentado pelo sr. Dr. Augusto Cerqueira Gomes, que destacou justiceiramente a figura do Prof. Joaquim Teixeira Bastos, a quem prestou calorosa homenagem.

A sessão foi presidida pelo Senhor Arcebispo Primaz, ladeado pelos srs. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Dr. Francisco Azevedo Soares (Carcavelos), Corregedor do Círculo Judicial; Dr. Elísio Pimenta, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional; Dr. Augusto Cerqueira Gomes, deputado; Dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, representando, também, o Presidente do Município; D. Carlota de Sande e Castro, Presidente da Junta Arquidiocesana da A. C. F.; Dr. Fragata, S.J., representando o Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia; Dr. Alberto Cruz, deputado, e Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, Presidente da Junta Arquidiocesana da Acção Católica.

A conferência do Dr. António José de Brito sobre «O Conceito da Soberania»

Promovida pela Associação Jurídica de Braga, realizou-se no dia 16 de Junho, na sala da Ordem dos Advogados, uma magnífica sessão de cultura na qual foi orador o distinto jurista Dr. António José de Brito, secretário geral da Universidade do Porto, que versou o tema «O Conceito de Soberania».

O sr. dr. Sérgio da Silva Pinto fez a apresentação do orador:

Sou o menos indicado para esta apresentação.

O sr. Dr. António José Aguiar Alves de Brito é um notável jurista, ilustre Secretário Geral da Universidade do Porto.

O conferente vale pela conferência que produzir. O graduado auditório se aperceberá dos seus méritos e talentos.

Quem aqui chega com o prestígio duma cultura filosófica invulgar, notadamente no campo da Filosofia do Direito, de que resulta o apreço em que o têm as élites do espírito que o conhecem, e que lhe deu o direito à justa distinção com que o laurearam na Lusa Atenas — não precisa de introdutor.

Sirva esta praxe tão sòmente para lhe rendermos efusivas homenagens e o preito da nossa gratidão.

Sem embargo da sua mocidade radiosa o sr. Dr. António José de Brito ocupa já um destacado lugar no funcionalismo do Ministério da Educação Nacional.

Fora do âmbito profissional, a sua acção de homem estudioso desenvolve-se na esfera das ciências sociais — Sociologia pròpriamente dita, Política, Direito, etc..

A tese que apresentou na universidade de Coimbra — Esboço de uma concepção Idealista do Direito e da Moral — é um sério, largo e exaustivo estudo. Bem diferente de um delineamento inicial como o título parece indicar. Será trabalho de difícil digestão intelectiva... será! Mas não nos deixa ao fim a sensação de escassez.

Nesta e noutras produções subsequentes — infelizmente ainda não compreendidas em volume, dispersas em publicações periódicas e colectâneas — patenteia-se sempre a densidade dos seus conhecimentos, a consciência dos seus juízos, timbre e distintivo da mentalidade que o caracteriza.

Lembro, de passagem, os ensaios e artigos sobre o Destino do Nacionalismo Português, *sobre* Robert Brazillach, *sobre o* Fascismo, *sobre a* «Democracia Cristã».

Seu perfil espiritual é o dum neo-hegeliano. Mas se não erro muitíssimo ele flui na corrente viva da filosofia perene, ou situa-se na linha do idealismo objectivo que, como diz Cabral Moncada, parte de Aristóteles até S. Tomás de Aquino e deste até Hegel.

O sr. Dr. António José de Brito vem falar-nos de um tema que, em si mesmo, possui realíssimo valor, iniludível interesse especulativo e normativo; mas sobretudo tema palpitante na hora presente, viragem capital da civilização-— Conceitos de Soberania.

Não me é lícito demorar a espectativa de Vs. Ex.as espectativas que, de certeza, se transmudará em autêntica admiração e unânime aplauso.

No início da conferência, (que patenteou fluência, erudição e cultura filosófica invulgares) o orador informou a assistência que no final submeteria o seu trabalho a discussão, ouvindo críticas, dando esclarecimentos. E o debate teve o seguinte andamento, segundo relato inserto no jornal «Correio do Minho»:

Posto em discussão o trabalho do orador, levantou-se para falar, em primeiro lugar, o Senhor Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, que, após algumas palavras de crítica, convidou o orador a esclarecer algumas consequências práticas dos princípios teorizados.

Após as respostas do Senhor Dr. António de Brito, tomou também a palavra o Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia, Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, para chamar a atenção da assembleia para a moderna tendência dos juristas — tendência que ele orador tem notado — no sentido de serem tomados em conta os momentos superiores e anteriores ao Direito, na criação dos conceitos jurídicos. O Senhor Prof. Craveiro da Silva documentou as suas afirmações citando vários filósofos antigos e modernos e fazendo referência a várias obras algumas de recente publicação.

Após as apreciações feitas pelo Sr. Dr. António de Brito às palavras do Professor Dr. Craveiro da Silva, levantou-se ainda para falar o Sr. Dr. António José da Costa, que preconizou uma rectificação à ideia de obter o conceito de soberania a partir do ordinalismo concreto, *dizendo que este mesmo ordinalismo, captado directamente na sociedade, pode resultar sem sentido completo e pode até contrariar os fins para que se cria um instituto — neste caso a soberania — se o mesmo caso ordinalismo concreto não for iluminado por outras realidades anteriores, como por exemplo a da natureza humana.*

Sobre este ponto insistiu ainda e também o Sr. Dr. Francisco José Velozo, que, a certa altura, estabeleceu animado diálogo com o conferente e terminou por analisar alguns aspectos da aplicação prática dos conceitos ali estudados.

Por último, o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto procurou fazer mais luz sobre algumas afirmações do Sr. Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva.

Por último, o Snr. Dr. Sérgio da Silva Pinto procurou fazer mais luz sobre algumas afirmações do Snr. Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva.

I Congresso de Etnografia e Folclore

Promovido e organizado pela Câmara Municipal de Braga, este Congresso realizou-se em Braga e Viana do Castelo, nos dias 22 a 25 de Junho.

Presidiu à Comissão Executiva o Presidente do Município, sr. António Maria Santos da Cunha. Foram Secretários Gerais os srs. Dr. Sérgio da Silva Pinto e Dr. Fernando Castro Pires de Lima. Presidiu aos Trabalhos Científicos do Congresso o Prof. Dr. Mendes Correia, Director do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, tendo como Vice-Presidente o Prof. Dr. Ramon Otero Pedrayo, da Universidade de Santiago de Compostela e como Secretários os Drs. Alfredo de Ataíde, da Universidade do Porto, e António Castillo de Lucas, da Universidade de Madrid.

Membros do Governo e altas personalidades constituiram as Comissões de Honra Nacional e Provincial. Daquela: os Senhores Ministro das Corporações; Subsecretário de Estado da Educação Nacional; Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo; Reitor da Universidade do Porto; Presidente da Academia das Ciências de Lisboa; Presidente da Academia Portuguesa de História; Presidente do Instituto de Alta Cultura; Comandante da 1.ª Região Militar; Presidente do Instituto de Coimbra; Presidente da Fundação Nacional para Alegria no Trabalho. Desta: os Senhores Governador Civil de Braga; Governador Civil de Viana do Castelo; Presidente da Junta de Província do Minho; Corregedor Presidente do Círculo Judicial de Braga; Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo; Ajudante do Procurador da República em Braga; Comandante Militar de Braga; Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Braga; Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; Deputados da Nação de Braga e Viana do Castelo; Presidente do Cabido Metropolitano.

Mais de duzentos e cinquenta Congressistas, — de Portugal, Espanha, Brasil e México —, se reuniram em Braga.

Resumo dos Trabalhos e Actos oficiais do Congresso

Dia 22 — *Sessão de boas vindas aos Congressistas* — Realizada na Câmara Municipal de Braga e presidida pelo sr. Governador Civil do Distrito, tendo à sua direita os srs. dr. Eduardo Brazão, Secretário Nacional da Informação; Dr. Francisco de Campos e Castro, Corregedor do Círculo Judicial de Braga; Prof. Dr. Mendes Correia, Presidente da Comissão de Trabalhos; dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho e D. Antonio Castillo de Lucas, que representava a delegação espanhola; à esquerda os srs. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; General Cotta de Morais, Comandante da 1.ª Região Militar; Senhora D. Mariza Lira, da delegação brasileira, e Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifício de Filosofia.

O sr. António Maria Santos da Cunha pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Governador Civil do Distrito
Senhor Secretário Nacional de Informação
Senhores Congressistas
Senhores Vereadores

Uma vez mais a Bracara Augusta Fidelis et Antiqua vai ser palco de acontecimento memorável que, tenho a certeza, decorrerá de modo a enaltecer as suas tradições de cidade particularmente indicada para a realização de actos de cultura como aquele a que vamos assistir.

O I Congresso de Etnografia e Folclore não poderia encontrar meio mais próprio para a sua realização do que a capital da velha província minhota. Na verdade, se, por um lado — e já uma vez o dissemos — Braga possui o ambiente de recolhimento a que os estudiosos aspiram, por outro lado, todo o Minho é campo aberto aos estudos dos etnógrafos. Todo ele é um alfobre de costumes, danças, cantares e trajes cheios de colorido. A cada capela, alminhas ou cruzeiro, anda ligada uma lenda ou história cheia de sabor. Seriam precisas laudas sem fim para o registo das canções do nosso povo — o grande e incomparável trovador. Cantares cheios de sã alegria, como de sã alegria são espelho as velhas danças castiças das nossas romarias que o estúpido alto-falante vai ajudando a destruir.

E que dizer dos nossos trajes e da sua policromia sem igual? Trajes de que é Rei o vianês; Rei e Senhor Embaixador de Portugal em terras lá da estranja, como se diz nas nossas aldeias.

Senhores Congressistas:

Sejam benvindos a esta Cidade; encontrais Braga em festa; são as suas festas maiores; é o São João de Braga de que poeta ignorado, mas com propósito, disse:

O carnaval em Veneza,
Semana Santa em Sevilha,
S. João em todo o mundo,
Mas em Braga é que mais brilha.

A todos estendo carinhosamente os meus braços à maneira rude, mas simples, da nossa gente, a todos saúdo, na pessoa do eminente Professor Mendes Correia que, emprestando a autoridade do seu nome e o prestígio do seu muito saber ao Congresso, lhe assegurou desde logo o mais completo êxito.

Entendo do meu dever aproveitar a oportunidade para significar o reconhecimento do Município a Sua Ex.cia e aos dois Secretários Gerais do Congresso: o dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto que mais uma vez presta assim alto serviço à minha e sua terra, e o dr. Fernando de Castro Pires de Lima a quem se deve a iniciativa e primeiro impulso organizador.

É também merecida uma saudação especial aos nossos amigos da Nação vizinha que vieram compartilhar com os seus colegas portugueses nos estudos que se vão seguir e à ilustre Senhora que aqui representa os folcloristas dessa Nação que é todo o nosso orgulho, territorialmente tão longe de nós, mas bem perto do nosso coração: o Brasil.

Senhor Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo:

Quis Vossa Excelência honrar a Cidade de Braga e o Congresso deslocando-se

expressamente aqui para tomar parte no mesmo e fazendo-se acompanhar por dois distintíssimos funcionários do alto Organismo que dirige, coincidência curiosa, ambos minhotos, ia a dizer ambos bracarenses: bracarense um porque nasceu e muito trabalhou em Braga, bracarense outro porque bracarenses são todos os filhos da Arquidiocese Primaz.

Tornava-se, na verdade, imprescindível a presença do Secretariado — que o génio do Senhor Presidente do Conselho criou — neste Congresso, pois é sabido o quanto o ressurgimento do folclore nacional e os estudos etnográficos lhe devem. Mas a vinda de Vossa Excelência pessoalmente, é honra que a Cidade agradecidamente regista e, estou certo, o Congresso terá como especial distinção.

Espero que Vossa Excelência leve da nossa terra aquele agrado a que as suas belezas e encantos obrigam.

Se é com júbilo que recebemos Vossa Excelência, é-o também com esperança fundada de que uma maior e mais efectiva coadjuvação e interesse da parte do Secretariado faça com que até ao Minho venham os turistas que a acção do mesmo está atraindo para Portugal, na certeza de que assim prestará mais um serviço ao País, pois se é certo que Portugal é «um jardim à beira-mar plantado», o Minho é o seu mais lindo canteiro, canteiro de belos horizontes, cheio de rosas floridas: o sorriso das suas mulheres, e de padrões cheios de grandeza: testemunhos da nossa origem, do nosso poder criador e espírito artístico. É bem que os estrangeiros venham ao Minho, pois se aqui não vierem, ao ir embora irão sem conhecer Portugal. Não é verdade que ele nasceu aqui?

A V. Ex.ª sr. Governador o meu reconhecimento pela sua presença e pela maneira pronta como sempre acarinha as nossas iniciativas.

Bem haja V. Ex.ª. Bem hajam todos os congressistas e todos aqueles que de qualquer modo contribuiram para as horas grandes que vamos viver.

Que o Congresso decorra com o brilhantismo e proveito que todos lhe auguram e que Deus abençoe os seus trabalhos.

Em resposta usou da palavra o sr. Prof. Dr. Mendes Correia a destacar a posição de Braga no folclore nacional, a enaltecer a importância do Congresso e a elogiar a Câmara Municipal de Braga. A sr.ª D. Mariza Lira saudou o Minho e a sua grei, exaltou a sua capital, destacou o valor cultural do folclore português, louvou o Município bracarense, nomeadamente o Presidente e felicitou o sr. Prof. Dr. Mendes Correia e os Secretários Gerais do Congresso. E a concluir disse: «Nós Brasileiros e Portugueses... devemos estabelecer uma unidade indivisível que constitua elo sagrado não apenas entre dois países irmãos, mas entre o povo que fala a língua portuguesa. Essa será a garantia maior da nossa integridade racial». O sr. dr. Eduardo Brazão saudou também a cidade e as suas autoridades. Encerrou a sessão o Chefe do Distrito, tendo palavras especiais para os congressistas da América e da Espanha.

Sessão plenária inaugural — Realizada na sala de conferências da Biblioteca Pública, sob a presidência do sr. Secretário Nacional de Informação, tendo à sua direita os srs. Governador Civil, Presidente da Câmara e Prof. Dr. Mendes Correia; e à esquerda, os srs. Comandante da 1.ª Região Militar, Vice-Cônsul do Brasil no Porto,

Prof. Dr. Otero Pedrayo, Prof. Dr. Vicente Mendoza, da Universidade do México, e Prof. Dr. Luís de Pina.

Discursou o Prof. Dr. Mendes Correia, como Presidente dos Trabalhos Científicos do Congresso, a marcar a orientação dos mesmos e a congratular-se com a presença de tantos etnógrafos e folcloristas nacionais e estrangeiros. Apresentaram comunicações os srs. Prof. Dr. José Patrocínio Bacelar e Oliveira, da Faculdade de Filosofia de Braga, sobre «Fundamentação filosófica da questão folclórica» e Francisco Lage, Director do Museu de Arte Popular de Lisboa, sobre «Influências de remotas civilzações na cozinha regional». Discursou ainda o Prof. Dr. Otero Pedrayo apreciando o valor do Folclore e da Etnografia, ciências do povo, no estreitamento das relações luso-galaicas.

Abriu o Congresso o sr. Dr. Eduardo Brazão testemunhando a sua admiração por Braga, «mundo das mais puras tradições portuguesas», homenageando os promotores do Congresso e assegurando que não descansará «enquanto não der a esta terra as possibilidades turísticas que ela merece».

Reunião das mesas para distribuição dos trabalhos — De tarde, antes do começo das sessões de trabalhos. Reuniram as mesas das várias secções, assim constituídas:

Secção A — «Questões gerais; Teorias; Métodos; Classificações; Museus e Ensino da Etnografia e Folclore», presidida pelo sr. Dr. Jaime Lopes Dias, Chefe dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, tendo como Vice-Presidente o sr. dr. Luís Chaves, do Museu de Etnografia de Belém.

Secção B 1 — «Etnografia e Folclore Peninsular», presidida pelo sr. Dr. Augusto César Pires de Lima, Decano dos Etnógrafos Portugueses, tendo como Vice-Presidente o sr. Dr. Fernando de Castro Pires de Lima.

Secção B 2 — «Etnografia e Folclore Ultramarino», presidida pelo sr. Prof. Dr. Américo Pires de Lima, da Universidade do Porto, tendo como Vice-Presidente o sr. Prof. Dr. António de Almeida, do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos de Lisboa.

Secção C — «Psicologia Étnica, Direito Costumeiro, Etno-Sociologia», presidida pelo sr. Prof. Dr. Luís de Pina, da Universidade do Porto, tendo como Vice-Presidente o sr. Dr. Alfredo de Ataíde, do Instituto de Antropologia da mesma Universidade.

Secção D — «Cancioneiro e Artes-Populares, Literatura oral e escrita, Folclore musical», presidida pelo sr. Prof. Dr. Mário de Albuquerque, da Universidade de Lisboa, tendo como Vice-Presidente o sr. Mário Sampaio Ribeiro.

Secção E — «Medicina Popular, Ritos, Crenças e Superstições Populares», sob a direcção da mesa da *Secção C*.

Sessões de trabalhos — Iniciadas às 16 h. e meia, em cinco salas da Escola do Magistério.

Na *secção A* apresentaram-se as seguintes comunicações:

«Pescadores da Póvoa de Varzim e de Valbom», pelo Dr. Alfredo de Ataíde, do Porto;

«A Etnografia e o Folclore purificam a língua portuguesa, humanizando-a e tornando-a acessível a nacionais e estrangeiros», pelo Dr. Paulo de Cantos, do Porto;

«Ranchos», por A. L. de Carvalho, de Guimarães;

«Notícias de Etnografia portuguesa nas cartas do sueco Ruders», pela Dr.ª D. Maria dos Remédios Castelo Branco, de Lisboa;

«Urge proteger o barco rabelo», pela sr.ª D. Fernanda Maria Russel Cortez, de Viseu;

«O valor da mitografia popular para o estudo da remota etnografia», pelo Dr. Fernando Russel Cortez, de Viseu;

«Toponímia folclórica», pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, de Braga;

«Da vida e saber do povo — Recolha e estudo — Necessidade de uma organização em Portugal», pelo Dr. Jaime Lopes Dias, de Lisboa;

«La composición de un Museo Etnografico y Folclórico Nacional como elemento de cultura», pelo Dr. Ismael del Pan Fernandez, de Madrid.

Na *secção B1*, apresentaram-se as seguintes comunicações:

«Meigas e meiguerias — bruxas e bruxedos — na tradizion oral da Galiza», por Leandro Carré Alvarellos, de la Coruña;

«História do folclore da Galiza», por Luis Carré Alvarellos, de la Coruña;

«Mais um passo na Chanson de Roland no românico português» por António de Azevedo, de Guimarães;

«El libro en la tradición popular gallega», pelo Dr. José Maria Alvarez Blásquez, de Vigo;

«Las cantigas de cego através de la zanfona», por Pedro Echevarria Bravo, de Santiago de Compostela;

«Aspectos e canções da apanha da azeitona em Borba», pelo Dr. Fernando Castelo Branco, de Lisboa;

«Los abonos en la agricultura Asturiana — El folklore Astur de las algas fertizantes», pelo Dr. José Luiz Perez de Castro, de Madrid;

«No folclore das águas em Portugal — Águas do esquecimento», pelo Dr. Luiz Chaves, de Lisboa;

«Censura popular», pela sr.ª Dr.ª D. Pilar Garcia Diego, de Madrid.

Na *secção B2*, apresentaram-se as seguintes comunicações:

«Algumas impressões do folclore musical de Cabo Verde», pela sr.ª D. Maria do Carmo Baía, de Lisboa;

«Folclore Timorense», pelo Prof. Dr. António de Almeida, de Lisboa;

«Algumas músicas indígenas da região de Marracuene», por J. Norberto dos Santos, do Porto;

«Lo essencial en la música de México», pelo Prof. Dr. Vicente T. Mendoza, do México.

Nas *secções C e E* reunidas, apresentaram-se as seguintes comunicações:

«Da vida simples do povo português», pelo Dr. Abílio Augusto da Costa Brochado, de Matosinhos;

«Sobre um regime pastoril comunitário», pelo Dr. João Machado Cruz, do Porto;

«Linho — nótulas históricas e etnográficas sobre o linho na região de Arouca», pela sr.ª D. Maria Magnólia Galegã Figueira, de Arouca;

«A ética dos provérbios populares», pelo Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, de Braga;

«O caseirádego no direito consuetudinário galego», pelo Dr. Luís Bouza Brey Trillo, de Villagarcia de Aroza;

«Practicas magicas para provocar la lluvia», por Juan Amades, de Barcelona;

«As Confrarias de Santelmo» e «O Ciclo do nascimento, da morte e do enterro na Ribeira Lima», por José Rosa de Araújo, de Viana do Castelo.

Na *secção D*, apresentaram-se as comunicações seguintes:

«Estudo da literatura popular» e «Teatro popular», por Luiz Carré Alvarellos, de la Coruña;

«Paremiologia Gallega recogida», por José Maria Pereda Alvarez, de La Godiña;

«Aportación a la paremiologia higiénico-sanitária», pelo Dr. Carlos Rico-Avello, de Madrid;

«Satira Castellana e Ironia Lusa en refranes y modismos», pelo Dr. José Maria Viqueiro Barreiro, de Coimbra;

«Do teatro popular Maiato» e «O folclore musical português», pelo eng.º F. A. Rebelo Bonito, do Porto;

«Algumas considerações sobre as origens e técnicas da nossa joalharia arcaica», pelo Coronel Mário de Vasconcelos Cardoso, de Guimarães;

«Camilo na tradição popular», pelo Dr. Alexandre Lima Carneiro, de Santo Tirso;

«Reflexos do culto da lua na ourivesaria popular do Minho», «Perfil da mulher no folclore português: A Mariana», pelo Dr. Luís Chaves, de Lisboa;

«As reisadas», pelo Dr. António Cruz, do Porto.

A noite (22h.) prosseguiram as sessões de trabalhos, na Escola do Magistério Primário, com a apresentação das seguintes comunicações:

Secção A — D. Nita Lupi (Lisboa): A Expansão do Lirismo Português no Mundo;

Prof. Dr. António Beltran Martinez (Madrid): El museo etnográfico de Aragon y problemas de folclore Aragonez;

Augusto Firmino Matias (Vinhais): Folclore e regionalismo. — Folclore e direito;

A. Rodrigues Maliño (Madrid): El folclore en las revistas regionales;

Graciano Morais (Lisboa): Constituição dos Lares em Goa.

Secção B 1 — Joaquim Lourenzo Fernandez (Orense): O maso a trompa e a moa;

Dr. José Luiz Ferreira (Póvoa de Varzim): Nótulas folclóricas;

Dr. Fernando Galhano (Porto): Dois aparelhos de elevar água de rega usados em Esposende;

D. Helena Galhano, (Porto): Breves notas etnográficas da povoação de Santa Comba (Concelho de Paredes);

Dr. Victor Sá, (Braga): A tradição do Anja (Póvoa de Varzim);

D. Maria Luisa Martins Teixeira (Bisalhães): Os pincaros de Bisalhães.

Secção B 2 — D. Mariza Lira, (Rio de Janeiro): A presença de Portugal na poética do Brasil;

Dr. Carlos Lopes Cardoso, (Coimbra): Considerações em torno dum livro brasileiro;

José Perez Vidal, (Madrid): Influências portuguesas en la cultura tradicional canária.

Secções C e E — José Miguel do Barandiaram, (Guipuscoa): Concepciones magicas y religiosas en el pueblo vasco;

A. Santos Graça, (Póvoa de Varzim): A criança poveira — superstições;

Dr. Augusto César Pires de Lima, (Porto): A fala infantil — Falar precoce e falar tardio nas Tradições do Povo — Remédios;

Dr. Celestino Maia, (Porto): Pedras de pessonha na região do Gerez.

Secção D — Dr. Manuel Joaquim Delgado (Beja): O valor dos adagiários — O provérbio em sua expressão linguística;

Dr. Jaime Lopes Dias (Lisboa): Teatro Popular — Da Idade Média à Actualidade;

Joaquim Fernandes Figueira, (Baião): As promessas para o menino Jesus em Campelo — Douro;

Dr. Júlio Evangelista (Lisboa): A tradição simbólica nos bairristas populares;

Dr. António Fraguas y Fraguas (Lugo): Aportacionial estudo del Teatro popular en Galicia — La farsa de Ribadulla;

José Gella e Torriaga (Madrid); Refranero del mar;

Dr. Augusto Cesar Pires de Lima (Porto): Evolução das Tradições populares na nossa literatura oral e escrita.

Dia 23 — *Sessões de Trabalhos* — Na Escola do Magistério, pelas 10h, continuaram, nas várias secções, a apresentação das comunicações:

Secção A — José Osório de Oliveira, (Lisboa): «Da necessidade de museus Africanos»;

D. Leopoldina Ferreira Paulo, (Porto): «Tipos constitucionais na arte popular»;

Juan Naya Pérez, (La Coruña): «Raices Folkloricas en la obra de Rosália de Castro»;

Sebastião Pessanha, (Sintra): «Museus etnográficos»;

D. Mercedes Pueyo, (Saragoça): «La ceramica Aragoneza en el Museo Etnologico de Aragon y sus problemas»;

Adriano Vasques Rodrigues, (Porto): «Razões para a criação duma cadeira de folclore nas escolas do Magistério Primário»;

Joaquim Roque, (Beja); «Etnografia, o seu ensino, as associações e os museus».

Secção B 1 — dr. Álvaro de Gamboa, (Alpedrinha): «Alguns velhos costumes populares de Alpedrinha»;

Flávio Gonçalves, (Viana do Castelo): «A origem das alminhas populares»;

Comandante Coutinho Lanhoso, (Porto): «O Pescador Poveiro»;

D. Maria Clotilde Pinto Machado, (Porto): «Danças e trajes do Minho»;

João António Martins, (Olhão): «Estudos etnográficos do concelho de Olhão»;

D. Maria Rosa Lomba Martins, (Viana do Castelo): «A Ribeira de Viana do Castelo»;

A. Rodrigues Meñino, (Madrid): «Dicionário Geográfico Popular da Extremadura»;

General Dr. Nicolau Moro, (Madrid): «La Meseta, fuente de poesia popular».

Secção B 2 — D. Maria Emília de Castro e Almeida, (Lisboa): «Duas lendas dos Bosquimanos de Angola»;

D. Maria Cecília Castro e Almeida, (Lisboa): «Uma lenda angolana — S. Tomé»;

Eng.º Ezequiel de Campos, (Lisboa): «Folclore de S. Tomé»;

José Redinha, (Lisboa): «O folclore angolano: o folclore, factor social indígena».

Secções C e E—Gervásio Manrique, (Segovia): «La purificación por el fuego»;

Dr. João de Espergueira Mendes, (Porto): «Um tema de traumatologia na medicina popular»;

Prof. Doutor Luís de Pina, (Porto): «A magia nos livros médicos portugueses»;

Dr. Vicente Risco, (Orense): «a predestinación, adquisição y transmision de poderes supro-normales en tradicion popular galega»;

Jesus Taboada, (Verin): «Algumas fiestas religiosas de origen agrário en la região del Tamega superior»;

Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, (Braga): «A Ética dos provérbios populares».

Secção D — Prof. Dr. António Castillo de Lucas, (Madrid): «Analogias de refranes espanoles y portugueses de aplicacion psicoformologica»;

António Alfaiate Marvão (Beringel): «O folclore musical no Baixo Alentejo (sua constituição, interpretação, origens e evolução)»;

D. Maria Teresa Ortigão Espregueira Mendes, (Porto): «Novas a propósito do Cancioneiro popular»;

António Maria Mourinho, (Miranda do Douro): «Pauliteiros de Miranda», «Teatro rural», «Hossanápio»;

Leandro Quintas Neves, (Viana do Costelo): «O teatro popular na expansão colonial dos portugueses»;

Sousa Oliveira, (Viana do Costelo): «Subsídios inéditos para uma interpretação do cancioneiro popular no Alto Minho»;

José Manuel Pereira de Oliveira, (Porto): «Teatro popular» (Nazaré);

Dr. José Ramon y Fernandez, (Madrid): «Los ramos procesionales»;

Joaquim Pires de Lima Tavares de Sousa, (Porto): «Algumas considerações acerca do adagiário».

De tarde (15,30h) continuaram as Sessões de Trabalhos com o seguinte programa:

Secção A — «Acerca de los Museos Etnográficos», pela sr.ª Dr.ª D. Nieves de Hoyos Sancho, de Madrid;

«Etnografia no quadro das ciências antropológicas», pelo Prof. Dr. Joaquim Rodrigues Santos Júnior, do Porto;

«O pescador cachineiro», por Carlos José Neves da Silva, de Vila do Conde;

«Etnografia perante o folclore turístico», por Abel Viana, de Beja;

«A Eutanásia e a tradição popular», pelo Dr. Arnaldo Pinheiro Torres, do Porto;

«A indústria do sal a norte do Douro e a toponímia costeira», pelo Dr. António Losa Júnior, de Braga.

Secção B 1 — «A vaca das cordas»; «A romaria minhota», pelo Conde de Aurora, do Porto;

«O São Martinho em Portugal», por Ernesto Veiga de Oliveira, do Porto;

«Clima espiritual, horas serões e trabalhos de uma paróquia da Ribeira Galega no decorrer do século XIX», pelo Prof. Dr. Ramon Otero Pedrayo, de Santiago de Compostela;

«Costumes de Vila do Conde — O malho», por Elizaro Pinto, de Vila do Conde;

«La jarga de los cantaros da Galicia», por Vítor Lis Quibén, de Pontevedra;

«Los aguinaldos de Santa Agueda — Fiesta de los mozos de Rugulla (Guardalajara)», por Sinforiano Garcia Sanz, de Madrid.

Secção D — «Arte popular religiosa — Os Santeiros da Maia», pelo Dr. Carlos de Passos, do Porto;

«Sentimento da tristeza na quadra popular», pela D. Maria Violante de Andrade de Pina, Porto;

«Da origem e da razão de ser do folclore musical», por Mário de Sampaio Ribeiro, de Lisboa;

«Aportacion a la paremiologia higiénico-sanitária», por Carlos Rico-Avello, de Madrid;

«As danzas populares galegas»: «Influxo do folclore nalguns poetas galegos», por Francisco Fernandez del Riego, de Vigo;

«A música folclórica do Baixo Alentejo no ciclo do Natal»; «Etnografia, e seu ensino, as associações e os museus», por Joaquim Roque, de Beja;

«Algumas palavras sobre as cantigas que tenho recolhido», pela D. Ema Salgado, do Porto.

Sessão de boas vindas aos Membros do Governo — No Salão Nobre do Município, com a assistência dos Congressistas, autoridades civis e militares, deputados,

procuradores à Câmara Corporativa, presidentes das Câmaras Municipais dos distritos de Braga e Viana, etc..

Presidiu o sr. dr. Veiga de Macedo, Ministro das Corporações, ladeado, à direita, pelos srs. dr. Rebelo de Sousa, Subsecretário da Educação Nacional, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil, Prof. Lopes Gonçalves, Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; e à esquerda, pelos srs. General Cotta de Morais, Comandante da I Região Militar; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco Campos e Castro, Corregedor do Círculo Judicial; Dr. Valentim de Almeida e Sousa, Delegado do Instituto Nacional do Trabalho.

O sr. Presidente do Município proferiu a seguinte saudação:

«Em plenas festas da Cidade recebe Braga a visita de dois ilustres membros do Governo, a quem me é muito grato respeitosamente saudar.

Vêm Suas Excelências honrar-nos sobremaneira com a sua presença nos trabalhos do I Congresso de Etnografia e Folclore, dizendo assim do interesse e carinho do Governo da Nação por estas manifestações e, nomeadamente, pela iniciativa a que o Município de Braga meteu ombros, no prosseguimento de uma política suficientemente definida e já com profundas raízes, pelo que estou certo ficará para além dos homens que hoje a servem.

Senhor Ministro das Corporações:

Ao examinar a caminhada que Vossa Excelência iniciou desde que daqui partiu abandonando as funções de Delegado do Instituto Nacional do Trabalho em Braga, funções que, já prestigiadíssimas, V. Excelência sobremaneira soube prestigiar, pode Vossa Excelência e, com Vossa Excelência o País inteiro, congratular-se pela efectiva e meritória acção que tem sabido desenvolver nos altos cargos da Governação Pública em que tem sido investido. Não me referirei à sua acção como Delegado do Instituto Nacional do Trabalho no Porto, onde o seu acendrado amor e dedicação à causa corporativa mais uma vez foi posto à prova.

Quero referir-me especialmente à acção de Vossa Excelência no Governo como Subsecretário de Estado da Educação Nacional, onde o seu entusiasmo moço fez acordar a Nação perante as suas responsabilidades para com um dos mais graves problemas nacionais: O analfabetismo, que não era só uma negra herança do passado mas também um negro descuido do presente.

Através dum exaustivo esforço, Vossa Excelência deixou assentes as traves mestras que hão-de fazer com que Portugal deixe de ser contado entre os países com alta média de analfabetos. Chamado ao Ministério das Corporações e Previdência Social, como todos adivinhavam, V. Excelência é, à frente daquele Departamento de Estado, a garantia de que a Revolução Nacional dos Trabalhadores continuará, ou melhor dizendo, sai da letargia em que a falta de fé e cansaço de muitos a tinham lançado. É a garantia de que não serão permitidos desvios doutrinários que comprometem a bandeira à sombra da qual a Revolução tem caminhado.

Fez bem Vossa Excelência, pois, em vir a Braga, aos seus amigos de Braga, reacender no nacionalismo castiço desta Cidade as energias precisas para prosseguir na sua tarefa, tarefa que nós, aqueles que sustentamos o Regime — refiro-me aos

que por ele dão sangue, suor e lágrimas — não pedimos prossiga até ao fim, porque tenazmente o exigimos.

Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional:

Quis um bom acaso que Vossa Excelência viesse a Braga em companhia de Sua Excelência o Ministro das Corporações.

Saúdo em Vossa Excelência o Governante que tem sabido afincadamente prosseguir na obra que o seu antecessor tinha iniciado. Estou certo que do prosseguimento da acção de Vossa Excelência — há-de resultar a consolidação do que se havia feito, e ainda abrirem-se novos horizontes no campo da educação nacional. Aproveito o ensejo que me é oferecido para, interpretando os sentimentos de todos, testemunhar a Vossa Excelência e ao Sr. Ministro da Educação Nacional o alto apreço em que o País está tendo o sentido humano de que vêm impregnadas as medidas que, ùltimamente, o Ministério tem tomado.

Na verdade, meus Senhores, há que imprimir a toda a obra governativa um profundo sentido humano já que as gentes se vão cansando dos grandes esquemas, planos e medidas que, rasurando tudo e esquecendo as pequenas dificuldades do dia-a-dia, não contribuem senão para infelicitar a Nação.

Meus Senhores:

Se o prestigioso Ministro das Corporações aqui fez parte da sua carreira e ganhou firmes e dedicadas amizades, o ilustre Subsecretário de Estado da Educação Nacional tem as suas raízes de família na boa gente do Minho.

Um e outro são da nossa casa pelo que não há que demorar em dar-lhes as boas vindas, em cumprimentá-los, senão singelamente como bons e prestimosos amigos.

De resto, são sempre amigos, nesta Cidade, os Membros do Governo de Salazar, Salazar a quem nunca será de mais dizer o quanto lhe somos gratos pelo muito que tem feito em proveito de todos nós e o quanto esperamos ainda do seu insubstituível comando.

Respondeu o sr. Dr. Veiga de Macedo:

Em nome do Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional e no meu, exprimo ao Senhor Presidente deste Município os melhores agradecimentos pelas penhorantes saudações que nos dirigiu e pelo carinhoso entusiasmo com que estamos a ser acolhidos nesta augusta cidade e neste nobre paço do povo de Braga.

Sentimo-nos felizes por nos encontrarmos numa Câmara que tanto tem honrado as tradições municipalistas portuguesas, e que no momento presente está a erguer uma obra de excepcional envergadura, no domínio cultural e material, que há-de ficar na história do concelho como alta consagração do esforço de um homem que tem sabido polarizar todos os anseios e energias da gente bracarense — desta boa gente, perante a qual nos inclinamos com respeito e consideração. Temos nisto muita honra, porque homenagear os povos do Minho com ser acto de justiça é exaltar as mais puras qualidades humanas — que por aqui se expandem e florescem no trabalho honrado e duro, na vontade forte, na simplicidade e na alegria do viver, no espírito de sacrifício, na bondade e generosidade dos corações e no amor da família confundido no amor da Pátria e de Deus.

Estas palavras não as dita o sentimento — se bem que eu ame entranhada-

mente a terra e a gente minhota, elas constituem antes interpretação serena e objectiva das qualidades extraordinárias e das crenças profundas de quantos, da Apúlia à Região de Basto, no mar, no campo ou na oficina trabalham e rezam a cantar, e parece só saber chorar perante as dores e infortúnios alheios.

Julgo conhecer bem o Minho: a personalidade e as tendências dos seus filhos, os seus problemas, as suas necessidades e aspiraçõs. Orgulho-me de ter exercido neste distrito as funções de Delegado do I.N.T.P., como sucessor dessa generosa, simples e irradiante figura que foi a do Dr. Henrique Cabral. Ao menos, enquanto pesarem sobre os meus ombros as actuais responsabilidades governativas, o ideal e o espírito do saudoso e ilustre Delegado hão-de dominar no Palácio dos Coimbras, onde durante dois anos de actividade intensa procurei valorizar e dar continuidade a uma política de marcado sentido humano e cristão.

A colaboração que então me foi oferecida pelas autoridades e pelos dirigentes corporativos — que hoje se renova ainda mais larga e fecunda, — a compreensão das entidades patronais e dos trabalhadores, a justiça prestada ao pouco ou muito que teria sido feito e principalmente às intenções do esforço desenvolvido, o exemplo do amor à terra e ao trabalho, a lição da confiança no futuro e forte capacidade de resignação e de sofrimento que sempre encontrei por esses vales e serras, onde a vida é dura e onde o pão dificilmente chega, quando chega, para tantas bocas — tudo isto me levou há meses a afirmar, em acto público, o propósito de vir a Braga na primeira oportunidade, para, no local próprio, a todos dar testemunho do meu imperecível reconhecimento.

Agradeço a esta Câmara e ao seu digno Presidente o terem-me proporcionado o melhor ensejo e o mais adequado ambiente para dar cumprimento a tão grata promessa.

Vejo aqui as figuras mais representativas da vida política e social do distrito, os presidentes das suas Câmaras Municipais, os dirigentes corporativos e muitas outras entidades e amigos que tanto gosto tenho em ver e em saudar.

Aproveito, pois, a ocasião para pedir a todos que aceitem, com o meu apreço e afecto, os veementes protestos da minha gratidão.

Senhores Congressistas: Disse por agora, o que tinha que dizer sem ter feito qualquer referência ao I Congresso de Etnografia e Folclore que foi afinal o que nos trouxe a Braga. Deixarei para outro acto as breves palavras que julgo dever proferir sobre o significado e alcance de tão feliz e oportuna iniciativa.

De resto, falar das qualidades da gente do Minho e prestar-lhe justiça, como foi meu intento, será porventura sair do âmbito de um Congresso que visa o estudo e a valorização do povo nas múltiplas manifestações da sua tradição e da sua vida?

Dispenso-me de responder à pergunta formulada, mas não me escuso de, em nome do Snr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional e no meu próprio, agradecer a vossa simpática e ilustre presença e de exprimir os votos do Governo pelo êxito deste Congresso.

Apresentação dos grupos regionais — Na Praça do Município, na presença dos Membros do Governo, das Autoridades e de todos os Congressistas. Exibiram-se os seguintes grupos folclóricos:

Portugal: — Grupo Folclórico Dr. Gonçalo Sampaio, Grupo do Jogo de Pau de Cabeceiras de Basto, Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barqueiros (Douro), Grupo de Sargaceiros da Apúlia, Grupo Folclórico da Casa do Povo de Barcelinhos, Festada de Guimarães, Rancho Folclórico de Carreço, Grupo Folclórico de Miranda do Douro (Pauliteiros), Grupo Folclórico de Vila Frescainha, Grupo Folclórico de Fonte Coberta, Grupo Folclórico de Macieira de Rates, Grupo Folclórico de Negreiros, Capuchas de Celorico de Basto, Grupo Folclórico de Ria d'Ancora, Grupo Folclórico da Casa do Povo de Fermil de Basto, Rancho Folclórico Poveiro, Grupo Folclórico de Gondifelos, Grupo Folclórico de Arcozelo (Gaia), Grupo Folclórico de Vila Chã e Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha (Ilha da Madeira).

França: — Groupe Folklorique Caula (Pau).

Espanha: — Grupo Follas Novas (Corunha) e Grupo Feminino do Sindicato Espanhol Universitário (Madrid), vencedor do concurso nacional de folclore de Madrid.

Festival folclórico internacional, no Estádio 28 de Maio — Realizado à noite (22 h) e dedicado aos Congressistas teve a assistência de milhares de forasteiros.

Dia 24 — *Missa na Capela de S. Geraldo,* celebrada pelo Rev. P. Dr. António José Ribeiro, (10 h.), com a assistência dos Congressistas. No fim, visita ao Tesouro da Sé.

Sessão de Trabalhos — (de manhã) na Escola do Magistério. Apresentaram-se as seguintes comunicações:

Secção B 1 — Hugo Rocha, (Porto): «Noriega Varela, poeta folclórico da Galiza rústica»; Dr. Manuel Rodrigues Simões Rocha, (Arouca): «Do Minho — Encomendação das almas — Deitar tripas ao lume — O cego do Natal»; Francisco Fernandez del Riego, (Vigo): «As danças populares galegas»; Luis L. Cortez y Vasquez (Pontevedra): «Sistema de abatanado de tejidas en Salamanca e Avila»; Francisco Vellez Villamarin, (Corunha): «Las danzas gremiales de la ciudade de Betanzos»;

Secção D — Sr.ª Dr.ª Nieves de Hoyos Sancho, (Madrid): «Indumentária Luso-Hispana»; J. A. Capela da Silva, (Santa Eulália): «Linguagem rústica Alentejana»; Ten. Coronel Afonso do Paço, (Lisboa): «A vida militar e o cancioneiro popular português»; Dr. José Filgueira Valverde, (Pontevedra): «La sobrevivência de la forma medieval en la poesia popular da Galicia».

O Sr. Dr. Rebelo de Sousa presidu durante algum tempo à Secção B 1 do Congresso, e aí afirmou: «O Governo não fez mais do que reconhecer o superior interesse do Congresso, ajudando-o e estimulado-o. Mas não custa confessar que ele só foi possível mercê do interesse de António Maria Santos da Cunha, o homem que conhece bem as funções dos Municípios em todos os seus aspectos».

Por sua vez, o Sr. Dr. Quirino Mealha presidiu à Secção A, tendo o Secretário Geral do Congresso, Dr. Sérgio da Silva Pinto, apresentado uma proposta de louvor

ao alto e valioso patrocínio dado ao Congresso pelo ilustre Presidente da F.N.A.T., proposta que foi aprovada com vibrante salva de palmas por todos os congressistas.

Recepção e banquete — Oferecido pelo Governo Civil e Câmara Municipal, no Palácio dos Falcões. Aos brindes falaram os srs. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Prof. Dr. Mendes Correia, Presidente do Congresso e Dr. Veiga de Macedo, Ministro das Corporações, que, a concluir, disse:

— *«Neste Congresso não temos feito mais do que procurar o próprio valor da alma popular naquilo que o povo tem de português e de cristão, a melhor coisa afinal, que o nosso povo pode ter».*

Terminado o almoço, os membros do Governo e restantes individualidades assistiram, no largo de Santiago, à representação do «Auto dos Pastores» e à exibição da «Dança do Rei David».

Dia 25 — *Recepção nos Paços do Concelho de Viana do Castelo* — Os Congressistas e demais individualidades, na sua visita a Viana do Castelo, foram saudados pelo Município local numa Sessão de boas-vindas realizada nos Paços do Concelho. Presidiu à sessão o sr. Dr. José Gonçalves de Araújo Novo, Presidente do Município vianense, que se encontrava ladeado pelo Comandante Militar, Coronel João Felgueiras; Presidente da Comissão para os trabalhos científicos do Congresso, Prof. Dr. Mendes Correia; Presidente da Comissão Executiva do Congresso, António Maria Santos da Cunha; o catedrático espanhol, Dr. Otero Pedrayo e o Arcipreste de Viana, Monsenhor José Gonçalves Corucho.

Usaram da palavra os srs. António Maria Santos da Cunha, Prof. Dr. Otero Pedrayo e dr. Araújo Novo.

Almoço em Santa Luzia — Com a presença de 300 convivas (as autoridades, e os elementos do Congresso), teve lugar no Hotel de Santa Luzia. Oferecido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo; foi presidido pelo sr. dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional. Aos brindes usaram da palavra os srs. Presidente da Câmara de Viana, Prof. Dr. António Beltrán, Director do Museu de Saragoça em nome da Direcção Geral de Belas Artes de Espanha, Sr.ª D. Mariza Lira, Dr. Fernando de Castro Pires de Lima, Dr. Otero Pedrayo, Prof. Dr. Mendes Correia e sr. Subsecretário da Educação Nacional.

Sessão plenária — Efectuada na sala de espectáculos do Cinema Palácio. Presidiu o sr. Dr. Rebelo de Sousa, ladeado à direita pelos srs. Dr. Cirne de Castro, Chefe do Distrito de Viana do Castelo; Prof. Dr. António de Almeida e Prof. Dr. Luiz de

Pina; e à esquerda, pelos srs. Presidente da Câmara de Viana; Dr. Luís Chaves e Dr. Augusto César Castro Pires de Lima, decano dos folcloristas e etnógrafos portugueses.

Apresentaram comunicações os srs.: Dr. Augusto César Pires de Lima, sobre «Utilidade do Congresso de Etnografia»; dr. Luís Chaves sobre «Tipos arcaicos no traje popular português»; Prof. Dr. Luís de Pina sobre «A magia nos livros médicos portugueses». Encerrou a sessão o sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional «garantindo para as conclusões do Congresso a maior compreensão e o mais vivo desejo de as realizar».

No mesmo local realizou-se uma sessão de cinema etnográfico ultramarino, acompanhada de uma alocução do Sr. Prof. Dr. António de Almeida.

Festival regional — Ao fim da tarde, no «Limia Parque», realizou-se um desfile de raparigas envergando trajes de Viana do Castelo — festival que fechou com a exibição dos ranchos folclóricos vianenses.

Sessão de encerramento do Congresso, em Braga — Presidiu o sr. Dr. Henrique Veiga de Macedo, Ministro das Corporações, dando a direita aos srs. dr. Baltazar Rebelo de Sousa, Subsecretário de Estado da Educação Nacional; Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil de Braga; e Cônsul Geral da Espanha no Porto; e a esquerda, aos srs. General Cotta de Morais, Comandante da 1.ª Região Militar; António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município; e Prof. Dr. Mendes Correia, Presidente do Congresso. Em cadeirão especial sentou-se Sua Ex.ma Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz.

Abriu a série de discursos o sr. dr. Séglo da Silva Pinto, em nome da Edilidade bracarense e como Secretário Geral do Congresso:

Como representante da Edilidade bracarense, desdobrado em Secretário-Geral do Congresso, incumbência e função que me foram distribuídas pelo nosso dinâmico e talentoso Presidente da Câmara e simultâneamente da Comissão Executiva deste ajuntamento e prática de confrades e amigos — dedicados amorosa e cientificamente ao estudo do que há de profundo, tradicional e espontâneo nos grupos étnicos — abdico, por instantes, da minha modesta personalidade para, com a veemência do coração e o apreço da inteligência, apresentar a Vossas Excelências as últimas saudações calorosas e efusivas, em nome da Cidade e dos promotores da empresa cultural que nos reuniu.

Em primeiro lugar, as nossas homenagens gratíssimas aos membros do Governo que nos desvaneceram, de forma singular, com a alta distinção da sua presença.

Quero dirigir um cumprimento especial ao muito ilustre Ministro das Corporações, que nós consideramos cidadão de Braga — bracarense por inesquecível domicílio ao serviço do bem comum, bragués adoptivo que nunca se desbracarizou.

A sua pasta de agora, tal como a da Educação Nacional, tem importantíssimas ligações com o terreno em que floresce e se desenvolve a nobre ciência da Antropologia

cultural ou social que, em si mesma, na sua unidade, abrange ou coordena a Etnografia e o Folclore, salvo o respeito devido pela discussão em torno desses conceitos e seus limites.

O Trabalho nacional e as Corporações, de facto, precisam de ter em conta as genuínas características sociais ou demopsicológicas da nossa integridade desvendadas na fenomenologia etnográfica e folclórica, humus vivo e ardente, milenário e nutritivo, individualizando áreas culturais, aglutinando regiões, estruturando a Nacionalidade.

Quando uma Nação escolhe doutrinas e métodos inadaptáveis à sua originalidade nativa, perde ou depaupera a individualidade.

Graças ao culto do tradicionalismo e do espiritualismo patriótico no Departamento das Corporações sàbiamente conduzido por Vossa Excelência, sr. Ministro, a quem rendo o preito da mais subida admiração, os aspectos psico-culturais do povo não são esquecidos e antes se vitalizam, comó através dessa bela obra que é a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Aí os valores etnográficos são estimados; e o folclore não é mero comercialismo turístico ou pretexto para fantasias deformadoras.

Por sua vez o Ministério da Educação Nacional, que em Vossa Excelência, sr. Subsecretário de Estado, nós jubilosamente saudamos, na missão altíssima de educar e instruir a pequena Casa Lusitana, grande Nação que na história fez um mundo e criou uma cultura, ao ordenar programas e reformas profundamente penetrados pelo culto e pelo respeito da alma do povo, revelada quer em factos materiais, quer em factos da vida psíquica colectiva, é digno dos maiores encómios, devemos-lhe toda a nossa gratidão.

Portugal não se desnatura. Por este caminho é bem fundada a esperança de termos em breve instituídos e espalhados cursos oficiais de Folclore e Etnografia e protegidas e orientadas as suas organizações não governamentais, instrumentos magníficos da educação portuguesa, universalmente valiosa porque nacionalmente especificada.

Ao Ex.mo Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo daqui lhe expressamos igualmente o nosso agradecimento pela sua vinda a Braga, metrópole destas velhas terras minhotas, relicário da nossa Pátria, depósito sagrado das suas tradições, poema folclórico desse Portugal íntimo, serrano e marítimo, que é o substractum vivo e perene do Portugal heróico, fazedor da verdadeira história, a planetária, a universal.

A sensibilidade, a intimidade, a espontaneidade popular não serão desvirtuadas; as tradições da grei não se esvairão como perfume dum frasco partido. A nossa riqueza etnográfica e folclórica, a sua pureza e rigor, terão no sr. dr. Eduardo Brazão e nos seus dedicados companheiros do S.N.I. defensores e guardiões desvelados e sabedores, verbi gratia, *o bracarense sr. Francisco Lage. A vida das províncias despertará «e Portugal será fecundo e belo» na expressão de Correia de Oliveira.*

Ao Prof. Dr. Mendes Correia, o egrégio Presidente deste Congresso, na sua parte científica, seu cérebro, limitar-me-ei, como intérprete de sentimentos unânimes, a expor-lhe o respeito e a admiração que todos aqui lhe tributamos. Figura que refulge no céu da ciência e da cultura europeias, especialmente nas esferas da Antropologia social, da Etnologia, e da Arqueologia prè-históricas, é a um tempo um verdadeiro mestre do espírito e um preclaro professor de nacionalismo. Sem embargo de ser sempre exacto, sempre objectivo, procura servir sempre a sua Pátria. Serve-a na ciência

pura, engrinaldando o nome português em todos os centros científicos do mundo, e não menos a serve ao debruçar-se com amor e devotadamente sobre os problemas nacionais que tocam com as suas especialidades, exalçando a toda a hora os valores humanos da história e da etnopsicologia portuguesas.

De certo a ninguém surpreenderá que não esqueça neste momento — não o poderia fazer — o meu companheiro na Secretaria-Geral do Congresso, o dr. Fernando de Castro Pires de Lima, o idealizador e constante animador, que a todos estimulou e levou para a frente. O Congresso em parte grande é obra do seu entusiasmo. Todos o sabem, mas a todos será grato que se lhe reiterem elogios e louvores assaz merecidos.

Na distinta congressista Excelentíssima Senhora Dona Mariza Lira, prestamos culto ao Brasil sua Pátria e segunda Pátria dos Portugueses. Afirmamos a certeza que temos do grande destino que na história do mundo cabe à Comunidade lusíada portugueso-brasileira, que o mar de Amadis e de Camões em vez de distanciar unifica como pregão das nossas glórias comuns e baluarte da nossa alma lírica e universalista. Portugal e o Brasil constituem uma Pátria transoceânica, transcontinental, informada pelas mesmas essências espirituais da lusitana grei.

Na pessoa do eminente Prof. Doutor Ramon Otero Pedrayo, príncipe da eloquência e das letras, paladino das tradições galegas que honram e fecundam a Dualidade Ibérica — Hispanidade e Lusitanidade — eu aclamo o génio da Espanha, a sua admirável intelectualidade contemporânea, na universalidade das matérias e por consequência na Etnografia e Folclore também. Saúdo e exalto ainda o valoroso país hispano-americano, règiamente opulento de tradições populares, que é o México, vitoriando o seu maior etnógrafo actual, aqui presente, o Sr. Prof. Dr. Vicente Mendoza.

Esta Bracara Augusta, que da Ibéria se ufana de ter sido a primeira Sé, ancorando-se nas fontes Santiaguesas, de historicidade resistente, e que, sobretudo, foi tablado certo da conversão do primeiro Reino Hispânico e europeu que abraçou o catolicismo, o reino suévico, com o nosso glorioso príncipe Requiária à frente, — cidade teocrática, fulcro de emoções líricas da raça, onde o latim se acostumou à terra, com a teoria dos mosteiros de S. Martinho e S. Frutuoso, preludiando o sentido de uma língua nova, como ensina Otero Pedrayo, — a Comunidade bracarense fez de mim porta-voz das saudades com que fica de tudo e de todos, deste inesquecível Congresso, areópago onde a ciência do povo, da sua vida material e espiritual se fortaleceu para novas campanhas.

Para todos, saudades e saudações e Avante, Avante, pela Etnografia e pelo Folclore!, «a alma recôndita das gerações», como lhe chamou a Santidade do Papa Pio XII.

Apresentaram relatórios acerca da utilidade e oportunidade do Congresso os srs. drs. José Vilaça e Alberto Feio. Falou ainda o sr. dr. Fernando Pires de Lima em louvor a Braga. Saudaram Portugal e o Congresso o sr. dr. Castillo de Lucas, da Universidade de Madrid, e dr. Vicente Mendoza, da Universidade do México.

Encerrou, oficialmente, o Congresso o sr. dr. Veiga de Macedo, com o seguinte discurso:

1 — Devo, antes de mais, uma palavra de apreço e de louvor à Câmara Municipal de Braga pela feliz iniciativa da realização do I Congresso de Etnografia e Fol-

clore, cujo êxito me é grato salientar. É mais um inestimável serviço a juntar a tantos outros que o Município bracarense presta à região e ao País, evidenciando as preocupações sociais e culturais do homem, que está a erguer com os seus mais directos colaboradores uma cidade nova, padrão de uma era de paz e de progresso, ao lado do velho burgo cheio de beleza e de história. Quase poderia dizer-se que a Revolução Nacional daqui saída em 1926 sob o forte comando de Gomes da Costa voltou de novo em plenitudo quando, há cerca de oito anos, os destinos de Braga e do seu concelho foram confiados a quem, de então para cá, tem sabido interpretar por forma admirável os anseios e tem vivido intensamente os problemas desta terra, bem digna de amparo e de justiça, pelo seu portuguesismo, pelo seu glorioso passado e pelo seu presente de trabalho fecundo.

Torno extensivos, com muito gosto, o louvor e o agradecimento do Governo às entidades estrangeiras e portuguesas que ao Congresso deram valioso concurso. Aproveito o ensejo para saudar calorosamente os ilustres representantes do País vizinho e amigo, e neles a Espanha heróica, cavalheiresca e missionária que, ontem, com Portugal, alargou em gesto de epopeia, as fronteiras do Mundo e da Fé, e hoje, fiel ao seu destino histórico, continua, firma e intemerata, a bater-se pela liberdade e dignidade humanas e pelos altos valores morais e espirituais.

Vejo, nesta assembleia, categorizados cultores da Etnografia da Pátria irmã de Além Mar, que quiseram trazer a este Minho — berço de Portugal e por isso do Brasil também — uma mensagem eloquente e generosa, em que a força da lusitanidade e a voz do sangue põem as notas vivas da fraternidade que nos aproxima, da língua, orgulho da nossa cultura, e dos princípios cristãos, fundamento mais puro da comunidade luso-brasileira.

Quero assegurar-lhes que compreendemos, sentimos e agradecemos a sua mensagem, porque ela é — louvado Deus! — na sinceridade, no conteúdo e no sentido, igual à nossa, agora — como no ano da graça de 1500.

2 — Têm-se realizado no últimos anos, em Portugal e no estrangeiro, numerosíssimos Congressos internacionais de carácter científico, artístico e pedagógico e social, com reais benefícios para o progresso das ciências, para a expansão cultural e para a aproximação dos povos e das suas figuras mais representativas. Reconhecer as vantagens de vária ordem que a realização dessas reuniões oferece, é acto de justiça a que ninguém e muito menos um governante, pode eximir-se. Isto não significa, porém, que não devam tomar-se certas precauções contra a tendência tão frequentemente denunciada para, ao formularem-se votos, se sugerirem medidas e se alvitrarem soluções que se pretendem sejam de aplicação geral, sem cuidar de saber se as circunstâncias peculiares e as necessidades próprias de cada país as aconselham ou permitem. Erros sérios têm sido cometidos em consequência desta propensão para generalizar e nivelar o que não é comum ou idêntico e para exportar ou assimilar conceitos e métodos que, por aplicáveis em certos países ou regiões, não são necessàriamente universais, e não podem, por isso, ser adoptados em toda a parte como solução conveniente e desejável.

Faço referência a este facto para sublinhar, como consolador contraste, que um congresso da natureza do realizado agora em Braga está, por definição, livre do perigo de esquecer ou passar por cima do que, em cada povo, há de característico, de específico e de original. A etnografia, ultrapassada já a fase literária e folclórica ou

romântica, bem como o período filológico, orienta-se hoje no sentido etnológico, antropológico, cultural e social e mostra-se cada vez mais habilitada a recolher, a investigar, a examinar e a interpretar tudo o que anda ligado à vida das populações. Os especialistas da etnografia e do folclore sabem o que interessa a cada povo e o que lhe pertence, por isso são capazes de compreender a vida moral e social dos povos e de individualizar os seus interesses e anseios mais profundos. Os homens que se orgulham de cultivar ciência tão complexa e apaixonante conhecem o povo nas suas qualidades e defeitos, na sua língua, crenças e superstições, nos seus sentimentos e hábitos, no seu trabalho, folguedos e relações sociais. Para tanto, não se limitam ao estudo no remanso dos gabinetes, antes tentam surpreender e perscrutar, de terra em terra, com paciência beneditina e com devoção, as gentes no quadro natural do seu viver.

Observam, pesquisam, interrogam e coligem, para depois, só depois, comparar, interpretar e concluir, ou sugerir conclusões. Investigadores e intérpretes devem naturalmente possuir adequada e sólida preparação científica que lhes permita, num trabalho isolado ou em grupos, oferecer resultados seguros e válidos. Mas — convém não esquecer — se os não animar, para além do culto frio e objectivo da ciência, o amor pelas pequenas e grandes coisas da vida e os não mover um decidido espírito social, tudo o resto poderá ficar comprometido por lhe faltar calor humano e preocupação de salvaguarda dos valores especìficamente populares. Não poderá felizmente dizer-se que os estudiosos portugueses não possuem em alto grau estes predicados. Quem há aí que conheça e ame tanto — conhecer o povo é amar o povo — a tradição e a vida da nossa gente como os dedicados pioneiros da etnografia nacional? Julgo que ninguém. Este congresso foi demonstração viva de tal verdade. Só para o reconhecer e proclamar se justificaria a presença do ilustre Subsecretário de Estado da Educação Nacional e também a comparência do Ministro a quem estão entregues vastas e delicadas tarefas da política social e corporativa do Governo. Devo ir mais longe: não será possível a esse Ministro dispensar, na realização das missões que lhe cabem, o espírito científico, o conhecimento das realidades tradicionais, e o sentido social, numa palavra — a formação e a cooperação activa dos que se consagram ao estudo da vida e das manifestações do povo português.

Se eu tivesse a qualidade de congressista, o primeiro voto a formular seria o de que isto não fosse esquecido.

3 — Ouvi salientar, com íntima satisfação, o relevante contributo dado ao Congresso e ao Certame Folclórico pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, pelas Juntas Centrais das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores e pelos vários organismos corporativos. O facto mostra que, também neste domínio, a Organização Corporativa está apta a cumprir — e cumpre — a sua missão. A obra realizada, quer na valorização etnográfica, quer na ocupação dos tempos livres dos trabalhadores, constitui legítimo orgulho para quantos a levantaram com esforço e espírito de abnegação. Essa obra, não obstante a sua extensão e a sua evidência, tem sido esquecida, mesmo por aqueles que apreciaram ou depreciaram a Organização Corporativa. Refiro o facto, não por ele, mas porque revela a força criadora do princípio corporativo, quando o servem a vontade, a inteligência e a fé.

Há ainda muito que fazer, sei-o bem, e, por isso, espero que, na presente fase de consolidação do sistema corporativo, se torne possível dar sentido mais prático e eficaz à acção social e cultural da F. N. A. T., da Junta Central das Casas do Povo

e dos demais organismos corporativos. O Plano de Formação Social, se a Assembleia Nacional o aprovar, há-de executar-se com a preocupação de estimular iniciativas particulares e de respeitar a liberdade de determinação e acção dos dirigentes corporativos. Defensor da autonomia da Organização, se não consentirei intervenções injustificadas dos serviços do Ministério que chefio, na vida corporativa, não irei tolerar também que outros as tenham. Autor do Plano de Educação Popular e, com o auxílio dos meus colaboradores, do Plano de Formação Social e Corporativa, tenho, porém, receio de ambiciosas e teóricas planificações, porque podem, mesmo quando animadas de bom espírito, conduzir a absorções condenáveis ou a tutelas incompatíveis com a doutrina e as conveniências gerais. Orientarei neste espírito a minha acção e procurarei criar nos organismos corporativos as condições mais propícias à realização das suas finalidades culturais — que as têm e de maior importância —, incluindo, quanto a alguns deles, as relacionadas com a interpretação e salvaguarda da pureza antiga dos usos e costumes, de jogos e cortejos, de danças e cantares, da lingugem, do artesanato e das tradições do povo — tantas vezes analfabeto, por não saber ler, mas quase sempre dotado de peculiar sabedoria, por ter a intuição das coisas e possuir os ensinamentos da experiência e por viver as grandes certezas no amor da família e na fé em Deus.

Se estes brevíssimos apontamentos pudessem servir de base a uma conclusão, diria:

1.º — Aos organismos corporativos deve continuar a caber papel de relevo no preenchimento digno dos lazeres do trabalhador, na conservação e restauração do património etnográfico do País e na difusão da cultura popular, encarada esta na sua acepção mais ampla.

2.º — O Estado designadamente através do órgão competente, isto é do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, em íntima cooperação com a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e as Juntas Centrais das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, deverá estimular e auxiliar os organismos corporativos na efectivação de iniciativas de carácter cultural e, em particular, daquelas que lhe assegurem maior projecção e autenticidade — através do reaportuguesamento dos usos e costumes, da manutenção das tradições, da dignificação dos folguedos, do desenvolvimento do artesanato, do amor à terra e à vida do campo e da defesa da arte e da literatura popular.

O Plano de Formação Social e Corporativa deverá ser aplicado à luz destes princípios, especialmente no respeitante à preparação de dirigentes, à criação de centros sociais nas empresas e nas comunidades locais, à instalação de bibliotecas e distribuição de livros, à organização de missões sociais e à transformação das Casas do Povo em verdadeiros centros de convívio e de acção educativa.

3.º — Vai por esse mundo fora uma agitação que afecta a tranquilidade das nações e ameaça o seu futuro. Na política, na filosofia, na arte, na pedagogia, nas mais diversas exteriorizações do pensamento e dos próprios sentimentos são visíveis uma confusão e uma inquietação graves, por vezes trágicas, denunciadoras de que o homem perdeu o rumo natural e o sentido da sua acção e da sua finalidade suprema.

No tumultuar das palavras sem conteúdo, na aceitação passiva de falsas ideias e de muitos aliciantes, na vertigem e dispersão da vida moderna, na agitação social e política cada vez mais acentuada e mais extensa, dir-se-ia que o homem desabituado de pensar, se recusa a fazer exame de consciência e a interpretar com rigor os acontecimentos, deixando-se ultrapassar e arrastar por estes, e prestando-se a compro-

missos e transigências, tantas vezes com sacrifício da sua personalidade e traição à causa da cultura e do espírito.

O melindre deste ensejo de coisas reside principalmente em que a desorientação atingiu já responsáveis no mundo da inteligência e da política, os quais, por vezes, parece terem desistido de reflectir e de lutar e estarem apostados em abrir a cidadela da civilização às forças dó mal e à corrupção dos sentimentos e das ideias dos povos.

Estas palavras estão longe de significar da minha parte uma visão catastrófica dos acontecimentos, mas exprimem, infelizmente, uma preocupante realidade para quem não haja desistido ainda de analisar os factos e de combater as doenças morais e psicológicas que afectam a vida moderna. Diagnosticar o mal, obrigar os homens a assumir corajosamente as responsabildiades, apontar os perigos é dever irrecusável dos dirigentes.

Numa reunião de escol não pode reputar-se deslocado este tema de pungente mas necessária meditação. Ele fica bem, pelo menos, segundo penso, no encerramento de um Congresso que, nas grandes e pequenas coisas, constituiu, em contraste com o panorama do mundo, afirmação de serenidade e de optimismo, prova de que não só não está tudo perdido como é ainda possível restaurar e fazer triunfar o conceito cristão da vida.

O Congresso foi, na verdade, tese viva e renovada de que as ciências, em particular as antropológicas e etnográficas só servirão o homem, se o não desligarem da família, dos agrupamentos naturais e da Nação, e o não desviarem do seu nobre e transcendente destino.

Votos emitidos — Pelo sr. dr. Sérgio da Silva Pinto, foram lidas, antes do discurso do sr. Ministro das Corporações, as conclusões do Congresso:

I — Que se faça um estudo profundo e amplo da Etnografia e especialmente do Folclore, como fontes do conhecimento das tradições, tendências e capacidades dos povos e nas suas relações com a história, psicologia, ética, sociologia política, economia e arte.

II — Que se aplaudam as iniciativas oficiais e particulares que visem com objectividade científica e o melhor critério moral, estética e nacional o desenvolvimento de tais estudos quer em Institutos ou outros organismos adequados, quer nos estabelecimentos de ensino como matéria didáctica desde a escola primária às Escolas Técnicas e às Universidades.

III — Que as actividades de investigação, ensino e divulgação em matéria etnográfica e folclórica sejam superiormente orientadas por um instituto cujas atribuições estejam dentro do espírito deste Congresso.

IV — Que o instituto tenha os poderes necessários para evitar desfigurações deploráveis das manifestações do sentimento e das características populares.

V — Que o mesmo instituto garanta a indispensável cooperação com organismos similares estrangeiros, não só por forma a dar a conhecer as manifestações nacionais nestes domínios, mas também no objectivo de colher todos os ensinamentos, testemunhos e progressos úteis a uma fecunda actualização do labor etnográfico e folclórico.

VI — Entende que o facto etnográfico e particularmente o facto folclórico

são expressões de atitudes e actividades psicológicas de carácter tradicional de origem espontânea e anónima.

VII — Que voltem a ser acarinhados nas escolas os jogos tradicionais, que tantos e tão bons serviços prestaram aos nossos maiores como escola de educação moral e física.

VIII — Reconhecendo-se a importância ligada à Etnografia e Folclore pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Juntas Centrais das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, Secretariado Nacional da Informação, Turismo e Cultura Popular, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, especialmente pelos organismos integrados na Organização Corporativa, exprime-se o voto de que a sua actuação se intensifique e revista quanto possível o sentido humano e nacional expresso em todos os votos do Congresso.

IX — Está certo de que os responsáveis da educação cívica e da acção da Mocidade Portuguesa promovem o clima heróico e nacionalista em que deve viver a juventude do país, tanto pelas razões históricas que as justificam como pelos serviços que o folclore lhes pode prestar.

X — Proclamando a necessidade de colectâneas de factos etnográficos e folclóricos relativos à agricultura e outras manifestações importantes de actividade popular nacional, considera oportuna a tarefa de coleccionar e editar de um modo especial as respeitantes ao Mar.

XI — Mesmo que admita o carácter folclórico do fado, entende entretanto que ele é específico de grupos sociais determinados e nunca a canção nacional por excelência, acrescendo o facto de não ser puro e traduzir pessimismo contrário ás fontes mais joviais e orgânicas da índole portuguesa.

XII — Sem esquecer a possibilidade de um processo de aculturação que leve aos meios populares influências cultas ou de exibições com verdadeiro carácter folclórico, julga indispensável promover-se sob as mais variadas formas uma acção tendente a evitar que sejam desvirtuadas e falsificadas as manifestações autênticas de inspiração popular, nomeadamente no que respeita a danças, cantares e indumentária.

XIII — Seja estudada a criação de museus etnográficos com independência dos museus de Belas-Artes e mediante parecer das entidades legais competentes, assegurando-se prèviamente a sua continuidade e satisfatório funcionamento.

XIV — Se desenvolvam nas Províncias Ultramarinas não só os estudos do Folclore e Etnografia nativas, mas também a análise dos fenómenos de aculturação e contactos de culturas muito especialmente os de influência de cultura luso-cristã.

XV — Apreciando especialmente os contributos apresentados para o conhecimento do folclore luso-indiano, congratula-se pela oportunidade e alto interesse nacional desses estudos cuja intensificação preconiza, saudando simultâneamente os luso-indianos que tão alta compreensão mostram do papel histórico e humano de Portugal no Mundo.

XVI — Espera que a presente reunião seja seguida de outras assembleias da mesma natureza em datas e locais a fixar, cuja execução competirá a uma comissão que se considera desde já constituída pelo Presidente e Secretários-Gerais desta Assembleia e pelos Presidentes das Secções da mesma.

XVII — Que a mesma comissão tenha ainda a incumbência de procurar dar

realidade aos votos desta reunião e aos emitidos pelo I Congresso Brasileiro de Folclore de 1951 na parte que respeita à colaboração portuguesa.

XVIII — Congratula-se com a valiosa participação espanhola nesta Assembleia, fazendo votos pela intensificação de contactos entre os estudiosos dos dois países e para a investigação de questões folclóricas e etnográficas comuns ou afins e da projecção Hispano-americana.

XIX — Regista com satisfação o convite por parte da Câmara Municipal de Aveiro para a realização nesta Cidade de um futuro Congresso.

Voto extraordinário

Por aclamação foi aprovado o seguinte voto extraordinário formulado pelo Professor Doutor António Castillo de Lucas, da Universidade de Madrid e Secretário da representação espanhola ao Congresso:

A tradição mais antiga na História Cultural é a da festa pagã do solstício do verão, que cristianizado e adaptado à civilização se comemora no dia de S. João. Por isso, este dia do Santo Baptista é o mais rico do Folclore, dia de esperança e de ilusão para o povo confiado na tutela do Precursor do Messias.

Se a isto se acrescentar que S. João é o santo mais santo de todos os santos, já que o foi no ventre de sua mãe, baptizou a Jesus e impôs o exemplo por sua austeridade, fidelidade e virtudes tão fundamentais para o género humano, e ainda que é o Patrono de Braga, cidade onde se celebrou o I Congresso de Etnografia e Folclore:

Propomos, com todo o respeito, que a Mesa suplique à autoridade Eclesiástica que São João Baptista seja proclamado Patrono dos Folcloristas.

A homenagem ao Sr. Tenente Coronel Armando Nery Teixeira

No dia 28 de Julho, o sr. Governador Civil do Distrito de Braga, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, foi entusiàsticamente homenageado por todo o Distrito. O acontecimento atingiu o justo e merecido relevo.

A cerimónia de apresentação de cumprimentos, que se realizou no Palácio dos Falcões, constituiu uma vibrante sessão de respeito e gratidão para com o sr. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira. Quiseram, também associar-se a este acto os bombeiros de todo o distrito.

O jantar de homenagem decorreu, à noite, no Bom Jesus, e nele se reuniram para cima de quatrocentos convivas, sendo a mesa de honra constituída pelo sr. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, que presidia, dando a sua direita aos srs. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Cónego Martins Gonçalves, em representação de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz; Dr. Luís Novais Machado, Presidente da Câmara Municipal de Barcelos; dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Professor Manuel Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Fafe e dr. Alberto Cruz, deputado da Nação pelo Círculo de Braga.

À esquerda tomaram lugar os srs. Dr. José Maria de Castro Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; Coronel José Joaquim de Almeida, Comandante do Regimento de Infantaria 8; Álvaro Folhadela Marques, Presidente da Câmara

Municipal de Famalicão; Dr. Elísio Pimenta, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional; dr. António dos Santos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde e Capitão Magalhães Couto, deputado da Nação por este Círculo.

Estavam representadas todas as Comissões da U. N., e presentes os deputados, presidente dass Câmaras, autoridades civis e militares, comerciantes, industriais, etc., de todo o distrito.

O sr. António Maria Santos da Cunha iniciou a série de brindes, seguindo-se os discursos do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, do sr. Dr. Elísio Alves Pimenta, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional e dos deputados Dr. Augusto César Cerqueira Gomes, e Dr. Alberto Cruz. Findos os brindes, foi oferecida ao ilustre homenageado uma salva de prata, oferta de todos os municípios do Distrito, que foi entregue, a pedido do senhor António Maria Santos da Cunha, pelo senhor Álvaro Folhadela Marques, Presidente do Município de Vila Nova de Famalicão.

O sr. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, emocionado, agradeceu.

Oferta da Câmara Municipal de Braga à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro da cópia da 1.ª Cruz erguida no Brasil

Em cumprimento duma promessa feita pelo senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente da Edilidade bracarense à escritora brasileira D. Mariza Lira, quando, por ocasião do I Congresso de Etnografia e Folclore, aquela senhora fez entrega duma bandeira do Brasil à cidade de Braga, efectuou-se no Paço Arquiepiscopal, no dia 18 de Setembro, uma tocante e impressionante cerimónia, durante a qual foi depositada nas mãos da ilustre folclorista brasileira a cópia da primeira Cruz erguida em Terras de Santa Cruz, que iria ser entregue, pela distinta senhora, à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz presidiu à cerimónia, estando presentes os srs.: António Maria Santos da Cunha e dr. José Maria Ferreira de Araújo, respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Braga; Dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro de Cultura; Dr. Olindo Casal Pelayo e António Fernandes de Araújo, vereadores do nosso Município; Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, chefe da Secretaria da Câmara; Coronel Graciliano Marques, Comandante Distrital da L. P. e Cónegos Martins Gigante, Arlindo da Cunha e Apolinário Rios pelo Cabido da Sacrossanta Basílica Primacial de Braga.

Usaram da palavra o senhor António Maria Santos da Cunha, D. Mariza Lira e Senhor Arcebispo Primaz, que benzeu a Cruz.

A este singular acontecimento, a Imprensa do Rio de Janeiro, por intermédio de todos os seus órgãos mais representativos, fez as mais significativas referências, as quais, pelo seu valor e interesse, vamos arquivar nas páginas da nossa Revista:

De «O Globo»:

«O vapor «Vera Cruz» transportou para esta Capital a cópia da cruz que encimou o altar em que foi celebrada a primeira missa no Brasil. Trouxe-a a sr.ª D. Mariza Lira, jornalista, que, em Portugal, por delegação da Prefeitura carioca, estudou a organização do Museu Etnográfico e Arte Popular e representou o nosso País no I Con-

gresso de Etnografia e Folclore. Deu ainda aulas de folclore brasileiro na Universidade de Lisboa, além de outras actividades educativo-literárias. D. Mariza Lira, que, a bordo, foi recebida pela Vereadora Sandra Cavalcante exibiu-nos a seguinte mensagem que a Câmara de Braga enviou à sua colega do Rio de Janeiro: «A Câmara Municipal de Braga (Portugal). Por intermédio da ilustre professora e jornalista folclórica brasileira, sr.ª D. Mariza Lira, saúda efusiva e cordialmente a nobilíssima capital do Brasil, grande irmã e amiga de que os portugueses tanto se orgulham, e tem a subida honra de ofertar à Ex.ma Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro uma cópia da cruz que, segundo a tradição, foi a primeira a ser erguida, em 1500, em terras do Brasil, e que se conserva como relíquia, no mais alto apreço, nesta bimilenária e muito amiga Cidade de Braga».

Da «Tribuna da Imprensa»:

«Passageira do navio «Vera Cruz», regressou a esta capital ontem, a professora Mariza Lira, que esteve em Portugal por determinação da Prefeitura carioca e a convite do governo português e do Real Gabinete Português de Leitura. Trouxe uma missão: entregar à Câmara dos Vereadores uma cópia da cruz levantada no altar onde se celebrou a primeira missa no Brasil. Trata-se de uma oferta da Câmara de Braga, em cuja Sé é guardada a cruz. A sr.ª D. Mariza Lira foi recebida, a bordo, pelo vereadora Sandra Cavalcante e por directores do Real Gabinete, de onde, na terça-feira, sairá a cópia da cruz da primeira missa para o plenário da Câmara dos Vereadores. A professora Mariza Lira trouxe também uma mensagem da Câmara de Braga para os vereadores do Rio».

Do «Diario Carioca»:

«Comissão composta do representante do embaixador português, directores de associações lusitanas e representantes na colónia domiciliada nesta capital compareceram, ontem, na Câmara Municipal fazendo oferta de uma cópia da primeira cruz erguida no Brasil, enviada pela Câmara Municipal de Braga.

A cruz foi ofertada em retribuição ao presente de uma bandeira brasileira, confeccionada em renda de bilro, pelas rendeiras de Santa Catarina, entregue pela professora Mariza Lira ao Congresso de Folclore e Etnografia de Braga, a que compareceu como convidada do governo português.

Essa professora, que é carioca, fez a oferta em carácter particular. Mas os portugueses de Braga se comoveram tanto com a homenagem que prometeram ao Distrito Federal uma cópia da primeira cruz, promessa que cumpriram agora. Relatando essa particularidade, falou a professora Mariza Lira. Falou, em seguida, o sr. João Pires Caro em nome da Federação dos Portugueses. Ainda usou da palavra, sobre a questão, a sr.ª D. Sandra Cavalcante».

De «A Noite»:

«A escritora patrícia Maria Luiza Lira de Araújo Lima retornou, após um congresso folclórico., realizado na cidade de Braga, em Portugal, e do qual participou. Traz-nos interessante mensagem da Câmara Municipal da tradicional cidade lusa, juntamente com uma cruz de ferro em miniatura, correspondendo à primeira erigida no Brasil, justamente por ocasião da celebração da 1.ª missa, em 26 de Abril de 1500, em Porto Seguro, e da qual participaram os integrantes da armada dirigida por Pedro Alvares Cabral. A verdadeira cruz ainda se encontra no Museu Municipal de Braga e a miniatura foi benzida pelo cardeal primaz da cidade portuguesa.

A bordo esteve a vereadora Sandra Cavalcante, que, juntamente com seus colegas Alvaro Dias, professor Aníbal Espinheira e Mário Piragiba constituem a comissão encarregada da recepção da cruz. Esta, ontem mesmo foi entregue por uma comissão da Federação das Associações Portuguesas, que, amanhã, 3.ª feira, fará sua trasladação para a Câmara dos Vereadores, onde será recebida em sessão solene.

O cardeal D. Jayme de Barros Câmara esteve presente ao acto de entrega, comparecendo a bordo do «Vera Cruz».

Conferência pelo Prof. Dr. Adolfo Muñoz-Alonso

Mercê de esforços e de uma orientação cultural dignos de todo o louvor, os intelectuais bracarenses puderam uma vez mais viver um acontecimento de real importância no panorama do pensamento citadino, ouvindo o Prof. Dr. Alfonso Muñoz-Alonso que, no dia 8 de Outubro, no Salão da Biblioteca da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, proferiu uma notável conferência subordinada ao tema *Actualidade e Filosofia*.

Presidiu à sessão, Sua Ex.ma Rev.ma o senhor Arcebispo Primaz que dava a direita aos srs.: Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor daquela Faculdade; representante do Comando Militar e Dr. Francisco José Velozo Juiz-Ajudante do Procurador da República pelo Círculo de Braga. À esquerda tomaram lugar os srs.: Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga; Coronel Graciliano Marques, Comandante Distrital da Legião Portuguesa e dr. Olindo Casal Pelayo, Director da Escola do Magistério Primário.

Abriu a sessão Sua Excelência o Senhor Arcebispo Primaz, tendo o conferente sido apresentado pelo sr. Prof. Dr. Lúcio Craveiro.

Pelo valor no campo do pensamento e da filosofia do distinto conferente, catedrático da Universidade de Valência e Presidente do Instituto Internacional dos Altos Estudos de Bolzano, autor ainda de vasta bibliografia de onde destacamos as obras «Fundamento de Filosofia», «Transcendência de Deus na Filosofia Grega», «Andaimes para as Ideias», «Valores Filosóficos do Catolicismo», etc., podemos afirmar que o melhor da cultura europeia actual se continua a fazer presente em Braga — cidade, hoje, em estreito contacto com os valores mais altos da cultura universal.

Inauguração de várias obras, no distrito de Braga, pelo Sr. Ministro das Corporações

A estadia, no distrito do Minho, durante alguns dias, do sr. Dr. Henrique Veiga de Macedo, prestigioso Ministro das Corporações, foi assinalada com notável entusiasmo e sinceras manifestações de cordialidade por parte das populações que tiveram a honra de receber o ilustre homem político, a quem o povo minhoto dedica respeito e admiração.

Assim, no dia 14 de Outubro, o sr. Dr. Veiga de Macedo, depois duma pequena paragem em Guimarães e na Penha, onde foi homenageado pelo grupo folclórico «Festada de Guimarães», que se exibiu em honra do ilustre visitante, esteve nas Caldas de Vizela e em Mire de Tibães, onde inaugurou as sedes de Casas do Povo.

No dia seguinte, o sr. Ministro das Corporações e Previdência Social, em Braga, teve reuniões com diversas entidades, nas quais foram discutidos problemas de interesse social para o burgo bracarense e seu distrito.

Conferência pelo Prof. Alexandrino de Melo e Silva

Na tarde do dia 10 de Novembro, na sala de audiências do Tribunal Judicial de Braga, por iniciativa da Associação Jurídica de Braga, proferiu o Prof. Dr. Alexandrino de Melo e Silva uma interessante conferência que versava o tema *Conceito e Elementos da Relação Jurídica Fiscal.*

Presidiu à sessão o Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia. Ladeavam-no os srs. Prof. Dr. Camilo Cimourdain de Oliveira, Lente da Faculdade de Economia do Porto; Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, arqueologista; José Cândido Pereira, Director de Finanças de Braga; Dr. Valdemiro Ferreira, Juiz do 1.º Juízo da Comarca; Dr. Armando Barbosa, Juiz do 2.º Juízo do Tribunal Judicial; Dr. Sérgio da Silva Pinto, vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga; Dr. Jaime de Carvalho Lemos, advogado; Dr. Francisco José Velozo, Ajudante do Procurador da República.

O conferente, nome relevante da nossa Jurisprudência e distinto professor de Direito Civil e de Direito Fiscal da Faculdade de Economia do Porto, foi apresentado pelo sr. Dr. Francisco José Velozo, magistrado bracarense que a estas actividades culturais tem dado muito do seu talento e do seu esforço.

O trabalho do Prof. Dr. Alexandrino de Melo e Silva prendeu a atenção da selecta assistência que acorreu a ouvir a sua palavra.

Encerrou a sessão o Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva.

Toponimia bracarense

Na reunião da Câmara Municipal de Braga, efectuada em 22 deste mês de Novembro, o senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente daquela Edilidade, propôs, com a inteligência e clarividência que lhe são peculiares, que às novas grandes artérias da cidade fossem dados os nomes próprios que testemunhassem o preito citadino a figuras e acontecimentos de relevância nacional, proposta que foi unânimemente aceite.

Vamos publicar as designações a dar às modernas ruas bracarenses, às quais juntaremos a justificação aduzida pelo magistrado administrativo bracarense:

Avenida João XXI — *A parte da nova Rodovia que da Avenida Marechal Gomes da Costa vai até à Rua Bernardo Sequeira, proponho seja dado o nome de* Avenida João XXI. *Trata-se do único Papa de nacionalidade portuguesa, já consagrado nas cidades de Lisboa e Porto, que foi Arcebispo eleito da Igreja Bracarense e Arcediago da nossa Sé. É uma figura verdadeiramente nacional, médico de renome no seu tempo, filósofo insigne, que levou o nome de Portugal até à Cátedra de Pedro.*

Rua da Restauração — *A rua que da Igreja da Senhora-à-Branca vai até à nova Avenida João XXI, proponho seja dado o nome de* Rua da Restauração. *Assim se presta homenagem, no ano em que se passa o 3.º centenário da morte de El-Rei D. João IV, aos que em 1640 levantaram o pendão da Independência pátria, nesta hora*

em que doutrinas deletérias pretendem minar a consciência das nações e substituindo-se, desta forma, o velho largo 1.º de Dezembro que o prolongamento da Avenida Marechal Gomes da Costa suprimiu.

Rua Miguel de Carvalho — *A rua que, paralela à Rua de S. Vítor, atravessa a nova zona da Escola Técnica e que, num futuro muito próximo, esperamos venha a ser ligada à Avenida Marechal Gomes da Costa, proponho seja dado o nome de um dos mais insignes bracarenses, até agora inexplicàvelmente arredado da toponímia local que em terras do Oriente deu a sua vida como mártir da Fé:* o Beato Miguel de Carvalho, *natural desta Cidade e jesuíta missionário.*

Rua Martins Sarmento — *A rua que da Rua de S. Vítor (da futura praceta junto ao Colégio Carmelita) vai até à Rodovia, proponho, em obediência a uma sugestão, logo bem aceite por esta Câmara, feita pela douta Sociedade Martins Sarmento, seja dado o nome do sábio arqueólogo vimaranense patrono daquela Sociedade, a quem a arqueologia nacional tanto deve, cujos trabalhos, em toda a nossa região, ficaram para sempre memoráveis.*

Ao satisfazer, assim, a sugestão da Sociedade Martins Sarmento, a Câmara afirmará também o seu respeito pelas glórias das terras vizinhas que, tendo Braga por capital, formam a grande família da gente minhota.

Praça do Comércio — *Ao antigo Campo da Feira, completamente transformado pela implantação do novo Mercado e que, com as construções que ali se vão erguer, constituirá, dentro em breve, uma das mais lindas e movimentadas praças da cidade, proponho seja dado o nome de* Praça do Comércio, *homenageando-se uma classe que no desenvolvimento citadino tem prestado os maiores serviços e a que muito me honro de pertencer.*

A Conferência do Dr. Augusto Cerqueira Gomes

No dia 30 de Novembro, no salão nobre da Escola do Magistério Primário, com a presença de graduada assistência, proferiu o sr. Dr. Augusto César Cerqueira deputado à Assembleia Nacional, delegado provincial da Mocidade Portuguesa e historiador, foi atentamente escutado, tendo a sua palestra constituído um acontecimento de notável tomo cultural.

Presidiu a este acto o sr. Governador Civil do distrito ladeado, à direita, pelos srs. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; e, à esquerda, pelos srs. dr. Olindo Casal Pelayo, Director da Escola do Magistério Primário e dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho.

Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz dignou-se também assistir.

O sr. Dr. Augusto César Cerqueira Gomes foi apresentado pelo snr. Coronel José Baptista Barreiros, que traçou um justo perfil do orador.

A sessão foi encerrada pelo sr. Governador Civil, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira.

Inauguração de diversos melhoramentos pelo Subsecretário de Estado da Assistência Social

O povo bracarense habituou-se desde há muito a ver no sr. Dr. José Guilherme de Mello e Castro, prestigioso Subsecretário de Estado da Assistência Social, uma individualidade amiga que assinala sempre a sua permanência na moderna e rejuvenescida cidade dos arcebispos com a inauguração de melhoramentos e estudo de outros que são testemunho de puro amor cristão. Por isso, a gente de Braga corre a saudar com carinho tão ilustre individualidade.

Uma vez mais, o sr. Dr. Mello e Castro esteve no convívio da terra braguesa, onde chegou no dia 4 de Dezembro.

Nesse mesmo dia, com a alegria de todos os bracarenses e acompanhado pelo senhor António Maria Santos da Cunha, Governador Civil e por outras personalidades políticas e sociais bem como pelas autoridades eclesiásticas, o sr. Subsecretário de Estado da Assistência Social procedeu à inauguração da creche do mercado e do lar da Escola Dr. Henrique Teles, actos estes sublinhados com vibrantes aplausos de carinho e entusiasmo.

Efectuou-se, ainda no mesmo dia 4, na Sala de Benfeitores do Hospital de S. Marcos, uma sessão solene de abertura das aulas da Escola de Enfermagem Dr. Henrique Teles.

Presidiu o Sr. Subsecretário da Assistência que tinha à sua direita os srs. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil do Distrito; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Maurício Queiroz, António Lima e Manuel Carneiro, Directores do Hospital de S. Marcos e, à esquerda, os srs. dr. Elísio Pimenta, provedor da Santa Casa da Misericórdia; dr. Teotónio dos Santos, Director da Escola de Enfermagem e Francisco Cruz, Secretário da Mesa do Hospital de S. Marcos.

Usaram da palavra os srs. drs. Elísio Pimenta, incansável homem público ao serviço do Bem e da Justiça, e Teotónio dos Santos, ilustre Director da citada Escola de Enfermagem. O sr. Subsecretário de Estado da Assistência Social encerrou a sessão.

Já pela tardinha, o sr. Dr. Mello e Castro, acompanhado de elementos da mesa da Santa Casa da Misericórdia, visitou as instalações do novo edifício no Largo das Carvalheiras, antigo quartel de Cavalaria, que o Governo da Nação, em boa hora, cedeu ao Hospital de S. Marcos.

No dia seguinte, o Snr. Subsecretário de Estado da Assistência visitou um edifício em Gualtar onde o comando da Polícia de Segurança Pública pretende instalar um albergue para mulheres; seguidamente esteve no abrigo maternal da Mãe de Deus, percorrendo todas as instalações desta prestante obra.

O concerto de Eliane Magnan

Promovido pela Aliança Francesa de Braga, realizaram, no dia 14 de Dezembro, no salão do cinema S. Geraldo, os artistas Eliane Magnan e Dorothée de Murville um concerto de violoncelo e piano que despertou desusado interesse.

Eliane Magnan, pela técnica e pela sensibilidade que demonstrou, impressionou toda a assistência que se deliciou com a arte da notável violoncelista francesa.

Interpretou a «Suite», de Bach, «Pièces en Concert», de Couperin, «Nocturne», de Jolivet, etc., etc..

Dorothée de Murville, ao piano, completou, em graciosidade, competência e consciência artística, a brilhante sessão oferecida por Eliane, que tem na jovem pianista uma segura e inteligente colaboradora.

Conferência inaugural das celebrações dos fastos Suévico-bizantinos, proferida pelo Prof. Dr. Luís Ribeiro Soares

Mais um grande conferencista se apresentou em Braga: o distinto Prof. Dr. Luís Ribeiro Soares, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que no dia 21 de Dezembro, na Faculdade Pontifícia de Filosofia, proferiu uma excelente conferência intitulada «*O Cenóbio de Dume e a sua projecção na cultura Ocidental Cristã*». Esta notável sessão foi promovida pela Câmara Municipal de Braga e Faculdade Pontifícia de Filosofia, integrada nas comemorações do XV Centenário da morte de Requiário, o primeiro rei católico da Europa; do XIV Centenário da Sagração de S. Martinho de Dume e do XII Centenário da elevação de S. Frutuoso a Metropolita de Braga.

O sr. Prof. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, fez a apresentação do orador, tendo o conferente subjugado a culta assistência com um trabalho sério e de magnífica contextura filosófica e histórica.

Presidiu o sr. Arcebispo Primaz, ladeado, à direita, pelos srs. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal; dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho e Coronel Graciliano Marques, comandante da L. P.; E à esquerda, pelos srs. rev. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; dr. Valdemiro Ferreira Lopes, Juiz no tribunal da comarca e Tenente-Coronel Rogério de Carvalho, adjunto do comandante da L. P..

EFEMÉRIDES MUNICIPAIS

Ano de 1956

Janeiro, 7 — A Câmara considera em vigor a distribuição dos Pelouros feita em reunião de 2 de Janeiro de 1955.

Janeiro, 12 — A Câmara deliberou pôr a funcionar, a título experimental, no próximo dia 14, o novo mercado, encerrando-se o velho, que vai ser demolido.

Janeiro, 19 — A Câmara deliberou passar termo de responsabilidade quanto a encargos assumidos e fornecimento de mobiliário e material didáctico, a fim de organizar o processo de entrada em funcionamento do Posto escolar da freguesia de Priscos.

— A Repartição de Engenharia comunica que se encontra concluída, em condições satisfatórias, a obra de reparação da Escola Feminina de Pedralva.

Janeiro, 26 — A Câmara autoriza a construção de guardas no pontão sobre o Rio Este, na estrada municipal de Celeirós à Aveleda.

— A Câmara autoriza a concessão dum subsídio à Junta de freguesia de Tadim para reparação de caminhos e desaterros do adro da Igreja.

— A Câmara adjudicou o fornecimento de calçada, à fiada, destinada à urbanização à volta do novo mercado.

Fevereiro, 2 — A Câmara deliberou criar a Central Leiteira Pastorizadora, e em princípio conceder o exclusivo do fornecimento de leite a esta cidade, à Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite do concelho de Braga.

— A Câmara toma conhecimento de estar concluído o monumento a Francisco Sanches, em condições satisfatórias.

Fevereiro, 4 — Nesta data o eminente romancista, Sr. Francisco Costa, encerrou o 6.º ciclo de conferências culturais (1955-1956) da Câmara Municipal. Versou o tema «O Romance Católico». Fez a apresentação do conferente o Vereador do Pelouro da Cultura, Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto. Nesta série de conferências se integrou a que o insigne catedrático da Universidade do Porto, Prof. Dr. Luís de Pina, proferiu no Salão Nobre da Biblioteca Pública de Braga, em 17-12-955, por altura das Comemorações Bartolomeanas e subordinada ao tema «O Céu e a Terra na vida de Frei Bartolomeu dos Mártires», tendo feito a apresentação o Presidente da Câmara, Sr. António Maria Santos da Cunha.

Fevereiro, 9 — A Repartição de Engenharia remete propostas para fornecimento e assentamento dum mosaico em cantaria, na placa Central da nova Praça do Município, deliberando a Câmara adjudicar a obra pela importância de quatrocentos e sessenta contos.

— A Câmara aprova o caderno de encargos para a concessão do abastecimento de leite, em natureza, à cidade de Braga.

— A Câmara aprova por unanimidade a expropriação de terrenos à margem da Rodovia, por convir aos interesses citadinos, e com vista à construção de moradias.

Fevereiro, 16 — A Câmara adjudica, o fornecimento de mobiliário para as escolas primárias.

— A Câmara adjudica, pela importância de cento e oito contos e oitocentos escudos, o fornecimento e assentamento de cubos de granito, nas ruas que circundam a Praça do Município.

— São presentes as contas de gerência da Câmara e Zona de Turismo, que são aprovadas.

— Foi presente à Câmara a proposta de venda da maquinaria do frigorífico do mercado velho.

Fevereiro, 25 — A Direcção Geral do Ensino Primário comunica, que Sua Encelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, por despacho de vinte e dois do corrente, significou o apreço do Ministério pelo interesse demonstrado por esta Câmara na construção dum edifício escolar na freguesia de S. Vítor deste concelho.

— A Câmara adjudicou a obra de pintura de portas e janelas do edifício da Câmara, pela importância de trinta e sete mil duzentos e setenta e cinco escudos.

— Foi aprovada por unanimidade a proposta de electrificação da nova avenida, entre Maximinos e Avenida Salazar (Rodovia), de modo a ficar concluída em 28 de Maio próximo, como é desejo do Governo e do Município, obra que será executada pelos Serviços Municipalizados, com auxílio financeiro do Município, que para tal deliberou conceder um subsídio de oitocentos mil escudos.

— Foi presente o projecto dos esgotos das águas residuárias e do abastecimento de água potável à Rodovia, que foi aprovado por unanimidade.

— Em nome da Vereação, o Sr. José Maria Rodrigues manifestou o incondicional apoio de toda a Câmara ao seu Ex.mo Presidente, a fim de que este possa levar a bom termo a aquisição dos terrenos marginais da nova Avenida Rodoviária, dentro do critério seguido, que é o mais consentâneo com os interesses da cidade e com o espírito de Justiça.

Março, 1 — A Câmara aprovou por unanimidade e por proposta do seu Presidente, que na acta desta reunião camarária, fique consignado o muito apreço que a Câmara tem pelos méritos do Sr. José Constantino Ribeiro Coelho, arquivista do Município, que hoje atingiu o limite de idade, pela leal e dedicada colaboração prestada ao Município, tendo-se distinguido em todos os serviços, e tendo grangeado amizade e simpatia geral.

Março, 9 — A Direcção de Urbanização do Distrito de Braga comunica, que por portaria de 21 do mês findo, foi concedido a esta Câmara, o reforço de cento e noventa e sete mil e duzentos escudos, pelo Fundo do Desemprego, e para execução da obra de urbanização à volta do Mercado Municipal de Braga

— A Câmara aprova por unanimidade a autorização de pagamento de dezoito mil escudos à Comissão de Festas da Cidade, para liquidação de suas contas.

Março, 15 — A Câmara deliberou mandar executar imediatamente o projecto de construção de um edifício escolar de seis salas, a edificar na Freguesia de S. Vítor desta cidade, e agradecer o despacho de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas, que se digna concordar com a proposta da Câmara.

— A Câmara toma conhecimento de que se encontra concluída, em condições satisfatórias, a obra de reparação do edifício escolar de Adaúfe.

— A Câmara, além de registar na acta um voto de profundo pesar pelo falecimento de Dona Maria do Carmo Fragoso Carmona, Senhora de excelsas virtudes e viúva do saudoso Presidente da República, resolve promover a celebração duma missa, no sétimo dia do funeral da carinhosa Senhora.

Março, 22 — A Câmara concede um subsídio de 10 mil escudos à Comissão de Festas da Semana Santa de Braga.

— A Câmara aprovou por unanimidade a aquisição dum terreno na freguesia de Nogueira, para logradouro público, pela importância de 10 mil escudos.

— O Senhor Presidente da Câmara informou haver felicitado o Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social pela instituição das Corporações, segundo a proposta de Lei publicada na imprensa, iniciativa que, segundo disse, marca um passo em frente no sistema corporativo actual e um momento histórico decisivo na vida da Nação. Igualmente felicitara Sua Excelência o Presidente do Conselho pelo mesmo motivo e por ter possibilitado o ambiente propício àquela instituição. A Câmara, por unanimidade, concedeu a ratificação, e associou-se às felicitações àqueles membros do Governo.

Abril, 4 — A Câmara deliberou agradecer a Sua Excelência o Ministro das Corporações as suas felicitações pela passagem do sétimo aniversário da posse do Senhor Presidente do Município.

— A Direcção Geral do Tribunal de Contas comunica, que foram aprovadas as contas do ano de 1954 desta Câmara, Zona de Turismo e Serviços Municipalizados.

— A Junta Arquidiocesana da Acção Católica

lica de Braga agradece à Câmara as facilidades que concedeu para o enriquecimento das comemorações do Duplo Aniversário de S. S. Pio XII.

Abril, 12 — São aprovadas as contas de gerência dos Serviços Municipalizados do ano de 1955.

Maio, 10 — A Câmara, por proposta do seu Presidente, aprova por unanimidade, que à nova via de acesso, que de Infias parte para o novo quartel do Regimento de Infantaria Oito, seja dado o nome daquele Regimento, cujo nome glorioso está ligado aos grandes feitos militares e ao próprio Movimento de 28 de Maio, prestando-se-lhe assim, a justa homenagem da cidade.

Maio, 24 — O Senhor Presidente da Câmara tem palavras de alto apreço pelo venerando Chefe de Estado que, dentro de 2 dias, se dignará visitar esta cidade oficialmente, para presidir às Comemorações do trigésimo aniversário da Revolução Nacional.

Junho, 7 — A Câmara rejubila pelas boas impressões que o Chefe do Estado levou da cidade.

— A Câmara regista com desvanecimento o telegrama de Sua Excelência o Presidente do Conselho, em que apresenta as razões, que o inibiram de comparecer às comemorações do trigésimo aniversário da Revolução Nacional, realizadas nesta cidade, ao mesmo tempo, que aprecia, de forma muito lisonjeira, a cidade berço do 28 de Maio.

— O Presidente da Câmara propôs que, por ser de inteira justiça, se registe, na acta desta sessão da Câmara, o esplendor que a cidade soube imprimir às Comemorações do Trigésimo Aniversário da Revolução Nacional, que ficaram assinaladas por uma série de melhoramentos, que muito vêm valorizar a nossa urbe.

Junho, 21 — A Câmara regista a deferência do ilustre titular das Obras Públicas, que agradeceu um telegrama enviado pela Câmara, felicitando-a pela actuação exemplar, que tem sabido exercer, para o progresso e prestígio da cidade.

— A Câmara aprova a concessão dum subsídio de 60 mil escudos à Comissão de festas da Cidade.

Julho, 3 — Por proposta do seu Presidente, a Câmara entende dever ficar exarado na acta, o seu regozijo pelo êxito obtido com a realização, nesta cidade, do I Congresso de Etnografia e Folclore, que decorreu de maneira sem precedentes, pois excedeu todas as expectativas. As figuras de maior relevo peninsular, que nele tomaram parte, ficaram realmente bem impressionadas com as belezas naturais desta região, e com o nível elevado em que correram os trabalhos do Congresso, o que em especial se deve aos ilustres Secretários Gerais senhores Drs. Sérgio da Silva Pinto e Fernando Castro Pires de Lima, a quem se exprime os melhores votos de louvor.

Julho, 20 — A Câmara exarou na acta um voto de profundo pesar pelo falecimento do bondoso Padre Américo, que no dizer no Presidente da Câmara, foi uma perda nacional. A sua falta enfraqueceu o património moral da Nação.

Agosto, 2 — São presentes à Câmara o segundo orçamento suplementar da Zona de Turismo e o primeiro suplementar dos Serviços Municipalizados, que são postos em reclamação.

A Câmara aprova por unanimidade a criação duma pequena praia fluvial, a juzante da Ponte da Ponte do Bico, no areal da margem esquerda do Rio Cávado.

Setembro, 20 — A Câmara aprova por unanimidade a proposta de cedência à Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas — de terrenos marginais da nova Rodovia, junto da Escola Técnica, para a construção de 32 moradias, em blocos isolados de 4.

— A Câmara toma conhecimento de que vai ter início o serviço Hospitalar Domiciliário, inteiramente gratuito, que é iniciativa da Santa Casa, deliberando felicitar a Mesa da Misericórdia na pessoa do seu Provedor, pelo valioso contributo que assim é dado ao problema da assistência médica no concelho.

Outubro, 4 — Foi presente, para efeito de reclamação, o 2.º orçamento suplementar da Câmara para o ano corrente.

Outubro, 31 — Foi aprovada por unanimidade a proposta do Presidente do Município para a electrificação da freguesia de Passos (S. Julião).

Novembro, 2 — O Senhor Presidente da Câmara propõe que fique exarado na acta desta sessão um voto de profundo sentimento pelo falecimento do senhor Domingos Leite Pereira, antigo Presidente deste Município, e que na vida nacional desempenhou funções do mais alto relevo.

Novembro, 15 — A Câmara deliberou expropriar por utilidade pública, um terreno na freguesia de Palmeira, com vista à criação dum edifício escolar de 2 salas.

— É posto em reclamação o Orçamento Ordinário da Zona de Turismo para o ano de 1957.

Novembro, 22 — Foi deliberado dar o nome de Avenida João XXI à parte da nova Rodovia, que vai da Avenida Marechal Gomes da Costa até à Rua Bernardo Sequeira; à rua que da Senhora-à Branca vai até à nova Avenida João XXI, foi deliberado dar o nome de Rua da Restauração; à rua, que paralela à de S. Vítor atravessa a zona da nova Escola Técnica, foi dado o nome de Beato Miguel de Carvalho; à rua que de S. Vítor (e desde a futura praceta junto ao Colégio Carmelita) vai até à Rodovia, foi dado o nome de Rua Martins Sarmento. Ao antigo Campo da Feira, onde foi edificado o novo mercado, foi deliberado dar o nome de Praça do Comércio.

Dezembro, 21 — A Câmara envia telegrama ao Senhor Ministro das Obras Públicas, agradecendo o pronto andamento que aquele ilustre titular pretende dar à construção do monumento a erigir na Praça do Município aos precursores da nacionalidade, agradecendo ainda o deferimento do pedido da Mesa da Confraria de Nossa Senhora do Sameiro, no sentido de ser autorizada a abertura do concurso para a execução da monumental escadaria daquele Santuário.

— A Câmara agradece a Sua Excelência o Ministro das Corporações a homologação da adjudicação do bairro das Caixas de Previdência, e pede sejam iniciados os estudos precisos para a construção dum bairro operário, como tanto se impõe.

Dezembro, 31 — O Senhor Presidente da Câmara, em seu nome e no dos seus colaboradores, exprime um voto de congratulação por ver de novo ocupar a sua cadeira na vereação o Sr. José Maria Rodrigues, que uma grave enfermidade reteve no leito, provocando a ausência dos trabalhos durante seis meses.

— A Câmara aprova um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Alberto Feio Soares de Azevedo, que muito dignificou a cidade de Braga com o seu talento e com a sua actividade, sendo detentor da medalha da cidade.

A Revista «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que, com o presente fascículo, alcança já 36 números, repartidos em 8 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11), sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.° volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta**, sob a direcção do Dr. Sérgio A. da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 7 volumes, ou seja: — o II, o III, o IV, o V, o VI e o VII do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

Capas para «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à «Livraria Cruz» — Rua D. Diogo de Sousa, Braga.

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta», que, sempre que a façam encadernar, deem instruções aos artífices para conservarem (reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram), as capas originais de papel. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

Estão a ser organizados índices completos, com todas as necessárias divisões e distribuição de matérias e autores, que abrangem os 7 volumes publicados desta revista. Oportunamente será feita a sua distribuição.

Pede-se permuta

Fazem-se recensões críticas das obras enviadas em duplicado à Redacção

---

Revistas de Cultura publicadas em Braga

Alma — *Revista de Espiritualidade Franciscana*
Bracara Augusta — *Revista de História e Regionalismo*
Itinerarium — *Revista de Cultura*
Quatro Ventos — *Revista Lusíada de Arte e de Literatura*
Revista Portuguesa de Filosofia — *Revista da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga*
SCIENTIA IVRIDICA — *Revista Portuguesa e Brasileira; órgão da Associação Jurídica*
Theologica — *Revista de Estudos Eclesiásticos.*